

A Sociologia e a Realidade Brasileira

Volume 2

Maria Gabriela Guillén Carías,
Rodolfo Arruda Leite de Barros
Katuscía Moreno Galhera

(organizadores)

 editora
LiberArs

ISBN 978-65-5953-048-9

A Sociologia e a Realidade Brasileira

Volume 2

Comitê Científico

Ary Baddini Tavares
Andrés Falcone
Almir Santos Reis Júnior
Alessandro Octaviani
Daniel Arruda Nascimento
Eduardo Saad-Diniz
Francisco Rômulo Monte Ferreira
Jorge Miranda de Almeida
Marcelo Martins Bueno
Miguel Polaino-Orts
Maurício Cardoso
Maria J. Binetti
Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento
Paulo Roberto Monteiro Araújo
Patricio Sabadini
Rodrigo Santos de Oliveira
Sandra Caponi
Sandro Luiz Bazzanella
Tiago Almeida
Saly Wellausen

Maria Gabriela Guillén Carías,
Rodolfo Arruda Leite de Barros e
Kátiuscia Moreno Galhera

(organizadores)

A Sociologia e a Realidade Brasileira

Volume 2

1ª edição

LiberArs
São Paulo –2021

A sociologia e a realidade brasileira – volume 2

© 2021, Editora Liber Ars Ltda.

Direitos de edição reservados à
Editora Liber Ars Ltda

ISBN 978-65-5953-048-9

Editores

Fransmar Costa Lima

Lauro Fabiano de Souza Carvalho

Revisão técnica

Cesar Lima

Imagem da capa

Maria Gabriela Guillén Carías

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

S678	A Sociologia e a realidade brasileira / organizado por Maria Gabriela Guillén Carías, Rodolfo Arruda Leite de Barros, Katiuscia Moreno Galhera. - São Paulo : LiberArs, 2021. 250 p. : il. ; e-book: PDF
	Inclui bibliografia e índice. ISBN: 978-65-5953-048-9
	1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Sociologia. 4. Realidade brasileira. I. Carías, Maria Gabriela Guillén. II. Barros, Rodolfo Arruda Leite de. III. Galhera, Katiuscia Moreno. IV. Título.
	CDD 300 CDU 3

Todos os direitos reservados. A reprodução, ainda que parcial, por qualquer meio, das páginas que compõem este livro, para uso não individual, mesmo para fins didáticos, sem autorização escrita do editor, é ilícita e constitui uma contrafação danosa à cultura.

Foi feito o depósito legal. Publicado com apoio de recursos PROAP/CAPES 2020.

Editora Liber Ars Ltda

www.liberars.com.br

contato@liberars.com.br

SUMÁRIO

Apresentação..... 7

Lutas de Classe e Alternativas ao Capital

Autocracia burguesa e contrarrevolução no Brasil: atualidade da crítica ao capitalismo dependente em Florestan Fernandes

Eduardo Reis Pieretti / André Malina

María Gabriela Guillén Carías 15

A desresponsabilização estatal com as políticas sociais: o Estatuto da Criança e do Adolescente e a palmatória neoliberal

Wendel Augusto Santos Gama

Guillermo Alfredo Johnson..... 35

A precarização do trabalhona Assistência Social domunicípio de Dourados

Tammi Juliene Leite de Aguiar

Marcilio Rodrigues Lucas..... 61

A Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti (MS): espaço de direitos e resistência de pequenos produtores de alimentos

Adriano Carvalho Martins

Alzira Salete Menegat 93

Colheita difícil: considerações sobre 20 anos de Educação do Campo e a participação da Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD)

Walter Roberto Marschner

Raquel Alves de Carvalho 115

Estado de Direito e Direitos Humanos

A necessária simbiose entre Direitos Humanos e laicidade no Brasil: proposições ético-filosóficas e jurídicas

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti

André Luiz Faisting133

As tessituras do tempo moderno: a violência embaraçada

Renata Karolyne de Souza.....159

Ativismo transnacional e a luta das comunidades indígenas Apika'y (Brasil) e Sawhoyamaya (Paraguai): a Anistia Internacional e a luta por direitos e demarcação de terras tradicionais

Carla Cristina Vreche

Marcos Antonio da Silva.....183

Ensino de Sociologia e diferenças: uma análise a partir do manual didático “Sociologia em Movimento”

Camila Camargo Ferreira

Márcio Mucedula Aguiar203

Gênero e relações de poder na produção cultural brasileira: a perspectiva das produtoras culturais

Thays Nogueira da Silva

André Luiz Faisting223

APRESENTAÇÃO

MARIA GABRIELA GUILLÉN CARÍAS E
RODOLFO ARRUDA DE LEITE BARROS

Os textos que seguem no livro *Sociologia desde o MS: Capital, Estado e lutas sociais em perspectiva* são sínteses e resultados parciais produto das pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Os mais variados aspectos da realidade brasileira são abordados a partir das dissertações de mestrado desenvolvidas conjuntamente por discentes e docentes do programa, mostrando não apenas uma intensa atividade investigativa aliada ao necessário envolvimento da universidade pública com as causas sociais, mas também evidenciando as importantes reflexões que vêm sendo elaboradas a partir de um diverso leque de matrizes teóricas que apontam para a necessária perspectiva crítica do cenário atual.

A primeira parte do livro, intitulada “Luta de Classes e Alternativas ao Capital” reúne uma série de textos que analisam processos que vão desde o espaço local do Mato Grosso do Sul até complexas abordagens teóricas que dão conta do cenário nacional. Tal é o caso do primeiro capítulo de Eduardo Reis Pieretti, André Malina e María Gabriela Guillén Carías, em que os autores expõem a força interpretativa das contribuições teóricas do sociólogo militante Florestan Fernandes para análise do momento atual do Brasil. Afastando-se de análises politicistas que unilateralmente colocam a dimensão governamental como motor dos graves problemas enfrentados no meio do descontrole pandêmico - militarização da política, recrudescimento da repressão e criminalização da luta social - a categoria chave de capitalismo dependente é convocada para analisar criticamente os chamados governos progressistas do Partido dos Trabalhadores e sua aposta pela conciliação com uma burguesia de caráter autocrático. Lançando mão da constante reposição dos nexos coloniais e de dependência com o exterior, essa burguesia que pouco ou nada tem de nacional recria, a cada ciclo histórico de transformação capitalista, uma onda contrarrevolucionária de exclusão e retrocesso social, revelando continuidade mais do que ruptura, entre os governos que se sucederam ao

longo do recém findado período da Nova República. Fruto da luta de classes, as poucas positivities conquistadas no âmbito do capitalismo dependente brasileiro esmorecem no contexto da crise estrutural que atravessa o sistema socio metabólico do capital em escala global, colocando em pauta a necessidade de um exame crítico da tática de alianças políticas circunscritas à ação na esfera institucional como canal de superação dos graves problemas nacionais e trazendo à tona a atualidade da ofensiva socialista e a necessidade de auto-organização do movimento popular como vias de superação do capital.

Na mesma linha, Wendel Augusto Santos Gama e Guillermo Alfredo Johnson dissertam no segundo capítulo sobre os limites do Estado e das políticas sociais na resolução dos problemas da infância e da adolescência brasileiras em um contexto de ajuste estrutural neoliberal e de diminuição da regulação social estatal. Os autores apontam para a contradição, por um lado, entre o avanço da democracia formal através da Constituição Federal de 1988 em cujo âmbito e com muita luta social é elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, por outro, a legitimação da liberdade individual e da propriedade privada expressas na tendência à terceirização. A privatização e a captura de aspectos e funções do Estado voltados justamente às questões relativas à infância e adolescência pelas organizações não governamentais e pelo 'terceiro setor' é o fato que limita o avanço no plano formal. Na esteira do projeto neoliberal, impulsionado por organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, a intervenção do Estado é fundamental na construção de um arcabouço jurídico que crie condições ótimas e de segurança ao jogo da livre concorrência entre os múltiplos interesses privados. A corrida para o abocanhamento do fundo público se ajusta à perfeição com a necessidade de controle social do capital sobre uma infância e juventude trabalhadoras a quem há muito pouco a oferecer a não ser um panorama de precarização do trabalho e desemprego estrutural. Lucro e pacificação de futuras rebeldias são os objetivos reais do terceiro setor em cujas práticas os autores distinguem uma continuidade dos expedientes punitivistas, tutelares e autoritários dos tempos de ditadura militar-empresarial e coincidem com a inelutável postura florestaniana de superação do sistema do capital pelo caminho da revolução.

Dando continuidade as discussões no marco da luta de classes, o terceiro capítulo faz uma abordagem do trabalho flexível e da terceirização ao interior do Estado: dimensões que, como vimos no capítulo anterior, se tornam uma constante em tempos de crise estrutural do capital. Sem deixar de lado a totalidade das relações capitalistas e colocando a categoria do trabalho como fundamento dos graves problemas sociais, Tammi Juliene Leite de Aguiar e Marcílio Rodrigues Lucas abordam os elementos de ordem objetiva e subjetiva que envolvem a precarização do trabalho na Assistência Social do município de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Eles destacam que a onda flexibilizadora no bojo

do esgotamento do fordismo se desloca das relações de trabalho na produção para o âmbito da institucionalidade estatal responsável pela assistência social. Através de uma análise comparativa de entrevistas realizadas junto com servidores públicos do Centro de Referência da Assistência Social e com trabalhadores terceirizados pela via de parcerias público-privadas do Estado com Organizações da Sociedade Civil, os autores revelam como ambas modalidades de trabalho estão imersas num quadro estrutural de precarização, sendo mais dramático o caso dos trabalhadores terceirizados que não possuem qualquer estabilidade que lhes permita um planejamento de vida a longo prazo. No entanto, é importante salientar algumas características em comum que expressam o avanço da precarização também para os servidores públicos efetivos: o prolongamento da jornada de trabalho, a falta de reposição salarial, as exigências de polivalência e a apatia frente à organização sindical são todas convergências encontradas entre ambos setores, fato que coloca uma série de dilemas e desafios organizacionais para os trabalhadores na sua totalidade no contexto atual de mercantilização dos serviços públicos socioassistenciais.

O quarto capítulo, elaborado por Adriano Carvalho Martins e Alzira Salete Menegat, nos conta sobre a feira de sementes nativas e crioulas do município de Juti no Mato Grosso do Sul e sua construção como um espaço de resistência e de troca de saberes entre pequenos agricultores de assentamentos rurais e de comunidades indígenas, espaço no qual as mulheres são protagonistas na organização e articulação de redes. Impulsionada em seus inícios pela Comissão Pastoral da Terra, a feira se projeta como um espaço em que a perspectiva central é a contraposição que assentadas e indígenas oferecem à lógica do poder corporativo. À imposição de sistemas agrícolas e alimentários que oferecem uma alimentação resultante da monocultura e baseada na racionalidade capitalista de aumento da produtividade com alteração brutal dos ciclos da natureza, uso de transgênicos e agrotóxicos para fins de acumulação de capital, as mulheres fomentam a lógica da reciprocidade através da troca de sementes nativas e crioulas sem a mediação do dinheiro, permitindo o fortalecimento da produção e reprodução a vida como alternativa à mercantilização de algo que deveria ser considerado um direito inalienável: o acesso a uma alimentação saudável, diversificada, alta em nutrientes e sem agrotóxicos. O resgate das sementes crioulas e das práticas tradicionais de cultivo associado a trocas entre pequenos agriculturas e indígenas de várias regiões aponta para uma sociabilidade para além das relações mercantilizadas e contra os mecanismos de dependência que o mercado impõe através da compra dos pacotes tecnológicos oferecidos pelo agronegócio. O capítulo nos mostra uma rede de sujeitos em movimento, em especial os guardiões e guardiãs das sementes, que têm a função de garantir que as trocas aconteçam para além do período da feira por meio do apoio ao banco de sementes, tornando-se este um eixo importante em que a preservação dos

saberes tradicionais e o estímulo a práticas de reciprocidade, são estratégias de preservação da biodiversidade e do seu modo de vida tradicional.

Em seguida e também evidenciando aspectos da luta política iniciada pelos trabalhadores do campo e suas organizações populares por uma educação voltada para a realidade dos acampamentos e assentamentos baseada no modo de vida camponês e numa agricultura familiar contraposta ao modelo de agronegócio vigente, Walter Roberto Marschner e Raquel Alves de Carvalho nos trazem o histórico dos Movimentos Sociais que deram origem às políticas sociais da Educação do Campo. Ao longo dos últimos 20 anos, tal processo social desembocou na implementação de diversos programas no âmbito da Educação do Campo, culminando nos cursos de formação de educadores no interior do Ensino Superior brasileiro, como a Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade Intercultural Indígena da UFGD no Mato Grosso do Sul. No capítulo, os autores indagam sobre as dificuldades nesse percurso e os limites das políticas sociais que sofrem com o desmonte da universidade pública brasileira como produto do ajuste estrutural e dos programas de austeridade implementados ao longo de todo o período neoliberal e advogam pela transformação do papel da universidade pública e pela incorporação de tais políticas no âmbito do Estado e não apenas do governo para vencer os obstáculos históricos. No entanto, ao fazer a crítica à expansão do projeto do agronegócio, os autores expõem a insólvel contradição que fundamenta o Estado: a contradição entre vida pública e a vida privada, entre o interesse geral e o interesse particular. Apesar das positivities arrancadas ao capital com muita luta, em última instância o Estado é essencialmente estruturado sobre a natureza antissocial da propriedade privada e a este interesse responderá em tempos de crise. Será o movimento popular vivo e auto-organizado que poderá resolver os impasses da institucionalização das lutas sociais dos últimos 20 anos, promovendo uma dinâmica onde sejam as próprias comunidades de trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos a decidir e controlar seus processos produtivos e educativos, em uma perspectiva de desmonte do instrumento burguês por excelência, o Estado, como saída concreta para resolver as explosivas contradições que o capitalismo coloca hoje para toda a humanidade.

Na segunda parte do livro, “Estado de Direito e Direitos Humanos” o conjunto de capítulos apresenta uma diversidade de temas que se articulam entre campos de investigação fundamentais das Ciências Sociais, tais como as temáticas de raça, gênero e Direitos Humanos, evidenciando a problematização da realidade regional, a criatividade teórico-metodológica e a ênfase nas abordagens de campo/empíricas.

Abrindo a segunda parte da coletânea, o capítulo seis, “A necessária simbiose entre Direitos Humanos e laicidade no Brasil: proposições ético-filosóficas e jurídicas”, dos autores Vitor Guidotti e André Faisting, traz à cena a importante

reflexão sobre as relações entre direitos humanos e laicidade no Brasil, analisando o quanto o respeito a esta relação é fundamental para a garantia da tolerância em matéria religiosa no país. Diante desse objetivo, o capítulo faz uma retomada histórica da trajetória dos direitos humanos, identificando elementos que configuram os princípios da laicidade na própria gênese dos Direitos Humanos, como demonstram os artigos iniciais da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH – 1948), e, em seguida, nos artigos da Declaração de princípios sobre a tolerância (UNESCO 1995). Com este panorama, o capítulo apresenta uma análise qualificada do significado da laicidade, apresentado diversas concepções sobre o termo e de como se desenvolveu no Brasil, ao longo de sua história, a figura do Estado Laico. A partir dessas problematizações, o capítulo oferece uma importante contribuição sobre as dificuldades de se realizar essa noção de laicidade e de como a não efetivação dela pode comprometer a própria realização mais ampla dos direitos humanos no Brasil.

No capítulo seis, “As tessituras do tempo moderno: a violência embarcada”, de Renata Karolyne de Souza, a autora apresenta uma potente reflexão sobre aspectos da dinâmica da violência no Brasil, relacionando-a com aspectos da escravidão, do racismo e do colonialismo contidos no processo de formação da modernidade e da democracia no país. O capítulo propõe fazer uma retomada, na história colonial, dos aspectos da punição e da criminalidade na formação da sociedade brasileira, para se compreender os elementos atuais que estruturam as dinâmicas da segurança pública e da justiça criminal no contexto contemporâneo. Retomando o processo de colonização na América Latina, o capítulo mostra como na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, assim como na formação das instituições jurídicas, havia uma violência colonial estruturante e racializada que, ao erigir as instituições penais, promoveu a desumanização e exploração de certos corpos, como o caso dos negros escravizados. Tais elementos são importantes para se compreender como a experiência brasileira de resolução de conflitos é balizada pela noção de zona do não ser, desembocando na perspectiva de democracia fragilizada e ataques constantes aos direitos.

Em seguida, no capítulo oito, “Ativismo transnacional e a luta das comunidades indígenas Apika’y (Brasil) e Sawhoyamaxa (Paraguai): a Anistia Internacional e a luta por direitos e demarcação de terras tradicionais”, os autores Carla Vreche e Marcos Silva analisam a atuação da Anistia Internacional e o ativismo transnacional na luta pelo reconhecimento de terras tradicionais em comunidades indígenas. O capítulo analisa os aspectos do ativismo transnacional desenvolvidos pelas comunidades Apika’y e Sawhoyamaxa, por meio de interações entre ONGs, Estados e organizações internacionais, que se articulam em redes, como base em valores comuns, promovendo políticas e formas de pressão e influência entre os Estados no sistema internacional. Em seguida, o capítulo apresenta uma retomada histórica da trajetória das comunidades indígenas, evidenciando suas lutas pelas tradicionais e suas formas de resistência política. Ao final, o texto retoma a reflexão sobre o ativismo transnacional, apontando para sua importância como instrumento de lutas

tradicionais envolvendo a garantia de direitos, autonomia das comunidades, reconhecimento e demarcações de terras indígenas.

Avançando para o capítulo nove, “Ensino de Sociologia e diferenças: uma análise a partir do manual didático ‘Sociologia em Movimento’”, dos autores Camila Ferreira e Márcio Aguiar, o texto aborda as experiências do Ensino de Sociologia a partir da reflexão sobre as questões de raça e gênero. O trabalho busca compreender como o projeto curricular da disciplina de Sociologia no ensino médio pode contribuir para uma desconstrução do “Outro” na educação básica. O “outro” refere-se aos sujeitos marcados pelas hierarquizações das diferenças de gênero e raça. Em vista deste objetivo, o capítulo traz a experiência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Sociologia da UFGD, investigando como os manuais de sociologia utilizados pelos professores nas escolas de ensino médio abordam diferenças de gênero e raça. A análise dos livros didáticos aponta que a disciplina de Sociologia nas escolas se mostra como um campo fértil para desconstruir e desestabilizar a hierarquização das diferenças. Embora o livro didático constitua um importante instrumento de ensino-aprendizagem, por meio da produção do estranhamento e inquietação frente à realidade social, por si só, o manual didático é incapaz de sustentar a relação pedagógica. O capítulo mostra que há um campo fundamental de atuação que envolve alunos (as) e professores (as) em como se dá a sua utilização e todos os desafios de formação para a atuação nesse campo.

Por fim, fechando a coletânea, o capítulo dez, “Gênero e relações de poder na produção cultural brasileira: a perspectiva das produtoras culturais”, dos autores Thays Silva e André Faisting, realiza uma investigação bastante promissora sobre as dinâmicas das produtoras culturais a partir de entrevistas semi-estruturadas com produtoras culturais na região de Dourados-MS e de outras regiões do país. O objetivo foi compreender o que é ser produtora cultural, a partir das próprias narrativas das produtoras, bem como investigar quais são as suas dificuldades e restrições no trabalho, de como elas entendem a produção cultural e avaliam o trabalho que realizam. A pesquisa mostrou que, ao lado da realização pessoal, a atividade de produtora cultural, por falta de políticas públicas na área cultural, sofre da informalidade e da precarização da atividade de trabalho. Essa característica ainda é agravada por questões de gênero, que atribuem às mulheres papéis socialmente construídos, pautados nas relações de afeto e de cuidado, o que intensifica as hierarquias de gênero e afastam as produtoras culturais das posições de liderança e poder. Como contribuição, o capítulo demonstra que a reprodução dos papéis socialmente construídos atribuídos às mulheres na sociedade também se reproduzem nas dinâmicas das produtoras culturais, resultando em relações assimétricas de gênero e poder entre profissionais que atuam na produção cultural.

**LUTAS DE CLASSE E
ALTERNATIVAS AO CAPITAL**

AUTOCRACIA BURGUESA E CONTRARREVOLUÇÃO NO BRASIL: ATUALIDADE DA CRÍTICA AO CAPITALISMO DEPENDENTE EM FLORESTAN FERNANDES¹

EDUARDO REIS PIERETTI²

ANDRÉ MALINA³

MARÍA GABRIELA GUILLÉN CARÍAS⁴

RESUMO

O presente artigo apresenta a recuperação de elementos do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes para a interpretação de aspectos recentes da história no Brasil. Concentra-se no modo como a especificidade capitalista brasileira vincula-se a um processo de contrarrevolução burguesa de longo alcance, com fluxos e refluxos, consolidado com o regime autocrático-burguês de 1964 e que ganha expressão no capitalismo contemporâneo. Apresenta-se aqui um panorama pelo modo como o sociólogo paulista formula o conceito de capitalismo dependente e como as categorias a ele vinculadas oferecem explicação para fenômenos observáveis na realidade brasileira contemporânea. Por fim, é oferecida uma possibilidade de interpretar o período dos governos do Partido dos Trabalhadores à luz do conceito e das categorias trabalhadas por Florestan Fernandes em sua crítica marxista da especificidade dependente do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: ordem e contraordem; desenvolvimentismo; dependência e revolução; contrarrevolução burguesa.

Observa-se, já há algum tempo, uma maior ressonância no interior da sociedade brasileira de pensamentos e práticas de orientação conservadora e profascista. Demian Melo (2016) argumenta que há, além da difusão e adesão

¹ Originalmente publicado na revista *Desenvolvimento & Civilização*, v. 2, n. 1 (2021)

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), *Campus Nova Andradina*.

³ Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD/Dep. de Lutas).

⁴ Professora Adjunta do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH-UFGD) e Educadora da Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

de um ideário de orientação fascista no Brasil e no mundo hoje, indícios de um crescimento de *organizações* propriamente fascistas. As dimensões do pensamento conservador se entrecruzam e acabam nutrindo-se reciprocamente. A escalada da violência com fortes traços racistas contra, especialmente, a população negra e os povos originários se aprofunda. A dramaticidade do caso dos Guarani-Kaiowá, por exemplo, submetidos à segregação e sistemático extermínio, expõe a natureza propriamente violenta de uma sociabilidade inerente ao capitalismo dependente, sob predominância de setores vinculados ao assim chamado agronegócio e ao rentismo.

O conjunto dessas relações de tendência *sociopática*, conforme Florestan Fernandes indica, revela a manifestação do fascismo como uma expressão da ofensiva ou do sentido da autopreservação do capital nacional e internacional (FERNANDES, 1972; SANTOS, 1978). Atrêlam-se às manifestações do fascismo, na América Latina e no Brasil, o anticomunismo, o reforço à militarização da política e a criminalização da questão social e dos movimentos populares contestatórios (CASTELO, 2014).

Nesse sentido, expedientes para conter forças políticas que se voltam tanto para o alargamento das possibilidades democráticas e, principalmente, aquelas que se orientam pelo sentido de negação da ordem, foram ativados. Utilizando a linguagem de Fernandes (2005), trata-se de bloqueios à pressão dos “de baixo”, tanto no nível da “revolução dentro da ordem” quanto da “revolução contra a ordem”. A aprovação da Lei Federal n.º 13.260 em 16 de março de 2016, parece tratar-se exatamente desse ponto. A chamada “Lei Antiterrorismo” (BRASIL, 2016), sancionada pela presidente Dilma Vana Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), (antes, portanto, do momento atual do governo protofascista em curso) opera como mecanismo jurídico de criminalização de movimentos populares, enquadrando como terroristas táticas de luta popular, como ocupações de espaços para fins reivindicatórios.

Se, por um lado, cada uma dessas questões é dotada de uma cadeia causal própria, com aspectos intrínsecos a cada um desses fenômenos, por outro, sua manifestação conjugada parece indicar que há elementos de ligação entre eles. Em termos mais evidentes, há sinais claros de crise do modelo de desenvolvimento econômico e sociocultural vigente, o que não é fato inédito na sociedade brasileira. O modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro já passou por crises e foi criticado por diversos setores intelectuais e sociais algumas vezes em sua história (CALIXTRE; ALMEIDA FILHO, 2014; MALTA, 2011).

Radicalizando a “expição”, pode-se chegar a argumentar que tais fenômenos são manifestações da crise, não só de um modelo de desenvolvimento, mas de um padrão civilizatório, de uma forma de organização da vida em sociedade. Ambas as perspectivas – a primeira de crise de um modelo de desenvolvimento e a segunda de uma crise do padrão civilizatório – (que não são unívocas,

mas profundamente diversificadas e ramificadas em seu interior) mostram-se como prismas críticos para se interpretar o presente, como mostra Marx (2011) nos *Grundrisse* sobre a conexão entre os limites internos absolutos do capital e a permanente geração de crise e instabilidade que estes geram.

Na América Latina, o desenvolvimento do capitalismo e, especificamente, da indústria sob a forma capitalista, ocorre de modo desigual. Sob o capitalismo, o processo de industrialização ocorre em alguns polos em detrimento de outros, a depender do modo de inserção de determinadas regiões tanto no que diz respeito à divisão internacional do trabalho, quanto ao mercado interno. Isso implica que, em regiões periféricas no mercado mundial e mercados nacionais, o desenvolvimento da produção industrial tende a ser fortemente condicionado por uma hierarquia na divisão internacional que restringe essas regiões à especialização produtiva com forte ênfase na indústria de “baixa intensidade”, como é o caso daquelas destinadas à produção ou processamento dos chamados *commodities*, produção forjada para a exportação em uma condição de subordinação estrutural de um país periférico aos centros capitalistas.

Assim, importa observar uma “maquinização” ou mesmo “industrialização” da agricultura brasileira, processo de “modernização” com seus ciclos de crescimento, estagnação e crise, compreendidos também como expressão da inserção subalterna do Brasil no mercado mundial e como estratégia do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 2013), processo este concomitante a uma proletarianização do trabalhador do campo (IANNI, 2012). Por outro lado, o encolhimento do setor industrial no Brasil parece estar relacionado com o processo de reprimarização da economia brasileira, tudo isso sob hegemonia da burguesia financeira transnacional (DELGADO, 2010). Esses fenômenos, conjugados ao aumento do desemprego e do rebaixamento real dos salários evidenciam fragilidade do padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que ficou ainda mais evidente diante da pandemia mundial atual do novo coronavírus.

Nesse cenário, a maior ressonância no interior da sociedade de práticas e pensamentos de orientação conservadora e tendencialmente fascista ganha força. Como expressão desse fenômeno, a escalada da violência com fortes traços sociopáticos é indicativa de que a crise do modelo brasileiro, ou do padrão civilizatório do qual faz parte, não se confina aos campos econômico e político e se manifesta na própria natureza das relações sociais e da sociabilidade.

A compreensão desse quadro crítico, complexo e articulado imprime dificuldades. A interconexão entre os campos não é direta e demanda um tratamento que dê conta de identificar e interpretar esses nexos de ordem causal. Uma das contribuições do marxismo inscreve-se no pensamento científico pela priorização de uma perspectiva teórica que estabeleça as relações entre esses nexos causais e a totalidade social; como as particularidades ganham expressão

ou de que modo fazem parte da sociedade humana global em seu estágio contemporâneo.

Com sentido de dar conta de uma análise, mesmo que preliminar, sobre os diversos aspectos acima mencionados, é relevante tratá-los como fenômenos passíveis de compreensão por meio de suportes teóricos que sustentem argumentos críticos. Para tanto, foram utilizados no presente artigo elementos teóricos de um importante autor brasileiro, Florestan Fernandes, com sentido de auxiliar e dar densidade a tais argumentos.

Dessa forma, cabe à frente no presente artigo delinear o trajeto de exposição em momentos que amplifiquem e problematizem questões já anunciadas, à luz de Florestan Fernandes, sob a forma de dois tópicos. O tópico a seguir adentra especificamente na relação entre a Teoria da Dependência e Florestan Fernandes (1972; 1975; 2005; 2016), sob o aspecto intrínseco da propositura deste autor. No segundo tópico, apresentamos uma síntese preliminar à luz de Florestan Fernandes (1972; 1975; 2005; 2016) do modelo de desenvolvimento brasileiro entre 1964 até os governos populares dirigidos pelo PT.

Tendemos a concordar com Limoeiro Cardoso (2005) a respeito de que a conformação da interpretação/explicação da especificidade do capitalismo brasileira ganha *forma* no conceito de *capitalismo dependente*. Florestan buscou construir um programa robusto de investigação sobre o capitalismo brasileiro (FERNANDES, 1976). Tal programa evoluiu e sofreu fortes influências do contexto de enrijecimento da autocracia e do próprio impacto que esse processo exerce sobre a “estrutura anímica” de Florestan Fernandes (NETTO, 2005). As contradições subjetivas, relatadas pelo próprio sociólogo (CHASIN *et al.*, 1981), provenientes das encruzilhadas entre a vida política e a vida acadêmica, ganham contornos que imprimem uma predominância daquela primeira em relação a esta última, ao contrário do que vinha sendo traço marcante da atividade do sociólogo, no período anterior a sua aposentadoria compulsória em 1969.

Em virtude disso, do programa de investigação sobre o capitalismo dependente brasileiro e das transformações capitalistas no Brasil sobressaem às análises das classes sociais e das dinâmicas da luta de classes na formação dessa sociedade (NETTO, 2005) e o diálogo com o que há de mais fecundo no pensamento crítico que reside na “recuperação marxista” da compreensão de Revolução Social (NETTO, 2005).

Fundada sob esse signo, a assim chamada “Teoria Marxista da Dependência”, corrente teórica e ideopolítica inaugurada por nomes como os de Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos e que se mantém por meio de seus continuadores, é exemplar (TRASPADINI; STÉDILE, 2005; BAMBIRRA, 1999; DOS SANTOS 1978). Estes autores desenvolvem uma crítica da economia política a partir de uma perspectiva latino-americana e se inscrevem na multifacetada teoria política de tradição marxista da região. Como

construção teórica e chave-explicativa para a interpretação dos contornos das sociedades brasileira, latino-americana e aquelas historicamente subalternas no desenvolvimento histórico do capitalismo global, a teoria marxista da dependência parece fornecer-nos instrumentos teórico-analíticos privilegiados, fundamentalmente pela abordagem que construiu na crítica da dependência estrutural e do capitalismo dependente, por exemplo, a forma particular de desenvolvimento que coube à sociedade brasileira.

Com a adoção da crítica da economia política, a teoria sociológica torna-se capaz de explicar a especificidade das relações capitalistas no Brasil: uma sociedade dependente de origem colonial que apresenta uma forma estruturalmente subordinada de integração à divisão internacional do trabalho hierarquicamente estruturada.

Dentre outras perspectivas dotadas da mesma veia e fundamento críticos (SODRÉ, 1967, 1982; PRADO JUNIOR, 1978, 2011; GORENDER, 1980, 1990; OLIVEIRA, 2013), outra interpretação do desenvolvimento do conjunto das relações sociais forjadas sob o signo capitalista dependente é a de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro de origem paulista – afora a urgente necessidade de uma investigação que recaia sobre a identificação das convergências e distanciamentos, ou mesmo complementariedade, entre as interpretações de Florestan Fernandes e aquelas vinculadas à teoria marxista da dependência. A abordagem que Florestan desenvolve sobre a sociedade brasileira, por sua vez “sociológica”, está marcada pela adoção da crítica das relações sociais que tem bases na crítica da economia política de orientação marxista e que, por isso mesmo, elabora uma análise globalizante, “macrossociológica”, do conjunto das estruturas, dinâmismos, funções e ritmos do desenvolvimento capitalista no interior dessa sociedade. Esta característica faz com que a interpretação que Florestan desenvolveu do Brasil chame a atenção pelos diálogos e atitude crítica que ele estabelece diante da “herança clássica” do pensamento sociológico (FERNANDES, 1980; NETTO, 2005). A sociologia de Florestan Fernandes já foi caracterizada por certo “ecletismo” de sua obra (COHN, 1987). Entendemos que, menos a orientação eclética – que segundo, essa visão, parece “desvanecer” com a consolidação de sua obra madura – e mais a atitude sociológica radicalmente dialética – que nega pela incorporação –, conferem robustez à sua obra e lhe permitem superar os elementos fragmentadores e individualizantes do método científico burguês através do persistente vínculo à luta de classes presente em suas interpretações sociológicas.

Sabe-se que a sociologia de Florestan Fernandes figura entre os esforços mais autênticos e proeminentes de consolidação da sociologia brasileira, seja em sua linhagem crítica (FERNANDES, 1977; IANNI, 2006), moderna (LIMOIRO CARDOSO, 2005) ou mesmo como forma de pensamento propriamente científico (CARDOSO, 1987). Neste sentido, pensamos ter a obra de

Florestan Fernandes uma capacidade heurística para lançar luz sobre os problemas esboçados. Referimo-nos, mais especificamente, a uma problemática no interior de sua obra (LIMOEIRO CADOSO, 1996): sua análise da estrutura de classes brasileira, a partir da qual desenvolveu o conceito de capitalismo dependente (LIMOEIRO CARDOSO, 2005).

A investigação sobre a formação da sociedade brasileira fica comprometida quando desvinculamos o estudo de sua gênese histórica atrelada ao desenvolvimento do capitalismo como realidade no mundo. Para Florestan Fernandes, a ênfase na origem colonial e na formação histórica dos países latino-americanos talvez seja uma diferença fundamental que o distancia da teoria marxista da dependência – essas duas dimensões ocorrem *pari passu* e nutrem-se reciprocamente, lançando luz sobre a permanência de elementos coloniais no desenvolvimento capitalista dependente brasileiro. O “Brasil colonial” participa do processo, ainda que de modo periférico e subordinado à história e expansão do capitalismo mundial. Com a independência nacional, a abolição da escravidão, a tendência à generalização do trabalho assalariado e a criação de um mercado interno tipicamente capitalista, internalizam-se mecanismos propriamente capitalistas na sociedade brasileira. Ainda assim, persistem formas históricas “sub”, “pré” ou “extra” capitalistas não superadas, mas que são “funcionais” ao padrão de desenvolvimento que se inaugurara no Brasil. Essas formas históricas “sub”, “pré” ou “extra” capitalistas não são estritamente econômicas e políticas e tendem a atingir as mais amplas dimensões da vida social e cultural, decisivamente pelo traço agrário inerente à resistência sociopática à mudança social que remetem ao congelamento da descolonização como colocado insistentemente por Florestan Fernandes.

As tentativas de ruptura com esses bloqueios de origem colonial se articulam com o processo de desenvolvimento da sociedade propriamente capitalista, modificando ou revitalizando esses bloqueios. A revolução burguesa no Brasil como processo de instauração de transformações capitalistas foi esterilizada, desde seu berço, das suas possibilidades democratizantes, culminando com a concretização de uma autocracia-burguesa como contrarrevolução auto-defensiva de caráter permanente. Em seus escritos de ordem sintética, especificamente em *O que é revolução*, Florestan Fernandes (1981) explica que isto se deve ao caráter retardatário das burguesias nativas em relação a suas homólogas nos países centrais, que atingem um altíssimo grau de concentração de capitais e de poder desembocando nos grandes monopólios de finais do século XIX. Para além das rápidas transformações na base técnica do capital, essas burguesias aprenderam a conviver com a luta de classes, deslocando o eixo político dos movimentos socialista e comunista à luta dentro da ordem. As burguesias latino-americanas entram em cena justamente quando a burguesia internacional já incorporara técnicas para a contrarrevolução em escala global através de uma

rede institucional envolvendo Estado, empresas e sindicatos, fato que se bem não eliminou do horizonte a possibilidade da revolução, ampliou as vantagens “na utilização da luta de classes em proveito da defesa do capitalismo” (FERNANDES, 1981, p. 41). O atraso das burguesias brasileiras e latino-americanas as empurra a assumir esse caráter contrarrevolucionário irradiado do centro bloqueando constantemente as possibilidades de mudança social em favor da classe trabalhadora e das camadas subalternas.

Mais recentemente, desenvolveu-se a interpretação de que a autocracia-burguesa brasileira passou por uma crise com a transição da ditadura para a Nova República. No entanto, essa autocracia nunca deixou de estar presente ao longo de todo o período a pesar do pacto de conciliação ensaiado a partir da Constituição de 1988, sobretudo durante os governos do PT. Os acontecimentos recentes põem na ordem do dia a vitalidade tanto do modelo autocrático-burguês, quanto da persistência de nexos coloniais no interior do capitalismo dependente brasileiro.

As interpretações sobre a relação entre “herança colonial” e capitalismo brasileiro são constructos teóricos robustos e de grande envergadura que, em maior ou menor medida, imprimiram influência nos estudos, debates e no desenvolvimento da formação do capitalismo brasileiro.⁵ A depender do necessário grau de aprofundamento à disposição do investigador, a abordagem sistemática de cada uma delas e o respectivo enquadramento histórico demanda, por si, a realização de investigações mais ou menos específicas de largo fôlego e de um trabalho constante de articulação e diálogo entre essas interpretações.

Esforços nesse sentido podem ser observados em Malta *et al.* (2011), Calixtree Almeida Filho *et al.* (2014), Ricupero (2008), Pericás e Secco (2014), Cardoso (2013) e Sampaio Junior (1997). Tendo isso em vista, a arbitrariedade na seleção de uma ou outra interpretação do Brasil conjuga a sua adequação ao problema sociológico em questão com as possibilidades à disposição do pesquisador na abordagem teórico-metodológica das interpretações. Há de se destacar, ainda, que não é para si que o problema de estudo se volta, mas para a compreensão da realidade concreta da qual ele é um enquadramento particular.

Posto está que este é um tema que se vincula a toda uma constelação de questões: o tema do subdesenvolvimento e de seus requisitos estruturais e dinâmicos; dos padrões contemporâneos de organização do mercado mundial e da articulação da divisão internacional do trabalho; do imperialismo e de suas formas de manifestação no capitalismo hoje; das implicações históricas da transnacionalização do capital e do papel que cumpre o capital financeiro nesse processo; e das decorrências societárias e civilizacionais da articulação desses

⁵ Parece-nos que estudos sobre a influência e o impacto das teorias do Brasil sobre o próprio desenvolvimento histórico da sociedade brasileira ainda carece de um balanço sistemático.

fatores. E é no entrelaçamento dessa série de questões com os fatores estruturais e dinâmicos do capitalismo brasileiro, a fim de desenvolver uma compreensão o mais próximo da precisão possível, que alguns esforços vêm sendo empreendidos.

Como já mencionamos, a obra de Florestan Fernandes pode ser compreendida como marco fundacional da moderna sociologia brasileira, da atualidade dessa sociologia e da interpretação do Brasil nela contida que vêm sendo reiteradas (NETTO, 2005; LIMOEIRO CARDOSO, 2005; OURIQUES, 2014). Apesar de, como destaca Miriam Limoeiro Cardoso (1995; 1996; 2005), as abordagens mais recorrentes das formulações de Florestan Fernandes serem pouco dispostas a lançar luz sobre as análises florestanianas do capitalismo dependente e sua conceituação dessa especificidade capitalista, esforços têm sido realizados nesse sentido⁶.

Florestan Fernandes, na interpretação do Brasil, desenvolve sua concepção do *capitalismo dependente* enquanto especificidade societal que parece gozar de vitalidade na abordagem sociológica dos recentes desdobramentos no Brasil. Referimo-nos, mais especificamente, ao conjunto de textos em que confere acabamento ao conceito de capitalismo dependente (LIMOEIROCARDOSO, 2005) e opera uma recuperação marxista da categoria de revolução social (NETTO, 2005): *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (cuja primeira edição fora publicada em 1968), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (a primeira edição datada de 1972) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (primeira vez publicada em 1975). A inclusão do texto *Poder e Contrapoder na América Latina* emana do fato de nele Florestan manter a interlocução entre os temas da revolução social e da colonização, mais propriamente, das possibilidades e bloqueios da descolonização postas na América Latina, em um desdobramento da discussão sobre capitalismo dependente.

No sentido da construção de nossa investigação, nos guiamos pela seguinte pergunta: de que modo se articulam no presente um avanço propriamente capitalista com a reposição de nexos coloniais? Como é possível pensar o passado, não como tempo histórico pretérito, mas como dimensão histórica colocada na qualidade de ponto de partida para o presente e também como ponto de chegada, como culminância de um processo histórico? Como poderíamos determinar aquilo que é nexo colonial persistente e aquilo que não o é? Qual é o lugar do “não colonial” na sociedade capitalista no Brasil? Quais as vias de contenção ou suplantação dos nexos coloniais? Elas estão colocadas na história

⁶ Além das próprias pesquisas de Miriam Limoeiro Cardoso (1994; 1995; 1996; 2005) sobre o tema, o estudo de doutoramento de Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr. (1997) insere-se por entre os esforços de resgate das formulações teóricas de Florestan Fernandes na explicação do capitalismo dependente brasileiro.

contemporânea? Essas questões orientam nosso olhar sobre a problemática aqui desenhada.

Na tarefa de resgate da teorização de Florestan Fernandes, o critério de seleção dos livros *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e *Revolução Burguesa no Brasil* vem de nossa concordância com Miriam Limoeiro Cardoso (1994; 1995; 1996; 2005), que identifica especificamente nestes momentos da obra de Florestan o trabalho com o capitalismo dependente como *conceito*, ferramenta heurística. A escolha do texto *Poder e Contrapoder na América Latina* se deu pelo fato de estarmos trabalhando com a hipótese de que o processo que o autor identifica como *congelamento da descolonização*, na análise que desenvolve das Revoluções Interrompidas na América Latina, além de pouco trabalhado nas abordagens até então desenvolvidas sobre sua obra, parece também indicar aspectos decisivos para as reflexões contidas em nossa pesquisa, fundamentalmente no cotejamento da compreensão desse processo com aquilo que Florestan denomina de *condição colonial permanente* e as relações que esta guarda com o *conceito de capitalismo dependente* (FERNANDES, 1972).

No resgate desse conceito, buscaremos recuperar questões teóricas centrais como condição colonial permanente; congelamento da descolonização; interrupção das revoluções; desenvolvimento, subdesenvolvimento e desenvolvimento; autocracia-burguesa; imperialismo e imperialismo total. Pretendemos identificar de que modo essas questões se conectam na elaboração do conceito de capitalismo dependente e como este conforma uma ferramenta teórica capaz de subsidiar uma interpretação das manifestações da “herança colonial” e os modos pelos quais elas se dão no capitalismo dependente brasileiro.

A saída para a crise da ditadura empresarial-militar foi equacionada em torno de um pacto que apontava para certa “paz” entre as classes sociais. A ditadura direta, instaurada em 1964, foi lançada como forma de superar a crise do poder burguês, de modo que ela não desembocasse em uma crise da dominação burguesa no Brasil. O regime ditatorial foi o momento de culminância do ingresso do capitalismo brasileiro em sua fase monopolista. Foi o pião definitivo de sua transição do capitalismo neocolonial para o capitalismo dependente. Essa transição carregou consigo toda uma série de determinações que implicaram na colocação dos antagonismos entre capital e trabalho em um novo patamar. A atrofia de determinadas dimensões propriamente capitalistas é superada pelo sabre, pelo canhão e pela abertura e internalização do grande capital monopolista. A forma abertamente ditatorial de gerenciamento desse salto ao capitalismo monopolista entrou em crise e “colapsou”. A transição, ou “abertura democrática” do regime autocrático data de mais três décadas atrás. A “Nova República” e o pacto social que figura como um de seus “parteiros” são marcados, nos cerca de trinta anos transcorridos, por certas rotações históricas.

Ainda que tenha sido conformado em torno de um pacto, uma tentativa de equilibrar dinamicamente os antagonismos entre capital e trabalho, a crise do regime autocrático emergia como uma oportunidade histórica para trabalhadores urbanos e rurais, seus setores mais organizados e as massas populares despossuídas de fazerem frente ao poder e à dominação burgueses, pois foram os setores mais impactados negativamente pelo regime criado para conferir prioridade incontestante às transformações capitalistas visadas. Era do interesse desses setores que a ordem fosse aberta à participação efetiva das camadas subalternizadas na definição dos rumos da sociedade nacional. Ocorre que o pacto firmado, crivado pela prevalência da perspectiva de conciliação de interesses de classes sociais antagônicas, teve implicações neutralizadoras e esterilizantes a essa participação. A natureza da “abertura” foi programada para ser uma distensão “lenta, segura e gradual”, uma verdadeira “transição transada” como frisara Florestan Fernandes (FERNANDES, 2011), por meio da qual se buscava preservar a ordem social competitiva de qualquer possibilidade de crise e colapso da dominação burguesa.

Tendo em vista que a “Nova República” foi amalgamada em termos de preservação e defesa da ordem, o antagonismo estrutural/estruturante da sociedade capitalista, e a luta de classes a ela inerente, sofrem uma contenção e a pressão dos setores do trabalho ficou sufocada por uma perspectiva de conciliação entre os polos antagônicos. Compreendemos que esse pacto e a dinâmica da conciliação passou por fluxos e refluxos na medida em que as contradições eram ou não aproveitadas em favor das classes e dos setores organizados em disputa. Se as décadas de 1980 e 1990, no Brasil, estiveram marcadas pela ascensão da luta de classes mesmo com a desagregação das experiências socialistas, a década seguinte contou com um contraditório processo de ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República e de uma contenção e represamento de lutas dos trabalhadores que desembocou em um reformismo conservador e na reprodução dos parâmetros da ordem. As raízes desse contraditório movimento não parecem ter sido explicadas à exaustão, até porque foi preciso que esse pacto e esse “modelo político” entrassem em crise profunda para que suas contradições aflorassem e a explicação do *auge* e *declínio* do pacto, bem como de seus operadores, pudesse ser elaborada. Ocorre que, mesmo que tal pacto esteja em uma “crise terminal”, por tratar-se de uma expressão do “círculo de ferro” do padrão de dominação burguesa sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 1975), existem reais possibilidades para sua restauração ou do estabelecimento de um novo tipo de pacto, à medida que os fundamentos da dominação burguesa persistirem: dependência e permanência dos elementos coloniais.

Interpretações sobre a história recente do Brasil problematizam o sentido e a natureza do período pós-ditatorial. Para os setores do trabalho, a “desertificação neoliberal” (ANTUNES, 2004) no Brasil da década de 1990 colocou

uma enormidade de consequências e desafios. Para Ricardo Antunes, o Partido dos Trabalhadores não passou imune a essas circunstâncias e transitou de “partido de esquerda contra a ordem [e] foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o país também se modificava” (ANTUNES, 2004). Em 2002, com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições, Luís Inácio “Lula” da Silva chega à presidência da república e encontra um quadro dramático em virtude da referida desertificação. Nesse cenário, o partido já não se mostra como outrora e torna-se “paladino do neoliberalismo” (ANTUNES, 2004), aumenta a sujeição, amplia o “desemprego e a informalidade do trabalho”, além de estancar a produção em benefício dos capitais financeiros (ANTUNES, 2004).

A icônica evocação que Francisco de Oliveira faz do ornitorrinco (2013) para representar o “transformismo” do Partido dos Trabalhadores é categórica. Francisco de Oliveira compreende, assim como Ricardo Antunes (2004), além das análises de Pinho (2015) e Soler (2015) o transformismo do partido e a adesão ao neoliberalismo, criaram uma nova forma de sujeição dos setores do trabalho vinculados ao Partido dos Trabalhadores e deram nova injeção de ânimo à dominação burguesa no Brasil, agravada pela proeminência que assumira formas de acumulação que remontam à “acumulação primitiva” (MARX, 1985; OLIVEIRA, 2013).

Nesse mesmo sentido é que Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior (2011) tem trabalhado com a tese de que o Brasil vive um processo de *reversão neocolonial*. O não rompimento com os fundamentos da origem colonial dos países onde vigora o capitalismo dependente, dependência e o subdesenvolvimento, bloqueiam e mesmo criam condições para regressões estruturais severas fortemente influenciadas e controladas pelas formas mais avançadas do imperialismo total (FERNANDES, 1975), satelitizando e vulnerabilizando ainda mais as condições do país em consolidar e controlar seu desenvolvimento.

Uma das saídas para o desenvolvimento do Brasil vislumbrada por alguns setores da intelectualidade brasileira foi aquilo que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo ou novo-desenvolvimentismo (CASTELO *et al.*, 2010). Diferentemente do que ficou conhecido como desenvolvimentismo, a perspectiva do neodesenvolvimentismo não prioriza a autonomização do desenvolvimento econômico e a internalização dos centros de controle sobre esse desenvolvimento. Grosso modo, tratar-se-ia da ideia de que seria possível lançar o desenvolvimento capitalista a novos patamares mediante uma intensificação da entrada de capitais estrangeiros e da compra de tecnologias avançadas financiando esse processo a partir de uma matriz primário-exportadora, mantendo intocada, ou por vezes agravando, a inserção subordinada do país no mercado capitalista global (CASTELO *et al.*, 2010).

Conduzindo a interpretação em outra perspectiva, André Singer (2015) discute o “ensaio desenvolvimentista” de Dilma (2011-2014) e argumenta ter havido certa dissolução daquilo que ele compreende como “frente produtivista”, associação entre setor industrial brasileiro, centrais sindicais (CUT e Força Sindical) e sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos, setores importantes para o “ensaio desenvolvimentista”. Em decorrência dessa dissolução, formou-se uma “frente única da burguesia”, associando os setores industriais brasileiros que, sob o auge do “lulismo”, vincularam-se à referida “frente produtivista”, unificando “programaticamente” as frações burguesas.

Há um lugar comum entre os interesses burgueses, ainda que existam especificidades importantes que implicam em uma diferenciação prática e que o sistema sociometabólico do capital esteja fundamentado na racionalidade do interesse individual. Todavia, essas frações unificam-se em torno daquilo que de fato são: burguesias. Nesse sentido, parece que Florestan ajuda a compreender a natureza da ação de classe dessas frações. O chamado “modelo autocrático burguês de transformação capitalista” confere sentido histórico específico a esse movimento de unificação de classe da burguesia, assim como também mantém a coesão interna através de perpetuar a dimensão propriamente “nacionalista” do desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo que tenha um caráter supérfluo e essencialmente antinacional.

O impedimento do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff e quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores, com o estabelecimento do governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – e vice-presidente eleito na chapa encabeçada pelo PT), operaram algumas modificações na condução do Estado brasileiro. A deposição de Dilma Rousseff não se deu sem que alguns setores populares se mobilizassem contrários ao *impeachment*, mas a classe em peso não se mobilizou para defender o governo devido à insatisfação com as condições sociais criadas durante os governos petistas, insatisfação esta que não deve ser confundida com uma apatia por parte das massas. Delineou-se em torno do governo de Michel Temer um programa de maior aprofundamento da neoliberalização, com a liquidação de direitos sociais conquistados e a compressão das despesas públicas em áreas sociais, como se verificou com a aprovação, em 2016, com a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. A aceleração do processo de ajustes estruturais que já se encontrava em curso, mas em menor “velocidade”, é uma dessas modificações. Uma das questões postas na avaliação do que teriam sido os mandatos presidenciais do PT refere-se ao grau de neoliberalização inscrito nesse governo, em que setores da burguesia tiveram uma inserção privilegiada no interior do Estado para garantir o processo de acumulação; por outro lado, a forma contraditória pela qual, setores populares

que sempre deram enorme sustentação política aos governos do PT, tiveram suas demandas atendidas nesse período.

Com efeito, no sentido de o Estado cumprir a condição de corrigir defeitos estruturais sistêmicos no tripé Capital-Trabalho-Estado, o neodesenvolvimentismo implementado pelo PT no governo parece representar uma função categórica, mesmo que não seja capaz de cumprir o mesmo papel do nacional-desenvolvimentismo, não parecendo estar disposto a estabelecer uma agenda para a autonomização do desenvolvimento capitalista nacional (SAMPAIO JUNIOR, 2012). A adesão do petismo ao neodesenvolvimentismo (SINGER, 2016) diz muito sobre a natureza das alternativas pretendidas. Florestan Fernandes, que sempre manteve uma atitude crítica diante do desenvolvimentismo (CASTELO, 2011), ainda que ela tenha se radicalizado ao longo de sua vida, o situava como perspectiva de autonomização do desenvolvimento capitalista nacional brasileiro. As modificações pretendidas pelos desenvolvimentistas estavam, no limite, no espectro da “revolução dentro da ordem”. Parece-nos, entretanto, que a condição histórica na qual se inscreve o neodesenvolvimentismo hoje responde mais aos imperativos da contrarrevolução permanente que propriamente a uma pressão em favor dos “de baixo” ou mesmo da Nação, pois é balizada a partir de uma estratégia de pacto social pelo alto, conciliação entre capital e trabalho e de alinhamento aos interesses dos centros imperialistas, neutralizando os progressos possíveis dessa perspectiva. Mais ainda, o neodesenvolvimentismo, nesses termos, tende a agir no sentido do aprofundamento dos nexos de dependência a esses centros, pois, ao contrário de ser um contraponto ao Consenso de Washington, perfila-se a ele (CARCANHOLO, 2011).

A esse contexto de crise da estratégia do lulismo e do petismo⁷, foi dada como resposta um programa político⁸ de indisfarçável radicalização do processo de liberalização econômica, de flexibilização e reversão de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, aprofundamento dos nexos de dependência da sociedade brasileira em relação aos centros capitalistas hegemônicos, além de um reposicionamento geopolítico tanto em termos locais, quanto uma associação mais direta aos interesses geopolíticos estadunidenses. Não se trata do entendimento de que a ascensão do PMDB à presidência da República e seus desdobramentos

⁷ Seria inconsistente situar o programa político do PT naquilo que se convencionou chamar de “estratégia democrático-popular”. Essa estratégia, que fora concebida e adotada na construção do partido junto a suas bases, na transição da década de 1970 para 1980 até o crepúsculo desta última, foi sendo progressivamente abandonada e o programa político desloca-se de um eixo programático tendo por referência as classes subalternas passando a adotar, progressivamente, uma perspectiva pluriclassista e de conciliação de classes. Parece contraditório com o que diz do programa democrático popular no texto e no resumo

⁸ O programa “Uma Ponte para o Futuro” foi apresentado como programa político do PMDB ainda antes do afastamento da presidente Dilma Rousseff e parece ter cumprido a função de mostrar a disposição, naquele momento ainda provável, do governo federal em assumir compromissos com uma agenda fortemente liberal.

inaugurem um ponto de inflexão histórica ou um projeto político distinto daquele do PT. Basta pensarmos o Estado a partir daqueles parâmetros desenhados por Mészáros (2002) em *Para Além do capital*, obra na qual o autor atenta para o fato de que este é uma estrutura de alienação por excelência cuja função no sistema socio-metabólico é garantir a expansão do capital e proteger as condições de extração de mais trabalho. A diferença entre o caso concreto e a análise é de intensidade com a qual os ajustes estruturais têm sido realizados, na medida em que as opções colocadas ao e pelo petismo, por meio da estratégia neodesenvolvimentista, dispunha de mecanismos de apassivamento, criando obstáculos à construção de uma alternativa radical. Dada a não vinculação do governo Michel Temer (PMDB) a bases populares, aquilo que chegou a ser denominado como mecanismos de “apassivamento” entram em crise e tornam os ajustes estruturais, que já vinham ocorrendo, e suas consequências indisfarçáveis.

Em síntese, a resposta das frações burguesas ao encerramento de um ciclo político marcado pelo pacto social do qual o PT participou, estabelecendo uma capilarização do pacto mediante um processo de apassivamento de consideráveis setores sindicais e populares nos marcos da mencionada contrarrevolução autodefensiva, foi o abandono do referido governo mediante a efetivação do impedimento do quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores. Seguem-se rearranjos em torno da “governança” nacional, com uma nova acomodação desses setores, agora diretamente vinculados à administração do Estado brasileiro, sem intermediação do petismo/lulismo. Esses elementos parecem acelerar o esgotamento do PT enquanto partido, que outrora esteve mais aproximado de um programa político popular, denominado por alguns de “estratégia democrático-popular”, tendo em vista que ela se configurou como linha de menor resistência à ofensiva capitalista, dada a prioridade da política de conciliação de classes (MARQUES, 2012).

Indicações do campo econômico e do campo político sinalizam uma resposta conservadora à crise. A instabilidade política nacional e regressão no campo dos direitos sociais⁹, catalisadas pela decadência do petismo e do lulismo, alimentam um terreno político e sociocultural a partir do qual emergem respostas que tendem tanto a reafirmar os fundamentos materiais associados à crise quanto a criar um movimento propriamente contestador desses fundamentos e até mesmo negador da ordem. Como entendera Florestan Fernandes, trata-se das possibilidades históricas inscritas nos contextos de crise da sociedade brasileira: “defesa da ordem”, “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a

⁹ Não queremos estabelecer aqui uma ligação direta entre a saída do governo do Partido dos Trabalhadores e a perda de conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente porque a gestão do próprio PT foi participe direto em processos de desmonte e flexibilização de direitos. Entendemos que está havendo uma aceleração dessa tendência regressiva no campo dos direitos, não uma mudança na estrutura da política social.

ordem". Em torno da primeira possibilidade, concentram-se os esforços de autopreservação da ordem, de lançamento de todos os recursos possíveis para que o atual estado de coisas não entre em colapso e ponha em risco a sua viabilidade. A "revolução dentro da ordem", que diz respeito à introdução de modificações importantes, mediante pressão organizada "dos de baixo", vincular-se-ia também à última possibilidade, não fosse à condição de que o alargamento e abertura da ordem a pressões construtivas ser bloqueada por mecanismos de resistência à mudança, que fecham o capitalismo brasileiro à efetiva participação dos trabalhadores e camadas subalternas dessa sociedade; além de a introdução de mecanismos de integração e participação na ordem, quando ocorrem, tenderem a funcionar como mecanismos próprios de autopreservação. Assim, "revolução contra a ordem" configura-se como possibilidade efetiva de ultrapassagem do estado de coisas em que se encontra a sociedade brasileira, pela desintegração dessa ordem social e da construção de uma nova alternativa.

Pensar a atualidade de Florestan Fernandes a partir dos desdobramentos recentes do capitalismo dependente é um esforço que, de algum modo, já vem sendo desenvolvido. A própria tese da reversão neocolonial (SAMPAIO JUNIOR, 2011), apesar de procurar ser uma síntese a partir de três autores (Caio Prado Junior, Celso Furtado e Florestan Fernandes), apresenta traços bem definidos da influência de Florestan, muito decisivamente no modo como o sociólogo socialista pensava as naturezas das relações de classe no Brasil, do modo pelo qual os nexos de dependência tendem a atualizar-se e no modo como esses dois aspectos imprimem traços dramáticos na segregação interna, própria aos países dependentes e nos quais o fundamento colonial não foi desagregado. Nesse sentido, a concepção de contrarrevolução permanente própria ao capitalismo dependente, que Florestan Fernandes desenhara mais decisivamente em "Revolução Burguesa no Brasil", exerce forte influência sobre aquilo que Plínio Sampaio Junior compreende como um processo de reversão neocolonial, na medida em que, além de carregar em seu bojo certa regressão do ponto de vista de transformações capitalistas, esse processo tende a ser profundamente autocrático. Ainda assim, parece ser necessário ampliar os esforços de trabalhar programaticamente com o conceito de capitalismo dependente, tal qual desenvolvido pelo autor e mesmo criticá-lo e atualizá-lo, a partir dos marcos do capitalismo brasileiro hoje, depois de mais de cerca de 30 anos de vigência de políticas neoliberais.

Do ponto de vista da utilização da leitura que Florestan Fernandes desenvolve da interrupção das revoluções, pouco se tem feito sobre a vigência ou vitalidade desse processo no Brasil contemporâneo. Ao que nos parece, na medida em que, acoplado ao conceito de capitalismo dependente, a radicalidade da leitura que o autor desenvolve do processo permitir compreender a natureza de certos bloqueios estruturais ao revolucionamento das sociedades capitalistas

periféricas de origem colonial permitiria compreender a transformação programática de certas forças sociais de origem popular no sentido de uma forte adequação à ordem, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, expondo a voracidade da defesa-da-ordem, os limites da revolução dentro-da-ordem e as possibilidades da revolução contra-a-ordem. A partir desses marcos, tornar-se-ia imperioso, inclusive compreender de que modo o *congelamento da descolonização* é um processo ainda em curso e identificar as convergências possíveis entre esse processo e a aquilo que está sendo chamado de *reversão neocolonial*.

O estudo de “sociologia teórica” em tela buscou lançar luz sobre um momento da obra de Florestan Fernandes. Trata-se de momento central na sociologia crítica desenvolvida pelo sociólogo paulista. Procuramos dar ênfase ao conceito de capitalismo dependente, compreendendo-o como um programa de investigação sobre o capitalismo brasileiro para explicar a sua especificidade. No período de 1964/5 a 1981 esse programa foi obstinadamente desenvolvido por Florestan, levando-nos a uma interpretação sobre a formação social brasileira.

A tarefa de lidar com o programa de investigação em torno do capitalismo dependente e de sua expressão heurística é em si altamente complexa. Por isso, na presente pesquisa buscou-se compreender como a contrarrevolução burguesa permanente e a interrupção das revoluções configuram-se como fundamentos para o conceito de capitalismo dependente na explicação do capitalismo brasileiro. Para tanto, estabeleceu-se um itinerário específico na obra de Florestan Fernandes. A opção pela especificidade do itinerário evidenciado aqui não se dá sem danos, fundamentalmente quando pensada a partir da perspectiva da totalidade. De todo modo, o que buscamos aqui foi estabelecer algumas indicações teórico-analíticas a partir do conceito de capitalismo dependente e da concepção florestaniana dos imbricados processos de contrarrevolução burguesa permanente para a construção de um programa de investigação sobre os desdobramentos o Brasil contemporâneo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal do Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas: Autores Associados, 2004.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. 15ª Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 2016**. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5.º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista. Brasília, DF: Presidência da República [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm. Acesso em: 31 out. 2020.

CALIXTRE, André Bojkian.; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (org.). **Cátedras para o desenvolvimento**: patronos do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. *In*: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XX**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 119 – 141.

CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. *In*: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XX**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTELO, Rodrigo. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. *In*: MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 291 – 327.

CASTELO, Rodrigo. **Social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHASIN, Jose; SAFFIOTI, Heleieth; BARSOTTI Paulo Douglas; RODRIGUES, Narciso; POTTES, Marilena; VAISMAN, Ester; REZENDE, Paulo Edgar. A pessoa e o político. Entrevistado: Florestan Fernandes. **Nova Escrita Ensaio**, ano IV, n. 8, p. 9-39, 1981.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. *In*: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 48 – 53.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n.2, p.111-125, janeiro-abril e maio-agosto, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agro-negócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).Porto Alegre: EdUFRGS, 2013.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo o Fascismo**: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano. Cidade do México: Edicol, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. *In*: **A Sociologia numa era de Revolução Social**. 2.ª Edição reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 314 – 338.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. *In*: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977. p. 140 – 212.

FERNANDES, Florestan. A herança clássica e seu destino. *In*: **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980. p. 19 – 44.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Brasil**: Em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Poder e Contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FERNANDES JUNIOR, Florestan. O adeus em um Olhar: a vida e a morte de Florestan Fernandes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/10/1699583-o-adeus-em-um-olhar-a-vida-e-a-morte-de-florestan-fernandes.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2017.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. *In*: IANNI, O. (org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil. *In*: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão popular, 2012.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. **Para uma história da sociologia no Brasil**: a obra sociológica de Florestan Fernandes – algumas questões preliminares. São Paulo: IEA/USP, dezembro de 1994.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes**. São Paulo: IEA/USP, agosto de 1995.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados/USP**, São Paulo, n. 10, v. 26, p. 89-128, 1996.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. Sobre a teorização do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes. *In*: FÁVERO, O. (org.). **Democracia e Educação em Florestan Fernandes**. Niterói/Campinas: EdUFF/Autores Associados, 2005.

MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecossistema do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

MARQUES, Morena Gomes Soares. **Em busca da revolução brasileira**: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil. 2012. 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos 1857-58: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Demian. Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje, 2016. **Blog junho**. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/sobre-o-fascismo-e-o-fascismo-no-brasil-de-hoje>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica da razão dualista/O Ornitorrinco**, São Paulo: Boitempo, 2013.

OURIQUES, Nildo. O intelectual militante. *In*: OURIQUES, N. **O colapso do figurino francês**. Florianópolis: Insular, 2014.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. (org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. 1997. Tese de Doutorado (Instituto de Economia/UNICAMP), Campinas, 1997.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial, **Revista Crítica e Sociedade: revista de cultura política – A crise atual do capitalismo**, v.1, n.3, p. 85 – 95, dezembro, 2011.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.112, p. 672-688, São Paulo: out/dez, 2012.

SINGER, André. Ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos CEBRAP**, n. 102, p. 43-71, 2015.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. *In*: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos. São Paulo: Boitempo, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo, Difel, 1982.

SOLER, Antônio. A crise do lulismo: ascensão e queda de um pacto social. Dossiê “Dez anos de governos do PT”, 2015. **Marxismo 21**. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/A-crise-do-lulismo-A-Soler.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

A DESRESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL COM AS POLÍTICAS SOCIAIS: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A PALMATÓRIA NEOLIBERAL¹

WENDEL AUGUSTO SANTOS GAMA²
GUILLERMO ALFREDO JOHNSON³

RESUMO

As concepções predominantes em torno da intervenção estatal a partir da última década do século passado pautam-se por uma crescente diminuição no seu papel de regulação social, aviltando as relações de trabalho, destruindo a proteção social e privatizando ostensivamente as instituições públicas. Os antecedentes em torno do Código de Menores vão perdendo legitimidade após a abertura democrática e buscam-se políticas mais restitutivas que punitivas. Ainda que no bojo da Constituinte diversas conquistas sociais foram plasmadas em direitos as políticas que resultaram no Estatuto da Criança e do Adolescente incorporam diversos elementos das diretrizes neoliberais. Destacam-se alguns destes aspectos no presente capítulo, decorrente da dissertação homônima.

Palavras-chave: capitalismo; Estado; políticas públicas; ECA.

Introdução

Indiscutivelmente, a infância tem ocupado espaços relevantes, principalmente quando tratam de projeto de sociedade, padrões de moralidade

¹ Este capítulo é parte da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Dourados (PPGS-UFGD) intitulada *A desresponsabilização estatal com as políticas sociais: o ECA e a palmatória neoliberal*.

² Graduado em Serviço Social pela Faculdade Bagozzi (2014). Especializado em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, pela Universidade Federal do Paraná (2016). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2019). Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É assessor especial do Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região, CRESS/MS.

³ Possui graduação em Psicologia (1996). Mestre (1999) e Doutor (2006) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Até meados de 2018, foi Professor da Universidade Federal da Grande Dourados e atualmente é Professor Associado na Universidade Federal do Maranhão. Realizou Pós-Doutorado em Ciências Sociais na UNESP/ Marília (2016) e foi Professor Visitante na Universidade Autônoma de México (2016). Leciona e pesquisa preferencialmente nos seguintes temas: Estado, democracia, políticas públicas e política latino-americana.

ou prospectivas sociais. Porém, dificilmente a pauta da infância toma grande espaço quando se pensa em crises sociais e econômicas, ainda que seja seara de atuação de diversos setores da sociedade. No Brasil, a década de 1980 é marcada profundamente pelo debate dos cuidados da infância, sendo evidenciados pelas diversas manifestações de violência que este setor da sociedade tem sido alvo.

Entretanto, também é importante ter presente como a infância pobre quase sempre é mencionada nas discussões sociais, frequentemente rodeada de instituições filantrópicas (religiosas, principalmente), assim como é objeto de inflamados discursos pelo ornamento jurídico. Entretanto e curiosamente, essas menções visam o encarceramento e o disciplinamento, seja por institutos ou fundações com ações voltadas a profissionalização, neste caso, com o intuito de adequar a força de trabalho infantil às demandas do mercado.

Ao passo que percebemos esses movimentos quando o assunto é tratativa e o cuidado com a infância e esses mesmos temas e *modus operandi* são identificados em épocas, governos, territórios diferentes, também começamos a nos questionar pela origem dessas ideias que parecem fazer tanto sentido para a orientação da infância.

Para retomar um fio histórico desses questionamentos evocamos um dos pais do liberalismo, John Locke, considerado um dos pensadores mais influentes desse ideário e um dos mais importantes teóricos quanto aos fundamentos das concepções de educação. Locke, em 1696, apresenta à Comissão de Justiça da Inglaterra um esboço sobre a inclusão empregatícia, sobre métodos e esquemas. Em boa parte se refere aos trabalhadores pobres, com julgamentos morais, assim como sugere uma proposta de trabalho forçado, punições físicas que pode chegar à mutilação e à pena de morte também para as crianças, apontando-as como “um fardo para a paróquia” (TAMBARA; ARRIADA, 2017, p. 372).

O avanço da sociedade capitalista teorizada pelos grandes liberais como John Locke, já apontava qual seria o ideário sobre a infância pobre:

Que se algum menino ou menina, abaixo de quatorze anos de idade, for encontrado mendigando fora da paróquia onde eles habitam (se dentro de cinco milhas de distância de tal paróquia) eles devem ser enviados para a próxima *working-school*, onde deve ser exaustivamente chicoteado, e mantido no trabalho até o anoitecer, para que possa ser mandado embora com tempo suficiente para que consiga chegar ao seu lugar de moradia ainda naquela noite. Ou, se eles morarem mais longe do que cinco milhas do lugar onde forem encontrados mendigando, que sejam enviados para a próxima casa de correção, para lá permanecerem trabalhando por seis semanas, e quanto tempo mais até a próxima sessão após o final das ditas seis semanas (TAMBARA; ARRIADA, 2017, p. 367).

Essas ideias, que lançam bases para a formação de nova sociedade na transição para superar o modo de produção feudal e buscar superar as formas de arbitrariedade que desembocaram no absolutismo reinol, fundamenta o que hoje chamamos de liberalismo, exportado para todo globo através do processo de colonização que persiste por séculos.

Era considerado normal, nos séculos XVIII e XIX, o emprego de mulheres e crianças (também do sexo feminino), com disciplinas de trabalho que envolviam castigos físicos, por homens. A submissão de crianças e mulheres ao trabalho se dá através de uma variada gama de violências, entre as que insistiam com o escasso pagamento pelo trabalho realizado (SANTOS, 2012). As obras de Marx (2013) e Engels (2010), entre outras, relatam as extenuantes jornadas de trabalho a que os trabalhadores, incluídas crianças e adolescentes, eram submetidos durante a Revolução Industrial ao preço da alta morbidade e mortalidade, com seus corolários de desamparo e pobreza.

Para nos atermos ao objetivo deste artigo, vamos aproximar a lupa sobre o Brasil e darmos um salto histórico para encontrarmos ainda forte e pulsante o ideário liberal para infância. No Brasil, a história da infância, além de profundamente marcada pela violência e privação como métodos pedagógicos, tanto na esfera privada, quanto na pública, é marcada pela desresponsabilização do Estado e a “terceirização” de serviços ligados a crianças e adolescentes. Primeiro foi à caridade e, a partir de meados do século XX, se soma à filantropia, ambas subsidiadas por dinheiro público: a novidade na seara lucrativa da prestação de serviços socioassistenciais é a inserção de empresas alistando a sociedade civil para o “terceiro setor”.

Evidenciamos, neste capítulo, os mecanismos e fluências econômicas e políticas do capitalismo financeiro e neoliberal que minam e relocam os direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, fortalecem o “Terceiro Setor” e atualizam a “beneficência”. Trazemos à discussão as lutas dos movimentos sociais para a efetivação estatal dos cuidados relativos a crianças e adolescentes no Brasil, bem como a correlação de forças para se alcançar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apontamos elementos para identificar e desvendar as fragilidades e ambiguidades que favoreceram a entrada do discurso neoliberal no campo das lutas sociais, tais como o redimensionamento da “sociedade civil organizada” e das “organizações não governamentais”, como também “cidadania” e “democracia”.

Debruçamo-nos sobre o ECA visando destacar que, mesmo sendo a mais avançada das legislações para a proteção das infâncias, ainda não rompeu com o ideário liberal. Enfatizamos que a dificuldade de cumprir com uma proteção integral, ainda que de maneira formal e institucional, está fortemente imbricada com a questão econômica.

Brasil e as bases do ECA sob a palmatória neoliberal

As políticas voltadas para crianças e adolescentes, inscritas no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 6.069 de 13 de julho de 1990, elaboradas à luz da Constituição Federal de 1988 (CF 88), findam a legislação anterior, baseada no Código de Menores (lei nº 6.697, de 10 de outubro 1979) que tinha enfoque na internação para disciplinar, de caráter punitivo e encarcerador. Com o ECA, a visão social sobre a criança muda de paradigma, dentro do âmbito das políticas públicas, passando a ser considerada cidadã em desenvolvimento e universalizante, não somente a “carentes”, como concebia o Código de Menores. Porém essa conquista social, já nasce com sérias limitações na sua implantação, pois com o fim da ditadura militar de 21 anos os governos democráticos focaram a preocupação em estabilizar a moeda e desenvolver a economia. Com essa meta atingida pelo Plano Real e a incorporação das diretrizes do Consenso de Washington, a CF 88 começou a ser vista por setores dominantes como uma pedra de tropeço para a economia nacional (palavras de Bresser-Pereira), assim inicia-se o processo de desresponsabilização do Estado e o redirecionamento das políticas sociais.

Entre os direitos sociais que entram na mira dos governos, agora neoliberais, é a assistência social e política, esta historicamente ligada à filantropia, seja pela ação religiosa, seja por grupos ligados por alguma ideologia de ajuda humanitária e caridade (maçons, confrarias e etc.). Dessa forma, transferir essas responsabilidades para as agora chamadas Organizações da Sociedade Civil não parece se tornar um grande empecilho. Tendo em vista que mesmo na CF 88 com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) tenha mudado o paradigma com relação às políticas de assistência social, já na década de 1990 foram redirecionadas a partir do Programa Comunidade Solidária (nos governos Fernando Henrique Cardoso). Muitas instituições continuaram seus serviços em atendimento de crianças e adolescentes, sendo que com leis federais expandem-se a participação das empresas privadas.

A proximidade entre assistência e repressão, quando não estão juntas são a mesma, por isso a figura da palmatória não é estranha, ainda mais quando o assunto é a infância, onde a violência já foi (em muitos casos, ainda é) considerada prática pedagógica. Por mais que a Constituição de 1988 traga a perspectiva de sujeito de direito, diante da conjuntura neoliberal a palmatória foi erguida contra o ECA. Iremos apresentar algumas características do neoliberalismo para as políticas sociais que coadunam com o conjunto de regras econômicas.

A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Bresser Pereira, é dito e escrito que a Constituição Federal foi um “retrocesso burocrático”, uma pedra de tropeço para modernização da ação e avanço do

mercado, o que coaduna com o ideário liberal que prega a assistência social somente para os “pobres dos pobres”. Essa política orientada pelo mercado propala para que não se criem vícios e não se desestimulem os indivíduos a buscar por si sós sua melhora de vida, para que assim toda a sociedade prospere. Draibe (1993) afirma que a focalização proposta pelo neoliberalismo se transmuta em uma espécie de “Neobeneficiência” sob o controle do Estado e não mais das damas de caridade. Sendo assim, as políticas sociais no âmbito do neoliberalismo são a continuação da subalternização da classe trabalhadora e empobrecida e o condicionamento destas para o mercado.

Yasbek (2007) empresta o termo “subalterno” de Gramsci para inserir no debate principalmente os usuários da assistência social. Nessa perspectiva, o termo diz respeito às pessoas que perdem sua autonomia quanto aos meios de sua vida e se veem submetidas sempre à vontade de outros. Uma relação de clientelismo, favores: “Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política” (YASBEK, 2007, p. 18). Dentro das políticas sociais de assistência, onde se refletem os interesses antagônicos da sociedade, a exploração, a dominação e a resistência, em um só golpe atinge ao mesmo tempo a acumulação da riqueza e da pobreza. Sendo assim, as pessoas que recorrem às instituições para acessarem os serviços sociais estão submersas em uma série de tipificações depreciativas sendo tratados como “marginais”, “desqualificados”, “chatos”, “briguentos”, “pervertidos”, “desordeiros” ou como fora antes do ECA “menor” e, para estes, somente práticas de ajustamento e moralização. Então, são pensadas pedagogias de atenção e formas de tutela para o “reerguimento” de pessoas marcadas pelo seu histórico de pobreza, exclusão e humilhações que buscam estes serviços para amenizarem suas necessidades (MARTINS, 2007 *apud* YASBEK, 2007).

Dessa forma as políticas sociais, no contexto do capitalismo, acabam por acentuar a desigualdade, mantendo as políticas sociais paliativas, demandatárias e focalistas. Modifica-se esse cenário esporadicamente, conforme a correlação de forças dentro dos governos e nas diferentes conjunturas históricas, porém tais políticas sociais quase sempre desempenham o papel, a partir do Estado, como mecanismo de gestão e regulação da força de trabalho.

Assim sendo, não se estranha, no Brasil, a pouca efetividade das políticas públicas no enfrentamento à pobreza, como se observa pela alta demanda de saúde, educação, saneamento, moradia e etc. É uma situação que, além de fazer a distribuição de migalhas para população, não cria políticas sociais com intuito de compensar por essa via as contradições das relações de mercado sobre a vida da classe trabalhadora. Outro elemento consequente desta forma de gestão das políticas sociais é a separação da classe trabalhadora e dos

pobres, estigmatizando os segundos como vagabundos ou inaptos, e os primeiros como úteis que podem usar de criatividade e da diversidade para conseguir seu sustento e suas condições de vida, de forma individual, mesmo em condições de desemprego (YASBEK, 2007).

Segundo Draibe (1993, p. 90), ao retomar as reflexões de Friedman sobre as políticas sociais, lembra que: “A ação do Estado no campo social deve ater-se a programas assistenciais - auxílio à pobreza - quando necessário de modo complementar à filantropia privada e das comunidades”. Com isso, é importante lembrar que as políticas neoliberais têm três propostas para os programas sociais: descentralização, privatização e focalização. O neoliberalismo não possui um largo arcabouço teórico, mas se configura como um receituário, um plano de ação, “e um discurso, um conjunto de regras práticas (ou de recomendações) particularmente referidas a governos e a reforma do Estado e das suas políticas” (DRAIBE, 1993, p. 90). Sendo assim, as táticas usadas, a partir dos anos 1970, para cercar e implodir os fundamentos do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, nos anos 1990 se modifica para uma série de programas sociais que minaram os princípios, considerados próximos ao Estado de Bem-Estar Social, da Constituição Federal de 1988.

Marques (2015) salienta que o capitalismo contemporâneo apresenta duas características: a primeira é a “mundialização do capital”, ou seja, não há espaço no planeta em que o capital não possa alcançar e impor sua dinâmica, salvo as devidas proporções das relações e correlações de forças existentes em cada território. A segunda consiste no capital financeiro, o “capital portador de juros”, que faz dinheiro sem passar pela produção, sendo este hegemônico. Esse capital ataca o comércio, desacelerando a indústria, afetando diretamente os níveis de lucro, diminuindo a atividade no mundo inteiro, alcançando altas taxas de desemprego, além de incidir sobre os direitos trabalhistas e as formas de seguridade social. A mercadorização das aposentadorias simboliza a crescente financiarização da vida que o neoliberalismo promove. Com o capitalismo em crise, a classe dominante volta seus ataques para o Estado, para conseguir deter a queda da taxa de lucro, exercendo pressão para criação de condições legais para a reprodução do sistema de capital.

Nesse contexto, as políticas sociais são consideradas um nicho para resgatar recursos para ser apropriada por atividades especulativas, ideologia predominante na lógica de reprodução do capitalismo contemporâneo, diferentemente do período de meados do século XX, em que as políticas públicas avançaram no contexto do Estado de Bem-Estar Social. Na contemporaneidade, submetido à lógica do capital financeiro, as políticas sociais dispensam e veem como obstáculo a existência de políticas públicas, sendo relegadas a um “não lugar”. Da ótica do capital produtivo e comercial, as políticas sociais são vistas

como custo e na comparação custo/receita essas políticas não geram lucro (MARQUES, 2015).

A existência de políticas sociais, ainda hoje consideradas pelos neoliberais como resquício de um Estado provedor, para Esping-Andersen (1991) e Marques (2015), também são fruto da resistência das lutas da classe trabalhadora e outras forças sociais. O capital hegemônico pela fração da classe dominante financeira não depende diretamente da produção para se ampliar, portanto não tem uma preocupação mínima com a questão da produção do bem estar dos trabalhadores. Assim, também o setor produtivo e comercial é submetido à lógica do capital financeiro, tornando-se secundários e aumentando rentabilidade com a exploração sobre a classe trabalhadora.

Com a hegemonia do capital financeiro, a prioridade sobre a produção e consumo da classe trabalhadora (característico do período fordista, de produção em massa e consumo em massa), é deslocada para formas de produção flexível, produção focalizada e diversificada, para tentar responder à crise do capital que não sustentava mais o padrão fordista de produção. Para Marques (2015), isso marca uma crise civilizatória no capital, que não consegue nem oferecer o mínimo para os mais pobres e busca mercantilizar as migalhas também.

Nesse cenário de profunda disputa de projetos societários e econômicos tem início o movimento para a criação de um novo paradigma para a infância no Brasil: a década de 1980 é marcada por intensas manifestações a favor da proteção e cuidado das crianças e adolescentes.

Contexto do surgimento do ECA

Houve diversos movimentos sociais que conseguiram usar os meios de comunicação para atingir a opinião pública, principalmente com denúncias de maus-tratos, torturas, abusos sexuais, prisões ilegais e assassinatos de crianças e adolescentes, dentro e fora das instituições de “apoio e acolhimento”. É marcante o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) como um dos grandes interlocutores das problemáticas sobre a questão da infância no Brasil, denunciando as violências em crianças e adolescentes e que alcança projeção internacional, trazendo ao cenário a atuação de ONGs internacionais de direitos humanos (CARVALHO, 2008).

O Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (MDCCA), desde os anos 1970, em proximidade com o MNMMR, com militantes e profissionais que atuavam com “crianças de rua”, com a Pastoral do Menor (Organização ligada à CNBB/Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por sua vez ligada à Igreja Católica), os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAS) e a Associação Nacional dos CEDECAS (ANCED) engrossam o movimento pela teoria da proteção integral. Outros profissionais e conselhos

profissionais, além de sindicatos, Associação de Juizes da Infância, Sociedade Brasileira de Pediatria, entre outras, conseguem articular, em 1987, a emenda popular “Criança Prioridade Nacional”, que se tornou a Campanha Nacional “Criança Constituinte”. Com mais de 1,5 milhões de assinaturas, originaram os artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 (ALBUQUERQUE, 2015). Como desdobramento do MDDCA surge o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Criança e Adolescente (FDCA), em 1988. Desse grupo irá sair a comissão de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (CARVALHO, 2008). Com intensa mobilização em torno da elaboração do ECA, Fernando Collor de Mello, presidente da República na ocasião, criou em seu governo o Ministério da Criança.

O ECA traz inovações consideráveis com relação ao conceito de infância, pois o Estatuto se coloca agora para todas as infâncias, e não mais para o “menor”, sem distinção. Tentando atingir também as crianças indígenas, quilombolas, outros povos e etnias, todas as crianças começam a ter seu direito garantido. Extingue o PNBEM, FUNABEM e FEBEM, para dar lugar ao CBIA (Fundação Centro Brasileira para a Infância e Adolescência), sem clareza nas funções que desenvolveria dentro do processo da nova proteção para a infância foi extinta logo depois, uma vez que as ações do governo ainda eram focalistas e descontinuadas.

Lembrando Fernandes (1981), a reestruturação econômica, nos moldes dos “ajustes estruturais” do Consenso de Washington não permite de forma sistemática que os países periféricos tenham a possibilidade de superar esta situação. Sendo assim, podemos entender a forma da tratativa dos direitos sociais para crianças e adolescentes através das estratégias de responsabilização do Estado e mercantilização por meio do “terceiro setor”, tornando assim espaços econômicos sob os auspícios do mercado financeiro e comercial e a perpetuação da subalternidade nas classes exploradas, não oferecendo possibilidades de desenvolvimento.

Além de superar em sua letra a dissociação entre infância e minoridade, superando estigmas sobre o menor, foi apontado como uma das legislações mais avançadas do mundo. A partir disso, a infância e a juventude são considerados sujeitos de direitos, integralmente e não somente em situação de risco, como previa o Código de 1979. Proporciona, juridicamente, aparato legal e conciso para formação de políticas públicas para crianças e adolescentes, além de reconhecer na infância um período particular em desenvolvimento. As novas contribuições da psicologia, pediatria e pedagogia trazem novas maneiras de educar, cuidar e se relacionar com crianças e adolescentes, tanto na relação familiar, especialmente na maternidade, quanto nas relações educacionais. Porém, não supera as relações de classe que levam as crianças da classe mais empobrecida à miséria, à violência e ao desamparo (MARCÍLIO, 2006).

O Estatuto foi elaborado em consonância com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, correspondendo aos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988. Instituiu os Conselhos Tutelares como órgãos permanentes e autônomos, reconhecidos pela sociedade, através de votação, para zelar pelos direitos da infância. Coloca limites à atuação do Poder Judiciário e da Polícia, apesar de ainda supervalorizar a ação penal e jurídica, deixando os conselhos com caráter consultivo. Com o ECA, o juiz passou a ser obrigado a ser assessorado por uma equipe interprofissional, uma equipe técnica (no Código de 1979, a consulta a esta equipe ficava a critério da vontade do juiz). Em questão de status científico, os profissionais do serviço social, psicologia e direito são bacharéis, porém ainda é dado o poder de decisão final ao Judiciário. Essa era a oportunidade de que as decisões relativas às infâncias não se concentrem em um único profissional e uma só pessoa, podendo, assim, impedir abusos de todas as áreas.

Com isso queremos marcar que, diferente do Código de 1979, o ECA avança com relação ao jurídico e à polícia, mas ainda não rompe com a supervalorização do direito sobre as demais áreas de atuação, deixando-as secundárias (MARCÍLIO, 2006; SILVA, 2001). O ECA regulamenta a atuação do Poder Judiciário, atribuindo ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares a promoção e a fiscalização dos direitos da infância. Aos Conselhos (nacional, estaduais e municipais) foi conferida a formulação das políticas nas diferentes esferas. À Justiça da Infância e Juventude foi atribuída à intervenção junto à família e a criança – guarda, tutela, adoção, investigação de paternidade e maus-tratos (SILVA, 2001).

Os anos de 1990 serão receptivos a essas novas configurações do trato com a questão social. Organizações Não-Governamentais, Sociedade Civil, Terceiro Setor e Terceira Via serão constantes na formulação e práticas de implantação e execução de políticas públicas e sociais. Tal como no mito de Ouroboros, o capitalismo morde a própria cauda para continuar sobrevivendo, mudando as formas, mas mantendo seus pilares. Em 1990, com o decreto nº 99.683, de 8 de novembro, o Presidente da República Fernando Collor cria o “Projeto Ministério da Criança”, dizendo partir do artigo 86 do ECA, pensando as formas de articulação e operacionalização de atendimento à criança e adolescente, porém este Ministério não teve suas definições claras, além de escassamente regular na efetivação das práticas emergentes.. No discurso de abertura, de forma muito breve, o Presidente Collor finaliza convidando os representantes dos ministérios e secretarias do governo para que “digam aquilo que vocês estão querendo que se faça, para que possamos, a partir dessa informação e dessa solicitação de cada um de vocês, orientar ainda melhor, e de uma forma mais produtiva, o nosso trabalho” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1990, p. 92). Na prática, não foi elaborado um projeto de transição para o

arcabouço pretendido pelo ECA, pois o compromisso absoluto do governo Collor foi realmente à atenção prol do ajuste fiscal e estabilização da moeda. Como já demonstramos a política social para este público segue a cultura focalista, de caráter punitivo e curativo, não propositivo ou preventivo para as infâncias mais pobres, como o “Programa Minha Gente” - apesar do forte movimento social para a superação deste *modus operandi*.

Em 1993, Bresser Pereira (ex-ministro da Fazenda de José Sarney e ministro da Reforma do Estado de FHC), participou de uma reunião de especialistas em Washington, com intuito de discutir maneiras e apoio político para criar condições mais favoráveis à implantação das orientações do Consenso do Washington de 1989, um plano único de ajustamento das economias periféricas para a estabilização e reforma econômica:

O plano de ajuste constava de três fases: a) a primeira, dirigida à estabilização macroeconômica, persegue o superávit fiscal, reduzindo o déficit da balança comercial e reestruturando (desmontando) o sistema previdenciário; b) a segunda, dedicada às reformas estruturais, tem por objetivo a liberalização financeira e comercial, a desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas estatais; c) a terceira, definida como retomada dos investimentos e do crescimento econômico (MONTAÑO, 2010, p. 30).

As conduções das políticas sociais do primeiro mandato do governo FHC-Bresser são favoráveis à abertura ao grande capital, ao passo que para a classe trabalhadora é desastrosa e humilhante. Não é nosso objetivo demonizar o governo de Fernando Henrique, pois dessa forma não vemos fruto para análise e pesquisa de respeito e metodologia coerente, além de minimizar ou mesmo negar toda a complexidade da relação e correlação de forças que existiam nesse período e não considerar o movimento dialético da história. Sem dúvida, de toda a herança histórica de desigualdade acentuada no Brasil encontramos na orientação política do governo FHC seu auge crítico (PAOLI, 2009).

Fernando Henrique Cardoso chega ao topo do Executivo em um Brasil de situação social assustadora e alarmante. Em 1995, o cenário era: 20% da população mais pobre dividiam a renda de 2,5% do PIB e os 20% mais ricos com quase 2/3; 75 propriedades rurais com 7,3% (24 milhões de hectares) das terras todas do país e 75% das propriedades rurais, somente 11% eram agricultáveis, configurando a intensa concentração fundiária; 40 milhões de brasileiros com trabalho informal; 20 milhões de famintos; quase 40 milhares de domicílios em situação de precariedade ou sem domicílio; 20% da população com mais de 15 anos analfabeta e 3,5 milhões de crianças em idade escolar fora da escola (NETTO, 1999).

O capítulo mais recente dessa longa história de exploração e dominação da massa do povo encontra-se na ditadura instaurada em 1964: frações da grande burguesia (incorporando setores ligados ao latifúndio),

associadas a corporações transnacionais (particularmente norte-americanas) e sob a tutela militar, no decurso de vinte anos redimensionaram o Estado e a sociedade brasileira em conformidade com os interesses do grande capital – grande capital que, sabe-se não tem pátria (NETTO, 1999, p. 76).

Romper com a herança da ditadura ainda era mais difícil do que se pensava, uma vez que a estrutura jurídico-institucional ainda estava fortemente ligada ao seu passado de extrema exploração e dominação. Porém, a Constituição de 1988 foi um profundo avanço social, resultado de décadas de lutas e pressão das organizações populares. Essa configura um pacto social preciso, onde a burguesia ainda não perde seu “direito” à exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, mas é forçada a tomar medidas de moderação e reduzir a nível tolerável sua exploração. A CF 88 aponta os caminhos dessa relação integradora e tolerável, aproximando-se daquilo que ficou conhecido como “Estado de Bem-Estar Social”. Nesta Carta Magna, além dos direitos civis e políticos, incorporam-se direitos sociais mais abrangentes que os anteriores, entrando em consonância com a noção moderna (e ampliada) de cidadania.

Essa possibilidade de se criar um arcabouço jurídico-político para uma formatação que se aproximasse ao Estado de Bem-Estar Social não se encaixa com as regras do jogo vigentes. Como já salientamos o marco do neoliberalismo, em 1989, em Washington, e a participação de Bresser-Pereira em outra reunião, em 1993, que retorna ao Brasil com tarefas para dar viabilidade àquelas diretrizes. Portanto, é preciso dar inviabilidade à Constituição de 1988. Assim, começa um processo de liturgia para a letargia nas políticas sociais brasileiras, reconfigurando o papel do Estado, que pode se tornar mínimo, mas não inativo ou inerte, e sim peça importante para impor a nova letargia social e econômica para a classe subalterna que a liturgia de Washington apregoava.

Assim, a burguesia e suas frações orquestram o giro para a reestruturação produtiva do capitalismo, orientando politicamente sem ferir visivelmente os aspectos formais da democracia construída a partir dos movimentos sociais que culminam em 1988. Uma integração ao capital mundializado de forma subalterna e dependente (NETTO, 1999).

Para dar andamento às tarefas de viabilidade das diretrizes do grande capital no Brasil, foi necessário para FHC ganhar as cruzadas pela reeleição, uma questão crucial, garantindo a consecução do projeto. Garantindo isso, comanda a condução macroeconômica, favorecendo grandes bancos, fazendo crescer exponencialmente a dívida pública interna, leiloando as estatais e, conseqüentemente, sucateando os serviços públicos estatais. Os resultados são conhecidos e registrados nas várias formas de imprensa no Brasil: a alta taxa de desemprego, o aumento da fome e da miserabilidade em todo o Brasil, em

especial as regiões mais pobres, aviltando as expressões da questão social. O alvo de ataques principal, entre 1995 e 1998, foram os direitos sociais.

Primeiro colocados como “privilégios”, depois como “injustiças” e depois “financeiramente insustentáveis”: era o discurso liberal sobre os direitos sociais (NETTO, 1999). Coutinho (2011) lembra a importância do uso semântico, carregado de um *ethos* que designa a visão de mundo daqueles que estão usando do discurso, pois oculta e revela ações e projetos políticos. A expressão traz a marca da polissemia, fazendo com que possa ser usada de várias formas por vários autores em diversos contextos. Sendo assim, o Governo FHC reitera a receita liberal (e agora neoliberal, uma vez que também tem no horizonte o impacto com os movimentos de classe trabalhadora) e para garantir sua governabilidade deveria “flexibilizar” os direitos sociais, deixando estes serem instrumentalizados pelos interesses privados e suas dinâmicas. Oliveira (1999 apud PAOLI, 2009), chama esse processo de “privatização do público e publicização do privado”, o que abre espaço para disputas abertas por nichos de mercado no âmbito das ofertas de serviços de direitos sociais. A busca por novas alianças entre mercado e Estado deixa espaços para uma relação inescrupulosa entre o governo e elites nacionais, que buscam hegemonia no mercado e influência no poder governamental (COUTINHO, 2011; PAOLI, 2009; NETTO, 1999).

Hayek afirma que as políticas sociais devem ser direcionadas para aqueles com extrema necessidade, aos que não possuem condições de prover seu próprio sustento. Porém, essas devem ser conduzidas de forma que não interfira na liberdade de mercado e devem ser direcionadas para o mercado de trabalho. Sendo assim, o liberalismo e o neoliberalismo não excluem as políticas sociais. O que acontece no Brasil, em meados da década de 1990, é a reorientação das políticas sociais, subordinando-as aos ditames macroeconômicos de acordo com as exigências do grande capital. O que acontece no Governo FHC é a restrição das políticas sociais capazes de restringir a voracidade do capital (BUENO, 2012; NETTO, 1999).

A privatização da política de assistência social como uma transferência por “parceria” com a sociedade civil, com a função de organizar as redes de proteção social através das instituições de cunho filantrópico, visa diminuir o caráter político da assistência social, não de direito social, como reconhecido em 1988, mas “refilantropizando”, restabelecendo relações clientelistas e eleitoreiras (NETTO, 1999; YASBEK, 1995).

Um marco importante para refilantropização da assistência social foi a Medida Provisória (MP) 813, de 01/01/1995, inaugurada junto com o governo, vindo a se tornar depois Decreto 1.366, de 12 de janeiro de 1995, criando o Programa Comunidade Solidária, que vai na contramão da LOAS e reconfigurando todo o cenário para a sociedade civil. Essa MP fragiliza a assistência social como direito social e dever do Estado. Em seu 12º artigo estão

previstas ações de atendimento à população que não consegue prover o seu sustento, sem mencionar a LOAS (YASBEK, 1995).

O ECA e a dinâmica da palmatória neoliberal

A cada novo governo, após a Constituição de 1988, as políticas sociais foram conduzidas com padrão de transposição dos direitos sociais para a filantropia e para o mercado. A forma encontrada foi a criação de programas que seguissem paralelos à efetivação de políticas dentro da assistência social, enfraquecendo o fluxo dentro dos dutos estatais e desaguando nas iniciativas do mercado que se apresentam agora como instituições filantrópicas e de responsabilidade social, sob o discurso de parcerias, colaboração e ou coparticipação.

A partir das interpretações dos governos que foram assumindo o Estado, são realizadas várias intervenções, planos, programas e projetos a partir da ideia de parceria e complementaridade, junto à oferta de serviços às infâncias e juventudes.

O “Projeto Ministério da Criança” (é curioso que o nome do Ministério seja antecedido com o termo Projeto) foi revogado por Itamar Franco, pelo Decreto 1.056, de 11 de fevereiro de 1994, que é substituído pelo Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e Adolescente (PRONAICA). O Programa traz em seu primeiro artigo uma novidade: regulamenta a “cooperação de organismos internacionais” para desenvolver ações integradas e descentralizadas. Essa novidade consiste na abertura da interferência do Banco Mundial, muito recorrente nos anos 1990, além da subalternização do Brasil ao capital estrangeiro, reafirmando seu caráter de subdesenvolvido e dependente com relação ao capitalismo central (PADILHA, 2016).

Este Programa, mais operativo e descritivo quanto às funções de cada um dos ministérios da “Comissão Interministerial”, fixa objetivos para projetos plurianuais e anuais (artigo 9º) e coloca o poder público como apoiador técnico e financeiro, portanto, não como implementador de políticas sociais. Em 1995, o PRONAICA é extinto em rede nacional e muitos projetos foram interrompidos, com exceção de alguns na área da educação, como os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (BAUCH; SILVA, 2017).

Com o governo FHC, temos o Programa Comunidade Solidária, onde a palmatória neoliberal golpeou mais uma vez. Ao citarmos esse programa, é importante perceber seu terceiro artigo, que apresenta as formas de atuação a partir da abertura ao setor privado, inclusive podendo interferir nas ações prioritárias na área social:

Art. 3º Compete ao Conselho do Programa Comunidade Solidária:

I - propor e opinar sobre ações prioritárias na área social;

II - incentivar na sociedade o desenvolvimento de organizações que realizem, em parceria com o governo, o combate à pobreza e à fome;

III - incentivar a parceria e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementariedade das ações desenvolvidas;

IV - promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à fome, visando à integração de esforços do governo e da sociedade;

V - estimular e apoiar a criação de conselhos estaduais e municipais de combate à fome e à pobreza;

VI - elaborar seu regimento interno. (BRASIL, 2014)

O Programa, presidido pela senhora Ruth Cardoso, cria mecanismos paralelos ao arcabouço jurídico-político criados na Constituição Federal de 1988 para implantar políticas públicas sociais. Abre a seara para organizações (§ II), desresponsabilizando o Estado da oferta destes serviços, “mercantilizando” então os direitos sociais. Processo batizado por Bresser Pereira como “publicização”, que é a transferência das questões públicas para o assim denominado “terceiro setor”: um processo de terceirização dos serviços sociais e parte do fundo público, para operacionalizar essa tática. Foram necessárias três táticas, práticas e discursivas:

1 - descentralização: transferir a capacidade de decisão para outros níveis de poder, obedecendo o critério de subsidiariedade, de serviços por instâncias, que não chegariam ao poder central, se pudesse ser feito na localidade ou na região.

2 - organizações sociais: aquelas que se comprometem para desempenhar atividades científicas e sociais, definidas como “entidades públicas não-estatais”.

3 - parcerias: acordos entre o Estado e as “organizações sociais” para prestação de serviço público, por entidade privada., instituída pela Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, um incentivo para a organizações sociais (MONTAÑO, 2010, p. 46-47).

Essa estratégia, ligada às ideias da Comunidade Solidária, se coloca em torno dos direitos sociais, especialmente aqueles ligados à infância. Estas se tornam as mais recorrentes em financiamentos internacionais - além do prestígio da Organização das Nações Unidas (ONU) e o seu Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), as tradicionais entidades filantrópicas e as novas ligadas à filantropia empresarial (MONTAÑO, 2010; YASBEK, 1995).

Para Bresser-Pereira, o avanço para uma reforma desenvolvimentista no Brasil foi barrado pelo que chama de “retrocesso burocrático”. Para o então ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) a Constituição Federal paralisava o aparelho estatal deixando-o ingovernável, aumentando e não superando a administração burocrática, deixando então de modernizar e reformar a administração pública; somente uma “Reforma

Gerencial” poderia romper com o novo patrimonialismo instituído pela Carta Magna. Sendo assim, para dotar de maior eficiência e eficácia é preciso traçar as rotas da “publicização”, ou seja, a transformação dos serviços que não são exclusivos do Estado em “propriedade pública não-estatal”. Unido ao Programa Comunidade Solidária, as táticas do Ministro são acompanhadas pela privatização de áreas sociais, transferindo a responsabilidade do Estado para o mercado ou, ainda, para as organizações da “sociedade civil organizada”, o “terceiro setor”. (MONTAÑO, 2010)

A privatização do público e publicização do privado abre cenário para um segundo movimento que coaduna com o desmonte das garantias sociais como direitos sociais: o voluntarismo como atividade social do setor privado e para as ONGs, que surge com intuito de atender as pessoas mais vulneráveis e oportunizar acessos. O Estado mantém as disposições legais inscritas na Constituição, porém, garante a prestação dos serviços por meio dessas entidades sociais. Abre campo para a ação social privada e as empresas avancem ao seu modo, através da “participação civil” voluntária, operando de forma seletiva e focalizada em situações e públicos que lhes interessam e exercendo poder e controle às outras parcelas da população através do status de solidariedade e altruísmo, ganhando apreço da opinião pública e agregando valor à sua marca (PAOLI, 2009).

Reconhecemos que as relações que envolvem as ONGs, a filantropia e o terceiro setor são repletos de contradições latentes, porém partimos da perspectiva negativa das mesmas. Adicionalmente, nenhuma destas relações sequer encosta nos tópicos basilares do capitalismo – que em seu atual estágio se mostram neoliberais e têm na mira os direitos sociais e trabalhistas –, tais como a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e exploração da força de trabalho humana para extração da mais-valia. Ao colocarem em seu discurso a cidadania, a promoção da democracia e a defesa dos direitos para a melhor qualidade da prestação de serviços e assim “diminuir” o Estado, os agora chamados “Terceiro Setor” reformam e modernizam o aparelho estatal. Ainda, embasado pela teoria da terceira via de Giddens (JOHNSON, 2013) esvazia o cenário da sociedade civil como foco da luta de classes, camuflando, maquiando e, na medida do possível, engolindo as contradições que ameaçam a forma econômica vigente; além de dispersar os focos críticos de forças que se levantam contra o capital e o seu sistema. Sendo assim, não é possível acreditar em retrocesso de direitos, mas avanço neoliberal que entende que se primeiro foi necessário vencer a Monarquia ou o absolutismo por meio da Constituição, a atual burguesia mundial, que já ataca sem eufemismo as contradições latentes (povos originários, fluxos migratórios, conflitos camponeses que a ameaçam). Nesse novo aprofundamento neoliberal, é preciso acabar com todas as forças de resistência na classe explorada, sumindo

com o socialismo ou as formas que se aproximam dele, expandindo a barbárie. Isso é perceptível ao notarmos como alguns fenômenos se repetem a cada crise, ressignificando seus conceitos e estratégias de acordo com o momento.

O Governo Lula (2003-2006) desfaz a ação para criança e adolescente a partir de um único programa e o pulveriza em diversos programas sociais de várias áreas governamentais, aumentando a incidência sobre a questão da infância e adolescência. Porém, tal governo não muda o caráter focalista advindo da sua concepção, atuando sobre os grupos identificados como de “extrema pobreza”, marcados pelo Programa Fome Zero e Bolsa Família que não fogem do caráter das políticas sociais no neoliberalismo (FREITAS, 2004). Segundo Draibe (1993), se destacam o caráter focalista, assistencial e a não atuação sobre as causas reais da fome e da miséria. O Governo de Lula pode apresentar aproximação com governos socialdemocratas, uma vez que leva adiante políticas públicas direcionadas às classes mais vulneráveis da população, aumentando o padrão e acesso ao consumo. Neste prisma de gestão do capitalismo, o governo disfarça suas contradições e ameniza a luta de classes.

É importante salientar que, desde 1990, as políticas públicas para a criança e o adolescente vêm sofrendo com o receituário neoliberal de desresponsabilização do Estado, privatização, descentralização e focalização com os direitos sociais: entregues ao mercado pelo “terceiro setor”, atendem a primazia dos acordos internacionais para a macroeconomia estabelecida pelo Plano Real, o compromisso com o superávit primário e a com a dívida externa que segue nos governos Lula (FREITAS, 2004).

Marcas da palmatória neoliberal no ECA

A organização do ECA torna homogêneas as infâncias e adolescências em território nacional, salvo no caso daquelas de entrarem em “conflito com a lei”. Como se nota o artigo 4º, o Estatuto traça as características legais de inserção das infâncias e adolescências em grupos sociais, formando assim as características e formas padronizadas para atuação, tanto da fiscalização, quanto do ideal que deve ser almejado.

Os direitos individuais relativos à igualdade e liberdade, de caráter universalista, são fundamentados a partir da Declaração dos Direitos do Homem, em 1789. Garantem a livre iniciativa e a autonomia dos indivíduos, atendendo suas necessidades para a realização dos seus interesses particulares. Sob essa perspectiva, não há perspectiva de coletividade, pois cada indivíduo só pode representar o seu próprio interesse, ou associar-se a outros de interesse próximo, para enquanto povo/cidadão se posicionar diante do Estado. Os artigos 3º e 6º e o capítulo II do título três (dos direitos individuais), traçam a tratativa de direitos individuais para o ECA, que se encontra pulverizado ao longo de toda

a lei. É interessante lembrar que esses direitos só podem se efetivar na “liberdade” das relações de mercado, uma vez que os direitos sociais (de “ingerência” do Estado) são limitadores a este setor a partir de concepções liberais.

Sendo assim, sob essa perspectiva não há contradição no fato que as organizações da sociedade civil possam oferecer esses serviços tendo o Estado como “parceiro”, “complementar”, “solidário” e/ou “suplementar”, assegurados em forma de lei ou financiamento. O artigo 86 do ECA estabelece a política de atendimento à criança e adolescência, articulando ações governamentais e não governamentais: “Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 2014. p. 39). A “articulação governamental e não governamental” para a oferta dos atendimentos indica o novo modelo da assistência social, que funcionará como aliança, ou rede, de entidades religiosas, fundações, associações e cooperativas, além das ONGs e dos órgãos governamentais. Sob a égide do “Estado Mínimo” que formula suas relações sociais e econômicas pela hegemonia do capital financeiro, as preocupações sociais se tornam pontuais, seletivas e parciais, deixando a questão social a cargo da “responsabilidade social” (LEMONS, 2008).

O artigo 86 é reformulado a partir do paradigma de proteção integral, entendendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, tornando-a prioridade absoluta, em respeito ao artigo 4º do ECA:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 2014, p. 14).

O uso das palavras, carregadas de interesse e intenção, demonstra a estratégia de capilaridade de espaços em campos de disputa: em confluência perversa, essa sequência de responsabilidades descrita nas primeiras linhas do artigo 4º (família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público) salienta a forma de tratativa e organização do Estado para atuação com essas demandas, seguindo assim o princípio de descentralização (DAGNINO, 2004;

COUTINHO, 2011). O caráter complementar do Estado diante das crianças e dos adolescentes a partir do ECA, é expresso no titular do cuidado: em primeiro lugar a família e, então, a comunidade – embora a definição de “comunidade” não seja clara - para, em seguida, a sociedade em geral, trilhando assim um caminho de desresponsabilização do Estado. Quando necessária a intervenção do Estado, essa ocorre por meio do judiciário: “Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar” (BRASIL, 2014, p.21). No caso das crianças em situação de institucionalização os casos são mais delicados, pois não se trata de processo educativo e sim de um processo penal exercendo controle sobre a vida e as famílias das infâncias das classes subalternas, uma vez que a Lei apresenta uma supervalorização do Judiciário sobre as demais áreas e secundariza outras esferas de convívio de crianças e adolescentes. O Estado responsabiliza a família e, finalmente, a sociedade civil: esse é um elemento revelador da concepção neoliberal e atrativa para a questão social. A intermediação se dá pelo Estado, para entregar a responsabilidade à sociedade civil, termo que se confunde com instituições ligadas ao terceiro setor (DAGNINO, 2004).

O artigo 87 atualiza a concepção de proteção sob “risco social”, que direcionava necessariamente para as crianças pobres e todo o ranço da “menoridade”, para o paradigma de proteção integral e universal e “situação de vulnerabilidade”. As políticas de atendimento devem seguir os seguintes planos de ação:

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas sociais básicas;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI – políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

VII – campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (BRASIL, 2014, p. 40).

As políticas de proteção integral e universal ainda são focalizadas em crianças em situações de violações de direitos, salientando o caráter de atuação para os mais pobres e sem medidas preventivas que incidiriam na construção de condições para o enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade. A atualização da categoria “risco social” para a “situação de vulnerabilidade” ainda traz consigo os mesmos ranços do antigo Código de 1979, pois partem de medidas tomadas através do corpo técnico de agentes sociais que vão tipificar a situação de vulnerabilidade. Acabam, pois, judicializando as violações de direito das infâncias e suas famílias e continuam com o binômio pobreza-marginalidade no sentido mais sensorial e topográfico do termo: conduzindo a situações de ajustamento, moralização e individualização do problema, revitimizando e tutelando infâncias, adolescências e suas famílias.

A tutela das infâncias através dos aparelhos públicos, que acabam por fazer com que essas se acostumem à obediência para evitar a punição ou à espera da violência pela subjugação, acreditam que o efeito moral da “lição dada” resulta em um “cidadão de bem”. Nessa relação, geralmente a lei é a vontade imposta pelo agente executor reconhecido pelo poder vigente. Essa é uma aproximação entre o ECA e o Código de 1927 e o de 1979. O primeiro, no artigo 5º, atribui ao juiz plenos poderes para a decisão da vida do “menor”: a volta à sua família ou o recurso da institucionalização. Enquanto esse código era tomado pelo princípio da “Doutrina do Direito do Menor”, o segundo tem efeitos com base no prisma da “Doutrina de Segurança Nacional”, com preceitos militares, destaque para atuação penal e judiciária sobre os “menores” e ênfase na segurança, disciplina e obediência.

O artigo 4º define a prioridade absoluta, de forma descentralizada em todas as esferas de poder e na formulação de políticas públicas. Implica, portanto, na implantação de uma nova forma de gestão, tanto entre os entes federados, quanto em relação às entidades do “terceiro setor” e destas com o poder público. Notemos no seguinte artigo:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I – municipalização do atendimento;

II – criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III – criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV – manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, defensoria, segurança pública e assistência social, preferencialmente em um

mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, defensoria, conselho tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta lei;

VII – mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2014, p. 40).

No inciso II do artigo 88 é criada a abertura e as condições onde ONGs ganham espaço e status de gestão tais como os órgãos governamentais, disparando práticas de governo junto às crianças e às famílias que serão atendidas. Esta concepção será fortalecida mais tarde com o Decreto 5.089, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamentos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Sendo assim, a continuidade do receituário neoliberal diante das políticas públicas e sociais perpassa a configuração da sociedade brasileira a partir do processo denominado como democratização. Sob o prisma de diminuição do Estado, evitando sua ingerência no mercado, na verdade o aparelho estatal é situado dentro das relações para que favoreça e crie condições para o avanço deste ideário. Com a sistematização e a modernização da proteção social, para que esta seja mais barata, eficiente e eficaz e corresponda às demandas do capitalismo, a assistência social se torna a mediadora entre o Estado e as classes subalternas que precisam deste serviço.

No ideário liberal de Hayek e Friedman pontua-se a focalização dos serviços sociais para aqueles mais pobres que por ventura não teriam condições de prover o seu sustento. Essa concepção se redimensiona com a hegemonia do capital financeiro, onde até as migalhas podem se tornar nicho de mercado e o Estado é acionado nos momentos de crise para defender o capital com o aparato jurídico e repressor.

Toda a história das políticas direcionadas aos cuidados com crianças e adolescentes na sociedade sob a égide de capital periférico é tomada pela tratativa neoliberal, que tenta transmutar os direitos conquistados pela insurreição da classe subalterna em ações para dissimular as contradições latentes, inerentes à relação de conflitos de forças dentro do aparelho do Estado. A partir disso, é importante notar que nem o ECA foge da palmatória neoliberal, trazendo em seu bojo espaço para atuação do mercado com sua lógica.

O movimento social que culminou na elaboração do ECA, um espaço de luta, ou seja, uma arena de contradição e conflito na qual a entrada das agências internacionais em muitas das militâncias a favor da infância no Brasil dá um outro tom para a forma de operacionalizar as conquistas. As propostas mais radicais de rompimento com o imperialismo, que se escancara nos países de economia periférica, foram marginalizadas na construção do documento. No seu lugar ganharam relevância as propostas mais conciliadoras e consonantes ao ideário socialdemocrata e com as grandes agências internacionais - entre elas a Organização das Nações Unidas e suas agências, bem como outras ligadas ao grande capital, como a Fundação Abrinq, além daquelas vinculadas a instituições religiosas e filantrópicas. Isto não cancela os ganhos e as formas de tratamento às crianças e adolescentes, apesar da insistência da violência para com este público. A partir deste trecho, queremos iniciar um debate delicado, mas necessário: o ECA é importante, mas não é o fim último e, tal como todos os outros códigos, deve ser superado não somente por leis complementares, mas por mudanças sociais profundas.

A criação de espaços e condições para atuação de entidades filantrópicas são resquícios da forma assistencialista de atendimento para as crianças e adolescentes, principalmente àquelas pertencentes às classes exploradas. Sabemos que o assistencialismo não dispensa o ajustamento social, a punição e a repressão. As entidades não governamentais pouco atendem à “vontade popular”, alijada pela sua condição subalterna do “estado de direitos”. Apresentam-se mais alinhadas aos projetos políticos da classe dominante, em consonância com a ordem burguesa e sua prática neoliberal. Numa sociedade com histórico de violência e autoritarismo, em suas várias formas, física ou velada, o ECA não rompe com as entidades filantrópicas, nem com a lógica destas com atendimentos seletivos e parciais, assim como não rompe com a tradição de judicialização da Questão Social. O ECA, ainda que se inscreva e vise regulamentar o que está na Constituição de 1988, se configura como um corpo de lei dentro da concepção neoliberal, justamente pelo caráter de desresponsabilização do Estado com relação aos direitos de criança e adolescente de uma forma geral. As características de descentralização, ações focalistas são evidenciadas quando se percebe a forma de divisão de controle, tanto no que tange a gestão dessas políticas sociais quanto à financeirização destas, fazendo com que tais unidades atuem sobre demanda e requisição, seja da população usuária, seja das metas e objetivos dos órgãos financiadores, em um movimento de privatização pela filantropização.

Ao criticar e problematizar o ECA não temos como intuito reconhecer a vitória dos setores dominantes, muito menos diminuir ou menosprezar as forças de resistência ou, ainda, concluir que essas sempre são captadas pelo controle da classe dominante. Ao desvelar essas conjunções, intercruzamentos e relações de

força, se procura contribuir para dar forma às estratégias e táticas de luta para a real superação do capitalismo. Nem tomados pelo fatalismo, nem pelo messianismo: entendemos que qualquer consenso e seus efeitos sociais possuem tempo de validade, ditado pela própria dinâmica dialética da luta de classes.

O século XX é marcado pela discussão em torno dos direitos de proteção às infâncias, sendo que desde o início do século XXI esses debates voltam ao centro, agora tanto para defendê-los quanto para freá-los. São inúmeras as elaborações e o arcabouço teórico acerca da organização, implantação de políticas públicas e sociais que garantam o que se denomina “proteção integral”.

No bojo dessas elaborações, buscamos analisar de maneira crítica esses direitos e sua inserção dentro das relações capitalistas de caráter neoliberal em contexto de capitalismo periférico como uma onda neocolonizadora (HARVEY, 2004): as formas que materializam essa subalternidade nas políticas públicas e sociais, principalmente aquelas dirigidas à classe trabalhadora e suas infâncias, entendendo as imbricações entre as relações econômicas e políticas que se vinculam e se distribuem de forma hierarquizada sobre as regiões do Brasil e da América Latina, submetendo as deliberações coercitivas dos órgãos econômicos internacionais sob o discurso de “ajuste estrutural”.

Conclusão

No transcorrer desta pesquisa tentamos traçar uma interface com as teorias e práticas de transformação das relações sociais e o seu reatamento na configuração da luta de classes e as formas do que o Estado assume para responder a essas pressões. Este último persiste autocrático na atual fase do capitalismo, obturando a modelagem das políticas públicas, principalmente aquelas ligadas à assistência social que atendem a classe trabalhadora e majoritariamente mulheres, crianças e idosos, deslocando-as para fora da responsabilidade estatal.

A crítica que fazemos está ao redor da concepção de perspectiva atual de Estado de Direito, marcadamente liberal, que objetivamente não pode elaborar outros tipos de políticas protetivas para as infâncias. Essa afirmação se baseia em que tanto a democracia confrontada na Constituição de 1988, quanto o ECA de 1991, não incidem sobre a agenda neoliberal: suas diretrizes econômicas entram em colisão com a implantação de políticas sociais, focalistas, demandatárias e privatizantes que continuam com a estigmatização, a perpetuação da pobreza e a subalternização das pessoas que necessitam destes serviços. Esses elementos, quando aparecem nos debates dos órgãos formais de planejamento destas políticas, é por pressão de movimentos de resistência em escala nacional.

É importante salientar que com essas afirmações não desvalorizamos todas as lutas e conquistas sociais que custaram a vida e os sonhos de muitas pessoas, mas “queremos asseverar que o Estado autocrático na Periferia opta pelo regime político que não ameaça seu direito à propriedade e garantia de liberdade dos mercados” (JOHNSON, 2013, p. 223), buscando assim uma práxis que irrompe com a lógica do sistema vigente, levando em conta sua capacidade criativa de reinvenção para defender seus pilares de propriedade privada dos meios de produção e a extração de mais-valia pela exploração da força de trabalho humano.

As políticas de proteção às infâncias existentes são aquelas possíveis dentro do âmbito do capitalismo hegemonicamente financeiro, da subalternização e recolonização (JOHNSON, 2013). Entendemos que o desvelamento dessas relações se insere num debate de ruptura com a dinâmica do sistema vigente, assim como as forças conciliadoras que buscam a ampliação dos direitos sociais através da institucionalidade que, ao se depararem com as restrições orçamentárias, cortes de recursos, barreiras burocráticas e eleitoreiras buscam irromper com esses entraves para possibilidade de outra institucionalidade “mais aberta e popular” e encontram o “braço forte, mão amiga” do Estado nas forças de repressão.

A desresponsabilização do Estado com as políticas sociais, especialmente aquelas dirigidas às infâncias, manifesta a mais pura face do capitalismo, sem eufemismos ou ressignificações de como é a tratativa com elementos de humanização de relações socioeconômicas: desloca e molda para os objetivos de mercado. Tendemos a acreditar que a superação desta estrutura se dá pela insurreição das classes subalternizadas, pois o sujeito histórico ainda não mudou e quiçá um dia alcancemos uma sociedade onde não será necessário pensar em políticas protetivas, pois estas seriam substancialmente universais. Sendo assim, ao entender a conjuntura da luta de classes e os movimentos da burguesia internacional, podemos entender maneiras de fazer o enfrentamento da Questão Social, estranhando-se no desvelamento de sua construção hierárquica e subalternizada, resgatando a história da classe trabalhadora, as elaborações teóricas insurgentes e revolucionárias para decliná-la.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves de. O movimento pelos direitos de Criança e do Adolescente e o controle social sobre a política socioeducativa: Repertórios socioestatais. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n 29, p. 31-66, 2015.

BAUCH, O. L., SILVA, M. L. Revisitando os programas federais em educação em tempo integral: PRONAICA, CIEPS e Programa “Mais Educação”. In: **IV CONEDU**, v.1. 2017, João Pessoa – PB. Anais eletrônicos. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2017.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na reunião de instalação do Ministério da Criança. 15 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/59.pdf/view>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 12a ed. Série Legislação. Brasília, 2014. Atualizada em 23/07/2014.

BUENO, Roberto. A centralidade do argumento neoliberal em Von Mises, Hayek e Friedman: uma via para a crítica da política contemporânea. **Ciências Sociais Aplicadas em Revistas**, v. 12, n 23, p. 9-34, 2012.

CARVALHO, Lanissa Cristina Fernandes de Medeiros. **As organizações não-governamentais (ONGs) de atenção à criança e ao adolescente em Natal/RN: contribuição na garantia de direitos?** 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (comp.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 195-216. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100918083912/grimson.pdf>. Acesso em: set. 2018.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i17p86-101>. Acesso em: jul. 2019.

ENGELS, Frederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n.24, p. 85-116, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FREITAS, Jorge. Orçamento Criança: é preciso mudar. In: FALEIROS, V. P.; NUNES, S.P; FLEURY, S. *et al.* **A era FHC e o governo Lula: transição?** Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), 2004. p. 215-267.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2004.

JOHNSON, Guillermo Alfredo. **A quimera democrática na América Latina: o Brasil sob o império**. Dourados: EdUFGD, 2013.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. O Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil atual. **Revista Psicologia e Política**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 93-106, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 7-21, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política (Livro I: o processo de produção). Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. *In*: LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação: Balanço do governo FHC**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. p. 75-89.

PADILHA, Caio Augusto Toledo. A política educacional no governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão de inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, UEM/Maringá, v. 16, n.180, p. 87-97, 2016.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da Cidadania no Brasil. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 373-418.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social": particularidades no Brasil** (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, vol. 6). São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Roberto. A construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, II, n.6, 2001.

TAMBARA, Elomar Antonia Callegaro; ARRIADA, Eduardo. John Locke: alguns problemas referentes à educação do pobre. **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 21, n. 52, p. 363-378, ago. 2017.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2007.

YASBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos Abong** São Paulo, nº 11, out. 1995.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS¹

TAMMI JULIENE LEITE DE AGUIAR²
MARCILIO RODRIGUES LUCAS³

RESUMO

O presente estudo objetivou identificar indícios de precarização no trabalho socioassistencial do município de Dourados a partir dos servidores da administração pública municipal e dos terceirizados por meio das parcerias público-privada, ambos atuantes na implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecido concomitantemente pelos Centros de Referência da Assistência Social e pelas Organizações da Sociedade Civil parceiras do município. Como resultado, foram identificados os pontos de convergência e divergência entre as realidades de trabalho encontradas nos dois campos citados, prevalecendo, no entanto, elementos de convergência em função da tendência de precarização estrutural do trabalho. Ainda assim, ficou evidente um agravamento específico em consequência da terceirização de parte do serviço socioassistencial, fenômeno representativo do processo de transferência da execução das políticas sociais para o terceiro setor por meio das parcerias público-privada, que ocorre simultaneamente à degradação dos espaços públicos de trabalho.

Palavras-chave: parceria público-privada; terceiro setor; trabalhador socioassistencial; SCFV.

Introdução

Este capítulo visa analisar a precarização - objetiva e subjetiva - no trabalho socioassistencial do município de Dourados-MS e o papel do Estado frente

¹ Esse capítulo apresenta parte da análise realizada na dissertação de mestrado intitulada *Flexibilização e Precarização do Trabalho no Estado Neoliberal: reflexões sobre os Trabalhadores da Política Socioassistencial do município de Dourados*, desenvolvida por Tammi Juliene Leite de Aguiar e defendida em 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), sob orientação de Marcilio Rodrigues Lucas.

² Administradora da Prefeitura de Dourados e mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

³ Professor de Sociologia do curso de graduação em Ciências Sociais e do programa de mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

a esse processo, tomando como base pesquisa realizada com os servidores da administração pública municipal que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os trabalhadores das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que assumem parte do trabalho de assistência social terceirizada pelo município por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Apesar do vínculo empregatício diferenciado, ambas as categorias atuam na implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), seguindo diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), incluídos equipe executora e temas a serem abordados, propiciando um cenário oportuno para a identificação de convergências e divergências na realidade destas diferentes instituições.

A relevância do tema pode ser demonstrada pelo crescente número de serviços públicos que as parcerias entre Estado e entidades vêm assumindo em todo o país, num processo de redefinição da relação Estado e sociedade civil, conforme apontado por Montaña (2003, p. 183):

[...] alguma coisa está efetivamente ocorrendo na atualidade; a sociedade civil está desenvolvendo atividades atribuídas ao Estado. Negar levianamente a existência desta novidade (por alguns chamada de "terceiro setor") poderia nos levar a não considerar as mudanças em processo no trato da "questão social". [...] A partir das mudanças da realidade contemporânea, promovidas pelo debate deságua entre o projeto neoliberal e as lutas dos trabalhadores, verdadeiras transformações estão se processando nas respostas da sociedade à chamada "questão social" e suas refrações.

A partir do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (uma plataforma virtual de transparência pública colaborativa com dados das OSCs de todo o Brasil), que é vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi possível identificar que no ano de 2018, de 781.921 entidades com cadastros ativos, 47% (isto é, 367.502 entidades) atuam na área de desenvolvimento e defesa de direitos. Ademais, essas organizações são responsáveis por 2.283.922 de empregos formais (MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, 2019).

De modo específico, em relação ao município de Dourados, percebe-se a presença dessas entidades desde 1964, com um aumento representativo e constante a partir de 1995, chegando ao número atual de 790 entidades ativas. Quanto às áreas de atuação das OSCs do município, destacam-se as áreas "religião", com 330 entidades; "desenvolvimento e defesa de direitos", com 187 organizações; e "cultura e recreação", com 97 OSCs ativas. Ressalta-se que, em relação aos dados disponíveis sobre trabalhadores dessas organizações, o Mapa das OSCs indica a existência de 12.727 trabalhadores com vínculos formais, sem especificações quanto à sua natureza, que podem ser contratos por tempo determinado, bem como terceirizados, subcontratados, contratados autônomos, contratados pessoa jurídica ou mesmo cooperados (MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, 2019).

Como visto, o tema discutido está permeado por vertentes distintas e, com o intuito de possibilitar o melhor contexto para a análise, primeiramente foram analisados os caminhos do desenvolvimento do modelo de Estado neoliberal, haja vista que o seu objetivo principal é um Estado mínimo. Em seguida, discutiu-se a terceirização refletida como parte de um processo histórico mais amplo, a reestruturação produtiva do capital e, por fim, analisou-se como se dá a organização do trabalho no âmbito da política pública da assistência social, considerando suas normativas e a realidade empírica por meio de estudo de caso.

1. Ascensão neoliberal e reestruturação produtiva

A partir da década de 1970, o sistema capitalista mundial entrou em um período de profunda instabilidade e crise que resultou em transformações profundas nos planos econômico, político-ideológico e social. Os choques do petróleo, a crise de superprodução e o declínio dos Estados de “bem-estar” indicavam que o padrão de acumulação, que obteve grande êxito nas décadas anteriores, não tinha mais condições de contornar as contradições mais fundamentais do metabolismo capitalista. Em síntese, a fase fordista e keynesiana de acumulação começava a demonstrar sinais de esgotamento e, como resposta, as últimas décadas do século XX foram caracterizadas pela ascensão do neoliberalismo e pela reestruturação produtiva.

Braga (1996, p. 213), afirma que esses dois movimentos são “duas faces da mesma moeda”, ou seja, dois movimentos integrados e complementares, que integram um mesmo processo de ofensiva do capital nos âmbitos econômico, político, ideológico e social. No caso desta pesquisa, tal integração se mostra ainda mais evidente, pois a realidade atual do trabalho na assistência social envolve direta e simultaneamente, de um lado, o processo de recuo do Estado no enfrentamento da questão social e, de outro, as mudanças no mundo do trabalho. Por esse motivo, buscaremos tratar mais detalhadamente estes dois movimentos integrados, destacando especialmente a realidade brasileira. Isto porque, no caso dos Brasil e outros países da periferia capitalista, essa onda regressiva – representada pelo avanço do neoliberalismo e pela reestruturação produtiva – se desenvolveu contra um conjunto frágil e incipiente de conquistas sociais e democráticas e, no que se refere à produção industrial, num quadro de superexploração do trabalho, o que deu traços mais intensos a essa tendência mais recente.

1.1. O neoliberalismo e sua especificidade no Brasil

Após os ditos “anos gloriosos” do capitalismo, o ideal de um “Estado-providência” keynesiano passou a ser questionado, com pressões gigantescas em defesa de sua “desoneração”, que significa cortes de gastos em investimentos

sociais, através da redução de direitos, garantias e benefícios historicamente conquistados. Neste ajustamento social e político, principalmente a partir da década de 1980, perde força o “consenso keynesiano” (MORAES, 2001, p. 30) e configura-se a “hegemonia neoliberal” (ANDERSON, 1995; BOITO JR., 1996), com a eliminação gradativa de direitos sociais e trabalhistas, as privatizações e a desresponsabilização do Estado em relação à questão social. Assim, esse cenário contribuiu para que o discurso neoliberal, segundo o qual as ações estatais não seriam investimentos em bem-estar social, mas gastos improdutivos, fosse dissipado nas várias camadas da sociedade. Orientado por uma lógica puramente empresarial, o Estado nada mais é do que uma organização com receitas, despesas e metas econômicas, deixando em segundo plano qualquer compromisso com o trato da questão social (MORAES, 2001; KERSTENETZKY, 2006). Montañó (2003) aponta ainda que o rebaixamento da pauta da questão social no Estado neoliberal gera uma fragmentação refletida, além de outros, na precarização da assistência estatal, privatização da seguridade e de políticas sociais. Ou seja, a política social na América Latina, a partir do Consenso de Washington, bem como nos países de capitalismo avançado, estaria condicionada ao “molde neoliberal”, mantendo a política social apequenada; descentralizando e mobilizando as organizações sociais (BATISTA, 1994). Todavia, os países latinos, inclusive o Brasil, nem chegaram a ter um Estado de bem-estar social de fato. Como resultado de todo esse processo, a luta pela cidadania é desvinculada de uma proposta de transformação social (COUTINHO, 2011), primando, a partir do projeto neoliberal, por um trato emergencial da questão social, sem atuar nos seus fundamentos, contribuindo assim para a manutenção das desigualdades sociais (MONTAÑO, 2003). Desta forma:

Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal (precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais) e também não terão acesso aos serviços privados (caros), transfere-se para a órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda. É nesse espaço que surgirá o que é chamado de “terceiro setor”, atendendo a *população* “excluída” ou parcialmente “integrada”, um quase “não-cidadão”. Isto cai como “uma luva” na mão do projeto neoliberal (MONTAÑO, 2003, p. 197).

Nos países da América Latina, as prescrições neoliberais foram anexadas à sua política econômico-social a partir da adesão ao Consenso de Washington, refletindo na dinâmica de organização do Estado e das relações de trabalho. Essa inserção subordinada na nova ordem mundial se deu a partir de um quadro diverso em relação aos países de capitalismo avançado, visto que em países como o Brasil se configuraram apenas traços do intervencionismo keynesiano,

nos projetos nacional-desenvolvimentistas, mas que, a partir de 1964, tinham se transformado num intervencionismo ditatorial, marcado pela ausência de democracia e pelo controle dos sindicatos. Como consequência, a experiência histórica brasileira foi marcada pela “confluência perversa”, nos termos de Dagnino (2004), entre o projeto democratizante/participatório e o projeto neoliberal, sendo esse último o fator hegemônico do que resultou uma democratização restrita e marcada por uma concepção de cidadania regressiva e excludente.

Mesmo com Brasil sendo um dos últimos países latino-americanos a aderir ao projeto neoliberal por meio do “aceite” ao Consenso de Washington, as políticas de viés neoliberal, isto é, reformas estatais orientadas para o mercado como abertura comercial, liberalização financeira, investimentos estrangeiros, privatização de serviços públicos e desregulamentação do mercado de trabalho estiveram presentes em todos os planos do governo federal desde a redemocratização do país. No entanto, destacaremos aqui as ações do governo de FHC (1995- 2003) e Lula (2003-2011) (COSTA, 2000; FILGUEIRAS, 2006), pois estas estruturam a forma atual de formatação da política assistencial.

Durante seu governo, FHC lançou mão do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” que, sob o argumento de retirar o Estado do setor produtivo, também legitimava a deterioração dos serviços públicos. A tese defendida era que um Estado enxuto criaria um ambiente propício para que as empresas nacionais fossem inseridas no mercado internacional em condições mínimas de concorrência (COSTA, 2000), onde a administração pública seria reconstruída em bases modernas e racionais (PLANO DIRETOR, 1995). Além disso, pode-se perceber o trato neoliberal à questão social quando é previsto que direitos sociais como saúde e educação entrem na “desestatização” e tenham sua execução entregue às Organizações Sociais (OS):

Reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de “publicização” (PLANO DIRETOR, 1995, p. 17-18).

Este era só o começo das parcerias entre o público e o privado, que, posteriormente, no governo Lula, foram expandidas e apresentadas como estratégia de recuperação da capacidade de investimento público, após o processo desestatizante da privatização dos investimentos públicos no setor produtivo de FHC (PECI; SOBRAL, 2007). Na gestão de Lula, as parcerias público-privada são tidas como capazes de elevar os investimentos em infraestrutura sem alterar as metas

econômicas estabelecidas, por meio de suas inúmeras tipologias de concessões e contratos de gestão, onde o setor privado entraria com parte do dispêndio financeiro necessário com a expectativa de lucros futuros (PECI; SOBRAL, 2007). Contudo, as parcerias não ficaram restritas aos empreendimentos de infraestrutura, já que o governo ampliou o uso das PPPs para a execução de políticas públicas, como no caso das parcerias com entidades da organização da sociedade civil (OSC), formadores do *Terceiro Setor*, que ampliam suas parcerias com o governo em áreas como saúde, educação e assistência social (CARVALHO FILHO, 2007).

As OSCs nada mais são que as organizações não-governamentais (ONGs) em um novo molde, haja vista que para angariarem fundos públicos tiveram que se burocratizar como se fossem empresas privadas, constituindo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal e todas as demais formalidades nos diversos órgãos Federais, Estaduais e Municipais e, ao mesmo tempo, provarem que visam ao “interesse público”:

As chamadas *organizações não-governamentais* (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio das parcerias, ou quando são contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma *terceirizada*, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter “não-governamental” e à sua condição de “autogovernada” (MONTAÑO, 2003, p. 57).

Entendidas as dimensões e as possibilidades do instrumento parceria público-privada na gestão do Estado brasileiro e a funcionalidade desta ao projeto neoliberal em construção, cabe ressaltar que esse processo é vendido à população como mera “transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática e participativa e mais eficiente (o “terceiro setor”)” (MONTAÑO, 2003, p. 200). Com isto, o entendimento do percurso demonstrado permite a base necessária para um adequado afunilamento dos impactos da lógica neoliberal em meio à questão social e do trabalho.

1.2 Reestruturação produtiva e seus impactos no trabalho contemporâneo

Paralelamente – e de forma interligada – aos fenômenos supracitados, o sistema capitalista passou por uma importante reestruturação produtiva, com impactos diretos no mundo do trabalho, com alterações da base tecnológica dos processos produtivos, dinâmicas multidimensionais de flexibilização – do vínculo, da remuneração, das jornadas etc. – e terceirização que, articuladas com novos princípios de gestão e controle da força de trabalho, permitiram o

enxugamento de unidades – tornando-as, segundo a cartilha neoliberal, mais adaptada ao contexto de instabilidade e incertezas.

Nesse processo, os referenciais tayloristas e fordistas passaram a ser vistos como insuficientes, e os holofotes voltaram-se ao toyotismo, que repõe o foco no conhecimento e na participação dos trabalhadores nos processos, exigindo sua adaptação e responsabilização quantos aos intercâmbios produtivos e mudanças do mercado. Segundo Araújo e Moraes (2017), o toyotismo pertence à mesma lógica do fordismo, no que tange a racionalização das formas de trabalho, entretanto, emerge com intenções de controle do *elemento subjetivo da produção* capitalista a favor de uma nova subsunção do trabalho ao capital. Tendo o *just-in-time* e *kanban* como símbolos gerenciais e sendo inicialmente aplicado na fábrica da Toyota Motor Company, a flexibilização dos *layouts* das fábricas e do trabalho entram em evidência (GHINATO, 1995).

Assim, o trabalho no contexto neoliberal é marcado por diversas formas de flexibilização, as quais contribuem para o desmonte das proteções sociais dos trabalhadores:

Com relação à utilização da força de trabalho, a flexibilização altera os termos contratuais, introduzindo novas formas de utilização do tempo, ou seja, tempo parcial, determinado por tarefas, por empreita, por projetos e formas correlatas, com remuneração progressivamente desvinculada de obrigações outras que não as do pagamento do trabalho realizado (LIMA, 2010, p. 170).

Como resultado, tem-se ampliação de modalidades de trabalho inseguras, com vínculos informais e temporários. Conforme indica Druck (2011a), no caso dos países do capitalismo central, onde se obteve um maior grau de integração de parcelas da classe trabalhadora e de homogeneização social, este processo representa um desmanche da condição salarial hegemônica. Porém, em países como o Brasil, onde tal patamar sequer foi atingido, essas tendências renovam e reconfiguram condições precárias ligadas a aspectos históricos e estruturais do mundo do trabalho no Brasil.

Nessa acepção, dentre as estratégias de flexibilização do trabalho vigentes, a terceirização é “considerada como a principal política de gestão e organização do trabalho no interior da reestruturação produtiva”, pois deu materialidade ao conceito de flexibilização do trabalho, sendo o carro-chefe dos contratos flexíveis (DRUCK; BORGES, 2002, p. 112). Verifica-se que o grande problema do emprego terceirizado é a precarização imbuída. A saber, tais vínculos carregam considerável grau de fragilidade das condições de trabalho e salário (COSTA, 2017), como se pode apurar com base em estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

[...] o tempo de emprego em setores tipicamente terceirizados corresponde à metade dos setores tipicamente contratantes. A remuneração é em média 27% inferior e a taxa de rotatividade anual chega a 45%, enquanto nos contratantes é de 22%" (Manzano, Santos e Teixeira, 2013 apud Costa, 2017). Outro dado alarmante do fenômeno são os elevados casos de empresas ceiteiras que desaparecem sem cumprir suas obrigações trabalhistas (COSTA, 2017, p. 126).

Em razão destes aspectos, a literatura sobre o tema indica que o desrespeito a direitos trabalhistas é uma tendência marcante na terceirização, conforme sintetiza Druck (2016, p. 59):

A sonegação aos direitos estabelecidos pela CLT também tem uma incidência muito grande, especialmente para o caso dos petroquímicos, petroleiros e trabalhadores do serviço público. Ocorre desrespeito aos direitos básicos estabelecidos para os empregados com carteira assinada, como atraso de salários, não depósito do FGTS, atraso de 13º, sem gozo de férias, sem CIPAs. No caso de terceirizados no serviço público, caso estudado em uma universidade federal, se encontrou trabalhadores sem férias há dez anos, pois há rodízio de empresas contratadas que não cumprem os contratos e desaparecem, sendo substituídas por outras do mesmo naipe, situações em que seus empregados não chegam a ter um ano de trabalho e, por isso, não podem tirar férias.

Assim, temos que os processos de flexibilização e precarização do trabalho são interligados, num sentido mais imediato porque a reestruturação produtiva impulsiona a precariedade laboral (MOITA *et al.*, 2009), ou seja, intensifica e amplia o universo de trabalhos precários. No entanto, seus reflexos se impõem em dinâmicas e condições que permeiam todo o mercado de trabalho. Como afirma Antunes (2018, p. 159):

Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. Pode ser percebida ainda no dia a dia da atividade laboral, diante da forte sensação de que o tempo foi comprimido, e também na clara intensificação da jornada de trabalho, na qual todos se desdobram para executar sozinhos o que antes era feito por dois ou mais trabalhadores.

Buhr (1999, p. 83-84) aponta que as metamorfoses do mundo do trabalho, além de impulsionar a exclusão (pelo desemprego estrutural) e a instabilidade para parcelas cada vez mais amplas da classe trabalhadora, afetam também frações "estáveis e com garantias", que inicialmente estariam mais protegidas do desmonte da relação salarial fordista. Isto porque, "à medida que a crise se

prolonga e se aprofunda, esse núcleo de trabalhadores estáveis tende a se estreitar e suas garantias tendem a se restringir”. Como consequência, parte importante dos estudos tem apontado que a “precarização é compreendida como um processo social mais amplo que atinge o conjunto dos trabalhadores, independentemente de seu estatuto de emprego” (DRUCK, 2011a, p. 85). Entendida nesta dimensão mais ampla, a precarização incide também, ainda que de forma diferenciada, em trabalhos marcados por certo nível de proteção e reconhecimento social na atividade laboral. Nesses setores mais protegidos, mas continuamente ameaçados, percebe-se trabalhadores que se sentem cada vez mais limitados em suas perspectivas de elaborar um projeto de vida profissional, não sentindo prazer nem com o que fazem nem com as relações que estabelecem, vivendo, portanto, uma profunda alienação no trabalho – o que também pode enfraquecer a ação coletiva e as formas de resistência dos trabalhadores (VARGAS, 2016).

Além de Druck (2011a), muitas análises têm buscado diferenciar e, ao mesmo tempo, articular, dimensões ligadas à precariedade laboral – relacionada a elementos inerentes a condições de trabalho específicas – e a precarização do trabalho, como o processo mais geral, que inclui o avanço das formas precárias mas também compreende a tendência estrutural imposta pela reestruturação produtiva (MOITA *et al.*, 2009)⁴. Druck (2011b) destaca que a precarização toma forma por meio das condições de insegurança e instabilidade, na constante necessidade de adaptação do trabalhador e ainda na fragmentação dos coletivos de trabalhadores e no esvaimento do conteúdo social do trabalho. Nesse sentido, a autora agrupa a precarização do trabalho em seis modalidades: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, intensificação do trabalho e terceirização, insegurança e saúde no trabalho, perda das identidades individual e coletiva, fragilização da organização dos trabalhadores e a condenação e o descarte do direito do trabalho.

⁴ Em sentido semelhante, Oliveira (2011, p. 220-221), reconhecendo as amplas dificuldades e ambiguidades do debate, faz uma síntese de diversas expressões que buscam caracterizar as tendências impostas pela reestruturação produtiva, na qual reproduz a mesma diferenciação e articulação entre precarização e precariedade: “A categoria da terceirização, por exemplo, foca sobretudo nos processos de heterogeneização das relações de trabalho e de desassalariamento, quando um padrão anteriormente adotado, ou tomado como horizonte, o salarial, desdobra-se, diversificando-se, esgarçando-se, metamorfoseando-se. No que se refere à noção de flexibilização das relações de trabalho, diz respeito mais centralmente a novos padrões de gestão e de normatização do trabalho. Em ambos os casos, abordagens de caráter mais crítico as têm relacionado a processos de dissociação entre trabalho e proteção social. Quanto a isso, a noção de precarização (quando pretendemos realçar uma situação de crescente piora, no sentido de perda de direitos, da adoção de vínculos mais instáveis etc.) ou precariedade (quando, mais do que um processo, se quer realçar um estado, uma condição já alcançada) propiciam um olhar mais focado, embora também dotado de ambiguidades e imprecisões. Mas também um olhar centrado na dinâmica formal-informal, sobre em que aspectos, direção e intensidade se modifica nas condições atuais, pode, em associação com flexibilização, precarização, terceirização, heterogeneização etc., trazer realces relevantes a tal análise”.

Por isso, sobretudo na dimensão estrutural, a precarização ultrapassa as condições mais imediatas e objetivas, refletindo em processos de despertencimento/desfiliação social produzidos no seio da flexibilização (Franco *et al.*, 2010). Segundo as autoras, esse processo fragiliza o pertencimento social, tendendo assim a apagar os referenciais de limites biopsicossociais no imaginário social, como por exemplo, a noção de jornada de trabalho normal e de hora extra:

O reconhecimento dos limites biopsicossociais dos seres humanos no trabalho (expressos nas leis trabalhistas, por exemplo) é fruto de um longo processo, nada linear. Apesar dos avanços em relação aos primórdios das sociedades urbano-industriais neste âmbito, chama a atenção um contínuo processo histórico de inversão das relações da humanidade na/com a natureza no seio destas sociedades que afeta tal reconhecimento [...] A flexibilização do trabalho acelera os tempos sociais, radicalizando este processo de inversão (FRANCO *et al.*, 2010, p. 243-244).

Trata-se, então, de um processo que envolve risco e vulnerabilidade, seja no local de trabalho com os meios de trabalho, ou nas experiências vivenciadas no trabalho que afetam a consciência do trabalhador (PADILHA, 2009; VARGAS, 2016). O resultado é uma degradação *objetiva e subjetiva* do trabalho, sendo que em sua face objetiva, a precarização do trabalho pode ser observada pelos seguintes pontos: falta de regulamentação, perdas de direitos, contrato trabalhista instáveis, aumento da jornada de trabalho e acúmulo de funções. Além disso, tais condições podem aparecer em conjunto e trazerem risco e instabilidade à saúde do trabalhador (PADILHA, 2009).

Para o aprofundamento da dimensão subjetiva, é preciso ressaltar as características – já preliminarmente destacadas – dos mecanismos contemporâneos de gestão e controle, que penetram cada vez mais os planos ideológicos e culturais:

Incorporando os conhecimentos da administração científica às correntes comportamentais da psico-sociologia, apropriaram-se da subjetividade da força de trabalho como forma de internalizar na “alma” do trabalhador a suposta relação de cooperação e interesses comuns entre “patrão e empregado” (BATISTA, 2006, p. 9).

Desse modo, realiza-se uma extração do conhecimento do trabalhador em vista de sua funcionalidade para o capital visando o aumento da produtividade (LIMA, 2010). Como uma conclusão sobre os pontos expostos, Boltanski e Chiapelli (2009) refletem que tal fenômeno possibilitou a transferência para os trabalhadores, agora com vínculos mais instáveis e flexíveis, da responsabilidade sobre as incertezas do mercado. Gounet (1997) complementa, pontuando que a transferência de responsabilidades – da gerência científica aos

trabalhadores, em unidades “enxutas” e com pouca margem de manobra – interioriza nos indivíduos e em suas ações o *management by stress*.

A partir disso, Linhart (2007, p. 67-68) destaca uma contradição fundamental dos mecanismos de controle e exploração contemporâneos, ao apontar a coexistência de “lógicas contraditórias de gerenciamento”, que articulam, por um lado, o envolvimento, com a tentativa de “mobilização da subjetividade”, e, por outro lado, a intensificação do controle, através de normas “onipresentes”. O resultado é uma série de paradoxos, já que “essa tentativa de conquistar a confiança dos assalariados, custe o que custar, entra em contradição com as condições objetivas dadas aos assalariados” e, assim, os trabalhadores “ficam na corda bamba de uma autonomia estreita e sob grande vigilância, que lhes deixa apenas uma pequena margem de manobra” (LINHART, 2007, p. 113-114). Trata-se, portanto, de um ambiente apreensivo, em que o maior conjunto de responsabilidades assumidas se contrapõe à falta de uma autonomia real na empresa. Consequentemente, se percebe a carência da dimensão que as empresas mais reivindicam: a confiança⁵ – numa tendência que se reforça cada vez mais, enquanto esses dispositivos gerarem mais “sofrimento individual” do que ações contestatórias coletivas e organizadas do mundo do trabalho (LINHART, 2007, p. 115)⁶.

Portanto, algumas análises tem destacada a “precarização subjetiva”, seja como estratégia para permitir, em certo grau, a interpretação da singularidade de cada indivíduo e suas experiências de trabalho (NARDI, 2006) ou, mais especificamente, para destacar o sentimento daqueles que convivem com a incessante ameaça da flexibilização de seus postos de trabalho (LINHART, 2014). Linhart (2014, p. 45-46) conceitua a “precarização subjetiva”:

É o sentimento de não estar “em casa” no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados, não arriscar-se física ou moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis) nem aos coletivos de trabalho, que se esgarçam com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a

⁵ A autora aponta três níveis em que este aspecto se revela: a falta de confiança nas gerências das empresas (pois exigem envolvimento, mas não oferecem estabilidade e condições para tal); a falta de confiança em si (pelo receio de deixar de ser “necessário”, de “não estar à altura”); e a falta de confiança nos colegas, os quais se imagina sempre “à espreita” das suas fraquezas (LINHART, 2007, p. 114).

⁶ O efeito desta realidade é refletido por Párraga (2002, p. 203, tradução nossa): “O trabalhador precário, como teve-se a oportunidade de verificar, não está ciente de sua própria condição. Talvez porque não exista essa categoria de trabalhadores (precária), mas que isso esteja localizado transversalmente nas relações de trabalho. Ou talvez porque ele não tenha experimentado nenhuma outra existência de trabalho além da precariedade”.

concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima, que está ligada ao sentimento de não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto. E isso porque a gestão moderna impõe que todos os assalariados administrem, em nome da autonomia e da responsabilização, as inúmeras disfunções de organização falha do trabalho (isto é, que não lhes proporcionam os recursos necessários para fazer frente às exigências do trabalho), ao mesmo tempo que intensificam de forma espetacular os ritmos de trabalho. O resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (comodamente chamada de estresse).

Assim, pode-se dizer que a crise estrutural do capital e seus processos de regeneração inflamaram a incompatibilidade entre o desenvolvimento das pessoas e os interesses do capital (ALVES, 2002), com repercussões cada vez mais amplas na sociabilidade, conforme aponta Seligmann-Silva (2002, p. 88-89):

Existe uma **crise social**, na qual a disseminação do medo e da insegurança aumentou a desconfiança e fragilizou todos os tipos de laços da sociabilidade – fora e dentro dos ambientes de trabalho. Essa crise social tem uma de suas marcas na instabilidade que atravessa o mercado de trabalho e nas inserções laborais precárias.

Apesar dos aspectos revelados pela discussão sobre a precarização subjetiva, Linhart afirma que sua importância é comumente considerada “ilegítima” perante a perversidade de uma precariedade objetiva que tem o poder de comprometer as necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias (LINHART, 2014). No entanto, essa “ilegitimidade” dos danos subjetivos da alienação e estranhamento do trabalho acaba engrossando a liga para a construção de uma alienação mais interiorizada, pois normaliza a submissão dos trabalhadores aos ideais da empresa que estejam vinculados (ALVES, 2002; ANTUNES, 2002). Por isso, não se trata de retirar a importância dos aspectos objetivos da precarização, mas de buscar demonstrar que o complexo enlace entre flexibilização do trabalho e a precarização, tanto objetiva como subjetiva, são a maior expressão dos danos da reestruturação produtiva do capital.

2. O trabalho socioassistencial e a pesquisa no SCFV em Dourados

A assistência social é abordada na constituição de 1988 nos artigos 203 e 204, contudo, a matéria social somente foi regulamentada com a promulgação da lei 8.742, em 07 de dezembro de 1993. Tratava-se da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dava fulcro para a estruturação da Assistência Social como política pública de direito dos cidadãos. Além desta, destaca-se a Resolução 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social que trata da

implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), elaborada a partir de debates em fóruns e conferências realizados em todos os estados brasileiros. A PNAS possibilitou a construção do regime de gestão nomeado de Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; EPIFANIO, 2017).

2.1 A organização do SUAS

O SUAS foi regulamentado pela Norma Operacional Básica (NOB), em 2005, e tem sua organização dividida entre a proteção social básica e a especial (de média e alta complexidade) (BOSCHETTI, 2003; COUTO, 2010). Além de sua organização estrutural, a política da assistência social possui a NOB/RH SUAS (2008), que é instrumento chave para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, pois regulamenta e aponta as diretrizes a serem respeitadas quanto às equipes de referência, bem como diretrizes para a implantação do plano de carreira no âmbito do SUAS, contudo, sua materialização ocorre de modo vagaroso. Pode-se citar o fato de muitos gestores municipais cumprirem o mínimo apenas para receber os repasses federais para a política da assistência social e com isto não se empenharem em oferecer condições adequadas – físicas e materiais – para a prestação dos serviços socioassistenciais (PAZ, 2015).

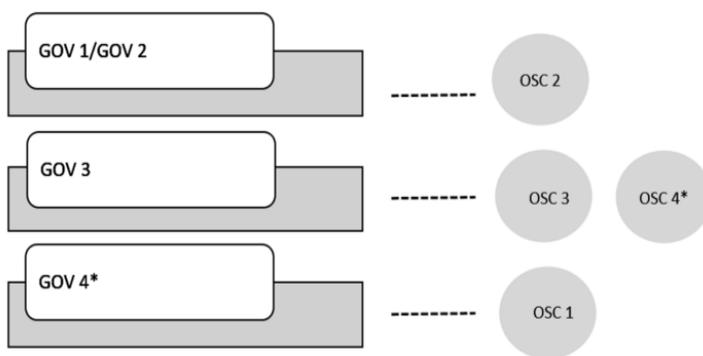
Isso porque apesar de contar com uma organização do trabalho estruturada e avalizada por diversas normativas e legislações, a realidade dos trabalhos no “chão de fábrica” da política da assistência social se mostra carente de estruturação e proteção à saúde do trabalhador. Muitos dos estudos realizados sobre a realidade do trabalho na assistência social (SENRA e GUZZO, 2012; RIBEIRO e GUZZO, 2014; CARVALHO *et al.*, 2015; HORA, 2015; PAZ, 2015; SILVA *et al.*, 2015; BRISOLA, 2016; TISKI E MELO, 2017; CORDEIRO, 2018), apontam o caráter precários de diversas funções, com destaque aos *assistentes sociais, psicólogos, orientadores sociais e pedagogos*.

2.2 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Dourados

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pode ser oferecido em unidades públicas ou entidades privadas sem fins lucrativos reconhecidas pelo Conselho de Assistência Social. A decisão do local que ofertará os Serviços fica a cargo do órgão gestor municipal, que tem a responsabilidade de supervisionar toda a rede de Serviços da Proteção Social Básica (BRASIL, 2016). Assim, as entidades parceiras atuam de modo complementar

aos SCFV ofertado pelos CRAS e são referenciados aos mesmos. Isto posto, para a execução do estudo empírico, buscou-se a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Dourados e, a partir de informações obtidas junto à Diretoria de Proteção Social Básica foi esclarecido que, dentre os oito Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), quatro possuem entidades que complementam seu SCFV:

Figura 1 – Relação entre as GOVs (administração direta municipal) e as OSCs (entidades parceiras)



Fonte: Elaborado pelos autores (2020). *A GOV 4 e a OSC 4 não participaram da pesquisa.

Foi apurado que as entidades são da área de “defesa e desenvolvimento de direitos”, tendo as OSCs 1 e 2 iniciado seus trabalhos como ramificações de igrejas cristãs. A OSC3, por sua vez, tem como mantenedora uma grande empresa privada. Não foram identificados as GOVs e as OSCs em vista de preservar a identidade dos trabalhadores que participaram da pesquisa. Destaca-se ainda que a maioria dos trabalhadores se mostraram dispostos quando da execução das entrevistas, em muitos dos casos elaborando respostas bem explicativas e com uma postura receptiva.

No que tange a organização do trabalho na implementação do SCFV, a execução das atividades obedecem às normativas do SUAS, que prevê Técnicos de Referências e Orientadores Sociais atuando no planejamento e execução das atividades. No caso dos CRAS, foi apurado que o padrão é de um técnico de referência e um orientador social por CRAS, havendo a possibilidade, conforme a demanda, deste número ser alterado. Já nas entidades não há um padrão, podendo ter de um ou dois técnicos de referência e de dois a sete orientadores sociais e/ou oficineiros, isso porque além de complementarem o SCFV, estas executam atividades que antecedem a parceria com o município.

2.3 O campo de pesquisa e as entrevistas

Dos oito CRAS ativos no município de Dourados, quatro se enquadravam nos parâmetros da pesquisa, pois têm seus serviços complementados pelas entidades. Contudo, um dos CRAS passou por um considerável período sem ofertar o SCFV por falta de profissionais, o que inviabilizou a sua inserção na pesquisa. Assim, as entrevistas foram realizadas em três CRAS, que serão aqui identificados GOV 1, GOV 2 e GOV 3. Quanto às entidades, das quatro que se enquadram no delineamento aqui estabelecido, uma se mostrou impossibilitada de participar, de modo que a pesquisa foi realizada em três entidades que aqui serão identificadas como OSC 1, OSC 2 e OSC 3.

Nas GOVs, encontrou-se o seguinte perfil: as idades dos entrevistados variaram de 37 a 48 anos, com todos sendo servidores estatutários e com vínculos institucionais que vão de um ano e três meses a 10 anos, os profissionais ouvidos foram dois pedagogos, um assistente social e dois profissionais de cargos de nível médio em desvio de função exercendo as atribuições de orientador social. Apurou-se ainda que quatro dos cinco entrevistados possuem especializações, sendo que dois têm uma segunda graduação e que os dois profissionais de nível médio possuem uma segunda jornada de trabalho.

Já nas OSCs os entrevistados tinham idades entre 26 anos a 49 anos e possuíam vínculos de trabalho divididos entre as categorias prestador de serviços e celetistas. Os profissionais entrevistados foram um psicólogo, um orientador social, um oficinheiro/orientador social, três assistentes sociais e dois educadores sociais, dos quais sete (de um total de oito) possuem graduação aliada às especializações em suas áreas de atuação. No caso das OSCs o tempo de estadia nas entidades variaram de menos de um ano a 12 anos. Apurou-se ainda que quatro dos entrevistados possuem uma segunda jornada de trabalho, sendo que um perdeu o segundo vínculo durante a pandemia do coronavírus.

De início, quanto às GOVs, identifica-se que, apesar de todos os profissionais possuírem vínculos estatutários, os dois orientadores sociais encontram-se em desvio de função, sendo originalmente concursados para atuarem como técnicos administrativos. Já nas OSCs, duas das três mantêm vínculo por meio da CLT com seus trabalhadores, contudo, uma das OSCs, apesar de ter os mesmos trabalhadores há 10 e 5 anos, somente oferece o vínculo “prestador de serviço”, isto é, recebem somente pelas horas trabalhadas. Destaca-se ainda o acúmulo de funções de um trabalhador que é técnico de referência do SCFV e coordenador da instituição e um trabalhador que a depender da ocasião atua como orientador social ou como oficinheiro.

2.4 As entrevistas realizadas

Os questionamentos focaram nos seguintes pontos: contrato de trabalho, jornada de trabalho, acúmulo de funções, estruturação hierárquica e o modo pelo qual o controle é exercido, tempos de trabalho (estrutura temporal do trabalho), divisão das atividades, fluxos e qualidade da comunicação, conteúdo das atividades e relações interpessoais e grupais. Assim sendo, o questionário foi dividido em cinco partes, sendo elas: caracterização do entrevistado, condições de trabalho, uso e desenvolvimento de capacidade, oportunidade de crescimento e segurança e por fim, organização coletiva. “Caracterização do entrevistado” buscou entender os perfis dos trabalhadores de modo mais direto e incluiu perguntas como idade, formação, tempo de exercício da profissão, vínculo empregatício, segunda jornada de trabalho e como se deu o início do trabalho na instituição. Em “condições de trabalho” passou-se às perguntas sobre os sentimentos dos entrevistados perante seus trabalhos, as questões abrangeram a visão que estes têm sobre suas jornadas de trabalho e como avaliam os aspectos estruturais e higiênicos do ambiente que estão inseridos.

Já em “uso e desenvolvimento de capacidade” arguiu-se sobre o sentimento do entrevistado perante autonomia, informações sobre o processo de trabalho, necessidade de qualidades múltiplas, necessidade de aprimoramento e demais pontos ligados com seus papéis dentro da organização. “Oportunidade de crescimento e segurança” indagou sobre a segurança de emprego, evolução de carreira, crescimento pessoal e avanço salarial. Por fim, em “organização coletiva” perguntou-se sobre autonomia e liberdade de expressão para atuar em questões de classe profissional. Para melhor interpretação dos dados, as entrevistas foram gravadas, com ciência e aceite dos participantes, concedendo assim maior fluidez da fala dos entrevistados, e foram transcritas e organizadas no *Microsoft Excel*, para posterior análise.

3. Principais aspectos identificados nas entrevistas

Seguindo a estruturação mencionada acima, as entrevistas revelaram aspectos de convergência e divergência nas realidades dos trabalhadores do serviço públicos e das entidades prestadoras de serviço, os quais serão sintetizados a seguir.

3.1 Como começaram a trabalhar nas instituições

No caso dos trabalhadores das GOVs o início da jornada na instituição pública se deu como resultado pela busca de um emprego público e pela intenção de sair da área que atuava, isto é, trocar de emprego público. Já o início do caminho dos trabalhadores nas OSCs está atrelado a algum contato prévio com a entidade, sem

um processo seletivo padrão. Segundo aqueles, uns já mantinham contato por meio de participação em cursos e eventos, outros iniciaram como voluntários ou ainda foram indicados por uma pessoa já inserida na organização.

3.2 Tempo dedicado ao trabalho

Aqui os trabalhadores foram indagados se consideravam suas jornadas de trabalho justas e razoáveis, no caso das GOVs, todos afirmaram que tinham uma jornada adequada. Nas OSCs, o mesmo ocorreu, contudo, destaca-se três respostas divergentes. Um dos entrevistados afirmou com clareza a existência de injustiça em vista do trabalho desenvolvido e da responsabilidade, sem especificar sobre o tempo diário dedicado ao trabalho, e os outros dois focaram na questão das horas trabalhadas, onde citaram sobre o excesso e a supressão de horas. Em um dos casos a jornada é diminuída em função da falta de recursos financeiros da entidade, no outro, é destacado a constante excesso de carga de trabalho em função do compromisso que o trabalho social exige.

Bom, dentro da assistência, dentro da política do serviço social, hoje a gente vê que a gente trabalha muito mais do que as 30 horas que é estabelecido né, mas é uma linha que eu falo que a gente não tem como desligar. É diferente de alguns outros setores, de outros trabalhos, de outras profissões, você desliga a luz, fecha a porta, nada mais acontece. E dentro do serviço social, por trabalhar com vidas, por trabalhar com pessoas em vulnerabilidade, a gente meio que vive de plantão 24 horas né, não é uma obrigatoriedade imposta pela entidade, mas a gente vê nós como seres humanos. Eu sei que não é o certo mas a gente acaba trabalhando um pouco mais que a jornada estabelecida (Trabalhador E – OSC 2).

Foi questionado ainda se os entrevistados excederam a jornada de trabalho mesmo que não lhes fossem solicitado diretamente por seus superiores. Os trabalhadores das GOVs, que, unanimemente consideraram suas jornadas justas e razoáveis, com frequência têm que excedê-las. Nas OSCs, somente um trabalhador afirma diretamente ter que exceder a jornada, os demais, após serem provocados sobre a participação em ações das entidades para angariar fundos e correlatos, ocorridos fora dos dias de trabalho, afirmaram que participam, mas sem identificar tais participações como excedente de jornada.

Não. Mas as vezes com a rotina, as vezes a gente excede sim (Trabalhador 5 - GOV 3).

Não. *Participa das ações?* Sim, aos sábados, domingo e quando há necessidade (Trabalhador A - OSC 1).

Não. Aqui a única coisa que ocorre é que as vezes a gente precisa vir no final de semana, por causa de alguma data comemorativa, mas nada assim que prejudique. Nada que atrapalhe em nada (Trabalhador C - OSC 1).

Por fim, ao buscar-se entender o sentimento dos entrevistados a respeito da excedência de jornada de trabalho, foram obtidas as seguintes respostas:

A gente se desdobra, mas acaba... então... A forma de trabalho... Justo e razoável, mas já aconteceu de sentir que precisava de mais tempo e levar atividades para casa né...mas hoje me polio muito com relação a isso né. Me sinto de certa forma desvalorizada... Porque a gente é tão cobrado enquanto servidor público né...até pela sociedade, e com direito né, mas ninguém vê essa parte né... Às vezes ter que desembolsar, levar serviço pra casa (Trabalhador 1- GOV 1).

Pra mim é tranquilo, porque, por eu conhecer o trabalho que é um trabalho bom, que ajuda a família, que ajuda a sociedade, então assim, eu me sinto é...não é solidária... É...contribuinte com a Ação (Trabalhador D - OSC 1).

Eu acredito que depende como você encara a importância do seu trabalho também né. Aqui a gente trabalha num centro de educação social onde as pessoas precisam todo o tempo. Então geralmente se tem que...a disponibilidade que todos vão ter pra entregar uma cesta básica num sábado, num domingo é esse, então acredito que a gente, trabalhador social tem que estar um pouco consciente que tem que exercer essa função né, já que ele escolheu trabalhar com os humanos né (Trabalhador F - OSC 3).

Pôde-se observar que, em meio à quase unanimidade sobre estes terem uma jornada de trabalho “justa e razoável”, a excedência desta é rotina entre os trabalhadores de ambos os campos. Para entendermos, recorre-se à Párraga (2002), que constatou que o trabalhador precário não está ciente de sua própria condição, e que tal desconhecimento pode ocorrer pela precarização estar localizada transversalmente nas relações de trabalho ou ainda porque o trabalhador nunca tenha acessado outra forma de trabalho. Alinhada ao indício de precarização encontrado, Druck (2011) apurou que a intensificação da jornada de trabalho configura como componente de um trabalho precarizado. Seligmann-Silva (2002) também identifica o descompasso da organização dos tempos de trabalho como um indicador de precarização, onde essa “flexibilização modernizadora” de jornadas, turnos e folgas reverberam como superexploração, incerteza e ameaça de exclusão (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 98).

Deste modo, ambos os campos convergem, no entanto, o relato do sentimento dos trabalhadores perante o ato de exceder a jornada de trabalho mostrou-se como divergente. Os trabalhadores das GOVs não encaram a situação como inerente ao trabalho social, pois identificam que são desvalorizados perante o excesso de jornada e ainda que esta atrapalha nos compromissos que possuem fora do ambiente de trabalho. Nas OSCs, o excesso de jornada é, na maioria dos casos, entendido como inculido no trabalho social e as ações laborais parecem se confundir com missões pessoais. A partir disso, identifica-se a falta de reconhecimento dos limites biopsicossociais trazidos à discussão por

Franco *et al.* (2010). Os autores explicam que o processo de despertencimento/desfiliação social advém do binômio terceirização/precarização e tende a apagar as referências de limites biopsicossociais no imaginário social, rompendo assim as divisões entre os tempos sociais do trabalho/vida. Isto é, têm-se um considerável agravamento da precarização nos trabalhos terceirizados.

3.3 Condições de trabalho

Aqui se analisa como os trabalhadores avaliam seus ambientes de trabalho, nos aspectos físicos, estruturais e higiênicos. Foi ainda lhes perguntado diretamente se identificam algum aspecto insalubre nos seus ambientes. Constatou-se que os CRAS, de modo geral, passaram por algum período sem trabalhadores de serviços de limpeza e conservação, obrigando assim os demais trabalhadores a acumularem essa função. A maior parte dos trabalhadores entendem a estrutura física como adequada e inclusive dentro das tipificações do SUAS, contudo, relevante destaque é dado à falta de materiais de trabalho e higiene. Nas entidades, por sua vez, o cenário descrito foi totalmente o oposto, com muitos elogios, as descrições “ótimo” e “muito bom” figuraram nas respostas de trabalhadores das três entidades.

É bem precário. Bem precário. A gente que está acostumado a trabalhar no setor privado para depois vir pro público...a gente sente uma certa dificuldade né... É tudo meio arcaico aqui também né. A internet não funciona direito, você não tem computador, você não tem um material didático, você não tem material pra nada. Ai você quer desenvolver uma atividade não tem... então falta, falta estrutura.

Você identifica algum aspecto insalubre aqui?

Sim! Não tem fornecimento de copos... é um absurdo...essa parte de bebedouro, tinha que ter um bebedouro ali na frente, pra todo mundo, copo descartável... começa ali pelo atendimento pra dar uma água pro usuário, não tem (Trabalhador 2 - GOV 1).

Muito bom. Não falta nada (Trabalhador C - OSC 2).

Nessa linha, indagou-se sobre a necessidade de complementarem os materiais, como itens de papelaria, alimentação e higiene. As respostas acabaram por refletir as más e boas avaliações das estruturas supracitadas, entretanto, houve o reconhecimento por um trabalhador das OSCs que as doações fazem a diferença na quantidade e qualidade dos materiais à disposição.

Óooo, sim, esse ano, esses últimos anos a gente complementa...papelaria...eu trabalho nos grupos né... aí a gente...sempre falta alguma coisa, aí a gente acaba né, comprando...lanche a gente traz também de casa, faz uma vaquinha, algum incentivo também, fazer um brinde em uma data

especial, específica, a gente sempre...não porquê...ninguém nos obriga né... a gente que acaba, pro trabalho ficar melhor (Trabalhador 3 - GOV 2). Não. Por aqui tem tudo. Do bom e do melhor. Aqui recebe doações né, que vem de fora, bastante. E eu fico encantada de ver tantas coisas maravilhosas, materiais pedagógicos maravilhosos para as crianças desenvolverem as atividades (Trabalhador B - OSC 1).

Nesta categoria não foi identificado somente a precarização das condições de trabalho, mas de modo amplo, destacou-se a precarização da política de assistência social do município de Dourados. As respostas dos trabalhadores das GOVs evidenciaram o empobrecimento da política em contraponto aos diversos elogios à estrutura de trabalho feita pelos entrevistados das OSCs. Pode-se refletir esse fato em Montaño (2003), para quem o rebaixamento da pauta da questão social em meio ao neoliberalismo gera uma fragmentação, refletida, além de outras, na precarização da assistência estatal. Destacam-se ainda os argumentos de Coutinho (2011), que também analisou a temática da precarização dos serviços sociais em meio ao cenário vigente, além disso, a autora alerta para o discurso de incentivo ao voluntariado que transforma a solidariedade em um mecanismo institucionalizado. A institucionalização da solidariedade é sutilmente percebida na fala do Trabalhador B – OSC 1, que afirma ter acesso a uma boa estrutura devido às muitas doações que a OSC recebe. Arremata-se essa dimensão com Montaño (2003), que analisa que esse retrocesso do trato à assistência social pelo poder público que faz parecer que a transferência da execução de políticas públicas do Estado, rotulado como ineficiente, ao tido como o eficiente terceiro setor seja uma mera substituição, mas que, sem doações e solidariedade, teria uma realidade bem diferente.

3.4 Uso e desenvolvimento de capacidade

Neste tópico os trabalhadores foram questionados sobre autonomia, participação nas decisões organizacionais, exigência de conhecimentos múltiplos e necessidade de aprimoramento frente à rotina de trabalho. Sobre a autonomia durante a execução de suas atividades, prevaleceu que todos os entrevistados a possuem e conhecem o processo de trabalho no qual estão inseridos. No caso das GOVs, apesar de todos afirmarem possuir autonomia, foi citado que esta é subordinada hierarquicamente. Nas OSCs, apenas uma trabalhadora destoou e afirmou não possuir total autonomia:

Sim, aqui a gente tem essa liberdade. A gente sabe a hierarquia, passa pra coordenação, mas aqui é bem respeitoso (Trabalhador 2 - GOV 1). Conheço todo o processo de trabalho, mas, pelo menos pra mim eu não sinto que a gente tem total autonomia pra desenvolver a nossa função e nem as atividades que a gente deseja. Em alguns momentos eu acho que

as meninas até ficam receosas de falar, a dona [...] por exemplo, se incomoda com barulho de bola, então você não pode fazer atividade de bola porque vai bater e a criança vai derrubar alguma coisa, então são coisas assim que acontece que você fica meio... (Trabalhador A - OSC 1).

Em vista das respostas obtidas não se pode afirmar a presença de precarização quanto aos aspectos organizacionais levantados por Seligmann-Silva (2002), tanto nas GOVs como nas OSCs. Quanto às qualidades necessárias para executarem suas funções, perguntou-se sobre a necessidade de possuírem conhecimentos múltiplos e se esses em algum momento passam de área profissional dos entrevistados. No campo das GOVs foi destacado a polivalência exigida, o acúmulo de funções, a confusão da função de Técnico do SCFV com a figura do professor, e a confusão do SCFV como um reforço escolar. Nas OSCs foi apurado a falta de preparo que os trabalhadores sentem perante a situações específicas e foi identificado, como nas GOVs, a polivalência exigida pelas circunstâncias. Um ponto que chamou atenção é que, no caso das GOVs, há um trabalho de desconstrução da imagem de professor/professora do SCFV e nas OSCs não há essa preocupação, sendo que os trabalhadores inclusive buscam se aprimorarem para oferecer um melhor reforço escolar para a população atendida.

Com certeza...eu não sei se você vai tocar nesse assunto depois mas...vou estar comentando agora...a maior dificuldade é exercer dupla função...eu faço o papel de técnico de referência né, eu executo o meu papel de técnico de referência e também como orientadora social e isso exige muito né... porque você planeja, você executa, então você é referência e ainda sou responsável pela entidade... que é o [...] que é referenciado a esse CRAS...então não dá...a gente se desdobra mas não dá pra fazer, faz o melhor mas na medida do possível... (Trabalhador 1 - GOV 1).

Eu acho que às vezes eu tinha que ter mais duas cabeças, duas pernas, meu dia tinha que ter 48 horas, mas graças a deus a gente consegue desenvolver. Mas eu consigo desenvolver porque eu não trabalho sozinha. Hoje a gente tem uma equipe muito boa, eu tenho uma assistente social que auxilia muito bem...então a gente consegue desenvolver um bom trabalho porque a equipe é bem comprometida. *Passa da área profissional?* Sim, aqui a gente é enfermeiro, cozinheiro, motorista, dentro de uma entidade, dentro da área social a gente é mil e um (Trabalhador E - OSC 2).

Identificou-se que GOVs e OSCs exigem o caráter multiprofissional, o que possibilita relacionar os dados com os estudos de Padilha (2009), Druck (2011) e Costa (2017). Costa (2017), ao analisar os impactos da terceirização no agravamento da precarização do trabalho, abordou que haveria uma degradação da saúde dos trabalhadores terceirizados em virtude da intensificação dos ritmos de trabalho. Em sua análise sobre as categorias do trabalho precarizado, Druck (2011) trouxe a categoria "Intensificação do trabalho e terceirização", na qual incluiu o trabalhador polivalente como resultado da precarização do

trabalho, fato identificado na maioria das respostas, e que mais uma vez, não ficou restrita aos trabalhadores das OSCs. Ainda sobre a precarização da saúde do trabalhador, Padilha (2009) apurou que o acúmulo de funções, citado pela maioria dos entrevistados, contribui para o risco e instabilidade da saúde do trabalhador.

Nessa perspectiva, arguiu-se se os trabalhadores já sentiram a necessidade de buscar aprimoramento em vista de identificarem lacunas em suas formações. Houve uma preponderância na constante necessidade de capacitação nos dois campos. Interpretou-se que as dificuldades e lacunas em conhecimento estão ligadas à política da assistência social em seu sentido amplo. Em vista disso, fica evidente a presença da precarização subjetiva do trabalho a partir da conceituação de Linhart (2014), que explica o conceito daquela e sua relação com o trabalhador, ocorrendo quando este não pode confiar em sua rotina profissional e no conhecimento que acumulou durante sua vida profissional.

Quanto ao grau de responsabilidade que possuem estarem alinhados às suas funções, transpareceu a sobrecarga de trabalho no campo das GOVs. Nas OSCs os trabalhadores consideraram adequados os graus de responsabilidade, todavia, um dos entrevistados das OSCs apesar de considerar adequado, pontuou sobre o salário estar inadequado perante as responsabilidades. Além disso, todos os trabalhadores afirmaram ter suas contribuições consideradas nas decisões de suas respectivas organizações.

Não. Eu acho muita responsabilidade como orientadora social. Porque assim, é um concurso de nível médio o que eu tenho e eu acho que pra desenvolver, encabeçar isso teria que ser nível superior. Isso que eu falei, você tem que ser um pouco de tudo ali, você tem que ter uma noção um pouco estrutural, mas assim, você tem que ser advogado, que eles perguntam pra você algumas coisas, aí você tem que ser meio psicólogo, meio assistente social, você tem que ter um jogo de cintura muito grande, um conhecimento muito grande (Trabalhador 2 - GOV 1).

Eu acho que eles estão alinhados, mas o salário não é justo (Trabalhador A - OSC 1).

As falas, principalmente das GOVs, apontam novamente para a existência de precarização subjetiva causada precarização objetiva das condições de trabalho, que segundo Linhart (2014) é presente quando o indivíduo acredita não dominar seu trabalho e sente a necessidade de esforço constante para adaptar-se os objetivos fixados que corrobora na perda da autoestima por sentir não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura e não ter segurança em assumir seu posto.

3.5 Oportunidade de crescimento e segurança

Nesta dimensão foi abordada a questão de segurança do contrato de trabalho e salário. Apenas um trabalhador das GOVs afirmou se sentir seguro de

imediatos, os demais, apesar de entenderem o local de privilégio que estão, não sentem segurança concreta. Nas OSCs somente os trabalhadores da OSC 1 demonstraram ter incerteza sobre o futuro de suas colocações atuais. Quanto às outras, todos os trabalhadores afirmaram terem segurança sobre os vínculos empregatícios que possuem e às suas remunerações.

Às vezes não né, do jeito que tá, ai mesmo por agora, tipo assim, somos esse serviço essencial, e às vezes a gente fica com medo de ter uma redução. Já aconteceu do congelamento né... Nunca a gente fica tranquilo, apesar de ter as garantias de direito por ser o efetivo, o concursado (Trabalhador 5 - GOV 3).

Não, por ser contrato né, prestação de serviço. Cada ano, cada ano que se inicia a gente fica naquela insegurança né, mas é assim a vida. Nem tudo é segurança 100% (Trabalhador B - OSC 1).

No que tange ao vislumbre de avanço na carreira, salário, crescimento pessoal e profissional, este último é o único que se configura como uma possibilidade real. A questão da remuneração mostrou-se como estagnada na visão dos trabalhadores e em ambos os campos há certo tom de conformismo perante a ela. Dois profissionais, um GOV e um OSC, mostram-se esperançosos quanto uma possível melhora mediante avanço acadêmico futuro. A única profissional que declarou estar em uma instituição que proporciona possibilidade de avanço, citando inclusive promoções que obteve, possui dupla jornada de trabalho.

Não. Isso que as vezes dá desânimo...porque eu não vejo assim... Eu entrei achando que teria possibilidade. Mas assim pelo que a gente vai vendo, vai vendo, vai vendo... Parece que não tem pra onde crescer (Trabalhador 2 - GOV 1). Não tem como evoluir muito aqui dentro (Trabalhador C - OSC 1). Pessoal e profissional sim. Eu acredito que a questão do avanço salarial do educador, nem sei se eu podia estar falando isso, mas assim, do educador não depende só da instituição. Ele tem um teto salarial né. Então a gente ganha ali pela quantidade de horas que nós somos contratados (Trabalhador F - OSC 3).

A resignação dos trabalhadores perante oportunidades de melhora de salários pareceu a mesma nos dois campos, com destaque ao pessimismo dos trabalhadores públicos e dos trabalhadores da OSC 1 que, além de serem “vinculados” como prestadores de serviços têm seus frágeis “contratos” subordinados à disponibilidade de recurso que o Estado proporcionará às entidades no ano seguinte. Os trabalhadores da OSC 3, que afirmaram prontamente se sentirem seguros com seus vínculos de trabalho justificaram a impossibilidade de avanço salarial como uma questão que está fora do alcance da entidade, como algo inerente às profissões que exercem. Em Alves (2007), podemos encontrar alguns pontos que apareceram nesta dimensão, onde o autor explica que em vista do

desemprego estrutural, aumenta-se a insegurança de emprego, de seguridade e previdência social, tirando do escuro a condição de precariedade mesmo entre categorias de trabalhadores assalariados. Seligmann-Silva (2002) complementa, afirmando que o cenário social dissemina medo e insegurança, fragilizando assim, os laços dentro e fora do ambiente de trabalho.

3.6 Organização coletiva

Foi investigado se os trabalhadores possuem autonomia e liberdade de expressão para atuarem em questões de interesse de sua classe profissional e sindicatos. Todos afirmaram possuir liberdade de expressão e autonomia para tal, contudo, a falta de interesse foi unânime. Houve ainda relatos de decepção quanto à experiências passadas relacionadas à participações em sindicatos.

Então, é que eu não tenho interesse. É da minha parte. Então eu não posso nem responder porque eu nunca fui atrás pra saber. Isso daí nunca foi minha área (Trabalhador 2 - GOV 1).

Sim. A gente sempre tá participando dessas reuniões que tem fora né. CMDCA, então sempre a gente está participando de reuniões fora daqui. Mas sindicato não.

Você não tem interesse?

Olha depende, se não for pra atrapalhar no meu trabalho sim (Trabalhador H - OSC 3).

Essa apatia quanto ao sindicalismo remete à Vargas (2016), que aponta dentre os aspectos fundamentais da precarização do trabalho o enfraquecimento da ação coletiva e das formas de resistência dos trabalhadores. Esse resultado também é refletido em Costa (2017) que posiciona a precarização da ação coletiva como resultado direto do trabalho terceirizado e em Druck (2011), abordando em sua análise os trabalhadores terceirizados e não terceirizados, para a qual, o senso coletivo é debilitado com a fragmentação entre os trabalhadores – diretos e indiretos, tornando os sindicatos praticamente inoperantes principalmente para os terceirizados.

3.7 Questões finais

Buscou-se apurar como os trabalhadores das GOVs enxergam os trabalhadores das OSCs e vice-versa e, ainda, se haveria interesse em migrar de uma instituição para a outra. A maioria dos trabalhadores das GOVs não conhecem a natureza jurídica ou os contratos de trabalho das OSCs e nem as demais

atividades implementadas por estas. Apenas uma trabalhadora, que inclusive é técnica de referência de uma OSC, desenvolveu uma resposta mais completa. Além disso, nenhum dos trabalhadores GOVs manifestaram intenção de migrar para uma OSC: uns justificaram suas respostas por não conhecerem os regimes e funcionamentos das OSC e outros apenas negaram o interesse. No campo das OSCs, alguns entrevistados afirmaram não conhecerem as estruturas físicas e de carreira das GOVs, ou mesmo os serviços oferecidos, contudo, houve análises bem descritivas sobre as GOVs. No caso dos trabalhadores das OSCs, quanto à possibilidade de migrar para uma GOV, as respostas foram divididas, quanto àqueles que manifestaram interesse em mudar de instituição, as justificativas encontram-se em uma possível melhoria de carreira.

Eu vejo que eles...não tem muito essa questão salarial...bem menor...menos valorizado, com certeza... Questão também de segurança né...são contratos... Só que a questão dos recursos das entidades no sentido de oficinas, de sequência das atividades também né, não é interrompido...a questão de alimentação...nisso a entidade tá bem servido né...

Eles têm bastante material pedagógico?

Eles têm.

Provém do recurso do Fundo?

Com certeza não também, ou pouco, assim, eles fazem bastante arrecadação, campanha né, eventos. *Eles são mais atrativos?* Uma certa autonomia eles têm né (Trabalhador 1 - GOV 1).

Sim. Foi meu primeiro contato com a educação social em Dourados.

E das condições de trabalho, quanto a estrutura?

Olha, eu acho que carece muito, carece muito eu acho que porque, pelo CRAS ser uma instituição do Estado ele carece muito disso. O tanto dos profissionais né, eles contratam ali um psicólogo muitas vezes e um educador social e largam essa pessoa ali no CRAS o dia inteiro pra registrar ficha, pra tentar fazer projeto e todas essas coisas. Pelo menos no que eu vi né. Dentro dos CRAS. Então eu acho que eles carecem muito. Carecem muito mais do que eu dentro de uma instituição particular por exemplo (Trabalhador F - OSC 3).

Por fim, em vista da possibilidade de relacionar várias das percepções relatadas pelos entrevistados com os resultados encontrados por pesquisadores que objetivam identificar a precarização laboral engendrada na política da assistência social (SENRA E GUZZO, 2012; RIBEIRO e GUZZO, 2014; CARVALHO *et al.*, 2015; HORA, 2015; PAZ, 2015; SILVA *et al.*, 2015; BRISOLA, 2016; TISKI E MELO, 2017; CORDEIRO, 2018), pode-se afirmar a presença da precarização objetiva e subjetiva do trabalho dos executores do SCFV no município de Dourados, com um agravamento no tocante aos trabalhadores das entidades privadas que assumem tarefas terceirizadas pelo setor público.

4. Considerações finais

Na tentativa de organizar os aspectos mencionados acima e de dar subsídios as últimas considerações acerca da pesquisa realizada, pode-se estruturar as convergências e divergências entre as percepções dos trabalhadores dos dois campos analisados:

Quadro I – Convergências e divergências identificadas

<i>Convergente</i>	<i>Divergente</i>
Consideram suas jornadas de trabalho justa e razoável	Divergência dos caminhos percorridos para o início do trabalho em suas respectivas instituições
São expostos a necessidade de excederem a jornada	Sentimento perante a excedência de jornada
Possuem autonomia na execução de suas atividades	Condições estruturais, físicas e higiênicas do ambiente de trabalho
Conhecem o processo de trabalho em sua integralidade	Necessidade de completar materiais de trabalho com recursos pessoais
Sentem a necessidade de possuírem qualidades múltiplas	Grau de responsabilidade alinhado com os cargos que ocupam
Sentem a necessidade de buscarem constante aprimoramento	Segurança de contrato e salário
Afirmam terem suas contribuições consideradas nas decisões organizacionais	
Acreditam ser possível o crescimento pessoal e profissional dentro das organizações em que estão inseridos	
Não veem perspectivas para o avanço salarial dentro das organizações em que estão inseridos	
Apatia quanto às questões e aos movimentos de organizações coletivas de trabalhadores	

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Merece destaque o fato de que dentre os pontos convergentes, alguns estão diretamente ligados com o processo de elementos de controle da força de trabalho estabelecidos ao longo da reestruturação produtiva do capital, como no caso da necessidade de excederem a jornada de trabalho sem que lhes sejam diretamente

solicitado, terem autonomia na execução de suas atividades, conhecerem o processo de trabalho, terem necessidade de possuírem qualidades múltiplas para execução de suas funções e necessitarem de constante capacitação. Em síntese, um conjunto de elementos mencionados na primeira parte desta análise, ligados a exigência de participação, capacidade de adaptação e responsabilização pelos resultados. Desse modo, a dinâmica mobiliza aspectos ideológicos e culturais, transferindo e interiorizando, em trabalhadores com vínculos instáveis e flexíveis, responsabilidades quanto ao alcance dos objetivos organizacionais.

Quanto aos pontos divergentes, salta ao exame dos dados a precariedade relatada pelos trabalhadores das GOVs no que tange a estrutura de trabalho, com relatos de desatendimento à quesitos básicos como salubridade dos banheiros e disponibilização de água. Essa degradação dos espaços públicos pode ser relacionada com os preceitos de Dardot e Laval (2016), para os quais a ideologia neoliberal direciona a ação do Estado para minar a sua própria existência por meio do enfraquecimento do serviço público. Essa deterioração vai de encontro à fala de Montañó (2003), onde tal processo seria providencial ao projeto neoliberal, no momento que um serviço público precário é transferido para a órbita da "sociedade civil" que implementará suas ações possivelmente em melhores condições, a partir de práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, retirando, sorrateiramente, por meio das parcerias público-privada, o Estado.

Além disso, chamou a atenção que trabalhadores que executam as mesmas funções, tendo que respeitar as mesmas diretrizes e inclusive com as mesmas formações acadêmicas, acabam por desconhecer as diversas realidades de trabalho que cerceiam sua profissão. Voltando-se de modo específico a contribuição ao espaço acadêmico, o estudo poderá se juntar aos demais no sentido de analisar a evolução da precarização do trabalho, contudo, com o diferencial de abordar dois campos que, em geral, não são analisados de modo conjunto.

Por último, alinhado a essas conclusões, pode-se desenvolver algumas hipóteses para análises futuras que objetivem continuar ou mesmo aprofundar a presente pesquisa. Dentre as quais destaca-se “a efetividade das políticas públicas executadas pelas parcerias público-privada”, isso porque ficou evidente na fala dos trabalhadores diferenças na implementação do SCFV bem como adaptações das atividades às ações já existentes na entidade parceira, como no caso de implementação de reforço escolar por uma entidade que segundo os trabalhadores GOVs, fere as diretrizes do SCFV. Outra hipótese que pode ser derivada é “os efeitos da prestação de serviço ser assumida como vínculo de trabalho na precarização subjetiva do trabalhador”, destaca-se a análise subjetiva porque foi possível identificar que os trabalhadores subordinados a esse sistema não tem nenhum tipo de segurança e perspectivas futuras quanto aos seus postos, mas que mesmo assim continuam a se aprimorar para entregar um resultado com qualidade. Por fim, sugere-se “novos caminhos para a organização dos

trabalhadores”, haja vista a praticamente inexistência de organização sindical no campo estudado, incluindo total desconhecimento se existe algum tipo de organização vigente, ou seja, é evidente que o atual formato de sindicalismo não atende as demandas existentes.

Conclui-se que apesar da larga atuação dos pesquisadores no trato da questão da precarização das condições de trabalho há uma imensa quantidade de questões em aberto em um cenário, em grande medida, desolador, com os trabalhadores caminhando em meio a um campo minado que a qualquer momento pode destruir as bases de seus direitos e benefícios trabalhistas. Tal fato fica evidente na fala dos entrevistados das GOVs que, apesar de estarem no serviço público, um dos poucos terrenos que ainda enseja certa segurança, não se sentem garantidos nem mesmo quanto à remuneração pecuniária de direito. Cada vez os espaços que separam a precarização do trabalho terceirizado e não-terceirizado estão menores, e, infelizmente, não porque as condições têm melhorado. Ainda assim, percebeu-se um agravamento das condições dos trabalhadores das OSCs, pois estes, em muitos dos momentos, não conseguiram identificar a própria precarização, normalizando inclusive baixa remuneração e trabalho extra aos finais de semana.

Referências

ALVES, Giovanni. Produção do capital e a degradação da pessoa humana: notas críticas sobre a barbárie social e a precarização do homem-que-trabalha. *In*: ALVES, G. VIZZACCARO-AMARAL, A. L. MOTA, D. P. (org.). **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2002.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Praxis, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-38.

ANTUNES, Ricardo. As formas da alienação e do estranhamento no capitalismo contemporâneo. *In*: ALVES, Giovanni. VIZZACCARO-AMARAL, André Luís. MOTA, Daniel Pestana (org.). **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

BATISTA, Erika. **Fordismo, taylorismo e toyotismo**: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. 3º Simpósio Gepal. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. PUC Goiás, 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washin%20ton.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9ª ed. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, pp. 80-105, 1996.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: 2003.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações**. Serviço de proteção e atendimento integral à família e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, [2016]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em: 4 out. 2018.

BRISOLA, Elisa Maria. O Assistente Social como trabalhador na Política de Assistência Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 19, n.1, p. 05-23, 2016.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2007.

CARVALHO, Cintia Favero; RAZERA, Josiane; HAACK, Karla Rafaela; FALCKE, Denise. Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. **Aletheia**, Canoas, n. 47-48, p. 51-63, dez. 2015.

CORDEIRO, Mariana Prioli. A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 166-183, 2018.

COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 49-79, 2000.

COSTA, Marcia da Silva. Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 115-131, 2017.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, v. 3, n. 5, p. 139 – 164 n. 5, out. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>. Acesso em: 27 set. 2019.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela Maria Carvalho. Terceirização: balanço de uma década. **Cad. CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. *In*: OLIVEIRA, R. V. GOMES, D. TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011a. p. 65-103.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011b.

DRUCK, Graça. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. *In*: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E. D. **Precarização e terceirização**: faces da mesma realidade. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

EPIFANIO, Alex. **A assistência social no Brasil à luz da constituição de 1988 e da lei orgânica da assistência social (loas)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real**: fundamentos, impactos e contradições. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

GHINATO, Paulo. Sistema Toyota de produção: mais do que simplesmente Just-in-Time. **Prod.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 169-189, 1995.

GOUNET, Thomas. “La Stratégie ‘Japonaise’ de Jorissen”. **Études Marxistes**, Bruxelas, nº 37, mai.-jun. 1997.

HORA, Senir Santos da. O serviço social e as condições de trabalho no suas: tensões e desafios à materialização do projeto profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 155-177, 2015.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 564-574, 2006.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 158-198, 2010.

LINHART, Daniele. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

LINHART, Daniele. Modernização e precarização da vida no trabalho: o surgimento de uma "precariedade subjetiva". IN: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Trad. Fernanda Murad Machado. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: banco de dados. Disponível em: <https://mapaosci.ipea.gov.br/analise-perfil.html?localidade=5003702>. Acesso de 29 de dez. 2019.

MOITA, Dímitre Sampaio; CORREIA, Mariano; OLIVEIRA, Karlinne de Souza. Impacto da flexibilização laboral e da precarização na construção de subjetividades. **Encontro Nacional ABRAPSO**, XV, Maceió, 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2001.

NARDI, Henrique. Caetano. **Ética, trabalho e subjetivação**: trajetória de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Veras. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011, p. 191-227.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, 2009.

PÁRRAGA, Francisco José Trillo. Apuntes sobre la dimensión colectiva de la precariedad laboral. In: ALVES, G. VIZZACCARO-AMARAL, A. L. MOTA, D. P. (org.). **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2002.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.) **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. *E-book*.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão, 25-28 de agosto de 2015.

PECI, Alketa; SOBRAL, Filipe Azevedo. Parceiras público-privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. **Cad. EBAPE**, v. 5, n. 2, p. 01-14, 2007.

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

RIBEIRO, Maisa Elena; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 9, n. 1, p. 83-96, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Edith. A precarização contemporânea: a saúde mental no trabalho precarizado. *In*: ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P. (org.). **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2002.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.

SILVA, Christie Dinon Lourenço. DENARDI, Raquel Cristina. BECKER, Ana Paula Sesti. DELVAN, Josiane da Silva. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 10, n. 1, p. 55- 65, 2015.

TISKI, Márcia Rejane Carvalho de Freitas. MELO, Martiane Ferreira de. O educador social na proteção básica/CRAS (centro de referência da assistência social) na política de assistência social do município de Fazenda Rio Grande - PR. Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais da Educação Social, III, 2017, Maringá. **Anais...**, Maringá, 2017.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.

A FEIRA DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS E PRODUTOS AGROECOLÓGICOS DE JUTI (MS): ESPAÇO DE DIREITOS E RESISTÊNCIA DE PEQUENOS PRODUTORES DE ALIMENTOS¹

ADRIANO CARVALHO MARTINS²

ALZIRA SALETE MENEGAT³

RESUMO

Este capítulo apresenta análises sobre a Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti, que acontece anualmente na cidade de Juti, em Mato Grosso do Sul (MS), compreendendo a rede de sociabilidades e de intercâmbio de saberes que aquele evento vem produzindo no que se refere ao resgate e propagação de práticas tradicionais de produção e de troca de sementes crioulas. Buscamos entender se a feira se configura em um espaço de autonomia do saber-fazer das pessoas que conduzem a pequena produção. Os resultados mostram a feira como espaço de fortalecimento e de troca dos saberes, de quem produz sementes e também as partilhas nos dias do evento, especialmente das mulheres que o protagonizam, fortalecendo resistências, combustíveis que revigoram a pequena produção, garantindo seguridade para os saberes tradicionais.

Palavras-chave: feira; sementes crioulas; sociabilidades; partilhas; resistências.

Introdução

Este capítulo teve como objetivo analisar a organização e o sentido da Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti, que

¹ Esse capítulo é parte da dissertação de mestrado desenvolvida e defendida, no ano de 20020, junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Dourados (PPGS-UFGD) intitulada *Um estudo sobre a feira de sementes nativas e crioulas e produtos agroecológicos de Juti, em Mato Grosso do Sul*.

² Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD e professor na rede de ensino da cidade de Dourados.

³ Doutora em Sociologia, professora na graduação de Ciências Sociais e na Pós-Graduação de Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

acontece na cidade de Juti, estado de Mato Grosso do Sul (MS), no âmbito da pequena produção de alimentos, compreendendo a rede de sociabilidades e de intercâmbio de saberes que vem produzindo com o evento, no resgate e propagação de práticas tradicionais de produção e troca de sementes crioulas.

Buscamos compreender em que sentido a feira se configura num espaço para a autonomia do saber-fazer das pessoas da pequena produção de alimentos, parte delas constituída dos assentamentos rurais e das comunidades indígenas de Juti; outra parte é de um público com experiências heterogêneas, fomentando uma rede de sujeitos para o resgate, a promoção e a propagação das sementes crioulas.

A feira de Juti nasceu de uma rede de sujeitos, impulsionados pela Comissão Pastoral da Terra, em conjunto com as pessoas de assentamentos rurais do município, sendo as mulheres suas principais protagonistas. No decorrer das edições da feira, houve a incorporação de novas parcerias, dentre elas as pessoas das comunidades indígenas de Juti e de representantes institucionais, como da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária** (EMBRAPA), mantendo-se o destaque nas mulheres como suas protagonistas, sendo elas as principais guardadoras de sementes e de sua partilha na feira.

O estudo aponta a feira como espaço de fortalecimento e de troca dos saberes de quem produz sementes e também as compartilha nos dias do evento para que se tornem alimentos e, com isso, fortalece e produz resistências, combustíveis que revigoram para a continuidade da pequena produção, garantindo seguridade para seus saberes e autonomia. Trata-se de um tema importante para os dias atuais, em virtude do controle que o mercado vem exercendo sobre a produção e distribuição de alimentos, combinadas à mudança genética e uso de inseticidas e fungicidas, provocando danos à saúde das pessoas, animais e meio ambiente. A feira segue pela lógica do resgate de espécies de sementes crioulas e de práticas tradicionais de produção, associadas ao incentivo para troca, favorecendo sua propagação, elos que fundamentais para o saber-fazer das pessoas que constituem a pequena produção, como apresentaremos.

1. A feira e seus elos: o protagonismo das mulheres fomentando redes de apoio

Siliprandi (2015) demonstra as conexões existentes entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos ao longo da história, bem como as mulheres têm se engajado e influenciado de forma efetiva o movimento agroecológico e as políticas de agroecologia, tornando-as suas principais protagonistas. Na feira de Juti, esse protagonismo não é diferente, sendo as mulheres a maioria das pessoas que compõem a equipe organizadora do evento. É

importante mencionar que a feira nasceu de um grupo de mulheres a partir da atuação da Irmã Lucinda, uma religiosa que desenvolvia ações junto aos grupos de mulheres de assentamento de Juti e das comunidades indígenas daquele município.

Irmã Lucinda⁴ compunha a equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, ao chegar ao município de Juti, passou a dialogar com grupos de assentadas e de pessoas das comunidades indígenas da região, neles desenvolvendo projetos diversos, dentre eles de produção de alimentos. Em entrevista concedida à pesquisadora Mirian Severo (2016), no ano de 2007, Irmã Lucinda relatou como ocorria seu trabalho pastoral:

O objetivo de trabalhar com as mulheres nasceu pela necessidade de saúde preventiva, remédios caseiros [...] e estou tentando fazer um pequeno trabalho com as mulheres índias também pra elas começarem a sentir os seus valores, mas o básico que nós trabalhamos é o valor da mulher, remédios caseiros: pomadas, xarope, multimistura pra trabalhar com as crianças e a própria mãe também e incentivando a agricultura orgânica, horta orgânica, que a gente não quer que entre veneno (SEVERO, 2016, p. 62-63).

Os trabalhos pastorais desenvolvidos pela irmã Lucinda foram importantes para mobilizar as mulheres desses assentamentos. A assentada Leila Dorce, que participou desde o início do grupo de mulheres e hoje é uma das organizadoras da feira, relata-nos como era feito esse trabalho:

Ela fazia esse trabalho de divulgar, de ensinar a plantar, de ensinar a cuidar da semente, de ensinar a fazer coisas nutritivas. Fizemos vários cursos e ela trouxe várias pessoas para ensinar derivado de mandioca, como aproveitar as frutas do Cerrado. Muita coisa assim para as pessoas ter tanto uma rendinha, como conseguir vender alguma coisa e ter uma qualidade de vida melhor (Leila Cristini Dorce, assentada em Juti, entrevista gravada em 20/12/2019, em Juti).

A região em que se situa o município de Juti abarca um contexto de municípios onde predomina a produção agroexportadora, tendo a pequena produção de criar estratégias diversas para viabilizar meios para produzir. Nessa região, convivendo com esse contexto de produção agroexportadora, encontram-se agricultores e agricultoras de assentamentos rurais. Há, ainda, povos de comunidades indígenas que procuram seguir por outra lógica de produção, guiados pelo cultivo de produtos de primeira necessidade. Para isso, contam com escassos fomentos do Governo Federal e com apoio dos mediadores, em

⁴ Natural de São Sebastião do Cai (RS), nasceu em 16 de novembro de 1942 e tornou-se missionária da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry do Brasil.

especial, a Comissão Pastoral da Terra. A partir dos trabalhos desenvolvidos pela CPT, nasceu a ideia de criar uma feira para que as pessoas da pequena produção pudessem compartilhar saberes e vender parte de sua produção, conforme relato de Leila Dorce:

A irmã Lucinda fazia reuniões de mulheres para desenvolver as mulheres lá no assentamento. Nessas reuniões houve a questão de que a gente produzia as coisas e não conseguia vender, pelo fato de ser longe, pelo fato de não ter transporte. [...] Daí, começamos a pensar nessa feira. [...] essa irmã que tá aí na foto que o banco leva o nome dela, ela andava com uma sacolinha de semente de um lugar para o outro. Ai, o que não tinha você falava para a irmã “eu preciso de semente de quiabo”. Ela ia e conseguia. Levava de um, trocava com outro. Os indígenas chamavam ela de irmãzinha da semente porque aonde ela ia, ela ia com uma sacolinha, cheia de sementes. Ela levava semente, muda, levava de um, trocava (Leila Cristini Dorce, assentada em Juti, entrevista gravada em 20/12/2019, em Juti).

No relato da assentada, percebemos a importância dos movimentos sociais, especificamente a da CPT, por meio da atuação de sua representante, a Irmã Lucinda. A Comissão desenvolve ações que visam a melhoria das condições dos povos do campo, estimulando processo de produção com ênfase nos saberes tradicionais, trocando sementes, mudas e, assim, viabilizando produção.

Nesse contexto de fomentar a produção local, um grupo de assentados(as) da região sul de Mato Grosso do Sul, juntamente com a CPT, reuniram-se, em 2004, para iniciar uma discussão sobre os desafios da pequena produção e da importância no uso das sementes crioulas. Foi dessa reunião que decidiram criar uma feira que promovesse a troca das sementes e, também, de experiências através de cursos e oficinas.

A criação da feira demandou uma rede de iniciativas, com os movimentos sociais e com a própria Igreja Católica à qual a CPT é ligada e que, naquele momento, oferecia suporte à pequena produção. A escolha do município de Juti para sediar a feira deu-se pela presença de uma quantidade de famílias assentadas e grupos indígenas na região e também pela atuação da Irmã Lucinda, a partir dos encontros das Comunidades Eclesiais de Base. Entre os assentamentos onde a irmã Lucinda desenvolvia projetos, criou-se um processo de articulação e discussão, levando à organização das famílias que buscavam os mesmos objetivos. A feira nasceu como produto dessa articulação e procura concentrar esses anseios em sua atuação.

O fato é que, a partir do ano de 2005, quando realizaram a primeira feira, as mulheres assentadas mantiveram-se na coordenação e na atuação das frentes que envolvem a preparação e a realização da feira até os dias do evento. Os trabalhos para a organização do evento iniciam muito antes dos dias do início da feira, como mostra Leila, assentada em Juti e organizadora do evento,

destacou que: “hoje já estamos catando guavira⁵ para guardar o suco, já pensando na feira que vem [ano de 2020]. Então, basicamente a gente vai levando o ano todo envolvida com a feira”. O preparo antecipado dos materiais para a feira compõe também a jornada daquelas pessoas que pretendem comercializar ou trocar produtos no evento, como nos relatou Rosângela Fátima Correia Ávila, assentada em Juti, no ano de 2019: “Eu tô com mudas ali, preparando para a próxima feira tá levando. Eu vi bem pouco remédio nessa última e isso é uma coisa assim que eu acredito, que toda casa deveria ter, principalmente em casa que tem criança, né?”

Rosângela Ávila destaca, ainda que o evento oportunize as “trocas”, elemento central, fazendo daquele espaço o *lócus* da partilha. Troca não só de produtos, mas de conhecimentos, de abraços que têm sentido de acolhida, de humanidade, bem querer, que fortalecem e dão sentido aos outros conhecimentos que na feira são apresentados e compartilhados. É preciso destacar que o trabalho na organização da feira requer negociação com as parcerias que apoiam o evento, viabilizando materiais e recursos financeiros com instituições, como a Prefeitura de Juti, assim como o comércio local que contribui com alimentos, e ainda espaços para o alojamento dos participantes, no cozimento dos alimentos oferecidos nas refeições e, especialmente, com ideias, até mesmo para reduzirem os custos que são necessários para fazer o evento acontecer, como destaca a Professora Zefa Valdivina, a qual vem coordenando as edições da feira:

A prefeitura assumiu mais a responsabilidade, mas ainda não dá [...]se largar para eles não sei se ficariam. A gente faz assim milagre, com alguma coisa]poucos recursos financeiros]. A cozinha inventa. Se não fosse a Leila na cozinha, pensando comida para quase 1000 pessoas, se não fosse ela não saía [o preparo dos alimentos para todos os participantes]. Tem o grupo da Lu que vai, a dona Maria, que na segunda feira já está fazendo os bolos, para ter o café. Se não fossem elas fazendo todo esse trabalho, nossa! (Zefa Valdivina Pereira, Professora na UFGD, entrevista gravada em 17/12/2019).

Nas últimas edições, a feira tem reunido um número maior de pessoas, chegando, em 2019, a contar com mais de 1.000 participantes. Dessa forma, como o evento oferece alimentação e alojamento para os visitantes em geral e o trabalho da equipe de organização da feira acaba sendo intenso, para assim atender a todas as caravanas que para Juti se dirigem.

Juti é uma cidade pequena, com restrito número de hotéis. Por isso, as pessoas participantes da feira, em sua maioria, acessam a hospedagem em alojamentos que o evento oferece parte deles improvisados em escolas. Por isso, a data do evento segue pelo calendário das férias escolares do município, quando

⁵ Fruta típica do Cerrado.

as escolas podem ser utilizadas para abrigar os participantes da feira. A equipe de organização tem também a tarefa de providenciar materiais e salas para a realização dos minicursos, montar estantes e mesas para a exposição dos produtos que os participantes trazem, sejam as sementes para trocas, bem como os produtos destinados a comercialização.

A feira evidencia o protagonismo e a autonomia das mulheres e coloca novas questões que combinam sua perspectiva sobre a problemática ambiental com discursos (e ações práticas). Esses discursos reivindicam maior autonomia para as mulheres e para a sociedade em geral, mostrando, com sua ação, que é possível resistir, organizar-se, construir-se como agentes políticos. São as mulheres que atribuem maior ênfase às sementes para além da ideia de um produto intercambiado: como o elo com as memórias, as quais trazem lembranças de tempos remotos, de processos de produção outros e que, ao circularem, podem provocar mudanças no tempo presente. Por isso, a ideia do compartilhar para, assim, fortalecer o esforço conjunto que moveu a criação da feira, pode ser traduzida na autonomia. Nesse sentido, a referência feita constantemente à Irmã Lucinda, a mulher que foi a mentora da feira, como podemos ver na fala da assentada Rosângela Ávila:

Sabe, feira é terra, é muda, é semente, é camponês, é problema, é desafio, é luta, é a feira, é Lucinda. Eu fico pensando aquele chinelinho havaiana dela, subindo e descendo a Avenida de Juti, atrás de preparar, atrás dos últimos preparativos para feira. Então, feira de semente crioula é lembrança também. Sabe lembrança? É lembrança de uma mulher. Uma mulher que lutou. Uma mulher que não se cansou. Ela foi incansável até o último instante dela. Ela foi incansável em relação a isso. Então, eu acredito que feira de sementes crioulas de Juti também é memória (Rosângela Fátima Correia Ávila, assentada em Juti, entrevista gravada em 29.10.19).

No dia 16 de agosto de 2013, Irmã Lucinda faleceu, vítima de acidente automobilístico na BR 163, no município de Juti. Em 2014, a 10ª edição da feira, foi organizada em memória da irmã Lucinda Moretti, idealizadora da feira. Nesse sentido, percebermos os traços da memória, os quais perpassam pelas edições da feira, entrelaçadas com os significados que a constitui e que envolvem o tema central dessa reunião, assentado nas sementes e nas mulheres e homens que guardam e partilham sementes.

2. A feira como espaço de resistência

A racionalidade para o aumento da produtividade tem se constituído no caminho adotado pela agricultura convencional, tendo como base a compra periódica de sementes geneticamente modificadas. Nesse modelo, quem planta se vê amarrado a essa lógica e, a cada plantio, passa a comprar novas sementes e

todo o pacote que a acompanha, como agrotóxicos, adubos e insumos necessários para produção da semente híbrida. Todos esses elementos tendem a aumentar os custos da produção e requerem um enorme volume de capital investido, que, na maioria das vezes, é adquirido através de financiamentos bancários, aspectos que dificultam a produção nos moldes tradicionais, sobretudo, para os pequenos agricultores. Esse modelo de produção se torna possível para os grandes produtores que detêm capital suficiente para arcar com os custos e possíveis prejuízos e possuem capacidade de requerer incentivos, empréstimos e subsídio estatal.

As sementes, fruto da manipulação genética, tornaram-se um produto comercial patenteado, sujeito às mesmas normas que outros bens de comércio, devendo ser adquiridas a cada ciclo, pois não podem ser guardadas, trocadas ou conservadas pelos agricultores, sob pena de violar a propriedade intelectual daquele que as desenvolveu e se assim o fizer pode sofrer ações judiciais (ELSTE, 2017). Dessa forma, o mercado cria sólidos mecanismos de dependência entre ele e os agricultores, imprimindo leis de propriedade intelectual das sementes, o que impede os produtores de plantarem livremente a cada ciclo, pois devem adquiri-las novamente.

Essa dependência foi consagrada na nova fase da “modernização da agricultura”, iniciada na década de 1960, que atingiu seu auge na década de 1990. Com isso, além de aprovar a liberação dos organismos geneticamente modificados, recebeu a proteção internacional através de acordos multilaterais de natureza jurídico e comercial, inaugurando um período de ampliação da dominação das empresas criadas no decorrer da Revolução Verde (WILKINSON; CASTELLI, 2000).

No entanto, essa lógica de modificação genética, principalmente com os transgênicos, levanta, nos dias atuais, diversas polêmicas e tem suscitado debate entre grupos favoráveis e grupos contrários ao seu uso para plantio. Nesse bojo, a utilização de sementes crioulas vem sendo ressignificado em termos sociais, numa aceitação e adoção ou preservação, especialmente para os pequenos produtores, fazendo parte de suas práticas e de seus conhecimentos tradicionais. O ato de guardar sementes combina-se, ainda, com saberes quanto ao armazenamento, ao período de plantio, de colheita, de preservação e seleção das sementes para futuras sementeiras, conseguindo garantir a reprodução das lavouras. Fortalecendo esse movimento, os movimentos sociais do campo têm adotado e promovido o debate através das jornadas de luta, jornadas de agroecologia, seminários, feiras, construção de bancos de sementes, entre outros. São espaços para ressignificar práticas que ainda estão presentes nas memórias de antigos guardiões de sementes. Nesse contexto, são criadas as feiras de sementes crioulas que, no caso de Mato Grosso do Sul, passaram a congregam diversos atores e atrizes, com diferentes objetivos, que reforçam e/ou retomam o plantio de

espécies vegetais que estavam sendo esquecidas ou perdidas, aprimorando as técnicas tradicionais. A compreensão da dimensão sócio simbólica da feira faz-se necessária, assumindo sentido capaz de mobilizar os participantes em torno de uma bandeira, visto que há uma disputa simbólica envolvendo o pacote do mercado e da resistência de pequenos produtores. Nessa lógica, a feira imputa novas representações, destacadas por Mieceslau, agente da CPT e participante da feira:

Acho que um dos fatores importantes dessa feira para os assentados, para os agricultores familiares, camponeses é o fato da valorização deles enquanto seres, enquanto pessoas importantes no desenvolvimento do município. Valorização dos seus conhecimentos, dos seus saberes. Isso é importantíssimo para levantar inclusive e aumentar a autoestima dos pequenos produtores que ultimamente estão muito mais alijados das políticas públicas elaboradas pelo Estado (Mieceslau Kudlavicz, CPT, entrevista gravada em setembro de 2019).

A semente crioula na Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti assume uma representação não apenas genética, mas também cultural e regional vinculada à memória e às práticas experimentadas do trabalho cotidiano dos agricultores com essas sementes, como destaca a professora/pesquisadora e participante da feira Rosemeire Aparecida, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS):

A feira tem essa característica de encontro de gente. Quando ela se torna um encontro de gente, ela ativa a vida comunitária, o que é fundamental inclusive para a resistência política. Agora a questão da produção é importante obviamente, que você resgata sementes e potencializa a troca, que é fundamental para manter a carga genética. Porém, eu acho que essa é uma questão, que é uma consequência até, porque nós sabemos hoje que há um apelo produtivista em torno da semente e que nós temos aí no mercado tecnologias convencionais que produzem muito. Então, se a gente entrar nessa competição de que a agroecologia precisa produzir muito, a gente vai fazer o agronegócio agroecológico. Isso não é legal. Então, a importância da semente está ligada à autonomia do agricultor, na construção de outra relação com a natureza, que é essa de respeito ao tempo da natureza (Rosemeire Aparecida de Almeida, Professora na UFMS, entrevista gravada em 29/10/2019).

Na fala de Rosemeire a feira tem papel importante para promover outra relação com a natureza, podendo fomentar a capacidade de mobilização e desmobilização dos grupos, os quais, para Bourdieu (2007a), se fundamentam nos esquemas de classificação, pois esses se encontram no fundamento das representações. Assim, as representações que os agricultores possuem deles mesmos, enquanto parte de um processo de resistência, possibilita compartilhar com outros agricultores um mesmo sentido. Sobre isso escreve Bourdieu:

Na luta e por exigências da luta é que funcionam princípios de divisão [...] que ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social é o poder sobre os esquemas e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos: poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente (é o caso, por exemplo, quando uma simples palavra, tal como paternalismo, transforma toda a experiência de uma relação social) ou que, ao modificar os esquemas de percepção e apreciação, faz ver outra coisa, outras propriedades, até então despercebidas ou relegadas para segundo plano (tais como as interesses comuns, até então, dissimulados pelas diferenças de etnia ou nação) (BOURDIEU, 2007a, p. 444).

Bourdieu atribui papel importante aos esquemas de classificação, pois esses são capazes também de produzir os grupos. Na feira, por exemplo, é possível ouvir dos participantes diversos termos ao se referirem às sementes crioulas, dentre eles: “sementes nativas”, “sementes sem veneno”, “sem agrotóxicos”, “sementes saudáveis”, “sementes boas”, “sementes tradicionais”. Ouvem-se, também, definições direcionadas à referência do lugar de onde vieram, como: “sementes da aldeia TeyKue”, “sementes do Assentamento Guanabara”. Cada uma dessas denominações está vinculada a representações daqueles que as profere, pois cada termo traduz a uma realidade específica e carrega uma intencionalidade, assim como faz referência a um valor ou a uma regionalidade.

Nesse sentido, as sementes estão vinculadas aos mais diversos elementos que as constituem, dentre eles as pessoas que as produzem. Essas pessoas, por sua vez, fazem parte de determinados territórios: assentamentos, aldeias, sítios, dentre outros, agregando às sementes referenciais das histórias dos povos produtores, em contextos de produção e de resistências. Esses aspectos levam a considerar tempos de plantios e cuidados com o desenvolvimento, que são diversos, se considerados os diferentes lugares de onde provêm as sementes. Por isso, o ato de trocar sementes geralmente vem acompanhado das indicações daqueles que as produzem, relatando experiências com o manuseio das sementes, indicando como armazenar, como e quando plantar. Dessa forma, as sementes fundem-se com quem as produz e vice-versa, sendo até mesmo nomeadas pelo nome das pessoas, suas produtoras ou distribuidoras, como no exemplo corriqueiro que se escuta em Juti: “as sementes da irmã Lucinda”. Nessa expressão, a semente deixa de ter variedade para ter o nome de quem às propaga.

É importante observar nessa nomeação a produção das representações, pelas quais esses indivíduos e grupos passam a dar sentido ao mundo. E, também, como essa nomeação transforma a representação da semente nomeada. Como, por exemplo, o termo “sementes crioulas” que se afirma a partir da contradição gerada entre as sementes industriais e as sementes crioulas. Se analisado sob os

referenciais de Bourdieu (2007a, p. 445), isso ocorre pelo fato de que:

Os grupos estão associados estreitamente às palavras que os designam: de fato, o poder de impor o reconhecimento depende da aptidão para se mobilizar em torno de uma palavra, "proletariado", "classe operária", "quadros", portanto, para se apropriar de um nome comum e comungar em um nome próprio e, assim, mobilizar a força que faz a união, a que cria o poder unificador do nome, da palavra de ordem.

Neste trabalho, utilizamos o termo *sementes crioulas*, porque também é como a Feira se refere a elas. A escolha se deve ao fato de o nome "crioula" apresentar o sentido de valor cultural, a partir da mistura, já que a palavra tem o poder de impor o reconhecimento. Nesse sentido, como apontamos anteriormente, a semente não aparece sozinha, sendo identificada/ligada à pessoa que a produz e também de quem a armazena, de quem a troca e origina para novos plantios. Na teia dessa rede de trocas estão os movimentos sociais, fomentando os elos. A reafirmação da memória e da tradição é um elemento importante para a ação política dos movimentos sociais do campo. Nessa ação, a centralidade está na valorização do pequeno produtor, com argumentos fundados na defesa da tradição, aspecto presente na fala do agente da CPT, Mieceslau Kudlavicz:

A feira contribui com a produção dos pequenos nos assentamentos principalmente pelo fato de eles de alguma forma estimular para que os próprios agricultores produzam suas sementes e não fique na dependência do mercado, das grandes empresas, das multinacionais para comprar as sementes. Sementes que só podem ser cultivadas uma vez e não podem ser multiplicadas. Isso garante certa autonomia para os Camponeses. Mas, além disso, a feira é um espaço também cultural de troca de saberes e conhecimentos. É onde os agricultores têm oportunidade de tocar conhecimento em relação ao cultivo de certas plantas, certas pragas que eles encontram e uma forma, inclusive, de fazer com que os próprios camponeses aprendam entre eles mesmos, trocando experiências (Mieceslau Kudlavicz, CPT, entrevista gravada em setembro de 2019).

De outro ângulo e complementarmente, é possível compreender esta tradição como produzida, à medida que é o caminho pelo qual esse pequeno produtor é composto a partir de uma identidade, que é designada e tematizada pela CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses movimentos rurais projetam sua liberdade para então implantar um modo de vida que estaria baseado em valores éticos e morais, sintetizado na luta pela preservação das "sementes crioulas". Podemos retomar a citação de Bourdieu (2007a, p. 444) quando nos diz que as pessoas "ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos".

Para os organizadores da feira, o trabalho com as sementes representa um conjunto de princípios voltados a fortalecer uma nova sociedade, a exemplo do trabalho coletivo, da agroecologia, da autonomia em relação aos mercados, da produção de alimentos saudáveis e da valorização de conhecimentos populares. O espaço da feira reúne diferentes segmentos sociais do município de Juti, de outros municípios de Mato Grosso do Sul e, também, de diversos estados brasileiros. Nela estão pequenos produtores de alimentos dos assentamentos e das comunidades indígenas de Juti, trocando e vendendo sementes e produtos diversos, numa demonstração de que produzem no contexto do município e que também nutrem experiências que podem ser compartilhadas. Nesse sentido, a feira se apresenta como um elo de resistência ao se configurar como espaço onde é evidenciada a produção e de quem a produz. Como destaca Rosemeire Aparecida:

Eu acho que é uma forma de resistência por que é autonomia. Semente é sempre autonomia, que a gente discutia que eu tenho discutindo nos assentamentos aqui do bolsão, é que a questão não é quem produz mais, e se é a híbrida ou se é a semente crioula. É dizer que semente sempre esteve ligada a essa possibilidade de uma agricultura de resistência ou cultura defensiva, e que só podemos falar em sustentabilidade se houver autonomia. Não adianta ele vender muito, etc. e tal. O agricultor está dependente dos mercados, das empresas que vão comprar os insumos que são exógenos, que vem de fora. É fundamental falar, para pensar no caminho da sustentabilidade, quando tem autonomia. O agricultor e essa semente, você ter a semente, você não perder a semente, é uma característica fundamental. É claro que existem muitas flexibilidades e às vezes é necessário também se fazer compra de mudas de semente, mais esse saber fazer tá ligado a essa possibilidade de uma agricultura, inclusive de defensivo de segurança (Rosemeire Aparecida, professora na UFMS, entrevista gravada em 29/10/2019).

Constatamos que a feira de sementes nativas e crioulas é importante para alimentar lutas sociais mais amplas, como também ao mesmo tempo em que valoriza, ainda mais, práticas de cultivo com sementes crioulas. Ao fazer parte deste grupo, é possível alimentar as pautas que defendem, fortalecendo a rede de sujeitos em seu entorno. Como destacado por Vanilton:

A partir do momento que eu tenho agricultores de Corumbá e Mundo Novo conversando, eu tenho indígena e agricultores se conversando, academia se comunicando com assentados e indígenas e pesquisadores, eu acredito que esse é um emaranhado bem interessante de se avaliar, de se entender. E até porque assim né, quando você vai à feira, eu não vou à feira só pela feira. Eu vou lá porque lá também é um espaço de militância e meio que onde a gente abastece as baterias. Eu fiquei lá umas quatro horas na feira [...] mas essas quatro horas foram suficientes para dar uma reanimada, ainda mais num momento bem complexo que a gente está

vivendo (Vanilton Camacho da Costa, CPT, entrevista gravada em 27/07/2019).

A feira então se configura em um instrumento que proporciona a visibilidade de seus participantes. Durante a 15ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti MS, observamos que nas rodas de conversas, nas oficinas, nas trocas de informação e de sementes, que se processaram na feira, ocorria a aproximação entre quem ofertava o produto e aquele que o buscava nas barracas, desenvolvendo-se conversas sobre os produtos e sobre como eles faziam parte da história dos agricultores que os comercializavam. De um modo geral, as pessoas pareciam muito interessadas em conhecer as experiências e saber a origem daquelas sementes e daqueles produtos. O ato da “compra”, quando se realizava, dava-se depois do ato da “troca” de informações. Ao analisarmos a relação que movia a troca ou a aquisição de determinado produto e/ou semente inferimos que, em primeiro lugar, estão às experiências relatadas pelas pessoas ofertantes de tais produtos, seguido então, pelo produto.

As oficinas e os minicursos na feira também possuem a via de transmissão dos conhecimentos, assentada em duas intenções: a primeira delas de criar um espaço para o debate sobre a questão da preservação das sementes e conservação dos produtos agroecológicos. A segunda intenção está na valorização das práticas, visto que nas oficinas e nos minicursos, em seu desenrolar, suscitavam discussões e debates para além do que os palestrantes traziam, abrindo para relatos das práticas, do fazer dos pequenos produtores de alimentos, valorizando suas experiências e reconhecendo suas atuações. Isso fomentava a atuação/formação política dos agricultores. Assim, o que permeava os espaços das oficinas e minicursos envolvia não só apresentar e discutir os fundamentos e a viabilidade do modelo de agricultura proposto e expresso em suas práticas, mas apresentar a plataforma de luta pelo mesmo e constituir atores que se pensassem e se colocassem publicamente em defesa de seu modo de vida.

Atribuir significados às sementes faz parte de uma disputa, principalmente, pelo poder de reconhecer outras práticas que não são homogêneas nem universais, como o mercado intenta estabelecer e a partir disso ressignificá-las. A feira é um espaço onde os significados são colocados em questão e se reconstroem num processo complexo permeado pela legitimidade dos agentes que o fazem. Nela podemos perceber os discursos que contestam e rejeitam as sementes transgênicas e o sistema agrícola que as utiliza, baseado no modelo da Revolução Verde, ao tempo que consagram e reconhecem as sementes crioulas a partir de várias propriedades e eventos, constituindo aspectos substanciais, simbólicos e de rituais próprios, no sentido de engendrar outras visões de mundo e formas de sociabilidades. Isto não significa que os agricultores frequentadores da feira usem somente sementes crioulas, mas que as valorizam.

Os sistemas simbólicos são reconhecidos frequentemente como instrumentos de dominação social. Bourdieu (2007b) afirma que estes servem interesses a particulares, mas tendem a se apresentarem como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. Valem-se da hierarquia e da integração da classe dominante para a desmobilização das classes dominadas, pela imposição a todos de visões particulares, aceitas como de interesse coletivo, ou seja, naturalizam a dominação. No entanto, não são imutáveis e por isso podem subverter ou desnaturalizar uma dada ordem social, econômica e cultural.

3. As sementes fomentando sociabilidades e fortalecendo direitos

O processo de preservação das sementes crioulas detém posição central na oposição entre a proposta de desenvolvimento da “Revolução Verde” e a proposta de revalorização dos conhecimentos tradicionais dos agricultores e, ainda, de garantia de um modelo de agricultura alternativo. É desta oposição de ideias que o pequeno produtor se constitui como “guardião de sementes”, sendo as práticas de troca de sementes assumidas e representadas como estratégias de preservação da biodiversidade, dos conhecimentos produzidos pelos agricultores e de sua identidade.

Na feira de Juti, durante os dias do evento, como ocorreu na 15ª Edição da Feira, em 2019, as sementes foram armazenadas em saquinhos plásticos, identificadas as variedades neles contidas e colocadas em uma bancada. Cada participante escolhia aquela que desejava, dependendo de sua necessidade, podendo escolher as sementes que perdera com o passar dos anos ou que desejava ter, ou simplesmente que gostaria de cultivar. Assim, ao longo do dia, o movimento era intenso no entorno da mesa onde eram colocadas sementes para distribuição, a qual iniciava repleta de sementes e ao final da jornada se mostrava esvaziada. Assim, as sementes seguiam caminhos diversos.

Fernandes *et al.* (2018) observam que, até a 12ª edição, a feira já havia resgatado 98 variedades de sementes crioulas, com destaque para as sementes de milho e feijão. Dessa forma, o sentido da feira emerge como *lócus* da partilha de certa quantidade de sementes. Muitas trocas na feira são realizadas como compromisso moral, de manutenção do elo no compartilhar, de receber e retribuir, mesmo que nesse ato não haja a preocupação com o equivalente (nem em quantidade nem em espécie). As sementes devolvidas continham também a identificação dos agricultores ou das comunidades de onde vieram. Isso demonstra o aspecto cultural, isto é, demonstra que as sementes possuem histórias e trajetórias, como apontamos anteriormente, diferentes das sementes comercializadas pelas grandes empresas, as quais são identificadas apenas por códigos.

Marcel Mauss (2005) é o autor mais conhecido sobre a teoria da Dívida e atualmente está sendo referenciado para interpretar os fundamentos da

solidariedade e das alianças. Para Martins (2005), uma das contribuições centrais de Mauss para a Sociologia:

Foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social. Ele chegou a esta compreensão a partir da análise das modalidades de trocas nas sociedades arcaicas e da verificação do fato de que essas modalidades não são apenas coisas do passado. Isto é, Mauss entendeu que a lógica mercantil moderna não substituiu as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos e constatou que tais formas continuam presentes nas sociedades modernas (MARTINS, 2005, p. 46).

Ao escrever sobre a troca, Mauss (2003) sustenta que a troca não implica somente mercadorias úteis economicamente, envolvendo também prestígio e reconhecimento. No caso específico da Feira de Sementes de Juti, o que emerge no ato da troca é o reconhecimento de cada um em guardar determinado tipo de sementes e de compartilhar sua propagação, numa relação de confiança que se baseava na crença de que esses agricultores, assim, preservariam seu “modo de vida tradicional”. Neste sentido, podemos olhar para o sistema de trocas de sementes na feira como uma troca de dádivas que tem seu sentido sustentado em uma relação de reciprocidade, ou como denomina o autor no “espírito da dádiva”, que fundamentaria essas relações de reciprocidade. Essa perspectiva fica evidente no relato de Wagner da Rosa:

A feira contribui com a produção dos pequenos nos assentamentos principalmente pelo fato de elas de alguma forma estimular para que os próprios agricultores produzam suas sementes e não fique na dependência do mercado das grandes empresas das multinacionais para comprar as sementes, sementes que só podem ser cultivadas uma vez e não podem ser multiplicadas. Isso garante certa autonomia para os Camponeses, mas, além disso, a feira é um espaço também cultural de troca de Saberes e conhecimentos. É onde os agricultores tem oportunidade de tocar conhecimento em relação ao cultivo de certas plantas pragas que eles encontram. É uma forma inclusive de fazer com que os próprios camponeses aprendendo entre eles mesmo trocando experiências (Wagner José da Rosa, assentado em Juti, entrevista gravada em 24/09/19).

Ao analisar a feira de sementes, é importante que se olhe para a Dádiva no que diz respeito à sua influência na mística dos movimentos sociais do campo, principalmente, daqueles que tiveram a influência da CPT. É aqui que acrescentamos os ideários das sociedades utópicas como referentes mobilizados em defesa das sementes crioulas. A transformação da sociedade via instituições alternativas figura no Brasil, pelo menos nas organizações do campo, desde o início do movimento pela agricultura alternativa (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A influência dos movimentos não pode ser esquecida quando se trata

de compreender as bases que orientam as ações do movimento agroecológico e a própria realização da feira. As sementes são tratadas como riqueza que haveria de ser preservada e compartilhada de forma solidária. Tais orientações levam à constituição da figura dos guardiões que nos dias atuais tem se fortalecido com novas formas, como na instauração de bancos de sementes. Neste caso, a produção de sementes crioulas pelos guardiões contribui para estabelecer os mecanismos de produção e troca e os bancos de sementes possibilitam a conservação dessas sementes. Por isso, compreendemos que o Banco de Sementes de Juti, instalado nos últimos anos no município de Juti, emergiu da força fomentada no âmbito da feira, como veremos no próximo item.

4. O Banco de Semente

O Banco Comunitário de Sementes Crioulas Lucinda Moretti⁶ foi inaugurado no ano de 2015, em Juti, e recebeu o nome da irmã Lucinda Moretti, idealizadora da Feira de Sementes Nativas e Crioulas, como forma de homenagem pelo seu trabalho em defesa da agricultura familiar e da agroecologia. Nele, vem sendo possível o armazenamento adequada de sementes.

O armazenamento de sementes é uma prática que os agricultores e suas famílias desenvolvem há milênios, e por sua vez permitiu que cultivassem um grande número de diferentes variedades locais, que foram sendo adaptadas a diferentes condições ambientais e climáticas. Os bancos de sementes comunitários apareceram pela primeira vez no final da década de 1980, estabelecidos com o apoio de organizações não governamentais internacionais e nacionais, sendo considerados como meios para propagar as sementes e, também, para melhor armazená-las. A conservação das sementes dá-se pela temperatura existente nas câmaras frias. Assim, evita-se a deterioração das sementes e asseguram-se maiores probabilidades para a germinação, quando de seu plantio.

O banco de sementes crioulas Lucinda Moretti nasceu como resultado da feira e das parcerias que a feira foi incorporando, dentre elas com a UFGD. Atualmente é um espaço que desempenha papel fundamental na região, visto

⁶ Sua instalação foi possível devido fomento obtido junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em virtude de aprovação de um projeto intitulado “Bancos de sementes crioulas: uma estratégia para a conservação de agrobiodiversidade de comunidades rurais em Mato Grosso do Sul”, submetido no edital público, da Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CTAMAZÔNIA/ CNPq Nº 48/2013, sob a coordenação da Professora Zefa, que é a coordenadora das edições da Feira. A proposta assegura instalação de três Bancos de Sementes em Mato Grosso do Sul, a saber: um banco no município de Juti, outro na aldeia Te'yiKue, no município de Caarapó (MS), e um terceiro banco de sementes no Assentamento Eldorado, no município de Sidrolândia (MS). Após a aprovação da proposta, os três bancos foram instalados. Isso demonstra a ampliação e a importância da rede de parcerias na organização da feira, como meio para propagar seu alcance. O banco de Juti funciona também em parceria com a prefeitura municipal, a qual cedeu o terreno para a construção do banco.

que atende de forma contínua à distribuição de sementes, podendo qualquer pessoa lá ser atendida. Essas são acessadas de forma gratuita pelos agricultores, os quais se comprometem, após o plantio, em devolver o dobro da quantidade que retiraram no banco. Assim, possibilita-se ampliar a quantidade de sementes armazenadas pelo Banco e, também, ampliar a propagação das sementes, atendendo a um maior número de interessados. Além das sementes, produtos outros que quando conservados sob condições adequadas mantêm as propriedades para posterior cultivo, assegurando possibilidades melhores de germinação, como a batata doce e a mandioca.

Com o Banco os pequenos produtores locais, que anteriormente participavam da feira buscando a troca de sementes, hoje dela participam movidos pelos conhecimentos que lá são partilhados. No entanto, isso não significa que não ocorra mais as trocas, essas ainda movimentam a feira, especialmente pelos participantes externos, que chegam à feira com a finalidade de nela compartilhar sementes, auxiliando com as doações, até mesmo favorecendo o estoque armazenado pelo Banco de Sementes, que se reverte à comunidade local em outros períodos do ano.

Associada às sementes advindas da feira, ou de colaboradores locais, o banco mantém volume significativo de sementes procedentes de assentamentos e aldeias da região. Após o recebimento das sementes no Banco, elas são armazenadas em potes de plástico transparentes com tampa, em sua maioria em garrafas reaproveitadas ou também em sacos plásticos. Após a realização da etapa do acondicionamento, os potes recebem a identificação e a procedência das sementes, além de serem fotografadas e classificadas com os nomes populares fornecidos pelos agricultores, estocadas em câmara fria. Uma das principais funções do banco é de assegurar o acesso às variedades locais em quantidades suficientes e no momento certo para plantio, devolvendo aos reservatórios dos bancos uma porcentagem no momento da colheita.

5. A parceria com a universidade na Feira

No formato para a organização da Feira de Juti, a partir das redes de parcerias estabelecidas ao longo do evento, outras iniciativas foram sendo desenvolvidas conjuntamente pelos atores e atorais na região, as quais decorrem de experiências acumuladas ao longo dos anos, nas diversas edições da feira, como também de outros motivos, como, por exemplo, o falecimento de sua mentora.

No decorrer das edições houve a ampliação da rede envolvida com o evento, incorporando diferentes sujeitos e isso imprimiu mudanças em sua organização, sem que essas implicassem no abandono do tema central da feira, que são as sementes, como aponta uma de suas organizadoras, Leila Dorce:

Eu vejo que ela (feira) passou a ter outra carinha assim [...] Aí veio a faculdade com mais força, mais cursos, minicursos, mais assim com profissional da EMBRAPA, tanto da faculdade, de outros órgãos e não tanto da CPT [...], aí passou a vim mais profissionais com coisas novas, com coisas diferentes [...] mas assim, continuou mantendo a semente. A doação de semente, o orgânico, continuou com a mesma. Ela não perdeu a essência entendeu (Leila Cristini Dorce, assentada em Juti, entrevista gravada em 20/12/2009).

A assentada Leila faz um balanço das mudanças que se processaram com a feira de Juti, indicando que, ao longo das edições, houve mudanças, passando da etapa das experiências dos produtores, nas primeiras edições, para o viés técnico das parcerias que foram chegando às edições que se sucederam. No formato e na metodologia do evento foram sendo incorporadas oficinas, minicursos, palestras, apresentação de trabalhos, aumentando o número de dias, de participantes vindos de diferentes estados brasileiros, bem como de pesquisadores do tema, de representantes institucionais, dentre outros que na feira passaram a se fazer presentes. No entanto, mesmo diante desse novo modelo de organização do evento, a essência foi mantida, como indica Leila, as sementes como fio condutor do evento, assim como tudo que as envolve: a partilha da semente, a produção orgânica, os elos que movimentam a feira. Essa transformação também foi observada por Olácio Komori, representante da Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS).

[...] isso tudo foi coordenado e realizado pela CPT, comissão pastoral da terra, que realmente foi à base para o início da feira de Juti e hoje devido às diversas dificuldades que a CPT tem passado, de diminuição de recursos, de pessoas mobilizadoras, tem diminuído um pouco, acredito, sua capacidade de mobilização. E aí a feira tem se fortalecido mais com apoio da universidade, de outros parceiros (Olácio Mamoru Komori, Coordenador da APOMS, entrevista gravada em 19/10/2019).

É preciso destacar que o falecimento de Irmã Lucinda que fazia o elo local culminou com mudanças ocorridas no interior da CPT, a qual não mais recebia apoios da Igreja Católica em termos de fomento e de diretrizes de atuação. Por isso, as ações das equipes que constituíam a CPT ficaram enfraquecidas, se compradas com aquelas da década de 1980, quando havia uma diretriz do Vaticano que subsidiava e incentivava essa atuação. Esse aspecto aparece na fala de Vanilton Camacho, representante da CPT:

A CPT, por conta de vários fatores, realmente financeiros, que foi acabando os projetos e a CPT reduziu totalmente. Quem ainda está, está voluntário [...] Internamente a gente tem refletido o seguinte: “a gente pariu o filho, mas o filho foi pro mundo, agora tomou outra dimensão” [...] hoje a CPT, por conta de pernas mesmo, a gente não consegue, em que preze,

está lá na realização a CPT (da feira), mas pecamos porque nós não temos recursos às vezes para ir à reunião. Então quem acaba indo nas reuniões quando está por aqui é o padre Adriano. Eu não consigo até por conta do meu trabalho e que não dá para a gente conciliar tudo (Vanilton Camacho da Costa, CPT, entrevista gravada em 27/07/2019).

Pelos relatos anteriores, é possível perceber a redução dos membros da CPT atuantes junto à comissão organizadora da feira, principalmente pela redução de pessoal ligado aos seus quadros e, também, pela falta de recursos financeiros. Nesse formato, podemos considerar a feira de Juti como singular, pois ela passou a ser coordenada pela universidade, que possui uma solenidade mais formal em relação ao modelo de eventos.

O diferencial da feira de Juti, se consideradas as mudanças em relação às primeiras edições, é a presença de mais instituições do Estado. O evento caracteriza-se como um espaço que passou a congrega também especialistas, os quais se juntam na valorização das sementes crioulas, de forma que a feira constitui-se num espaço dentro do Estado, onde o tema sementes crioulas ganhou prestígio e credibilidade.

A atuação da Universidade Federal da Grande Dourados na organização do evento vinha ocorrendo em conjunto com a Irmã Lucinda. Quando de seu falecimento, bem como das dificuldades enfrentadas pelos assentados em assumirem a organização do evento, a Universidade assumiu a coordenação, juntamente com as demais lideranças de assentados para que, assim, a feira continuasse como apresenta a professora Zefa:

Eu comecei com a feira, mais ou menos em 2009, quando eu fui convidada. Eles me convidaram para dar uma palestra na feira. Quem me apresentou para a irmã Lucinda foi a Liliane da AGRAER, que me levou para Juti. Levou-me para conhecer, porque tinha uma área lá para recuperar. Era outro contexto. Aí ela me chamou para dar uma palestra na feira, para dar um minicurso na feira, e foi aí que eu conheci. Então, no primeiro ano eu fui dar uma palestra só. Ai depois eu comecei a participar com eles, a gente iniciou um trabalho de recuperação lá no córrego Santa Luzia, junto com a irmã Lucinda. E aí que eu comecei a participar de toda a feira com ela, a dar ideia. Aí, num ano a gente já envolveu os alunos para participarem. Ai que eu comecei devagar era ajudando-a e depois quando ela faleceu a gente acabou assumindo completamente a feira (Zefa Valdivina Pereira, professora na UFGD, gravada em 17/12/2019).

A fala da professora Zefa mostra as parcerias que permeiam a feira e a comunidade na realização do evento, pois extrapolam o contexto dos dias do evento. Ela chegou naquele local para ações com a comunidade, direcionadas à recuperação ambiental. São as teias de temas, problemas e necessidades que compõem o evento feira, nem sempre perceptíveis no dia da festa.

No entanto, é inegável a mudança no formato do evento em termos de programação, especialmente nos formalismos das mesas de debates, os quais compõem os contextos acadêmicos e que foram sendo incorporados na programação, assim como a modalidade de apresentação de trabalhos, também elementos acadêmicos. Por outro lado, ocorreu a ampliação de sujeitos participando desse momento, no multiplicar do alunado da universidade, que por meio da feira passou a conhecer o universo da pequena produção de alimento, num movimento que pode resultar na multiplicação de sujeitos em defesa de outro modelo de produção. Segundo a professora Zefa,

[...] são os alunos que ajudam, que todos, principalmente a Biologia e a Gestão Ambiental [cursos oferecidos pela UFGD], porque estão mais perto, fazem parte da FCBA [Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais da UFGD], de modo geral os alunos que começam a participar, vão todos os anos. Eles não abandonam. Aquele que vai no primeiro [ano de curso], ele vai até terminar a graduação e alguns até no mestrado continuam indo, e mesmo depois. Eles se identificam com a ideia da feira, com a troca e acabam participando. Sempre tem gente nova participando também [...] A gente teve época de ter uns 80 e poucos alunos trabalhando na organização (Zefa Valdivina Pereira, Professora na UFGD, entrevista gravada em 17/12/2019).

A atuação da Universidade está no sentido do fortalecimento para a própria manutenção da feira de Juti, envolvendo alunos, pesquisadores, propagando as ideias da feira, aspectos que podem se constituir como elementos que mantêm sua realização, mesmo com mudanças em seu formato. É a soma das parcerias e dos saberes e nelas atentar para que não surjam hierarquias e se neutralize uma das partes, como expressado por Rosemeire Aparecida de Almeida:

Eu destacaria essa conexão entre esse saber popular e o saber científico. Eu acho que isso é muito importante. É preciso manter esse espírito da feira, que ela nasce como uma iniciativa da CPT. E aí tem a Universidade, também vai junto com a EMBRAPA, se aproximando para dar também esse apoio que é fundamental, sem que aja uma sobreposição, porque não pode ser uma feira da universidade para os camponeses. Continua sendo essa que Boaventura vai chamar de Ecologia de saberes essa rede. A feira como uma rede mesmo, que permite entrelaçar os saberes, afastando qualquer tipo de sobreposição ou hierarquia. Acho que isso tem dado certo e tem dado periodicidade e longevidade (para a feira de Juti). Porque também é preciso recurso neste cenário que nós estamos. Quanto mais às instituições se achegarem, quanto mais elas se fortalecerem nessa teia, mais condições para permanência terá (Rosemeire Aparecida de Almeida, professora na UFMS, entrevista gravada em 29/10/2019).

A fala de Wagner corrobora com esse aspecto, indicando as parcerias como essenciais não somente para a periodicidade e longevidade da feira, mas também para fomentar mudanças nos próprios parceiros que constituem a organização da feira:

A importância da parceria com Universidade, a importância de professores dedicados à extensão, que querem ver a sociedade diferente não somente na produção acadêmica, não ficar dentro da universidade produzindo academicamente, mas que vai até as pessoas, até as comunidades. Eu acho que isso para mim é uma das coisas mais importantes que a gente fala de universidade. A universidade também se desloca e mostra para a sociedade, dá o seu retorno. Isso é muito bonito. Nós temos colegas que foram parceiros, que entraram na graduação, na feira de Juti participando, e que já terminaram o doutorado e que continuam (Wagner José da Rosa, assentado em Juti, entrevista gravada em 24/09/19).

A manutenção deste formato, mediado pela universidade, mostra-se efetivo à medida que o envolvimento de representantes da universidade, do poder municipal e estadual obriga-os a se posicionarem publicamente em apoio à luta em prol das sementes crioulas. A feira tem feito um movimento que direciona os representantes da administração pública a legitimar o trabalho local em prol das sementes crioulas. Como a feira de Juti alcançou notoriedade e hoje integra a agenda de eventos do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Juti, as autoridades governamentais se veem a valorizar essa experiência, fato que poderá reverter em maior fomento para essa ação.

Organismos de Estado voltados à pesquisa e ao ensino são mobilizados, ou seja, a ciência é chamada a compor com os guardiões de sementes. Ao mesmo tempo, confere-se ênfase ao papel estruturante das políticas públicas, buscando-se orientar a mobilização para sua efetivação. As organizações e redes, que se situam nesta arena, disputam, sobretudo, os capitais culturais, representados pela ciência, pelos serviços de extensão rural, pelos partidos e pelas organizações populares. Cabe, no entanto, atentarem para que o mercado não se aproprie desse cenário e, assim, que os pequenos possam assegurar a propriedade de seus saberes. Por isso, a importância no apoio das parcerias que corroboram desse ideário, fortalecendo a rede de apoio e dando longevidade e periodicidade à feira. Se ela angariar forças, só o tempo dirá, a depender das parcerias e da mobilização política das pessoas que fazem e participam do espaço da feira.

Considerações Finais

As feiras de sementes crioulas são de importância nos dias atuais, espaços de trocas de produtos diversos, como sementes, saberes e experiências. Isso

se contrapõe ao que havia até as décadas de 1980 e 1990, quando parecia ter sido superada a ideia do guardar sementes, pela intensificação na modificação das espécies, em busca de mudança genética que resultasse em variedades modificadas, as quais trouxessem maior produtividade.

No entanto, nas primeiras décadas do século XXI, temos um movimento contrário ao domínio do mercado, com o retorno das feiras que reúnem produtos com base orgânica e agroecológica, alcançando força social, movida pela necessidade que se mostra para a produção de alimentos saudáveis. Nesse movimento, as sementes figuram como o primeiro passo, pois associada a elas está à importância das experiências e atuação de quem as produz. Associada a isso, está à importância para a recuperação do saber popular, considerando a experiência acumulada e associando-a ao saber científico, aspectos presentes na feira de Juti.

A feira de Juti nasceu de uma rede de sujeitos, principalmente da CPT, em conjunto com as pessoas de assentamentos rurais do município e de comunidades indígenas, tendo nas mulheres suas principais protagonistas, e que ao longo de suas edições anuais foi sendo reestruturada. Houve a incorporação a essa rede de novos sujeitos, dentre eles representantes institucionais, como os da universidade e das agências de pesquisas.

A ampliação promoveu mudanças porque ao mesmo tempo em que fortaleceu as teias da rede, propiciando meios para longevidade e mantendo a periodicidade do evento, imprimiu novas metodologias no formato dos espaços da feira. A quantidade de dias do evento aumentou, passando de um para três dias; os espaços também aumentaram, incluindo oficinas, palestras, apresentação de trabalhos acadêmicos sobre o tema da feira. Ademais, outros espaços de debates foram oferecidos, o que evidencia o “fazer da universidade”, associado ao fazer dos pequenos produtores, reforçando o tema central que motivou a criação da feira, assentado nas sementes crioulas.

A finalidade da criação da feira está assegurada, que se trata de propagar meios para a manutenção das sementes crioulas numa prática de resistência e de visibilidade da pequena produção de alimentos, demarcando autonomia sobre seus saberes e experiências, que na feira são compartilhadas e fortalecidas nos diversos espaços que constituem o evento, seja nas oficinas, seja nas trocas de sementes, nas palestras, nos relatos de experiências, bem como nas conversas informais entre participantes, que têm na sociabilidade e na partilha seu eixo central.

Enfim, a feira representa o local de fortalecimento e de troca dos saberes, de quem produz sementes e também de quem as compartilha nos dias da feira, para que voltem a se tornarem alimentos e assim se fortalecem, produzem resistências. Se esses elos serão possíveis de serem mantidos, só o tempo dirá, a depender da intensidade da rede e da força social a fortalecer o processo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

FERNANDES, Ana Carolyn *et al.* Relato de Experiência da 14^a Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos 7^o Seminário Sobre Uso e Conservação do Cerrado do Sul de Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13 n.2, n. Anais do AGROECOL 2018, Campo Grande/MS, 2018.

ELSTE, Fabio Dias Ribeiro. **Os Guardiões de Semente no Passo do Lourenço, Canguçu-RS: a semente crioula e o habitus do camponês**. Dissertação (Mestrado), UFPel - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Pelotas. 2017.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 45-66, 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MONTEIRO, Denis.; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa, *et al.* (Orgs.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

SEVERO, Mirian Jaqueline Toledo Sena. Mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais. In: MENEGAT, A. S. (org.) **Leituras sobre mulheres**: o fazer e o refazer de caminhos. Dourados MS: Editora UFGD, 2016. p. 149.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

WILKINSON, John; CASTELLI, Pierina German. **A Transnacionalização da indústria de sementes no Brasil – biotecnologias, patentes e biodiversidade**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.

COLHEITA DIFÍCIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE 20 ANOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

WALTER ROBERTO MARSCHNER¹

RAQUEL ALVES DE CARVALHO²

RESUMO

O presente artigo avalia a trajetória da Educação do Campo enquanto política de formação de educadores na universidade pública, partindo da experiência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) que há 12 anos gesta programas na área. Diante do contexto de desmonte da universidade pública, pergunta-se aqui pelos limites e possibilidades desta política se consolidar como política de Estado sem, contudo, perder suas especificidades e organicidade em relação aos povos do campo, protagonistas da proposta.

Palavras-chave: pedagogia da alternância; políticas públicas de educação; universidade pública.

Introdução

O presente artigo pretende trazer elementos para avaliar a trajetória políticas públicas de educação do campo, perguntando pelas possibilidades de consolidação. As presentes reflexões consideram o atual contexto de ruptura democrática (pós impeachment da presidenta Dilma), onde os governos Temer e Bolsonaro intensificam a agenda neoliberal, o desmonte do Estado e o encerrando um ciclo distributivo, limitando ou revogando importantes políticas de inclusão das classes sociais mais vulneráveis. A Educação do Campo (EC), uma política pública de grande complexidade, figura aqui como uma das mais ameaçadas, de forma que é cada vez mais difícil a tarefa de avaliar e traçar perspectivas possíveis.

¹ Professor Associado da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

² Professora Adjunta da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

“Nenhum direito a menos”: se em um passado próximo analisava-se as possibilidades de institucionalização e ampliação (MOLINA, 2015), o contexto de crise impõe agora uma agenda defensiva, para não se perder o que se conquistou, reforçando a compreensão da Educação do Campo como “território em disputa” (FERNANDES, 2006). Assim sendo, historiar os 20 anos de EC e destes, mais 12 anos na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), objetiva não só um balanço de limites e avanços, mas também implica em dar visibilidade ao que está em jogo na disputa atual. A luta urgente em tornar política de Estado o que sobrevivia como política de governo, com garantias de continuidade para uma agenda inclusiva, surge como pauta das mais de 40 universidades que, a exemplo da UFGD, fazem a gestão dos programas, agora ameaçados. O presente artigo propõe-se a trazer elementos para ajudar na compreensão deste cenário.

Um histórico de exclusão

Se considerarmos três os principais ativos estruturantes do desenvolvimento do campo - terra, crédito e educação - então veremos que este último sempre fora relegado a papel secundário pelas políticas públicas. Historicamente, o assim conhecido espaço *rural* fora marcado pela ausência de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem a organização e funcionamento da escola neste espaço. Como resultado da histórica ausência de políticas públicas para o campo, evidencia-se hoje o problema estrutural da injusta escolarização no país.

Destaca-se a ausência histórica de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que poderiam regulamentar a organização e o funcionamento da escola do campo. Até a década de 40, a escola do campo estava ligada ao patronato - financiamento privado. As iniciativas governamentais, como as missões rurais e a recém criada Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), primavam por uma prática de extensionismo rural, balizadas nas perspectivas desenvolvimentistas da época, segundo as quais o subdesenvolvimento se combatia pela “difusão” de matrizes tecnológicas concebidas no primeiro mundo. Com as Leis e as Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61), a educação rural ficou ao encargo dos municípios, com a oferta de vagas escolares alcançando apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental. Os municípios, por sua vez, passaram a adotar estratégias da nuclearização, pondo fim as escolas existentes nas comunidades rurais. A ideia de estudar associava-se à necessidade de ir para a cidade. A juventude, ao ir diariamente de ônibus para a escola da cidade, passa por um processo de negação de sua referência cultural, o que reforça ainda mais o êxodo rural.

No campo ficou um “vazio” que se expressa não só no progressivo fechamento das escolas do campo, mas, sobretudo, na ausência dos temas do campo na

educação: um vazio que reflete o processo de desterritorialização dos camponeses pelo avanço do agronegócio, o êxodo rural e o envelhecimento das comunidades.

O fracasso das políticas de educação do campo é explicado majoritariamente pelo fato destas não formarem os educandos para viabilizar seus projetos de vida em suas famílias e comunidades, mas formarem mão-de-obra para as empresas agropecuárias e, no limite, para o mercado de trabalho urbano. Nesse sentido, são políticas que cumprem o que reza o preconceito, de que "se estuda para não sofrer mais na roça". Além disso, os programas formativos vinculam os educandos a um projeto de desenvolvimento incompatível, típico do agronegócio, marcado por alta concentração tecnológica e fundiária.

Essa escolarização acaba por agravar o problema de autoestima nas comunidades. Basta apontar o fato de que, a nível nacional, o aumento de vagas no ensino médio e nos cursos de nível superior regulares aumentou o êxodo rural nas gerações mais novas. Isto porque a proposta de educação em vigor nestes espaços reproduz esquemas estigmatizantes contra as pessoas do campo que frequentam o ensino médio ou têm uma vaga no ensino superior. Falta uma educação que esteja ligada ao seu contexto local, que seja capaz de devolver significado ao campo e contribuir para seu desenvolvimento.

Um histórico de lutas

Salvo alguns movimentos de educação nas décadas de 60 e 70, organizados a partir da sociedade civil (como os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes/UNE, da "formação sindical" pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG e Federações) e também pelo governo (como o Movimento de Educação de Base/MEB e os Círculos de Cultura Popular de Paulo Freire), o campo só se tornou centro de atenção das políticas públicas em meados da década de 1990, com o lançamento de programas de desenvolvimento rural sustentável, em parte articulados pelos movimentos sindicais, estes ainda bastante centrados no desenvolvimento econômico.

Como antecedentes temos, já nos anos 1960, as experiências das Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), primeiramente no Espírito Santo e expandindo-se para as atuais 130 escolas no Brasil, disseminando a pedagogia da alternância, importante referência para os posteriores programas de EC (MARSCHNER, 2020). Também nos anos 1960 as experiências importantes com o Movimento Educação Básica de Paulo Freire ao lado de importantes iniciativas no campo da educação popular, de iniciativa da sociedade civil organizada, com destaque das escolas dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária (escolas itinerantes). A ideia era, em cada acampamento e em cada assentamento, garantir uma escola. Ou seja, a questão da escola nos acampamentos e assentamentos era

uma questão prioritária e não podia ser qualquer escola: “tinha que ser uma escola *nossa*”. Uma escola do assentamento não *para* o assentamento, mas *do* assentamento. Desde daquele momento, percebe-se a diferença de uma educação *do* campo e *no* campo.

O acúmulo das experiências e debates leva ao surgimento, em 1998, do Movimento Nacional de Educação do Campo. Foi naquele ano a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, na Universidade de Brasília (UNB), onde foi formulado um texto básico da Educação do Campo (MUNARIN, 2018). *Campo* era a designação diferenciada de um espaço/território onde se agrupava todos os povos do campo: os posseiros, sem-terra, camponeses, caixaras. Um espaço de sujeitos coletivos que se diferenciava da clássica acepção, subalterna, do “espaço rural” (MARSCHNER, 2011). Essa conferência teve um antecedente imediato que foi o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA). Um encontro, destaca-se, sem participação do Ministério da Educação (MEC), mas apoiado por Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e UNB, com apoio político e financeiro. Segundo Munarin (2018), a partir desses encontros deu-se a decisão de extrapolar os limites dos acampamentos e assentamentos e fazer dessas referências pedagógicas uma luta por política pública, no sentido de sua universalização. A conferência na UNB consolida a expressão “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado” (MOLINA, 2005).

O Ministério da Educação não se fazia presente. Este, coerente com a pauta do Banco Mundial, propunha a educação focada no empreendedorismo, na formação voltada apenas para o mercado e à revelia da UNESCO, que tinha uma proposta de educação mais humanizadora, pautada nos princípios da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, os movimentos sociais deixam de pensar uma educação só para os seus militantes e entram em uma luta por uma política pública para a universalização de suas propostas pedagógicas. Nesse sentido, surge o Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, a partir do ENERA e das repercussões do massacre de Eldorado dos Carajás, provocando a Marcha do Abril Vermelho, protagonizada pelos movimentos sociais camponeses, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pressionando o governo por políticas públicas, no sentido de um programa de alfabetização para os assentamentos reforma agrária.

Como o Ministério da Educação mostrava-se refratário a tudo que divergisse da sua pauta liberal de educação, o PRONERA foi vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PRONERA desenvolveu políticas públicas de educação em todos os níveis: da Educação Infantil à Universidade. Essas conquistas

elevaram a EC para além dos assentamentos transformando-a em um movimento político nacional. Para Munarin (2018), acontecia a organização de um “intelectual coletivo”, reunindo representantes dos Movimentos Sociais do Campo, como o MST e a Pastoral da Terra, dos setores sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e dos setores das universidades públicas, formando a Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

Outro momento importante foi a formulação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. O Ministério da Educação, que seria responsável pela formulação dessas diretrizes, até então não reconhecia Educação do Campo, fiel às premissas do Banco Mundial. Dessa forma, especialmente a CONTAG assume um protagonismo de sistematizar as contribuições da Articulação Nacional por uma Educação do Campo de forma a pressionar o Conselho Nacional de Educação a formular, a partir das contribuições apresentadas pela CONTAG, as diretrizes nacionais que o ministério não queria reconhecer mas foi constrangido a tal. O parecer 36 do Conselho Nacional Câmara de Educação Básica de 2001 foi o resultado dessa luta no campo jurídico.

Esse histórico de lutas e debates representou um movimento de renovação na educação. Os objetivos eram: motivar dirigentes para cobrar políticas públicas a nível nacional; discutir estratégias para ampliação da EC através da organização de comitês estaduais que dariam continuidade às lutas no campo pedagógico; no campo das políticas públicas e da epistemologia, formando um novo patamar teórico metodológico que embasasse as ações do Estado

Para os movimentos sociais camponeses entrar na disputa do Estado por políticas públicas de Educação do Campo, significa alargar o sentido da luta de classes. É conquistar territórios imateriais das classes dominantes. Mas, que políticas precisamos de formação de educadores(as) do campo? Políticas que afirmem uma visão positiva do campo; Políticas de formação articuladas a políticas públicas de garantia de direitos: direito à terra, vida, cultura, identidade, memória, educação; Políticas de formação afirmativas da especificidade do campo: a especificidade das formas de produção da vida, da cultura, do trabalho, da socialização e sociabilidade; Políticas de formação a serviço de um projeto de campo: projeto de campo, de desenvolvimento econômico, social, cultural do campo no grande projeto de nação; Políticas de formação sintonizadas com a dinâmica social do campo: um campo tenso, dinâmico, tanto no terreno da política, das resistências, da cultura e dos valores como na presença de novos atores sociais. Nessa dinâmica estão sendo afirmados direitos aos territórios, à terra, à cultura e identidade, à educação (CAMACHO, 2020).

Talvez o momento mais nítido da estruturação dessa política pública foi a implantação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo (PROCAMPO) já no governo Lula, em 2012, com chancela do MEC. Munarin (2018) destaca o papel fundamental das mulheres camponesas

que, organizadas na ocasião da Marcha das Margaridas em Brasília, em 2010, pressionaram o governo a assumir na estrutura do MEC uma coordenação das políticas de EC, o que levou ao surgimento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI). Junto com o programa de expansão das universidades federais, o PROCAMPO cria, em 47 universidades públicas, mais de 800 vagas para professores de nível superior e técnicos vinculados às licenciaturas em EC, bem como vultosa destinação de recursos para implantação do regime de alternância³ nestes cursos. O PROCAMPO representou, assim, uma das maiores mudanças estruturais pelo Estado partindo de uma demanda dos movimentos populares.

A Educação do Campo na UFGD

Desde 2008, a Universidade Federal da Grande Dourados tem gestado, dentro de sua política de inclusão na diversidade, diversos programas de Educação do Campo. As licenciaturas em Ciências Sociais (PRONERA), em Educação do Campo (PROCAMPO) e, no nível de pós-graduação *lato sensu*, dois programas - Projovem Campo, Saberes da Terra e Estudos de Gênero e Interculturalidade (vinculado ao PRONERA). Ambos os programas são políticas públicas de EC em uma parceria da UFGD com o MDA/INCRA, MEC/SECADI, Secretarias Estaduais de Educação.

Assumindo o papel político de intervir em uma realidade marcada pela alta concentração fundiária e de exclusão social crescente, a UFGD insere-se na dinâmica territorial assumindo, com as citadas parcerias, políticas públicas de educação estratégicas que, ainda que temporárias e nem sempre articuladas, visam fazer frente ao grave problema da exclusão escolar, reflexo da alta concentração e desigualdade imperante no campo do Mato Grosso do Sul. Tais políticas partem do reconhecimento recente de direitos subjetivos. Reconhece-se o direito que pessoas que vivem no campo têm a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades (MARSCHNER, 2020).

A Licenciatura em Ciências Sociais PRONERA foi iniciada na UFGD em 2008, com 59 educandos/as matriculados/as, de assentamentos de reforma agrária, especialmente da região da “Grande Dourados” e das 11 Microrregiões de Mato Grosso do Sul. Visou, segundo o Programa Político Pedagógico (PPP), possibilitar, por meio de processo seletivo e com edital específico, o acesso e a formação em Ciências Sociais, de 60 candidatos/as oriundos/as de assentamentos rurais federais de Mato Grosso do Sul que, ao término do curso de

³ O parecer 1/2006 do Conselho Nacional de Educação institucionalizou a alternância como possibilidade de calendário escolar e dinâmica pedagógica. Desde então também as escolas da rede pública e as universidades passam a criar programas em alternância que se tornam uma das características fundamentais da EC.

licenciatura, puderam atuar como educadores e educadoras em espaços formais e informais de educação.

Também em convênio com o PRONERA, aconteceu, de 2011 a 2013, a oferta de um curso de pós-graduação *lato sensu* Estudos de Gênero e Interculturalidade, que atendeu 35 acadêmicos, em sua maioria professores/as em escolas do campo da rede pública no Mato Grosso do Sul.

O PROJÓVEM Campo Saberes da Terra foi implantado em 2009 na UFGD, dando formação no nível de pós-graduação *lato sensu* para 54 educadores/as de Educação de Jovens e Adultos (EJA) contratadas pelo governo estadual para atender 13 turmas com jovens e adultos de assentamentos, comunidades ribeirinhas e indígenas de oito municípios do estado.

Em 2012, é criada na UFGD a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). Com todos os seus cursos em alternância, teve como objetivo principal formar educadores do/para o campo, as florestas e as águas, envolvendo todas as suas populações (camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhas) de Mato Grosso do Sul. As relações entre educação e territorialidade, interculturalidade, interdisciplinaridade e alternância são os elementos centrais das propostas pedagógicas de seus cursos de formação. É na FAIND que foram lotadas a Licenciatura Indígena TekoArandu (criada em 2006) e a Licenciatura em Educação do Campo (criada em 2013): “Ambos os cursos foram instituídos como uma resposta à ação dos movimentos sociais do campo e das comunidades indígenas que pressionaram o Estado no intuito de conseguirem inserir seus jovens no espaço acadêmico” (UFGD, 2018, não paginado).

A Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), iniciada em 2014, tem seu fomento pelo programa PROCAMPO na UFGD com a primeira turma de 67 educandos/as, a posterior de abertura de mais duas turmas com 120 vagas cada e, em 2016, já como curso regulamentar, turma de 60 acadêmicos. Visa, segundo o PPP:

[...] formar inicialmente licenciados/as em ciências da natureza com uma sólida formação humanística, que sejam capazes de atuar como profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas organizações dos movimentos sociais, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e intervenções socioeducacionais (UFGD, 2018, não paginado).

Por fim, em 2018, foi criado o Programa de Pós Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET). O curso de mestrado tem como área de concentração Desenvolvimento e Políticas Públicas. O foco principal, seguindo as experiências das licenciaturas indígenas e do campo e dos cursos do PRONERA, é a discussão da relação da educação com as territorialidades das populações do campo de uma maneira interdisciplinar e interétnica, a fim de formar professores sobretudo para

escolas campo e aldeias, mas também egressos que sejam agentes de gestão, planejamento e desenvolvimento territorial de sua comunidade.

O Programa de Mestrado Interdisciplinar Educação e territorialidade tem seu foco de pesquisa na articulação entre processos formativos e educacionais, no contexto da intensa dinâmica territorial da região centro oeste e fronteira do país. Ao reunir docentes das mais diversas áreas, integrados pelas suas pesquisas sobre educação em suas múltiplas acepções – em especial, no que tange as discussões sobre espacialidades e territorialidades, tanto materiais quanto simbólicas - o programa propõe-se a uma análise interdisciplinar da realidade. O mestrado pretende formar profissionais especializados na gestão integrada de territórios, na análise das relações interétnico culturais, nacional e transnacional, bem como na formação de professores e agentes territoriais. (UFGD, 2018, não paginado).

A alternância

Os Programas de EC da UFGD estão pautados nos princípios da Pedagogia da Alternância, concretizando uma proposta pedagógica que favoreça a inclusão das pessoas que vivem no campo, no ensino superior. Assim, facilitam e criam alternativas para minimizar as dificuldades de acesso e de permanência na universidade, principalmente por considerar o tempo universidade e o tempo comunidade como dois momentos dialeticamente interligados e complementares do conhecimento. Cada semestre letivo é dividido entre etapas presenciais com 70% da carga horária e o tempo de inserção na comunidade de origem do/a educando/a, momento em que são desenvolvidos trabalhos científicos orientados por uma equipe de docentes envolvidos com o Projeto. É comum a presença de representantes dos movimentos sociais, assumindo também o acompanhamento dos acadêmicos durante todo o processo.

Mas a relação entre tempo comunidade e tempo universidade não é uma mera sucessão de etapas ou uma forma mais elaborada de ensino à distância. Esta dinâmica evita também que o ingresso de jovens camponeses na universidade signifique deixar o campo para poder estudar. Mais que isso, na perspectiva do diálogo de saberes defendido por Paulo Freire, a proposta da alternância articula teoria e práxis, possibilitando a relação ação-reflexão-ação em um processo de formação continuada. Rompe-se, dessa forma, com a dicotomia entre o fazer e o pensar, o sentir e o conhecer, o conceber e o atuar. Para os educandos destes programas, a concretude de seus cotidianos – não raro marcados pela luta constante pela sobrevivência e contra a exclusão – torna-se um critério de refutação do saber mistificado baseado na dicotomia entre o acadêmico e o prático, o trabalho e a escola, a formação técnica e a humanista. Seguindo a mesma dinâmica da realidade que se constrói em referência à totalidade, desenha-se para a pedagogia da alternância uma relação dialética entre universidade

e assentamento. Para se entender a relação entre estes tempos e espaços pedagógicos dentro do sentido amplo que os movimentos sociais conferem à alternância, faz-se referência aqui a, pelo menos, três perspectivas pedagógicas: a relação teoria e práxis (Freire), a centralidade do trabalho (Pistrak) e a organicidade na formação dos intelectuais coletivos (Gramsci).

A reflexão teórica desenvolvida no tempo universidade desafia os/as educandos/as a assumirem uma inserção diferenciada em suas práticas no tempo comunidade, sejam elas nas escolas, nos movimentos sociais, nas cooperativas ou nas estruturas comunitárias. Busca-se a cada etapa avançar no sentido de sistematizar criticamente as ações cotidianas no sentido de construir um conhecimento novo acerca do social em seu contexto imediato.

A produção de conhecimento: educação como leitura do mundo

O direito à escola no assentamento é uma das bandeiras fundamentais da reforma agrária. É algo tão importante como a conquista da terra mesma. Isso porque a escola local é uma das primeiras reivindicações dos agricultores na constituição do assentamento, sendo uma das demandas mais recorrentes do seu plano de desenvolvimento. A luta pela escola não é só para poupar crianças e jovens assentadas das longas jornadas de ônibus escolar, sina das crianças e dos jovens do campo desde o fechamento das escolas rurais com a nuclearização na cidade, o que fez as comunidades do campo geográfica e pedagogicamente ainda mais distantes da sociedade como um todo. A demanda por educação nos assentamentos não se limita à escolarização, mas diz respeito a todo o esforço dos movimentos sociais do campo em dar um novo significado ao espaço que conquistaram. Com a terra conquistada e a escola no assentamento, a educação foca o campo e o seu contexto como espaço pedagógico.

Por outro lado todo o incremento em educação diferenciada nestes segmentos populacionais revela uma notável capacidade de mudança. No contexto dos assentamentos e comunidades camponesas do Mato Grosso do Sul, são frequentes os casos de jovens e adultos que, ao superar a barreira do analfabetismo funcional, não só se mostram aptos a desenvolver projetos de desenvolvimento em sua unidade familiar como também passam a assumir papéis de liderança e representação dos seus respectivos grupos.

Tudo isso por que os grupos do PRONERA e PROCAMPO pautaram-se em uma práxis que constrói conhecimentos construindo sujeitos, reinventando a relação de subordinação entre saberes, onde o científico subordinava o tradicional. Na perspectiva do conhecimento formulado a partir práxis dos movimentos sociais populares, a EC representa uma oposição à concepção positivista de conhecimento, firma-se a unidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento, unidade entre o que sabe e o que atua: só faz melhor quem melhor compreende

e compreende não só no contexto da intervenção imediata, mas também do horizonte, sustentando projetos de longo prazo.

Na contramão das perspectivas universalistas e homogeneizadoras de educação que vigoraram nos projetos de desenvolvimento das décadas passadas, a EC propõe concretamente a afirmação de especificidades, construção de saberes locais, fortalecimento de identidades e relações de pertença.

Os depoimentos coletados em parte apontam que predomina ainda o senso comum, de que a EC é um instrumento para fixação das pessoas, para *mostrar a importância de ficar no campo*. Mesmo assim, a EC figura como formação para uma nova relação com seu espaço, educação para a cidadania. Neste sentido, ela deve extrapolar o âmbito das atividades agropecuárias. Partindo da ênfase aos saberes locais - "*voltado para as nossas raízes*" – deve buscar por uma formação ampla sobre o campo, condição para que se alcance uma vida digna. A EC deve permitir que "*o campo se imagine, se pense*", processo que é base de toda criatividade e autonomia.

As propostas formativas assumidas pelos programas de EC têm em comum o aspecto do ensino e pesquisa como intervenção social. Vale destacar que a grande maioria dos acadêmicos conclui sua formação com trabalhos de pesquisa tendo como objeto análises da problemática nos respectivos contextos locais. Partindo sempre do registro da história dos assentamentos e comunidades de inserção, valendo-se, não raro, de escassas fontes orais e documentais, os trabalhos logravam a "leitura" (no sentido freireano) atenta dos espaços, concretizada nas histórias de acampamentos, assentamentos, áreas quilombolas e escolas do campo⁴.

A presença dos cursos e programas de EC na UFGD permitiu o acúmulo de pesquisas sobre o campo do Mato Grosso do Sul, antes pouco representado e restrito à discussão tecnológica, não raro pautada pelo "paradigma do agronegócio" (FERNANDES, 2020). Destaca-se a perspectiva interdisciplinar e multisetorial que a análise dos territórios camponeses assume. Uma interdisciplinaridade que tem no cotidiano dos assentamentos sua base material e que deveria ser a matéria prima para produção de conhecimentos no tempo universidade na perspectiva de formação nas grandes áreas de conhecimento (na LEDUC/UFGD ciências humanas e ciências da natureza), rompendo assim com a fragmentação da ciência, típica da academia.

Não só articularam as teorias e conhecimentos das áreas específicas, mas também produziram conhecimento sistematizado das diversas dimensões que integram a realidade dos assentamentos rurais nos quais vivem os/as acadêmicos/as do curso. Produzem um conhecimento local, de descrição densa (GEERTZ, 1998), dado o sentido dramático das experiências relatadas de uma

⁴ Destaco aqui os trabalhos de conclusão da Licenciatura em Ciências Sociais do PRONERA, publicadas em Marschner e Faisting (2015).

história compartilhada – graças ao caráter orgânico e capilar das pesquisas dos/as autores/as nos seus contextos imediatos.

Diante do acúmulo da produção de conhecimento e, a diversidade de abordagens que a interdisciplinaridade desafia, é preciso reconhecer os limites do exclusivismo epistemológico do materialismo histórico que caracterizou os primórdios da implantação dos programas de EC. Neste tocante podemos apontar a diversidade de perspectivas teórico-metodológicas oriundas das grandes heranças e vertentes interpretativas da qual a EC se nutre, como a educação popular, a pedagogia freireana, a teologia da libertação, a perspectiva de gênero, as abordagens sistêmicas que balizam a agroecologia, entre outras, hoje grandes temas e desafios pedagógicos nas licenciaturas do campo que, ao lado do materialismo histórico, compõem o robusto arcabouço teórico metodológico em construção.

Desafios à Universidade

Considerando o momento histórico do desenvolvimento das sociedades modernas e a relação de sujeição ao capitalismo a que têm sido submetidas todas as instituições, entre elas as universidades públicas, o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2004) propõe que, enquanto bem público, a universidade deve procurar caminhos para criar uma nova institucionalidade, promovendo o debate sobre um projeto de sociedade que fortaleça a globalização contra-hegemônica, ou seja, a reciprocidade e o benefício mútuo, fora dos regimes de comércio internacional (SANTOS, 2004). Neste papel, propõe ainda que a universidade conceba suas proposições para um projeto nacional de modo não isolacionista, dentro de uma lógica da globalização alternativa, que seja referência para definir interesses sociais prioritários de pesquisa.

A perspectiva do sociólogo português ajuda a entender o desafio da universidade pública diante do avanço dos programas de EC. Reconhece-se que a oferta destes programas na universidade é uma resposta às demandas históricas dos movimentos sociais, como apontado anteriormente. A universidade tem um importante papel a cumprir na formulação de políticas públicas, estimulando a reflexão teórico-metodológica sobre a questão agrária brasileira, promovendo o debate crítico e proposições a respeito dos fundamentos pedagógicos e sócio econômicos para um modelo de desenvolvimento sustentável que reconheça e incorpore a importância dos grupos sociais vinculados à produção do campo para a soberania, segurança alimentar e qualidade de vida do povo brasileiro.

Com o PROCAMPO logrou-se a ampliação de fundos públicos para a formação de educadores e a ampliação do acesso destes sujeitos à universidade pública. Contudo, o que se revela no impasse atual, com o risco de fechamento de vários cursos, é que essa conquista não se consolidou como permanente,

figurando como política de governo e não de Estado o. Ou, pela expressão de Munarin (2018), “a EC não entrou no DNA da universidade pública”. Na medida em que, pela ação do Estado, amplia-se o acesso das camadas populares ao ensino superior, dá-se também a descaracterização das especificidades das políticas. A ampliação das políticas sociais específicas leva, não raro, ao distanciamento da referência inicial formulada e gestada pelos grupos da sociedade civil que reivindicam sua implementação pelo Estado. Ao institucionalizar-se, a .EC passa a ser “fagocitada” (MOLINA, 2015) pelo meio englobante, com sua racionalidade burocrática e instrumental, perdendo o seu vigor e especificidade.

Como reflexo deste processo, identificam-se muitas contradições. Nas avaliações formuladas entre gestores e representantes dos movimentos sociais registra-se um estranhamento em relação à identidade e ao perfil dos novos cursos e programas. Tal contradição se faz sentir, entre outros aspectos:

- No desmonte da universidade pública e das políticas afirmativas, das quais a educação do campo é um talvez a de maior complexidade, e, assim, mais vulnerável. Neste sentido, Frigotto (2011, p. 20) questiona o real caráter das políticas de inclusão que, por serem meras políticas compensatórias, deixam de propor uma reestruturação profunda da universidade pública e “mascaram o antagonismo de classe, reduzindo-os à questão de disparidades e diferenças” (2011, p.20).

- Nos desajustes e restrições por parte da estrutura jurídico - financeira, para provimento de recursos para a logística da alternância, chegando, em alguns casos, à marginalização do programa diante dos cursos regulares da universidade. É o caso das Licenciaturas em EC, que ainda figuram no senso institucional da maioria das Universidades não como curso regular, mas como um programa, política pública emergencial, fora da matriz orçamentária da universidade e dependendo de recursos extraordinários. Na UFGD, a LEDUC foi recentemente institucionalizada, contudo sem ter contido atribuição orçamentária. A ausência de alojamento, recurso fundamental para viabilizar a permanência dos acadêmicos no tempo universidade, é uma lacuna não resolvida nos dez anos de EC da UFGD, implicando em onerosos gastos com aluguel de espaços.

- No desacordo dos critérios de inclusão dos/as beneficiados/as, através da imposição do vestibular universal como forma de ingresso, excluindo a possibilidade de critérios específicos. A descaracterização da forma de ingresso leva à formação de turmas de baixa representatividade e organicidade em relação aos movimentos sociais do campo e as comunidades e assentamentos. Reflexo também, outro lado, da desorganização das mesmas comunidades e movimentos, incapazes de enviar seus/suas representantes para a formação universitária.

- No desacordo com a proposta pedagógica, pela falta de compreensão ou de compromisso dos docentes e técnicos em relação à proposta específica

(ainda que explicitada nos marcos normativos e projetos políticos pedagógicos). Muitos destes servidores ingressaram nas licenciaturas por concursos públicos que não asseguravam o perfil do profissional com a proposta pedagógica da EC, razão da dificuldade na compreensão da interdisciplinaridade a partir do cotidiano e da operacionalização da alternância, considerando também as dificuldades de logística ou até mesmo a recusa de acompanhamento docente das atividades do tempo comunidade.

Destarte, o conflito entre descaracterização pela universalização e a afirmação das especificidades e organicidades tem trazido indicadores para pensar a política de produção de conhecimento. Programas como o PRONERA, PROJOVEM e o recém-implantado PROCAMPO introduzem um novo elemento nos fundamentos da universidade, tradicionalmente concebidos pelo tripé pesquisa, ensino e extensão. Mesmo os conceitos como inclusão e extensão também precisam aqui ser revistos, pois denotam, ainda, a visão reificada de Universidade ocupando um pretensu lugar na realidade a qual toda a dinâmica social deve convergir. Em um movimento oposto, à EC constrói-se como política pública de interação, de *sinergia* com os sujeitos do campo e, assim, mobiliza e insere a universidade em uma luta social concreta.

Pensar a transformação da instituição universitária e o papel social do conhecimento científico, a partir dessa visão transformadora da educação, impõe o desafio de conceber novas formas de atuação para as universidades públicas, recriando suas relações de ensino, pesquisa e extensão, não raro formuladas nos clássicos marcos cartesiano/positivistas. Avança-se para a construção de ações que promovam os processos de transformação imprescindíveis à busca de maior igualdade e de justiça social.

Conclusão

Há de se perguntar o quanto essas contradições na universidade pública refletem as disputas de um projeto de sociedade para o país: e. Essa universidade pública que se pretende gestando as referências de desenvolvimento para futuro e . Algo que explica as orientações que as políticas de formação Universitária, é o que Thomas Kuhn (1997) chama de paradigma. Como maneira de “fazer ciência normal”, o paradigma condiciona não só procedimentos e pesquisa, mas todas as políticas de ensino, fomento e institucionalidade. Qual é o paradigma que orienta as pesquisas sobre o assim chamado mundo rural?

Uma sociedade que se quer soberana, precisa assegurar a produção de seu alimento. Mas, mais do que isso, não é possível render-se à completa urbanização da população como projeto de desenvolvimento de um país, tampouco a hegemonia do agro negócio expandindo uma ruralidade de espaços vazios pode ser esse projeto. Terra não é só produção, mas são valores, cultura, modos

de vida, muitas vezes distintos da sociedade urbano-industrial. Demandar do Estado, a partir da reforma agrária, outro paradigma de educação, representa, nas palavras de Arroyo (2020) a “humanização pela terra” àqueles que historicamente foi negada a humanidade. Cidade e campo como espaços diferenciados e complementares estão associados a um acervo de conhecimentos territorialmente referenciados que precisam estar representados na proposta de formação universitária. A luta pela educação do campo representa assim luta por uma realidade mais plural, sustentável e justa.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo, CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

ARROYO, Miguel. Memórias de Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice A. *et al.* (Orgs.) **Dossiê Educação do Campo**: Documentos 1998-2018. Brasília, Ed. UNB, 2020.

CALDART, Roseli. **S. Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

CAMACHO Rodrigo S. A Educação do Campo no ensino superior e os territórios/territorialidades camponesas: o currículo da LEDUC e o PPGET. In: MARSCHNER, W.; KNAPP, C. **Educação e territorialidade**. Dourados: Editora UEMS, 2020.

DUARTE, Valdir. **Escolas públicas no campo**: problemática e perspectivas. Francisco Beltrão, Ed. Grafit, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos de pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. **Educação e Pesquisa**. Questões para reflexão. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrária, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: FIGUEIREDO, E. **Ações afirmativas na Educação Superior**: políticas de inclusão ou exclusão? Bahia: UEFS Editora, 2011, p. 17-24.

GEERTZ, Clifford. **Local knowledge**: further essays in interpretive anthropology. New York: Basic Books, 1998.

GHEDINI, Cecilia M. *et al.* **A mística do girassol**. Porto Barreiro: Grafit, 2000.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

MARSCHNER Walter, FAISTING, André. (orgs.) **Olhares sobre os assentamentos em Mato Grosso do Sul**. Resultados da Experiência do Curso de Licenciatura em Ciências

Sociais – UFGD/PRONERA. Dourados: Editora UFGD, 2015. Disponível em: <http://omp.ufgd.edu.br/>. Acesso em: mai. 2021.

MARSCHNER, Walter. Lutando e ressignificando o rural em campo: notas epistemológicas. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 41-52, jan./jun. 2011.

MARSCHNER, Walter. A pedagogia em alternância e a recriação do campesinato *In*: PURIFICAÇÃO, M. *et al.* **Novas possibilidades rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias**, Ponta Grossa, PR: Atena, 2020, p.100-113. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/567564>. Acesso em: mai. 2021.

MOLINA, Mônica e Fernandes Bernardo M. O Campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA M. e AZEVEDO DE JESUS, Sônia M. S. **Contribuições para Construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, Articulação Nacional Ed. Campo, 2005.

MOLINA, Mônica. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n.55, p. 145-166, 2015.

MUNARIM, Antônio. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo. *In*: MOLINA, M. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: Questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. p. 15-27.

MUNARIM, Antônio. **Educação do campo nasce de suas gentes, de seus modos de vida, de seus movimentos e lutas**. Palestra proferida no IV SEDUCAMPO - Seminário Estadual de Educação do Campo. Campo Grande, 2018. (Material não publicado).

NETO Luiz Bezerra e BEZERRA Maria Cristina dos Santos. Educação do campo ou educação no campo? *In*: MARSCHNER, W. *et al.* (Orgs) **Saberes da terra**: teoria e vivências. Dourados, EdUFGD, 2011.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da Escola do trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida descente**. Um discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

UFGD. **Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN)**, Dourados, PPGET/FAIND/UFGD, 2018. (Material não Publicado).

**ESTADO DE DIREITO
E DIREITOS HUMANOS**

A NECESSÁRIA SIMBIOSE ENTRE DIREITOS HUMANOS E LAICIDADE NO BRASIL: PROPOSIÇÕES ÉTICO-FILOSÓFICAS E JURÍDICAS¹

VITOR HUGO RINALDINI GUIDOTTI²

ANDRÉ LUIZ FAISTING³

RESUMO

O presente capítulo tem como objetivo refletir sobre a relação entre direitos humanos e laicidade no Brasil, demonstrando o quanto essa relação é indispensável para garantia da tolerância em matéria religiosa. Para tanto, aborda, inicialmente, a trajetória dos direitos humanos universais, em termos de sua afirmação histórica, como subsídio teórico para avançar na análise da relação substancial entre direitos humanos e laicidade no contexto brasileiro, destacando, sobretudo, a importância da ação do Estado para garantir não apenas a liberdade religiosa, mas também o reconhecimento da diversidade. Apesar da existência de princípios e dispositivos de garantia de direitos humanos e de laicidade na Constituição brasileira de 1988, a influência religiosa nos interesses públicos é notória no Brasil. Daí a importância em refletir e desenvolver novas pesquisas sobre essa temática.

Palavras-chave: direitos humanos; laicidade; religiões.

Introdução

As recentes manifestações religiosas fundamentalistas no Brasil, associadas à histórica influência que as religiões hegemônicas sempre exerceram sobre os interesses públicos nacionais, são elementos fulcrais para refletir sobre

¹ Esse capítulo é uma versão revisada e atualizada de parte da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Dourados (PPGS-UFGD) intitulada *Dissimulação intolerante: o espectro religioso e suas implicações para uma educação em direitos humanos em diferentes escolas de Amambai, MS*.

² Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor de Sociologia dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

as complexas e problemáticas relações entre religião, laicidade e direitos humanos no país. Apenas como ilustração, é comum observarmos manifestações e rituais católicos em espaços públicos sem dificuldades e, ainda, com a proteção do Estado. Por outro lado, o mesmo não ocorre com religiões minoritárias, ou seja, enquanto as manifestações da fé cristã são consideradas como estando dentro da normalidade, pois agem em conformidade com valores sociais mais amplos,⁴ outras manifestações são entendidas, em regra, como anormais, perigosas e, assim, mais sujeitas ao controle repressivo por parte do Estado e à intolerância religiosa por parte de grupos sociais.

Tal conjectura explica-se em grande medida quando levamos em conta a influência histórica e social do cristianismo no Brasil, em detrimento, quase sempre, do reconhecimento equitativo de demais crenças e religiões, bem como da diversidade como um todo. A título de exemplo, Vital da Cunha e Lopes (2012) analisam como políticos da Frente Parlamentar Evangélica minaram propostas de políticas públicas sobre gênero e sexualidade, acarretando em um fisiologismo que impediu, dentre várias proposituras, o combate à discriminação a partir do programa Escola Sem Homofobia. Outro caso ilustrativo trata da decisão de um juiz que afirmou, em sentença, que a umbanda e o candomblé não podem ser consideradas religiões, pois não apresentam as características básicas de uma religião. Segundo o magistrado, elas não possuem texto sagrado e uma divindade a ser venerada, uma definição que configura uma religião apenas a partir das características das chamadas religiões mundiais (GRELLET, 2014).

Assim, influência do fundamentalismo religioso⁵ no Brasil cria um abismo, cavado desde muito tempo, que dificulta a livre manifestação de crenças – ou a sua ausência – e a multiplicidade de “ser” e “pensar” que extrapola os limites do dogmatismo. Refletir sobre este panorama mostra-se nodal para a efetiva garantia da dignidade humana pelo Estado. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre direitos humanos e laicidade no contexto brasileiro, destacando como essas duas perspectivas são necessárias para estabelecer a relação entre o Estado e as religiões, sejam hegemônicas ou não, garantindo, assim, a tolerância em matéria religiosa. Para tanto, dividimos o artigo em dois tópicos. O primeiro abordará a trajetória que a humanidade cursou na perspectiva da afirmação dos direitos humanos universais, enquanto subsídio teórico para prosseguir com a discussão do segundo tópico, onde buscamos estabelecer a relação entre direitos humanos e laicidade no Brasil.

⁴ Dados do IBGE indicam que, no Brasil, quase 90% da população declara-se católica ou evangélica.

⁵ Entendemos por ações provenientes de vertentes fundamentalistas toda a tentativa de enquadrar a dimensão política, social, cultural e econômica a partir de preceitos inextricáveis a algum dogma, conservando o convívio social de acordo com os postulados de uma religião dominante. Em várias partes do globo, é possível encontrar mais grupos islâmicos e cristãos fundamentalistas exercendo peso nas decisões coletivas comparativamente a outras religiões (WILLAIME, 2012).

1. Uma síntese sobre a afirmação histórica dos direitos humanos

A discussão acerca dos direitos humanos é extensa e abrange um leque de problemas. Não se trata simplesmente de um discurso em prol da dignidade da pessoa humana que está finalizado e tecnicamente arquitetado para uma pessoa, organização ou instituição pública e privada, compromissada pela luta contra a desigualdade e discriminação, possa pô-lo em prática. Na verdade, trata-se de um debate que abrange os campos da Filosofia, das Ciências Humanas, Sociais, Exatas e Biológicas, na sua notável característica, e imprescindibilidade, como afirma Bobbio (2004), de manter-se em aberto, sobretudo para sua infundável inevitabilidade de sobressair de seus próprios paradigmas. De início, contudo, é contributiva e afirmação de Comparato (2013) do que se pode compreender pelo significado da trajetória histórica e dos embates sociais que o conceito de direitos humanos percorreu, até angariar considerável espaço como elemento crucial pela reivindicação da dignidade humana:

[...] a revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação – pode afirmar-se superior aos demais (COMPARATO, 2013, p. 13).

Esta é, com efeito, uma máxima que traduz o escopo dos direitos humanos na atualidade, porém, não foi um resultado proveniente apenas de abstrações filosóficas. A história dos direitos humanos, em termos das gerações de direitos, revela um percurso inundado por acontecimentos, muitos deles aviltantes à humanidade, que marcaram a reflexão do que veio a ser entendido, a menos de cem anos de hoje, como dignidade humana e suas ponderações inerentes à sua defesa. Vale conferir este percurso e as discussões delas originadas e orquestradas a fim de galgar êxito na compreensão do significado de dignidade humana. Desse modo, será possível entender como os direitos humanos e a laicidade se entrelaçam quando se pensa em garantias para a plena existência das múltiplas possibilidades de “ser” e pensar – mais precisamente na modernidade ocidental⁶.

⁶ Esta relativização da pertinência da laicidade e dos direitos humanos no ocidente e no oriente se deve as complexas diferenças culturais, econômicas, políticas e religiosas que o mundo oriental apresenta, mostrando-se um exercício interpretativo no que diz respeito às possibilidades e limites da inserção de um Estado laico no oriente tal qual existe no ocidente. Por exemplo, seria inconcebível um modelo de laicidade francesa ser instalado *tout court* em países como o Afeganistão ou Israel. Neste trabalho, não nos aprofundaremos nesta questão, mas indicamos Sousa Santos (2006; 2013; 2014), que apresenta reflexões a respeito.

O curso da história sobre a compreensão da dignidade humana tem seu início marcado por mudanças de concepções religiosas, ocorridas no período Axial (entre os séculos VIII e II a.C.), principalmente porque a filosofia começa e ganhar o campo que antes era composto pela hegemonia dos saberes mitológicos tradicionais, e nesta mudança a razão começa a sobrepor as explicações baseadas na fé ou magia. Com isso, inicia-se a supressão do poder instituído simbolicamente a partir dos mitos religiosos pelo poder do próprio povo, visto que, naquele momento, “o indivíduo ousa exercer a sua faculdade de crítica racional da realidade” (COMPARATO, 2013, p. 21).

As religiões, como forma de reação, deixam de basear suas práticas em rituais e fantasias e passam a racionalizar suas ações, isto é, a base para as práticas religiosas deixa de ser um “mundo encantado” para constituir uma ética propriamente humana, em que os “deuses” não poderiam ser representantes políticos, por exemplo. A racionalização por parte da religião desenvolve um cristianismo suficiente para extrapolar os limites das fronteiras entre as nações, enfocando a propagação do culto a um único deus, onde, de acordo com Comparato (2013, p. 23), levou-se “[...] às últimas conseqüências o ensinamento ecumênico de Isaías, envolvendo-o na exigência de amor universal”:

Em suma, é a partir do período axial que, pela primeira vez na História, o ser humano passa a ser considerado, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças de sexo, raça, religião ou costumes sociais. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a ele inerentes (COMPARATO, 2013, p. 23-24).

A ética das religiões racionalizadas, no período Axial, lançou as bases para uma forma de ver os seres humanos como iguais. Se no primeiro momento é interessante refletir sobre a participação das religiões nas inovadoras propostas de conceber todos os seres humanos como inerentes à dignidade e igualdade de vida, por outro, a extensa trajetória que a humanidade percorreu assevera os desafios para legitimar essa proposição. No decorrer da história, a religião, bem como outras instituições sociais, não pode ser analisada inextricavelmente como contrária ou favorável à concepção da construção dos direitos humanos, pois o processo foi dialético, e as posições religiosas, a exemplo, foram diferentes de acordo com cada contexto histórico-social.

Para Comparato (2013), temos que considerar que a igualdade entre os homens – e desses para com as mulheres – continha uma série de distinções no cristianismo, que muitas vezes contradiz com a defesa plena de dignidade humana, pois durante muito tempo naturalizou em suas práticas religiosas e políticas posições em favor da escravidão, da inferioridade da mulher e da

superioridade étnica dos colonizadores europeus em relação aos demais habitantes do globo – como o que os povos indígenas sofreram no processo de colonização portuguesa das terras hoje brasileiras.

Isso ocorreu porque para que o processo de evangelização tivesse êxito, um esforço teológico, em especial àqueles ligados à Igreja Católica, no período medieval, teve de elaborar uma naturalização social em que era possível afirmar a igualdade entre os homens com a possibilidade de diferenciá-los. O resultado disso foi que, mesmo com a existência da afirmação de que certas diferenças inferiorizavam determinados humanos, a concepção de “pessoa” aí originada marcou o início da discussão sobre igualdade, “e é essa igualdade de essência da pessoa que forma o núcleo do conceito universal de direitos humanos” (COMPARATO, 2013, p. 32).

Diante de posições filosóficas e teológicas sobre o conceito de pessoa e igualdade que se firmaram no decorrer do tempo, Comparato propõe pensar a “afirmação histórica dos direitos humanos” a partir de “gerações”, no intuito de compreender as características que cada período histórico apresenta.⁷ Nessa perspectiva, basicamente considera-se a existência de três gerações de direitos, ainda que outras reflexões mais recentes apontem para a possibilidade de novas gerações.⁸ A principal referência às chamadas “gerações” de direitos continua sendo a tese de Marshall (1949) dos direitos civis, políticos e sociais, a qual nos permite, a partir e para além dela, pensar em direitos humanos na medida em que novos desafios e obstáculos se colocam.

Assim, a primeira geração, “[...] reflexos da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, caracterizam-se justamente pela conquista dos

⁷ Tendo em vista as críticas sobre as “gerações de direitos”, entre elas de que a esquematização tende a tornar as garantias de direitos como sucessoras de outros direitos já conquistados, deve-se entender essas gerações como um processo acumulativo e expansivo de direitos, e não uma superação de paradigmas entre gerações, evitando, assim, interpretações equivocadas (FAISTING, 2015).

⁸ No século XXI, marcado pelas novas tecnologias e pela sociedade da informação, fala-se em direitos da bioética como sendo os de quarta geração, relativos, por exemplo, às definições quanto à proteção da vida ante às ameaças de intervenções indevidas nas estruturas vitais, quanto a criação de novas formas de vida por engenharia genética, ou mesmo quanto a modificações transgênicas. O desenvolvimento científico e tecnológico no campo da biologia, da medicina, da genética, bem como a necessidade de oferecer orientação ética e legal para prevenir abusos e assegurar que este progresso esteja a serviço da humanidade e não viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais levaram também ao desenvolvimento da bioética, fundamentada, entre outros, no artigo 7º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que diz o seguinte: “ninguém poderá ser submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Em particular, ninguém poderá ser submetido, sem o livre consentimento, a experiências médicas ou científicas”. No mesmo sentido, os avanços gigantescos e acelerados da biotecnologia e da engenharia genética, algumas vezes classificados como pré-requisito para uma “terceira revolução industrial”, causam profundo impacto sobre os direitos humanos, provocando um intenso debate legal e ético sobre suas consequências, determinadas, muitas vezes, por tradições culturais e religiosas que diferem de país para país (SYMONIDES, 2003, p. 44-51).

direitos civis e políticos” (FAISTING, 2015, p. 2), que afirmaram a garantia de liberdade individual bem como a desconcentração de poder, destinando-o a decisão do povo. Essa geração de direitos fora elaborada na contramão da concentração do poder em um grupo ou classe que o governava, exigindo que o poder deveria ser compartilhado e destinado ao bem comum e geral. Em “[...] uma época de profundo questionamento das certezas tradicionais” (COMPARATO, 2013, p. 60) as pessoas desvencilharam-se das ordens instituídas pelas instituições que emanavam poder – como, por exemplo, a religião e a família –, afirmando-se livres para decidirem sobre suas liberdades individuais e políticas.

Mas na primeira geração de direitos ainda havia limitações à garantia da dignidade humana. Isto porque a mera autonomia de decisão isenta dos ordenamentos institucionais não angariou a plenitude da vida, visto que a configuração capitalista da sociedade resultou na proletarização agravante de um enorme número de pessoas, provocando contestações ⁹ da ordem estabelecida pelo ideário liberal. Disso resulta outra geração de direitos humanos:

[...] os direitos de segunda geração - sociais, econômicos e culturais - surgem como legado do socialismo e da crítica ao direito “formal” e não efetivo proclamado pelas declarações liberais. Trata-se do direito de crédito do indivíduo de participar daquilo que é construído de forma coletiva. Surgem quando padrões básicos de educação, saúde, bem estar e segurança passam a ser reconhecidos como fundamentais na vida dos cidadãos e prioritários para o exercício das dimensões civil e política da cidadania (FAISTING, 2015, p. 2).

Em oposição ao sistema capitalista e sua ânsia pelo lucro em detrimento da dignidade humana, os interesses dos direitos sociais, econômicos e culturais voltam-se para o atendimento de grupos em estado de vulnerabilidade, como aqueles excluídos pela falta de trabalho, os marginalizados pelas instituições sociais e àqueles que sofrem das mazelas da produção capitalista. Nesse sentido, é evidente que a segunda geração foi elaborada tendo o capitalismo como tese para suas reivindicações (COMPARATO, 2013).

Finalmente, a terceira geração de direitos se refere aos direitos “[...] coletivos ou humanitários, ou direitos humanos propriamente ditos [...]”. São os direitos de autodeterminação dos povos, de desenvolvimento e paz, de um meio ambiente sustentável, além dos chamados direitos difusos e das minorias [...]” (FAISTING, 2015, p. 3), Estes surgem após as graves atrocidades cometidas no período da 2ª Guerra Mundial (1939-1945):

⁹ Essas contestações se referem às revoluções que pautavam e organização proposta pelo sistema capitalista liberal. Segundo Comparato (2013, p. 66), “o reconhecimento dos direitos humanos de caráter econômico e social foi o principal benefício que a humanidade recolheu do movimento socialista, iniciado na primeira metade do século XIX”.

Ao emergir da Segunda Guerra Mundial, após três lustros de massacres e atrocidades de toda sorte, iniciados com o fortalecimento do totalitarismo estatal nos anos 30, a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da História, o valor supremo da dignidade humana. O sofrimento como matriz da compreensão do mundo e dos homens, segundo a lição luminosa da sabedoria grega, veio aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos (COMPARATO, 2013, p. 68-69)

Para Lafer (1997), o genocídio organizado pelas experiências do século XX é a prova cabal de que os seres humanos, em determinadas circunstâncias políticas e sociais, podem ser considerados como entes descartáveis. Estes episódios do século XX marcaram a mais profunda reflexão sobre as consequências da destrutividade humana e, por conseguinte, uma reação ao nível para superá-la. Findada a 2ª Guerra Mundial, um grupo de Estados-nação elaboraram um documento que viria a ser a representação máxima de um consenso acerca do que seriam as indicações para a efetivação da dignidade da pessoa humana em âmbito internacional: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) aprovada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Como ressalta Piovesan (2005), a DUDH, além de propor uma gramática inovadora para a dignidade humana, oferece outros modos de integrar em todos os povos e nações os princípios dos direitos humanos:

Ao adotar o prisma histórico, cabe realçar que a Declaração de 1948 inovou extraordinariamente a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, com a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque, ineditamente, o catálogo dos direitos civis e políticos é conjugado ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração de 1948 combina o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade ao valor da igualdade (PIOVESAN, 2005, p. 44-45).

Para Bobbio (2004, p. 17), a DUDH representou “[...] a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido: e essa prova é o consenso geral acerca da sua validade”. A seguir partiremos da DUDH para compreender sua influência no Brasil, em termos dos movimentos e da legislação no campo dos direitos humanos, tendo como foco sua relação com a laicidade.

2. Direitos humanos e laicidade: uma relação substancial

2.1 Direitos Humanos, Liberdade Religiosa e Tolerância

Ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja a referência dos direitos humanos no mundo contemporâneo, o seu conceito ainda não pode ser traduzido em um significado estático, justamente porque a declaração assume uma perspectiva histórica que atende os anseios do seu tempo. Todavia, os 30 artigos que a compõem são significativos para entender o que a gramática dos direitos humanos busca alcançar de modo universal. Os dois primeiros artigos mostram a capacidade do documento em englobar todos os seres humanos da terra como igualmente detentores de dignidade e direitos. Ou seja:

Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, **religião**, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 2-3, grifo nosso).

A liberdade religiosa, como aponta o artigo segundo, é um dos direitos defendidos pela DUDH, além de outros, importantes para um convívio harmônico em sociedade.¹⁰ Especificamente no artigo dezesseis e vinte e seis há menções sobre a questão da religião. O primeiro aponta que “todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião [...]”, portanto, temos aqui a afirmação que a diversidade religiosa é um direito humano. Além disso, o artigo aborda as garantias da liberdade de escolha religiosa: “[...] este direito inclui a

¹⁰ Os demais artigos da DUDH tratam do direito à vida, proibição da escravidão e da tortura; reconhecimento e proteção perante a lei, contra prisões, detenções e exílios arbitrários; garantia de audiência justa e declaração de inocência até que se prove o contrário; direito à vida privada sem interferências e sem ferir a reputação dos indivíduos, liberdade de locomoção e residência entre as fronteiras; direito ao asilo contra perseguições, exceto quando fere a gênese da própria DUDH; direito à nacionalidade e ao matrimônio (de acordo com as especificidades para um casamento digno); direito à propriedade, à liberdade de expressão e opinião, à criação e participação de associações, à participação política e pleno gozo dos serviços públicos; garantia da segurança social, às justas condições de trabalho, ao descanso e ao lazer, à saúde e ao bem estar, à instrução e à promoção da paz, à vida cultural e científica, aos benefícios provenientes do conhecimento aplicado, e deveres que cada pessoa possui com sua nação e com o mundo. No final da declaração, fica claro que nenhum Estado-nação poderá interpretar os objetivos da mesma de modo a destruir os direitos estabelecidos.

liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular” (NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 4).

Contudo, o posicionamento das Nações Unidas acerca das religiões não ficou restrito apenas neste artigo, juntamente com suas proposições gerais de dignidade humana. Diante da complexidade do problema, sobretudo pelas críticas advindas do mundo muçulmano sobre a DUDH, objurgando sua base “[...] eivada de conceitos cristãos e que, portanto, não se aplica a toda a humanidade” (SILVA, 2007, p. 22-23), foi apresentada em 25 de novembro de 1981 a “Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções” (NAÇÕES UNIDAS, 1981). Esta declaração explora com maior ênfase as questões que envolvem as múltiplas religiões e religiosidades existentes, e a liberdade de professá-las sem que tal exercício exclua os direitos inerentes às outras manifestações religiosas ou convicções distintas.¹¹

Silva (2007) ressalta alguns aspectos dessa declaração, quais sejam: a ênfase na liberdade religiosa, a impossibilidade de uma pessoa ser coagida por motivo religioso e as implicações das leis de cada ação quanto à manifestação religiosa para resguardar a “segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais”. Afirma, ainda, que “ninguém será objeto de discriminação por motivos de religião ou convicções por parte de nenhum estado, instituição, grupo de pessoas ou particulares”. Para tanto, a declaração delega ao Estado a responsabilidade para afirmar a liberdade religiosa bem como combater ou impedir a discriminação por motivos religiosos. Finalmente, especifica as atividades ressaltadas pela liberdade religiosa. Salienta-se que este documento é importante para discernir quais são as possibilidades de manifestações religiosas, respeitando a liberdade de crença e convicção.

Seguindo em ordem cronológica, conforme Silva (2007), a mesma preocupação das Nações Unidas em elaborar uma declaração que impunha as bases para a compreensão da liberdade religiosa foi destinado ao entendimento sobre tolerância e intolerância. Neste sentido, outro documento importante para entender os princípios regidos pelas Nações Unidas referente às questões sobre direitos humanos é a “Declaração de Princípios sobre a Tolerância”, aprovada em Paris, em 16 de novembro de 1995. O primeiro artigo desta declaração define o conceito de tolerância nos seguintes termos:

Artigo 1º - Significado da tolerância

1.1 A tolerância é o respeito, a aceitação e a apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. **É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação**

¹¹ Para Bobbio (2004, p. 14), “o direito à liberdade religiosa consiste no direito a professar qualquer religião ou a não professar nenhuma”.

e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

1.2 A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. Em nenhum caso a tolerância poderia ser invocada para justificar lesões a esses valores fundamentais. **A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado.**

1.3 **A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural),** da democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos.

1.4 Em consonância ao respeito dos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, **nem renunciar às próprias convicções,** nem fazer concessões a respeito. A prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus **valores,** têm o direito de viver em paz e de ser tais como são. **Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem** (NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 11-12, grifos nossos).

Com efeito, ao definir o significado de tolerância, a declaração também define a intolerância. Não obstante, os destaques que fizemos no artigo da declaração acima podem ser úteis para compreender a tolerância perante a diversidade e liberdade de manifestação religiosa. A tolerância é concebida, assim, como aceitação do “outro” em suas múltiplas dimensões, sobretudo as culturais que engendram religiões, crenças e não-crenças. Fischmann (2001, p. 70) destaca que esta declaração, embasada por outras elaboradas pelas Nações Unidas, “[...] engloba o respeito à liberdade de pensamento e de crença, assim como à diversidade de aparência física, de modo de expressar-se, de comportamento e de valores”. A autora ainda aponta, interpretando Bobbio, que há boas razões para a prática da tolerância como um exercício inerente aos direitos humanos (FISCHMANN, 2001).

Neste contexto, e salientando um aspecto fundamental disposto nas referidas declarações, Silva (2007, p. 27) afirma que “os documentos chamam atenção para a responsabilidade do Estado na promoção e divulgação da tolerância”, e que “nada disso será eficaz se o Estado não criar condições e leis para que esta realidade aconteça [...]” (2007, p. 25). Assim como a Declaração sobre a Eliminação de todas as formas de Intolerância e Discriminação fundadas na Religião ou nas Convicções, a Declaração de Princípios sobre a Tolerância aponta

que os Estados-nação devem criar mecanismos para a efetivação do que foi apontado como imprescindível para o convívio social, isto é, fazer com que o que está disposto nas declarações das Nações Unidas tenha efeito político e jurídico em cada país. Esta proposição é crucial para que haja realmente uma intersecção entre o que é proposto pelos direitos humanos internacionais e a organização jurídica e política de cada Estado-nação.

Esse limite das propostas e políticas dos direitos humanos sobre a legislação dos países pode ser entendido de duas maneiras, ainda que não contraditórias. A primeira é oferecida por Bobbio (2004), que faz uma distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais. Para ele, direitos humanos são “[...] coisas desejáveis, isto é, fins que merecem ser perseguidos, e de que, apesar de sua desejabilidade, não foram ainda todos eles (por toda a parte e em igual medida) reconhecidos” (BOBBIO, 2004, p. 12). Ou seja, é algo que se almeja em âmbito social, especialmente em relação às normas e leis estatais. Já por direitos fundamentais entende-se, segundo Comparato (2013, p. 71), os “[...] direitos humanos reconhecidos como tais pelas autoridades às quais se atribui o poder político de editar normas, [...] são direitos humanos positivados nas Constituições, nas leis, nos tratados internacionais”. O autor também distingue direitos fundamentais típicos e atípicos, sendo os últimos correspondentes aos direitos humanos almejados, mas legalmente não instituídos. Em síntese, os direitos humanos não são necessariamente proposições acatadas pela legislação e exercício político e público dos Estados. Trata-se mais de uma orientação proposta pelas Nações Unidas que contribuiria para a efetivação dos direitos humanos em todas as nações.

2.2 Direitos Humanos e Laicidade no Brasil

Ao refletimos sobre os direitos humanos e a Constituição Federal de 1988 no Brasil, fica evidenciado que se trata de uma relação simbiótica. Nos termos de Adorno,

[...] é inegável que os direitos humanos constituem a espinha dorsal da Constituição de 1988. Ela afirma que a República Federativa do Brasil constitui um Estado democrático de direito, fundado, além da soberania e da cidadania, na dignidade da pessoa humana e no pluralismo político (ADORNO, 2010, p. 8-9).

Pelas intenções progressistas e comprometidas com a garantia de direitos, a Constituição de 1988 ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, permitindo que os direitos humanos transcendessem os limites de uma proposição

para se tornarem diretriz política, sob a força da lei, do Estado brasileiro¹². É na Carta Magna que temos umas das provas da relação entre direitos humanos e direitos fundamentais, sobretudo se pensarmos na questão da liberdade e da manifestação religiosa.

Em seu artigo primeiro há a menção da dignidade humana como um de seus fundamentos, e no quinto a afirmação de que todos os brasileiros serão tratados igualmente perante a lei. A liberdade de expressão religiosa ganha destaque no inciso sexto deste mesmo artigo, no qual se menciona que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Ainda nesse artigo, o inciso oitavo preconiza que “ninguém será privado de direitos por **motivo de crença religiosa** ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei” (BRASIL, 2012, p. 13, grifo nosso).

As garantias constitucionais aqui listadas, portanto, deixam evidenciado que o Estado brasileiro concebe a religião a partir do enfoque dos direitos humanos internacionais, protegendo a liberdade de crença ou não-crença – levando em conta que também é mencionado as convicções filosóficas. Além das orientações destinadas ao convívio entre indivíduos, há também a recomendação quanto à organização do Estado e sua relação com as religiões, descrito no artigo dezenove:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II – recusar fé aos documentos públicos; III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si (BRASIL, 2012, p. 25).

Este artigo é fundamental para compreender a divisão entre o poder público e as instituições religiosas, ditando seus espaços de atuação e influência direta, vindo a ser um indicativo de que o Estado brasileiro é laico. Deste modo, diante deste e das outras menções constitucionais sobre religião, podemos visualizar a substancial relação entre os direitos humanos e a laicidade no Brasil. Substancial porque o imbricamento entre as proposições dos direitos humanos e as implicações da laicidade no país aponta para a efetivação e defesa de uma

¹² Mesmo com um texto considerado bem articulado com os acordos internacionais para os direitos humanos, Johnson (2011) aponta que correntes conservadoras no Brasil, além de defensores de uma política orientada sob a égide neoliberal, consideram a nova CF impossível de se realizar na prática, pois além de se mostrar um documento contrário aos interesses econômicos dominantes, postula ações que, em face das condições financeiras do país, não conseguiriam ser postas em prática.

série de direitos em que a religião pode interferir ou ser de fato o objeto de apreciação. Mas o que significa o termo laicidade? Vejamos, primeiramente, a etimologia da palavra.

A expressão laicidade deriva do termo laico, leigo. Etimologicamente laico se origina do grego primitivo *laós*, que significa povo ou gente do povo. De *laós* deriva a palavra grega *laikós* de onde surgiu o termo latino *laicus*. Os termos laico, leigo exprimem uma oposição ao religioso, àquilo que é clerical (RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 63, grifos do autor).

Quanto ao seu significado, conforme Diniz e Lionço (2010, p. 12), “a laicidade deve ser entendida como um dispositivo político que organiza as instituições básicas do Estado, tais como as cortes, os hospitais e as escolas públicas, e regula seus funcionamentos quanto à separação entre a ordem secular e os valores religiosos”. Rinck (2015, p. 195) afirma que laicidade é “[...] uma doutrina que representa uma relação de independência entre o homem, a sociedade, mas principalmente o Estado, de qualquer influência religiosa ou eclesiástica”. Ainda para Ranquetat Júnior (2008, p. 63) “[...] a laicidade é um processo social estreitamente relacionado com a esfera política. Refere-se à formação de um Estado desvinculado de qualquer grupo religioso e de um espaço público neutro em matéria religiosa”. E para Lacerda (2014, p. 181, grifos do autor) “a ideia básica da laicidade é bastante simples: *grosso modo*, ela consiste em que o Estado não professa nem favorece (nem pode professar ou favorecer) nenhuma religião”. Disso resulta que o Estado não tenha uma religião oficial, nem que os cidadãos do país necessitem serem adeptos de uma religião específica, pois não há a existência de sanções por conta da escolha de pertença religiosa ou por escolher não pertencer a nenhuma religião. Para Mariano (2011), o conceito de laicidade é assim definido:

A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à **emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa**, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto (MARIANO, 2011, p. 244, grifo nosso).

Feito este compêndio de definições do que é possível entender por laicidade, é possível identificar certo consenso entre os autores citados: a laicidade é um dispositivo político que impede a prática de interesses religiosos por via

das atividades institucionais do Estado, eximindo as pessoas à obrigação de pertencer a uma doutrina ou crença religiosa específica, garantindo a livre manifestação religiosa sem que isso influencie os interesses propriamente públicos. Neste sentido, ressalta-se que compreender um conceito de laicidade pressupõe que “qualquer definição de Estado Laico será sempre um tentativa, aproximativa, porque ele é uma construção histórica” (CUNHA; OLIVA, 2014, p. 216). Portanto, a definição ora pretendida é possível neste momento, e não *ad infinitum*.

Segundo Cunha (2013, p. 9), entende-se que um Estado é laico quando este é “[...] imparcial diante das disputas do campo religioso, que se priva de interferir nele, seja pelo apoio, seja pelo bloqueio de alguma instituição religiosa”, que implica que “[...] o poder estatal não é empregado pelas instituições religiosas para o exercício de suas atividades”. Para Oro (2011, p. 222), “[...] o Estado é laico quando prescinde da religião”, onde os interesses estritamente religiosos não influenciam as decisões públicas, ficando limitadas apenas à esfera religiosa sem que uma religião se relacione de modo intransigente com outras religiões. Este é um princípio que legitima a proposta encabeçada pelo discurso dos direitos humanos, visto que garante a tolerância em matéria religiosa, bem como a possibilidade de decisão sobre assuntos públicos que muitas vezes são “alvo” de visões religiosas fundamentalistas, evitando embaraçar os princípios religiosos com as pautas que necessariamente devem ser discutidas no âmbito do conhecimento secular. Fischmann (2012) apresenta as vantagens de um Estado ocidental, a exemplo do Brasil, em adotar a laicidade como princípio a ser seguido:

[...] a grande diferença que há entre um Estado que se baseia na ordem religiosa e o laico, é que neste os seres humanos tornam-se uns aos outros em sua condição humana, como necessitados de agir em conjunto, ou em concerto (ARENDRT, 1998), para construir a igualdade. Já na fusão da esfera privada com a esfera pública que faz o Estado religioso, haverá o apelo ou ao sobrenatural ou àquele “absoluto transcendente”, crível se assim se desejar, mas inapreensível ao meramente humano. Assim, o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana (FISHMANN, 2012, p. 16).

Nota-se, pelo exposto, que definir o conceito de laicidade é uma tarefa menos árdua do que definir o conceito de direitos humanos, talvez pelo fato de a laicidade se traduzir em uma diretriz legal, uma característica adotada por um Estado, enquanto que os direitos humanos são proposições filosóficas que se transformam no decorrer da história. Nesse sentido, é possível conceber a laicidade como um direito fundamental nos países em que a proposta é constitucionalmente garantida, de modo que possibilita abarcar o que os princípios dos direitos humanos almejam sobre a questão da liberdade de crença e de não crença, cuja ação prática se designa em assegurar a tolerância e a dignidade

humana na multiplicidade de questões públicas em que a manifestação religiosa possa vir a interferir direta ou indiretamente na vida das pessoas.

Contudo, embora o conceito de laicidade possa ser bem definido, a história e as particularidades culturais e políticas de cada nação demonstram que esta proposição adota formas distintas em variados contextos a partir da modernidade e sua secularização. O resultado dessa constatação é uma configuração de laicidade diversificada nos países em que se assume publicamente essa proposta política.¹³ Portanto, é possível discorrer sobre as particularidades deste conceito tendo como fio condutor o caso brasileiro.

Cunha (2013) divide a história da laicidade do Brasil em duas “ondas”. A primeira teve início a partir de mudanças econômicas do Brasil imperial.¹⁴ A dependência de escravos para a produção agrícola era defendida pela Igreja Católica, todavia, esse consenso a respeito da exploração escravista era contestado pelas iniciativas externas quanto ao fim da escravidão. A eminente possibilidade de negros e negras serem considerados cidadãos brasileiros “[...] era apavorante para as elites” (CUNHA, 2013, p. 35-36), ainda mais pela possibilidade da existência de um número elevado de pagãos livres, um fatídico caso de racismo e discriminação religiosa. A forma como a hegemonia imperial resolveu este cenário foi desvincular a Igreja Católica do Estado para incentivar a imigração de europeus, pois assim seria possível que cristãos, mas não exclusivamente católicos, tivessem interesse em residir no Brasil e não escolher exclusivamente os Estados Unidos, onde os protestantes apontavam maior interesse por não existir nesse País uma religião oficial.¹⁵ Já “nas décadas de 1870 e 1880, a luta de liberais, maçons e positivistas pela separação entre Igreja e Estado provocou verdadeira ebulição política no Brasil” (CUNHA, 2013, p. 38), onde um lado se posicionava a Igreja Católica com seus interesses em manter-se como religião oficial, e de outro os grupos que clamavam pela “[...] neutralidade em matéria de crença religiosa” (CUNHA, 2013, p. 39).

¹³ Oro (2011, p. 221) faz uma discussão apontando as características da laicidade no Brasil e no Ocidente, comentando sobre as peculiaridades de Estados da Europa e da América Latina. Chega à conclusão que “essa heterogeneidade aponta para a existência de distintas formas de laicidades, sempre adaptadas à história e a cultura de cada país”. O ensejo é propício para citar o trabalho de Stefano (2011), que apresenta uma perspectiva histórica de explicação dos processos de secularização e laicidade na Argentina.

¹⁴ Oro (2011, p. 224-225) contribui para compreender a relação entre Estado e religião no Brasil, afirmando que “durante todo o período colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889), o catolicismo foi a única religião legalmente aceita, não havendo liberdade religiosa em nosso país”. Este cenário também foi palco de vários conflitos entre a Igreja Católica e seus aliados políticos e econômicos contra grupos que desejavam efetivar a liberdade religiosa em território brasileiro.

¹⁵ Um motivo crucial da preferência de cristãos não católicos em imigrar para os Estados Unidos e não para o Brasil era que o Estado brasileiro concedia muitos privilégios aos católicos na esfera social, legal e econômica, fato que não ocorria em países nos quais a Igreja Católica não era a religião oficial.

Dessa disputa ocorrida na primeira onda citamos dois documentos importantes que afirmaram o Brasil como Estado Laico. O primeiro foi o Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, oficializado num período recente após a proclamação da República, que “[...] determinou plena e total liberdade de culto, suprimindo as restrições até então vigentes aos não católicos, ao mesmo tempo que proibia todos os níveis do Poder Público de estabelecer alguma religião, bem como criar diferenças entre os habitantes do país por motivos de crenças [...]” (CUNHA, 2013, p. 41). O segundo documento que ratificou a laicidade do Estado brasileiro foi a Constituição de 1891, declarando “a Igreja Católica separada do Estado – ela passou então, da esfera pública para a esfera privada” (2013, p. 42), inclusive determinando que o ensino público fosse laico.

A segunda onda laica descrita por Cunha (2013) se baseia em conquistas legais que ofuscaram o poder até então ostentado da Igreja Católica nos debates públicos. Cita-se a Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que alterou a Constituição de 1967 quanto à dissolução do matrimônio e a crescente força da luta dos grupos que defendem os direitos sexuais e reprodutivos como vitória da última onda laica no país.¹⁶

Com esta breve recapitulação da história, combinada com elementos contemporâneos, e ainda conforme os autores aqui elencados que definem o que é laicidade, “é possível afirmar que o Brasil é um país laico”. Diniz e Lionço (2010, p. 12) reiteram que “o dispositivo jurídico da laicidade está presente em nosso ordenamento constitucional, além de ser periodicamente reafirmado pelos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário [...]”. Conforme Lacerda (2014, p. 182), “é importante notar que a laicidade tem que apresentar (1) a separação institucional entre Estado e igreja, (2) a inexistência de doutrina oficial de Estado e (3) o pressuposto societal da secularização”, características que o Brasil evidencia.

Quanto às possibilidades de configuração de laicidade, alguns autores caracterizam o Brasil a partir de conceitos diferentes. Para Diniz e Lionço (2010, p. 23), a laicidade brasileira é pluriconfessional, em que as religiões “participam ativamente das instituições básicas do Estado”¹⁷, diferentemente da neutralidade confessional em que há rejeição por parte do Estado do interesse em qualquer tipo de vínculo com instituições religiosas, como ocorre na França, por exemplo. Lacerda (2014) apresenta várias diferenças entre “tolerância restrita”,

¹⁶ Sobre os direitos e liberdades sexuais e reprodutivos, Fischmann (2012) destaca que a Igreja Católica sempre teve interesse em influenciar as orientações de setores públicos quanto à temas que geralmente entram em dissonância com as posições religiosas, o que provoca descontentamento por parte desse setor quando presencia a crescente garantia de expressão de grupos que defendem direitos LGBT, por exemplo.

¹⁷ Ainda conforme as autoras, o grande desafio da laicidade pluriconfessional brasileira é de constituir um espaço público em que todas religiões participem igualmente desse espaço, sem privilégios a uma religião em especial.

“tolerância ampliada” e “laicidade”, além de distinguir a laicidade positiva da laicidade negativa que, diante das definições expostas pelo autor, o Brasil se enquadra como um país que adota a laicidade positiva.¹⁸ Lacerda tece críticas a este modelo, pois considera que se trata de uma configuração a qual propicia benefícios a algumas instituições religiosas, em especial aquelas que dominam o campo religioso.

Portanto, em tese, o Brasil é um Estado laico em que as religiões possuem a liberdade de intercalar seus interesses com os interesses seculares no espaço público, sem que isto influencie oficialmente a organização da nação. Não obstante, a problemática é justamente galgar êxito no impedimento da influência direta das religiões nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.¹⁹

É justamente por isto que a laicidade do Estado brasileiro não pode ser confundida com equívocos muitas vezes criados por interesses políticos de grupos religiosos. Para evitar ambiguidades desta natureza e refutar críticas à laicidade com interesses políticos, Cunha e Oliva (2014) elaboraram um texto desconstruindo as “sete teses equivocadas sobre o Estado laico”. A seguir apresentaremos uma síntese dessas teses, ressaltando que sua compreensão permite caracterizar os pressupostos do modelo de laicidade brasileira.

A primeira tese equivocada, de acordo com os autores, é a confusão de que o Estado laico seria o mesmo que um Estado ateu. Tal afirmação é refutada quando se compreende o conceito de laicidade e suas pressuposições, principalmente aquela que isenta quaisquer benefícios a grupos religiosos, justamente porque há a existência de religiões e crenças. Um Estado ateu não contempla a possibilidade de existir instituições eclesiais em seu território. Portanto, a diferença está em que o Estado laico propõe a igualdade, na neutralidade, da

¹⁸ A tolerância restrita e tolerância ampliada são modelos de Estado não proselitista que possui uma religião oficial, porém, a diferença é que a tolerância restrita se refere a uma proposta específica de “pluralidade cristã”, o que exclui ateus e adeptos de outras religiões ou crenças. Já a tolerância ampliada abarcaria essas manifestações religiosas e não-religiosas que o primeiro conceito não considera como grupo social a ter garantia de direito. A diferença entre laicidade positiva e negativa refere-se a uma estratégia política em que se pretende oferecer uma ideia de que um Estado que não comunga com as religiões ou igrejas para gerir as questões públicas adota a “laicidade negativa”, enfatizando um adjetivo que pretender ser entendido de maneira pejorativa, diferentemente da “laicidade positiva”, cuja relação entre política e religião seria valorizada (LACERDA, 2014).

¹⁹ Há exemplos que influenciam nos três poderes e que ensejam preocupações. No Legislativo, já comentando a respeito da influência da Bancada Evangélica em pautas relacionadas a garantia dos direitos humanos e fundamentais. No executivo, se tomarmos em perspectiva as flagrantes evidências da influência religiosa no atual governo federal. E quanto ao Judiciário, entre vários exemplos, pode se citar o de um juiz aposentado de Mato Grosso do Sul que, ao percorrer o Estado ministrando palestras, inclusive em órgãos públicos, afirmava que o tripé da educação é a escola, a família e a igreja, e que pautas relacionadas as relações de gênero e sexualidade eram provocações à ordem natural da família cristã (GUIDOTTI, 2016). Vale lembrar que nos estabelecimentos onde se opera os três poderes é possível encontrar adornamentos religiosos cristãos, violando a laicidade do Estado (RANQUETAT JÚNIOR, 2016).

existência das religiões, enquanto que o Estado ateu exclui a possibilidade de existir religiões em uma nação.

O segundo equívoco é dizer que o Estado laico é sinônimo de Estado multirreligioso. Esta tese e a quinta explorada pelos autores, cuja afirmação é que o Estado laico é um instrumento estratégico para a ascensão de grupos religiosos pequenos, pode ser explicada e refutada com os mesmos argumentos. Isto porque a laicidade pressupõe neutralidade tanto para religiões e crenças, quanto também para a não crença. Neste sentido, assumir que o Brasil é um Estado multirreligioso é desconsiderar cidadãos que não professam crença, além de propor que o Estado tem alguma obrigação com todas as religiões existentes no território, ou que há maiores garantias para religiões pequenas ascendentes na disputa por fiéis. A verdade é outra. Trata-se de o Estado se manter neutro, tanto nas disputas do campo religioso, como em qualquer assunto que incida debates não públicos sobre crença e descrença. O âmbito privado da fé e do ceticismo não deve interessar ao Estado, a menos que isto tenha influência direta com a estruturação e organização de interesses públicos.

Dizer que o Estado é laico, mas “o povo é religioso”, é a terceira tese equivocada discutida por Cunha e Oliva. Essa afirmação é muito utilizada como subterfúgio para argumentações de interesse político, por lideranças de religiões dominantes do campo religioso para manter os interesses destas instituições no debate sobre assuntos públicos:

Um dos interesses centrais ao se defender que “o Estado é Laico, mas o povo é religioso”, é o de manter a tutela religiosa sobre o povo. Busca-se usar este argumento para assegurar que o Estado seja usado por instituições religiosas para exercício desta tutela. [...] O que o Estado Laico garante é que essas questões [de interesse público] sejam debatidas por toda a sociedade, para que a legislação seja mantida ou alterada, sem interdições que convêm a apenas parte dos cidadãos, os adeptos de certas religiões (CUNHA; OLIVA, 2014, p. 214).

Esta artimanha utilizada por grupos religiosos pode comprometer debates importantes para a sociedade, incluindo o avanço da garantia de direitos de grupos discriminados por motivos religiosos, por exemplo, mulheres com a questão do aborto e o grupo LGBT com a pauta da adoção e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Um modo de refutar essa tese é considerar que mesmo que a população em sua maioria seja religiosa, isto não significa – e nunca deverá significar – que uma ideia religiosa ou crença específica deva ser o fio condutor para debates de temas de interesse público.

A quarta tese equivocada é afirmar que o Estado laico é um estrangeirismo que não convém ao Brasil. Primeiro afirma-se erroneamente que o Brasil possui um exemplo de tolerância religiosa ímpar no mundo, porém, a história

demonstra o contrário, em especial a discriminação sofrida pelos adeptos das religiões de matriz africana. Portanto, o erro está em afirmar que um modelo de laicidade externo não é possível para o Brasil. Deve-se considerar que há um modelo próprio de laicidade brasileira, que se estabeleceu e está em contínua transformação de acordo com as características sociais e religiosas que o país apresenta em determinados períodos históricos.

Explicitado a quinta tese juntamente com a segunda, passamos para o sexto equívoco quanto ao Estado laico, de que esse é destituído de moral ou ética. Essa tese é utilizada de modo estratégico pelos protagonistas do campo religioso, com a defesa de que sem os valores religiosos uma nação não terá uma perspectiva ética e perderá as bases para um convívio harmônico em sociedade. Além de ser uma tentativa de abrir espaço para incutir valores religiosos em instituições públicas, este equívoco desconsidera que moral ou ética não estão inexoravelmente associados à religião. A ética laica ou secular também é uma possibilidade, inclusive melhor indicada para orientação de uma nação neutra em matéria religiosa.

Por fim, a sétima e última tese equivocada afirma que Estado laico é antídoto contra fundamentalismos religiosos. Sobre isso, os autores esclarecem:

O Estado laico não é, por princípio, contra nem a favor de movimentos fundamentalistas, já que não é ator do campo religioso. Nem quando entram em acordo, como na mobilização de seus adeptos contra as políticas públicas no tratamento do aborto como questão de saúde coletiva. Nem quando estão em desacordo, como no caso da maior, menor ou nenhuma tolerância diante das políticas públicas de combate à homofobia. O Estado Laico tampouco está a favor dos *aggiornati* contra os fundamentalistas, ou dos “bons” contra os “maus” religiosos, porque ele é imparcial nas disputas internas ao campo religioso. O que o Estado Laico deve garantir, efetivamente, é um antídoto às consequências deletérias da ação política dos religiosos fundamentalistas e de seus opositores no campo religioso, em especial quando avançam sobre os cofres públicos para o financiamento de suas práticas particulares; e quando constroem as políticas públicas que dizem respeito à cidadania e ao desenvolvimento científico (CUNHA; OLIVA, 2014, p. 224).

O posicionamento do Estado diante de fundamentalismos, como esclarece os autores, deve ser neutro no âmbito privado, isto é, nas disputas do campo religioso. Só há ação contra fundamentalismos religiosos por parte do Estado quando isto influencia os interesses propriamente públicos, ou que afetem a liberdade de expressão e crença. Dito de outra forma, o Estado não pode intervir – e nem tem interesse – em concepções teológicas ou religiosas fundamentalistas, possivelmente alheias aos direitos humanos, que são propagadas em igrejas e outros tipos de instituições religiosas. Só se faz necessário algum tipo de intervenção quando esse pensamento acaba por interferir nas ações públicas

provenientes dos três poderes ou prejudique as múltiplas possibilidades de manifestação religiosa.

Para Cunha e Oliva (2014), a desconstrução destes equívocos e a ação permanente do Estado, por via de suas instituições, para fazer-se respeitado o princípio da laicidade, é uma condição imprescindível para que o Brasil possa oferecer um espaço público destituído de influência religiosa e aberto a todos os tipos de expressões, sejam propriamente religiosas ou seculares, sem que nenhuma religião, dominante ou dominada, majoritária ou minoritária, tradicional ou progressista, venha a interferir na configuração e elaboração legislativa e jurídica da nação. Fischmann (2012, p. 32) elucida esta prerrogativa:

[...] o direito à liberdade de manifestação dessas liberdades no espaço público, individual ou coletivamente, a ninguém autoriza impor sua própria crença aos demais. Nenhuma crença, assim, pode definir a determinar a esfera pública, nem pode tornar obrigatório os seus valores e determinações para todos da sociedade, mesmo para os que não sejam seus adeptos, nem pode tornar suas leis religiosas parte de leis civis – e isso é garantido pelo Estado laico. É que a imposição de um grupo representa, em si, restrição às demais crenças e pessoas, configurando a tirania de uns sobre outros, independentemente do argumento utilizado para tentar justificar semelhantes dominação. Daí a relevância insubstituível do caráter laico tanto do Estado, quanto da própria esfera pública internacional.

Para finalizar destacando a importância da relação entre direitos humanos e laicidade no Brasil, citamos o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 (BRASIL, 2010) e uma cartilha desenvolvida e distribuída pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, intitulada “Diversidade religiosa e direitos humanos”. (BRASIL, 2013)

No que se refere ao PNDH-3, citamos os eixos orientadores que pretendem firmar as proposições dos direitos humanos oficialmente no funcionamento das instituições públicas do Estado. Há alguns objetivos sugeridos pelo programa que abordam o tema da religião, como “estabelecer instrumentos para combater a discriminação religiosa sofrida por crianças e adolescentes” (BRASIL, 2010, p. 80), bem como todas as recomendações do seu “Objetivo Estratégico VI, qual seja, o “respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado”.

Já a cartilha faz menção à DUDH, relacionando-a com proposições de tolerância de diversas religiões, além de outras afirmações importantes para a valorização da dignidade humana defendida por grupos de ateus. Não obstante, explora também as disposições legais que oferecem respaldo para a existência da diversidade religiosa no Brasil, afirmando a laicidade como posição de tolerância e desvinculo de interesses e pautas que se remetem a todo o povo com intenções religiosas específicas. Na cartilha é mencionado o PNDH-3 como um

documento importante para a legitimação da laicidade do Estado e o combate à discriminação religiosa.

Esses documentos evidenciam a relação simbiótica entre direitos humanos e laicidade, visto que assevera as conexões entre os princípios dos direitos humanos e os pressupostos de um Estado laico. Ambos os documentos – o PNDH-3 e a Cartilha – são elaborações do governo brasileiro, no esforço de oferecer políticas públicas²⁰ para que seja reconhecida a supremacia da dignidade da pessoa humana sempre que a religião for temática de debate. A intenção é justamente conceber um espaço em que não haja privilégios de instituições religiosas, para que a garantia dos direitos seja possível sem o impedimento hipoteticamente proporcionado por posicionamentos teológicos ou baseado em crenças religiosas. Dessa forma é possível afirmar a laicidade como um direito fundamental que congrega os princípios dos direitos humanos, tornando-se um instrumento de efetivação institucionalizada das posições defendidas pelos direitos humanos em matéria religiosa.

É por isso que um Estado que adota o princípio da laicidade deve comprometer-se em defender os direitos de grupos que muitas vezes são alvos de fundamentalismos religiosos, que justificam os ataques pela não aceitação dos direitos adquiridos, direitos esses vistos como contraditórios com as posições defendidas pelas ideias religiosas. Não obstante, a garantia dos direitos fundamentais não basta como dever do Estado. Além disso, é preciso firmar como direito fundamental as pautas que os direitos humanos reivindicam, assumindo atitude disruptiva contra qualquer posicionamento religioso excludente e discriminatório. Esta é a demonstração da relação profícua entre direitos humanos e laicidade no Brasil.

Considerações finais

Ao refletirmos acerca da substancial relação entre direitos humanos e laicidade no Brasil, partimos do princípio de que se faz necessária uma ação do Estado para regular a influência das religiões nas instituições e espaço públicos. Sem interesse em defender nenhuma religião, deve-se garantir a manifestação de todas, desde que tais manifestações não coloquem em xeque a tolerância para com as religiões e o reconhecimento da diversidade. Neste sentido,

²⁰ Rua (1998, p. 232) define políticas públicas como o “[...] conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, e partir desta definição, problematiza o conceito em seu texto. Já Johnson (2011, p. 181) compreende como o “[...] conjunto de decisões e instituições providas do acervo organizacional estatal com vistas a organizar a sociedade de conjunto – isto é, O Estado intervém, ou se omite, nas decisões relacionadas à economia, à política e às questões sociais”. Deste modo, no sentido da discussão proposta por este trabalho, as políticas públicas são ações concretas do Estado, que podem ser dirigidas a demandas sociais, como o combate à intolerância religiosa, por exemplo.

concordamos com Forst (2009, p. 16, grifos do autor) quando ele diz que “os limites da tolerância devem ser postados onde a intolerância começa. A tolerância só pode ser exigida em face daqueles que são tolerantes; é uma questão de simples reciprocidade”. Em se tratando – apenas – sobre a questão que envolve laicidade e religião, talvez seja este o “preceito moral” que o Estado deva adotar.

Todavia, a realidade aponta para vários problemas de origem religiosa que se enfrenta no campo político e religioso para a efetivação dos direitos humanos, mesmo com a clara afirmação de que o Estado brasileiro é laico. A intensa atuação religiosa em interesses públicos ou sua influência naquilo que compromete a tolerância deve ser vista com temeridade no Brasil. Essa constatação é importante para entender que não bastam os princípios dos direitos humanos ou os dispositivos políticos da laicidade no Brasil para que a discriminação religiosa não ocorra e a liberdade de expressão seja possível. É necessário enfrentar as articulações fundamentalistas que pretendem abarcar o campo político e marcar presença em assuntos públicos. Como afirma Bobbio (2004), o desafio dos direitos humanos não deve focar em sua justificação, seja filosófica ou histórica, mas no intenso trabalho de seu reconhecimento e proteção enquanto algo legítimo para todas as nações.

Destacamos que para compreender efetivamente este cenário se faz necessário investir ainda mais em pesquisas sobre como o fundamentalismo afeta a dignidade humana no espaço público brasileiro. Espaços como escolas, instâncias legislativas e judiciárias, onde se desenvolvem políticas e ações correspondentes às pautas educacionais e de justiça, como nas questões de gênero e sexualidade, por exemplo, que podem apresentar sinais da influência fundamentalista de matriz religiosa. Estudos com essa preocupação ajudarão a pensar os limites que as disposições legais sobre laicidade no Brasil apresentam, e assim oferecer possibilidades para suprimir tais limitações. Deste modo, a defesa dos direitos humanos enquanto inalienáveis, inclusive diante de proposituras religiosas fundamentalistas, há de ter maior possibilidade de resistência.

Referências

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, s/v, n. 86, p. 5-20, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era de direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Diversidade religiosa e direitos humanos**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas

Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010.

COMPARATO, Fábio K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Luiz A. **Educação e religiões: a descolonização religiosa na escola pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

CUNHA, Luiz A.; OLIVA, Carlos E. Sete teses equivocadas sobre o Estado laico. In: Conselho Nacional do Ministério Público. **Ministério Público em Defesa do Estado Laico**. Brasília: CNMP, 2014.

DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. Educação e laicidade. In: DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa (Orgs.). **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília: UNESCO: Letras Livres: EdUnB, 2010. p. 11-36.

FAISTING, André L. A trajetória do programa nacional de direitos humanos: avanços e resistências. **Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, v. 09, n. 17, p. 01-20, 2015.

FISHMANN, Roseli. **Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé**. São Paulo: Factash Editora, 2012.

FISHMANN, Roseli. Educação, direitos humanos, tolerância e paz. **Paideia**, v. 11, n. 20, p. 67-77, 2001.

FORST, Rainer. Os limites da tolerância. **Novos Estudos – CEBRAP**, s/v, n. 89, p.15-29, 2009.

GUIDOTTI, Vitor H. R. **Dissimulação intolerante: o espectro religioso e suas implicações para uma educação em direitos humanos em diferentes escolas de Amambai, MS**. 2016. 243 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

GRELLET, Fábio. Juiz diz que umbanda e candomblé não são religiões. **Estadão**. São Paulo, 14 mai. 2014. Seção Brasil. Disponível em <http://www.estadao.com.br/>. Acesso em 25 fev. 2018.

JOHNSON, Guillermo A. Os alicerces das políticas públicas: adversidades da universalização. In: FAISTING, André L.; FARIAS, Marisa de F. L. de (Orgs.). **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: Ed. UFGD, 2011. p. 179-204.

LACERDA, Gustavo B. de. Sobre as Relações entre Igreja e Estado: conceituando a laicidade. In: Conselho Nacional do Ministério Público. **Ministério Público em Defesa do Estado Laico**. Brasília: CNMP, 2014. p. 177-204.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 55-65, 1997.

LOPES, Ana Maria D. A era dos direitos de Bobbio: entre a historicidade e a atemporalidade. **Revista de Informação Legislativa**, v. 48, n. 192, p. 07-19, 2011.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, v. 11, n. 02, p. 238-258, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**, 1948. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções**, 1981. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/>. Acesso em 17 fev. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de princípios sobre a tolerância**, 1995. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em 17 fev. 2018.

ORO, Ari P. A laicidade no Brasil e no ocidente: algumas considerações. **Civitas**, v. 11 n. 2, p. 221-237, 2011.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Tempo da Ciência**, v. 15, n.30, p. 59-72, 2008.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar A. **Laicidade à Brasileira**: Estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RINCK, Juliano A. Laicidade do Estado brasileiro: a necessidade da construção de um diálogo intercultural no campo religioso. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, v. 2, n. 02, p. 193-211, 2015.

RUA, Maria das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. V. (Org.). **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.p. 231-243.

SILVA, Clemildo Anacleto da. Intolerância religiosa e tradição judaico-cristã. In: SILVA, Clemildo A. da; RIBEIRO, Mario B (Orgs.). **Intolerância religiosa e direitos humanos**: mapeamentos da intolerância. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez: 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

STEFANO, Roberto D. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina. **Quinto Sol**. v. 15, n. 01, p. 01-32, 2011.

SYMONIDES, Janusz (org.). **Direitos Humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo V. L. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia das religiões**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

AS TESSITURAS DO TEMPO MODERNO: A VIOLÊNCIA EMBARAÇADA¹

RENATA KAROLYNE DE SOUZA²

Certidão de óbito

*Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.*

*Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.*

*A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.*

*A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.*

Conceição Evaristo (2008)

¹ Este capítulo é parte da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS-UFGD) intitulada *Violência Embarçada e Democracia: uma Crítica Decolonial*.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (2021). Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (2017).

RESUMO

As escritas deste artigo fazem parte da dissertação de mestrado intitulada “Violência Embaraçada e Democracia: Uma crítica Decolonial”, defendida em 2020. Foram escolhidos dois tópicos, que juntos buscam analisar aspectos da violência praticada em tempos coloniais e o sentido de cidadania e humanidade e suas ligações com o racismo e as colonialidades. Busca-se compreender, levando em consideração os processos históricos, como a modernidade pode ter influído na consolidação da democracia e suas complexidades, investigando os elementos que contribuem para o entendimento da violência e das relações sociorraciais construídas a partir do surgimento da cidadania e suas relações com a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Será articulado o conceito de violência embaraçada para se referir à especificidade brasileira das violências coloniais instauradas e modificadas continuamente desde a colonização. Será utilizada a reflexão crítica sobre as metodologias de dados e reconstrução empírica do campo da violência no Brasil.

Palavras Chave: decolonialidade, racismo, violência, democracia.

Introdução

As bases históricas da constituição do Estado na América Latina e do sentido de cidadania que aqui se consolidava não correspondem ao modelo europeu que os colonizadores trouxeram para as antigas colônias. Aqui se praticava a escravização da mão de obra humana em vistas de alimentar o sistema de produção. A noção de cidadania, em primeiro momento estava muito longe disso para maioria das pessoas que habitavam a América Latina: não para os colonizadores, mas para os colonizados. Portugueses, ingleses e espanhóis tinham muito palpável a noção de cidadania em suas práticas: para se tornar um cidadão, primeiro é necessário ser uma pessoa. O conceito de ser humano será um elemento primordial no desenrolar das relações sociais entre colonizadores e colonizados.

Para além da explicação técnica e de gestão de governo que é apresentada pelos relatórios das organizações sociais que disponibilizam dados para análise da violência, é necessário que voltemos à história da construção da sociedade brasileira desde a colonização para compreender como foi formada a punição e a criminalidade. Somente dessa forma é que poderemos visualizar como se deram as primeiras formas de violência e de que modo elas ainda estão presentes na atualidade.

Sabemos que o início da prática de encarceramento e punições não se deu no Brasil e nem na época em questão.³ Pelo contrário, é uma prática que já era implantada na Europa e foi trazida para as colônias de exploração de mão de obra com o objetivo de reprimir qualquer resquício de resistência à dominação.

No século XIX, conviveram sob o mesmo regime dois princípios a priori irreconciliáveis: a escravidão e a liberdade. Diante das complexas dinâmicas

³Para mais detalhes, ver Foucault (2014).

dialéticas de dominação presentes na sociedade colonial brasileira, os estudos das ciências humanas têm contribuído com a diversificação das narrativas ao considerar a perspectiva dos escravizados através de suas condutas – aqui compreendidas enquanto resistências – especialmente no que se refere ao período de desintegração do sistema escravista.

Em tal matéria, tem havido o questionamento que possibilita repensar a história e as relações sociais a partir do sujeito escravizado, visualizando suas ações como produto e produção no sistema de dominação senhorial escravagista, para desembocar na compreensão da sociedade escravista de um modo geral. Portanto, o que se intenciona é o reconhecimento de outra visão não institucional que evidencie as relações de poder deslocando o ponto de construção de imaginários privilegiados. Nesta abordagem, entende-se o poder enquanto fenômeno cotidiano, presente nas reproduções e resistências das camadas sociais, formando uma teia de efeitos interdependentes nas relações sociais (QUIJANO, 2005).

Dado período ainda conta com a desintegração da ordem escravista, que pode ser refletida através das tensões sociais e revoltas vivenciadas que culminaram na Abolição da Escravatura de 1888, principalmente a partir dessa perspectiva incomum do olhar do dominado e do processo de reconstrução de sua subjetividade ligada às localizações históricas e sociais. Evidente que a desagregação da escravidão se deu também por diversos outros fatores externos ao sistema escravista. Entretanto, se faz necessária a análise a partir deste outro prisma que, ao contrário do que se pretendia nos tempos coloniais, posiciona o corpo escravizado enquanto ser humano dentro da história e sujeito integrante das modificações sociais.

Busca-se a reconstrução da realidade punitiva e econômica, a partir dos aspectos da vida e conduta dos escravizados e homens recém-libertos do século XIX, na tentativa de observar elementos de mudanças e continuidades com as práticas cotidianas contemporâneas de punição e violência, dando maior atenção para o aspecto de transição dos tipos de exploração do trabalho e suas relações com a violência.

O processo de colonização Latino Americano e o caso brasileiro: a violência embaraçada colonial

Finalizados os processos de gerência de colônias e surgimento de Estados-Nação nas periferias dos centros de acúmulo do capital, houve a suposição de que o processo de colonização havia acabado e que o tempo histórico que vivemos é o “pós-colonial”, livre das explorações e subjugações que a América sofreu para se tornar “conhecida e descoberta” por outros povos, já que aqui não havia uma vida digna para ser vivida, não havia saberes e conhecimentos que

pudessem ser aproveitados. Daqui só se aproveitaria os frutos da terra e os “braços” disciplinados às dominações do trabalho escravo e servil.

Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 13).

A colonização das instituições judiciárias e carcerárias no século XIX teve como elemento principal a privação de liberdade e coloca em sucumbência os outros tipos de punição. Já no sentido da determinação do espaço geográfico através da expansão do capitalismo no século XVI, a colonização não se deu apenas no âmbito do modo de produção, do estabelecimento das colônias e da mão-de-obra escrava trazida dos continentes africanos para extrair das terras do continente Americano a matéria-prima necessária para produzir mercadorias nos centros Europeus.

A colonização, no século XIV, trouxe para a América uma nova forma de poder hegemônico que concentrava suas qualidades no padrão europeu que a partir de então controlava todas as formas de subjetividade, cultura e conhecimento das populações colonizadas (QUIJANO, 2005) e solidificou uma relação que se constrói entre colonizador e colonizado com alicerces em diferenças de características físicas e de conhecimento de uma “civilização” ainda desconhecida para o “outro” espaço.

As realidades materiais do sujeito latino-americano e de sua constituição enquanto tal transcorreram do processo histórico da colonização e de sua permanência nas relações de dominação, implementando identidades e relações geopolíticas de subordinação entre países que são centros de produção de mercadorias e outros que são sua periferia e produzem a matéria-prima. Além disso, elaborou-se a constituição de um “outro” a partir da Europa em sua fase de expansão mercantil e territorial, que teve como premissa a sobreposição de uma racionalidade sobre a outra (BALLESTRIN, 2013).

Tendo isto em vista, na América a escravidão foi estabelecida e organizada como mercadoria para reprodução no mercado mundial e, desse modo, servir aos propósitos e necessidades do capitalismo – estabelecido nessa fase como relação social baseada na mercantilização da força de trabalho.

A partir do século XVIII, com a expansão dos territórios europeus, foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em

escala global. As origens do capitalismo mundial se pautaram na colonialidade que foi engendrada pela representação do conhecimento europeu, quando da elaboração do conceito de modernidade – desenvolvimento, civilização, razão, democracia, progresso, salvação (MIGNOLO, 2011) – e para as regiões por onde o capital se disseminou houve um processo de re-identificação histórica, pois da Europa foram-lhe atribuídas novas identidades geoculturais, constituindo uma ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental.

A genealogia da violência e a gênese do colonialismo constituem dois impérios codependentes. Há uma profunda relação entre vida, violência e democracia que reflete a localização da violência no Estado Moderno. Para essa reflexão, podemos estabelecer dois tipos distintos de violência: uma violência aparente e facilmente identificável e a violência de “um passo para trás”, a violência que chamarei de “embaraçada”: a violência colonial. Benjamin (2003) propõe que em todos os sistemas jurídicos que constituem o Estado Moderno a relação de fundamental importância é a de meios e fins.

A violência manifestada de imediato é considerada como instrumento para instituir o direito e essa mesma violência tem como finalidade a instauração do ordenamento jurídico como poder emparelhado com a violência institucionalizada. Essa relação de elaboração e manutenção do sistema jurídico que advém da violência causa a representação de uma temporalidade própria ao direito que reproduz o que já aconteceu, agindo como se ele próprio fosse uma espécie de destino que nenhum ser tem escapatória do final. A regulamentação e institucionalização da culpa provocam a imobilização e petrificação da liberdade dos indivíduos, que advém dessa temporalidade imposta pelas normas jurídicas.

Com isso, o direito não se relaciona com as dimensões de passado e futuro, porque permanece em um tempo que já aconteceu. A localização dessa temporalidade repetitiva, do destino, se dá pela preservação do “status quo”, onde o direito foi organizado. O que ocorreu anteriormente a instauração da violência que estrutura o direito, já não é válido e não importa: o passado será igual ao futuro, que também será igual ao agora.

Isso acarreta a designação de humanidade através também da norma, que terá um sentido adjacente à pluralidade quando não reconhece seu passado histórico e as relações políticas e sociais que ali se fundaram, “pois o direito positivo quando está consciente de suas raízes, reivindicaram o fato de reconhecer em cada indivíduo o interesse de humanidade e de fomentá-lo” (BENJAMIN, 2003, p. 2).

Partindo de análises da literatura africana, Achille Mbembe (2018) elabora uma crítica negra do tempo e como ela elaborou, de um modo geral, a memória colonial. Dessa forma, considera que o tempo não é registrado linearmente, mas como uma “sucessão de agoras” (MBEMBE, 2018, p. 214). Além disso, a ideia de tempo se relaciona socialmente com o mundo, as coisas e o corpo. A característica principal encontrada pelo autor é a presença do

passado e futuro dialeticamente com o tempo presente, formando uma relação paradoxal de não encerramento entre os tempos e nem de continuidade estática de práticas históricas, mas de “um tempo com durações diferenciais, submetido a duas leis, a do deslocamento e da simultaneidade (coocorrência)” (MBEMBE, 2018, p. 216). Mesmo nas formas como o tempo se faz presente, através de manifestações da lembrança da memória, ele se produz e reproduz com ferramentas que estão além da linguagem, além da palavra, pois se exprimem em coletividade e com o corpo. Nesse sentido:

O mesmo tipo de procedimento se aplica quando se trata de relembrar o potestado pós colonial, esplêndida manifestação de um tempo sem passado nem futuro, ou então de um passado decaído, que incessantemente se deseja ressuscitar, mas cujo sentido só aparece na fissura e na dissipação (MBEMBE, 2018, p. 219).

Essa percepção temporal também atinge o nível espacial, quando se compreende que o corpo é também um local que carrega em si memórias do passado, através das marcas produzidas e reproduzidas pela violência embarçada da colonialidade, que instaurou e mantém, até os dias atuais, o poder das elites econômicas e políticas que se encontram majoritariamente no poder estatal.

O resultado da deslocalização temporal é o aprisionamento da liberdade e autonomia dos indivíduos, os quais suas histórias não foram contadas e estão no tempo do passado ignorado pelo Direito, desde a sua concepção. Essa estrutura temporal da forma jurídica produz e reproduz a violência que iniciou o desenvolvimento do mundo moderno, levando os sujeitos a serem capturados em uma forma de vida inescapável à culpa, própria da temporalidade colonial.

A universalização das normas jurídicas propõe uma única forma de vida, com assuntos “que então serão protegidos pelo direito com o seu poder que consiste na alegação de que só existe um único destino e justamente o status quo e o elemento ameaçador pertencem a sua ordem irrevogável” (BENJAMIN, 2003, p.3).

A homogeneização da falsa linearidade da estrutura temporal do Direito conserva um determinado eixo de relações de poder no qual persevera a continuidade colonial das estruturas sociais e instaura uma violência fruto da modernidade: a violência colonial, que aqui chamo de *violência embarçada*, que é organizada juridicamente com fundamentos institucionalizados, legitimada e sistematizada pelo poder estatal: “faz do corpo um lugar por excelência da memória” (MBEMBE, 2018, p. 221).

Figura 1 - Space to forget



Fonte: Kaphar (2014)

A obra do artista Titus Kaphar (2014) intitulada *Space to forget* (espaço para esquecer) nos dá elementos outros para pensar esse processo de apagamento do indivíduo através das palavras que as obras de arte expressam com sua linguagem visual. No primeiro momento, observamos uma mulher negra apoiada sobre seus joelhos e suas mãos no chão, com vestimentas de semelhante cor dos móveis que fazem parte do fundo da pintura. Em cima dessa mulher, se encontra – ou não encontra – a sombra branca de uma criança, que parece acomodada sob suas costas. Outro detalhe importante da obra é a mão direita transparente, que segura um instrumento de limpeza, nos transferindo a invisibilidade que carrega o trabalho desempenhado. Como se estivesse na mesma ordem dos objetos inanimados, a mão invisível se confunde com o chão de madeira e conseguimos ver atravessadamente por ela, como se a mulher contivesse em si própria elementos que poderiam transformá-la em coisa a partir de um lance de olhar. Não qualquer olhar, mas principalmente aquele que não reconhece um outro que também contém em si o mesmo extrato de humanidade. Ao recortar a criança branca da imagem, retira-se a centralidade da branquitude com a qual a violência racial é evidenciada. Essa violência a qual se refere o recorte branco da imagem pode ser lida como a ausência engenhosa de memória que foi instrumentalizada pela colonialidade do ser, contrastando com

a presença de personificação imagética do corpo negro que se constitui dessa memória e retorna a se lembrar justamente pelas estruturas sociais racistas nas quais é o corpo usualmente excluído.

A recordação do lado mais obscuro da modernidade que revela a colonialidade e suas violências é ocultada pela narrativa de naturalização das violências (MIGNOLO, 2017). Contudo, essa memória é presente para os corpos que foram e continuam sendo alvo de desumanizações e a manutenção dessa continuidade se dá através das exclusões e desigualdades propiciadas pelas estruturas sociais. A memória a qual propomos a reflexão através da obra de arte é reavivada todas as vezes que o racismo cotidiano é praticado: reconhece-se a epidermização da dominação.

A apreensão da continuidade temporal da colonialidade que estamos nos debruçando compõe uma tentativa de retorno ao passado mais obscuro dos tempos coloniais, como se não existisse ali a memória. Não se pode apagar o passado, porque ele habita os corpos colonizados. A violência embarçada e colonial pode ser desvelada neste retrato, pois nele há afirmação da memória no tempo presente quando coloca em evidência o corpo negro da mulher que, na maioria das vezes, é alvo de ocultamento. Não há espaço para dúvidas em relação a quem se lembra e reconhece seu embaraçamento violento, e este é um dos aspectos de deslocamento de narrativas que a obra coloca como proposta.

Apesar dos esforços em silenciar a humanidade dos corpos que contem memória e da tentativa de apagar a história junto com o passado da violência embarçada e colonial, esses corpos possuem uma ligação fundamental entre as gerações, que inspiram resistência e afirmam sua humanidade como numa espécie de desobediência em existir.

Ainda sobre as cruéis formas de continuidade da violência embarçada, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) traduz as estruturas heterogêneas de poder na sociedade latino-americana enquanto divisões raciais no trabalho, nas relações subjetivas e no Estado, bem como na produção de conhecimento. Essa forma conjugada e entrelaçada de diversos poderes através do racismo produzirá uma cisão de dois mundos que Frantz Fanon (2008) chamará de zona do ser e zona do não ser.

A divisão estabelecida pelo sistema capitalista moderno entre superiores e inferiores interferiu nos significados que poderiam ser atribuídos ao conceito de humanidade, transitando entre desumanização e humanidade universal. Encarnando a universalidade, o homem branco se distingue do homem negro pela não caracterização de sua condição racial, relegada apenas ao homem negro que está subalternizado em posição social inferior. A zona do não ser imposta pela colonialidade não é homogênea, podendo agrupar em si várias subcategorias articuladas entre si para contribuir a uma espécie de

desprivilegio: é “pensar os sistemas de poder como uma série de dispositivos heterônomos vinculados em rede” (CASTRO-GOMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p.18).

A dimensão descrita neste estudo que chega à articulação do conceito de “violência embaraçada” surge a partir dos questionamentos presentes nas análises de Quijano (2005) e Fanon (2008) quando elaboram as reflexões da zona do ser/não ser (FANON, 2005), a colonialidade do poder, do ser/do saber e da heterogeneidade histórico-estrutural (QUIJANO, 2005). A partir dessa delimitação, pretende-se identificar quais as manifestações materiais das formas de dominação a partir do processo social e histórico, como por exemplo, o racismo, o patriarcado e a desigualdade econômica e quais seus vínculos com as estruturas que foram ressignificadas a partir da modernidade, como a justiça transformada em sistema jurídico e o poder do povo transformado em democracia liberal. A violência embaraçada não é facilmente identificável, é preciso um passo para trás porque está localizada numa temporalidade anterior ao que foi imposto pela modernidade do século XVIII. A violência embaraçada é uma especificidade brasileira que se articulou ao longo da história e teve continuidade através da sofisticação das técnicas de dominação.

É uma instrumentalização que se originou, com o apoio das leis, na invasão dos territórios latino-americanos, se constituindo no resultado de uma construção colonial que articulou técnicas de dominação e exploração de povos originários e escravizados e que se mantém nas relações sociais, econômicas e políticas. São relações de poder sem hierarquias entre si, que se entrelaçam formando uma estrutura heterogênea de dominação, sustentando e mantendo o sistema econômico e político. Tais relações de poder situam esses sujeitos atravessados por violências embaraçadas na zona do não ser, exigindo uma constante desumanização.

Com isso, articulamos o pensamento de Fanon (2008) com a colonialidade do poder, que compreende as heterarquias⁴ como estruturas globais de poder, em que não há uma matriz principal de onde todas as outras são regidas, porém tem redes articuladas que desempenham intervenções mútuas, em aspectos pontuais diferenciados e tratando de circunstâncias históricas específicas (FANON, 2008). Grosfoguel e Castro-Gómez (2007) entendem que não existe uma relação de autonomia entre o capitalismo global e os dispositivos heterônomos de poder. Tampouco há um raciocínio que une, determina e controla todas as demais, mas há a predominância de processos múltiplos, com “diferentes

⁴ “Indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas de Terceiro Mundo, como uma interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; FREGOSO, 2003) de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (‘heterarquias’) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial (...)” (GROSFUGUEL, 2007, p. 51-52).

temporalidades, dentro de um só sistema-mundo de larga duração” (CASTRO-GOMES; GROSFUGUEL, 2007).

Isto nos leva à compreensão de que o resgate histórico político da sociedade brasileira é fundamental para entender os mecanismos de punição e violência que ocorrem na atualidade.

Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a instauração da violência embaraçada

No regime de plantação de cana de açúcar, foi introduzido o trabalho escravizado que atenderia as demandas do sistema de produção e da economia tanto rural quanto urbana da época. De acordo com os estudos tratados por Florestan Fernandes sobre negros e mulatos na cidade de São Paulo e das suas inserções e transição para a economia capitalista e de trabalho livre, os homens escravizados recém-libertos ocuparam papel importante nas atividades econômicas e os cativos constituíam a maior parte da força de trabalho nas cidades em desenvolvimento, em consequência das demandas criadas a partir da lacuna deixada com a anterior divisão social do trabalho, que propiciou a geração de novos tipos de empregos e funções desempenhadas especificamente por escravizados oriundos do sistema escravocrata (FERNANDES, 2015).

Apesar do princípio da diferença reger a subjugação de um ser ao outro, autorizando a expropriação do trabalho humano e a desumanização do trabalhador, o monopólio da força não era o único elemento estruturante da sociedade escravista. A camada senhorial criou uma vasta rede de controle social que corroborava com a manutenção do sistema, incorporando ao argumento da força outros instrumentos de dominação. A exemplificação do aparato em torno do desempenho do escravismo se encontra na religião, no sistema jurídico, na medicina, na biologia, todos eles contribuindo cada qual a sua maneira aos padrões distintos de dominação (CHALHOUB, 1986). Todos esses mecanismos se voltavam aos escravizados, na tentativa de assegurar a aceitação da ordem imposta e resignação quanto ao fato da escravização de uns em detrimento do poder de outros.

Os dados relativos aos processos criminais, não exprimem de todo a realidade. Isto aconteceu devido à “sub-representação da criminalidade” cometida pelos senhores ao não permitir a intromissão da justiça pública na sua autoridade de castigo, e em assim sendo, ele mesmo exercia o poder de punição ao escravo.

As penas que traduziam a perda total de capital eram as penas capitais e as penas de galés. As penas capitais eram usadas para punir os homicídios de senhores ou feitores, e mais tarde foram aos poucos sendo substituídas pela pena de galés, que não foi uma modificação bem acolhida por parte do senhorio,

pois apresentava outra saída ao cativo de seus senhores: o trabalho perpétuo. Era preferível cometer homicídio e trabalhar até a morte do que continuar a ser escravizado.

Em análise feita a partir do censo populacional de 1872, podemos perceber uma população com expressivo número de escravizados (15%) (IBGE, 2012), apesar do tempo histórico já ter ultrapassado a lei do fim do tráfico negro de 1850. Isto se soma ao peso da expectativa de vida dos cativos, dado encontrado por Schwartz (1988), que oscilava entre os 19 anos de idade no século XIX. Portanto, se vislumbra o estabelecimento de uma mentalidade de pulção de vida, ou de sobrevida, se ponderando e considerando a prática de delitos em detrimento da autonomia de seu próprio corpo e de sua própria morte. Se era cedo demais para morrer uma morte em vida, determinada pelo domínio do sistema escravista e da exploração epidermizada e desaculturada, então que se produzisse autonomia dos escravizados através da resistência. Afinal, neste caso, não se pode morrer se já está morto.

O relatório policial da capital do Rio de Janeiro acerca das prisões apresentou motivação de crimes considerados leves para encarcerar, segundo as análises de Algranti (1988). A maioria das prisões era realizada por crimes praticados por uma única pessoa; e dentro da população estudada, 80% dos que haviam sido presos eram escravizados. A divisão dos crimes cometidos atinge os crimes contra a ordem pública⁵, crimes violentos⁶, crime de fuga de cativos e crime contra a propriedade⁷. Os tipos penais que compõem a espécie de crimes contra a ordem pública, evidenciam a preocupação direcionada do poder de polícia para a manutenção da ordem e para garantir a sobrevida dos cativos. Na cidade do Rio de Janeiro era muito comum os mestres usarem do poder de polícia para disciplinar escravizados. Os dados dos registros policiais no Rio de Janeiro mostram que os crimes contra a propriedade e crimes contra o patrimônio eram cometidos majoritariamente contra pobres (HOLLOWAY, 1989). Membros da elite não costumavam caminhar sozinhos pela cidade, justamente pelos terrores produzidos em torno da criminalidade de homens livres e escravizados.

⁵ Os escravizados eram presos por sussurrar cantigas da capoeira, carregar instrumento musical, participação de encontros envolvendo outros negros, por simples suspeita de ter praticado algum crime, por violação do toque de recolher, presos por pedido de seu mestre, ou pedido de outra pessoa, ser encontrado em alguma casa de quilombo, portar faca e se fosse capoeira tinha mais atenção da repressão policial. A capoeira era um símbolo da manutenção da cultura Africana e os cativos a praticavam extensivamente.

⁶ Constituíam 9% do total das causas de prisão os crimes contra os senhores (ALGRANTI, 1988). Para maiores elucidações, ver tabela 2, p. 32.

⁷ “Dos 467 casos, somente 70 escravos foram presos por furto de grande quantidade, excedente de 10.000 reis” (ALGRANTI, 1988, p.36, tradução livre).

Tabela 1 - Censo Demográfico de 1872 (1)

População: 10 milhões de habitantes	(livres que definiam sua própria cor)
Branços	38,1%
Pardos	33,5%
Pretos	9,3%
Caboclos	3,9%

Fonte: IBGE (2012)

Tabela 2 - Censo Demográfico de 1872 (2)

População definida pelo senhor
Pretos
Pardos

Fonte: IBGE (2012)

Em sua tese de doutorado, Alvarez (1996) analisou a transição da mão de obra escravizada pelo trabalho assalariado, e entende que a constituição do mercado de trabalho brasileiro é um processo histórico complexo e que não pode ser colocado em discussão sem considerar aspectos importantes trazidos com legislações anteriores à abolição em 1888, tal como a lei do ventre livre (1871) e a lei de locação de serviços (1879) (ALVAREZ, 1996). A lei do ventre livre, por exemplo, foi decisiva para a inauguração da influência do Estado na economia. Isto porque a partir dessa legislação é que a Aristocracia encontrou meios para se inserir no controle da formação do novo mercado de trabalho (ALVAREZ, 1996). Essa transição dos "tipos" de trabalho preocupava as elites também na dimensão da ordem social. No imaginário das elites, o escravizado era uma das maiores ameaças para a ordem social (ALVAREZ, 1996).

As penas de morte presentes no Código de 1890 eram justificadas pela precariedade do sistema prisional e pela camada servil da população (ALVAREZ, 1996). Então, a elite programou um sistema de controle através da legislação penal que tivesse uma *última ratio* também, que seria a violência brutal revestida pela pena de morte e percebe-se "como a instituição da escravidão era um problema incontornável em relação à manutenção da ordem social imperial [...]" (ALVAREZ, 1996, p.55).

De maneira geral, portanto, podemos afirmar que na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o negro, seja enquanto escravo ou enquanto liberto, é um dos principais alvos das preocupações das elites no

fim do Império. O destino das populações negras colocou-se, durante este período, como problema frente à construção não só de um mercado-de-trabalho assalariado, mas também de uma nação alicerçada nos valores associados ao trabalho livre (ALVAREZ, 1996, p. 55).

O sistema político-jurídico que se dava em torno da punição de crimes praticados por escravizados, englobava a aplicação de castigos cruéis que também eram recursos utilizados pelos senhores para coibir os conflitos causados pelos cativos. Entretanto, a criminologia europeia já se encontrava avançada quanto às penalidades corporais agora consideradas “desumanas”, estando em descompasso à teoria adotada pelo Código Criminal de 1830. Embora o conceito de criminoso inspirado nas diferenciações biológicas dos indivíduos fosse uma teoria muito defendida pela elite brasileira que se formava, já havia uma “práxis” adotada pelas instituições criadas para assegurar a aplicação da lei penal, pois de alguma maneira se deveria diferenciar os homens livres⁸ e os escravizados (ALGRANTI, 1988).

No período compreendido entre os anos de 1810 a 1821, houve 5.078 casos de prisões realizadas pelo poder policial contra escravizados e homens recém libertos na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os registros da polícia da época analisados por Leila Algranti (1988). Assim,

A “cidade negra”, que possuía uma dinâmica própria, alicerçada nas tradições culturais dos negros libertos, era um obstáculo à nova ordem política republicana. A perseguição aos capoeiras, as reformas urbanas, a repressão à vadiagem eram formas da República tentar disciplinar e controlar a cidade negra (ALVAREZ, 1996, p. 58).

Nesta conjuntura, foi criada a força policial para atuação na primeira capital da Colônia, ordenada pelo príncipe D. João que utilizou como modelo a instituição da polícia de Portugal no ano de 1809. O relatório de prisões realizadas durante os 11 anos observados concentra informações sobre prisões realizadas pela polícia contra escravizados e homens libertos, havendo supressão de informações sobre as causas do crime ou se foi dado prosseguimento a alguma denúncia formal ao Tribunal (ALGRANTI, 1988). Também se observa que os policiais responsáveis pelos registros eram os mesmos que realizavam operações

⁸ “Homens livres” se refere ao conceito de africanos que foram libertados em decorrência da lei de 7 de novembro de 1831 que proibia o tráfico negreiro no Brasil: “O que se seguiu à promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, também conhecida como lei Feijó, foi o completo desrespeito à legislação, não só por parte dos proprietários escravistas, mas por parte do próprio Estado. A ameaça de punição não intimidou os ‘importadores’ que contavam com a completa conivência do governo imperial, que procurava fechar seus olhos aos atos de pirataria. O fato do corpo de funcionários do Estado responsáveis pela apreensão e julgamento dos contrabandistas ser em grande medida formado por proprietários escravistas ou correligionários políticos a estes ligados dificultava ainda mais a aplicação da lei”.

nas ruas e, portanto, os dados só dizem respeito às apreensões de pessoas encontradas nesse tipo de ação (ALGRANTI, 1988).

Escravizados (compreendidos enquanto classe mais inferiorizada na sociedade escravista) eram os mais propensos também a este tipo de prisão realizada em ação policial. O processo de urbanização das cidades trouxe consigo a sociabilidade entre as camadas sociais e seus membros, como por exemplo, dos escravizados com os outros membros artesãos, donos de tavernas e a venda de mercadorias, e o fruto dessas relações foi o maior contato e conhecimento das leis e dos direitos para os cativos, resultando também na maior oportunidade e possibilidade de compra da liberdade. Contudo, as insurreições eram mais comuns nas áreas rurais onde havia maior união do grupo dominado porque dificilmente tinham contato com o exterior e preservaram, deste modo, sua cultura.

Os homens recém-libertos eram parte menor na população da cidade, e as oportunidades de emprego com salário fixo eram igualmente baixas, em decorrência da coexistência com a força de trabalho explorada dos escravizados.

Em nenhuma época e lugar isto se torna mais catastrófico e atinge mais profunda e extensamente a colônia que no momento preciso em que abordamos a nossa história, e nos distritos da mineração. Vamos encontrar aí um número considerado desses indivíduos desamparados, evidentemente deslocados, para quem não existe o dia de amanhã, sem ocupação normal fixa e descendente remuneradora. [...] O vadio na sua expressão mais pura. Os distritos auríferos de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso oferecem tal espetáculo em proporções alarmantes que assustarão todos os contemporâneos. Uma boa parte da população destas capitânias estava nestas condições, e o futuro não pressagiava nada de menos sombrio (PRADO JR., 2011, p. 304).

Então, uma das alternativas que poucos contavam era empregar sua força de trabalho em funções marginalizadas e em alguns casos os encargos não eram desempenhados nem por cativos e nem por homens brancos. Era comum aceitar trabalhos executados por escravizados por curto tempo, mas sem salário estipulado.

Tanto no meio rural quanto no meio urbano, poucos eram os trabalhos que restaram aos libertados, já que “o trabalho escravo é onipresente. Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão” (PRADO JR., 2011, p. 295). O imaginário dos sentidos sociais que o trabalho representava, passa a adquirir significados de uma ocupação não digna, tamanha era a presença escravizada neste âmbito vida. Relacionava-se, portanto, as obras mecânicas e servis aos escravizados e a quem fosse equiparado a essa condição, emparelhando-se com a noção de que esse tipo de trabalho só poderia continuar o padrão de desumanizar.

Mesmo que fosse exigido por condições campestres, o homem branco possuidor da terra não se prestaria a adubar a sua produção, “havendo embora terras abundantes, carecem de propriedade até mesmo aqueles que poderiam ser proprietários, pois não tendo 150 mil réis para comprar cada um negro que trabalhe, o mesmo é ser proprietário do que não ser” (PRADO JR., 2011, p. 296).

Caio Prado Jr. (2011), chamará de “subcategoria colonial” o contingente populacional remanescente da organização social do trabalho que se desenhou no contexto colonial. É uma composição de trabalhadores que tiveram sua força de trabalho expropriada e com o advento da derrocada da escravidão, não foram realocados na sociedade mercantil. Uma das formas que encontram de sobreviver:

Finalmente, a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva, é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos “vários”, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o leitmotiv de seus relatórios (PRADO JR., 2011, p. 301)

O exercício de controle do crime nessa região do sertão se dava através dos mesmos “vários” que estavam em rede com os mandatários locais, realizando através de si mesmos o exercício punitivo, julgador e de execução do crime que era de sua alçada de conhecimento e autorização. Essa normalização do crime mantinha a região despolicada, ao mesmo tempo em que proporcionava relativa segurança, visto que os crimes que eram praticados já eram de conhecimento popular (PRADO JR., 2011).

Nesse contexto, a independência se consistiu na grande transformação social na qual divide o surgimento do Estado Nação e o fim do Império e do sistema escravista. O liberalismo foi apoiado pelas elites, que também contestaram e se posicionaram contra o sistema escravagista e colonial que mantinha as relações com a metrópole. A abolição da escravatura tinha ideal de direitos humanos em sua estrutura e propagação, mas o fator que mais motivou o apoio da elite foi a possibilidade de formatação dos campos jurídicos, políticos e econômicos que o modelo de Estado nacional poderia trazer (FERNANDES, 2006).

O processo de independência, no entanto, não retirou o país da heterogeneidade em que se posicionava em tempos coloniais, pois os aspectos da autocracia fundada na diferenciação de humanidades, entre escravizados e senhores e a exploração da mão de obra daqueles, foram incorporados na dominação patrimonialista com aspectos contínuos de colonialidade (FERNANDES, 2006; QUIJANO, 2005; 1992).

Em meio à dinâmica do processo de modernização do Brasil com as classes sociais, Florestan Fernandes (2006) analisa os desdobramentos do capitalismo e

como se instaurou o poder de uma classe dominante, evidenciando as diferenças entre os processos de consolidação do capital em comparação às experiências europeias. Houve alterações relevantes no sentido do processo histórico particular que passamos em relação a esses países em detrimento da imposição de uma transformação das estruturas econômicas sem haver qualquer luta de classes que impusesse também uma revolução democrática. Com a independência surge a possibilidade de entrada da sociabilidade capitalista burguesa, até então impedida atuação pela existência da economia colonial baseada na exploração da mão de obra escravizada e da grande lavoura de exportação.

A velha ordem econômica – fundada na autocracia e na escravização e desumanização da exploração de mão de obra – se deparou com a nova proposta econômica e política vinda Europa, o liberalismo. A especificidade colonial da inserção do capitalismo no Brasil e na América Latina e sua gênese são profundamente ligadas a relações sociais antidemocráticas, fundadas na colonialidade do ser (QUIJANO, 2005) que constituiu um dos lados mais obscuros da modernidade (MIGNOLO, 2017), resultante do imbricamento entre velha e nova ordem mundial. Apesar da forma de exploração ter se transformado no trabalho assalariado, houve uma reorganização e aprimoramento dos instrumentos de dominação exercidos pela nova configuração assumida pelo sistema econômico, mas que não deixa de apresentar os mesmos padrões de violência contra os corpos colonizados, mas com presenças marcadas na realidade social.

Se, por um lado, é certo que as aventuras imperiais do século XIX introduziram novas técnicas de subordinação e de controle colonial, reformulando, assim, de uma forma original, os laços entre a modernidade e a experiência colonial, por outro lado, a lógica que animou os projetos imperiais não foi assim tão diferente dos padrões que emergiram no contexto da conquista das Américas (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 86).

Florestan Fernandes (1975) estudou a “revolução burguesa no Brasil” e analisava a falta de embate popular entre classes que trouxesse a transformação das estruturas econômicas e políticas da sociedade. A estrutura latifundiária da sociedade escravista foi modernizada, mas se manteve inalterada em algumas circunstâncias. Não houve o surgimento de uma hegemonia da elite colonial que fosse capaz de enfrentamento de classes. Neste sentido, as aproximações entre o pensamento de Florestan Fernandes e de Gramsci são feitas a partir do conceito de “ditadura sem hegemonia” e noção de autocracia (COUTINHO, 2005).

Para Florestan (1975), a emergência da formação do liberalismo no Brasil se misturou com a estrutura de classes da sociedade da época e se substanciou em outra estrutura híbrida, com elementos e nuances próprias. As novas diretrizes baseadas na livre concorrência e na liberdade de trocas e adicionavam ao fato de que a concorrência de trabalho se dava entre pessoas recém

libertadas e consideradas ainda não humanas, e os imigrantes europeus, que representavam todo o modelo de civilidade e humanidade que se pretendia adotar (ARRUDA, 1995). Essa especificidade é notada em sociedades de capitalismo dependente, que surgiram concomitantemente ainda haviam resquícios da colonização, “o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas” (FERNANDES, 1975, p. 149).

Havia um transcurso de relações sociais anteriores, baseadas no conservadorismo e na desumanização das explorações do trabalho, que pode ter direcionado “a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’ (FERNANDES, 1975, p. 167-168).

O capitalismo dependente consiste na “história dependente dos centros hegemônicos, cujas forças internas não são capazes de romper os liames externos” (ARRUDA, 1995, p. 23). Ao se desenvolver hiper tardiamente (CHASIN, 1999), o Brasil se constitui numa especificidade da consolidação do capital industrial, que remete a sua burguesia uma característica específica: a sua união com o latifúndio e sua inclinação a exportação de produtos ao mercado externo (PRADO JR, 1961). Nesse sentido, o capitalismo desenvolvido no Brasil não se funda em bases sólidas próprias de suas necessidades interiores de mercado, mas sim de acordo com o que era de conveniente para os desejos e necessidades dos países centrais do capitalismo, do mercado internacional (PRADO JR, 1961).

Essa dominação da elite que se pretendia burguesa, desconecta do sentido da “revolução nacional e democrática” justamente porque apenas modernizou os latifúndios, sem transformar a assimetria do modelo racial e dar condições para que o escravizado se inserisse nos postos de trabalho remunerado que antes era considerado degradante. Este constituiu um ponto em que se consolidaram as estruturas de poder, com o racismo e o capital.

A ordem social competitiva foi um fenômeno urbano do século XIX, que surgiu com a ruptura do velho sistema colonial e não proporcionou a inserção ao trabalho assalariado. Com isso, a escravidão e os libertos não deram origem a uma categoria social com poder aquisitivo, se tornando, além disso, o fundamento da diferenciação dos sujeitos e obstáculo para concretizar a universalização do trabalho assalariado. A desvalorização do trabalho enquanto mão de obra foi produzida pela escravidão e contribuiu também para não se instituir uma classe trabalhadora assalariada dentre os libertos. A economia internacional investiu no mercado interno enviando imigrantes europeus em busca de melhores oportunidades e condições de trabalho. Portanto, neste cenário, o negro, que antes de tudo passou pelo processo de escravização de seu trabalho, se viu destituído duplamente quando percebeu que havia um obstáculo maior em seu caminho, que seria a competição

com pessoas brancas para desempenhar o mesmo trabalho que antes fazia e era objeto de desumanização de sua existência.

Destarte, como conclusão geral: a vítima da escravidão foi também vitimada pela crise do sistema escravista de produção. A revolução social da ordem social competitiva iniciou-se como uma revolução branca. Em razão disso, a supremacia branca nunca foi ameaçada pelo abolicionismo. Ao contrário, foi apenas reorganizada em outros termos, em que a competição teve uma consequência terrível – a exclusão, total ou parcial do ex-agente da mão de obra escrava e dos libertos do fluxo vital do crescimento econômico e do desenvolvimento social (FERNANDES, 2017, p. 86).

Nessa corrida em busca da tão inalcançável liberdade que se traduzia na busca por trabalho assalariado, o negro sempre perdia na competição por contratação. Os antes senhores coloniais, agora eram os empregadores e mesmo com a baixa expectativa salarial que os negros demonstravam disposição, preferiam os brancos imigrantes da Europa (FERNANDES, 2006).

Por consequência da não formação de uma classe trabalhadora assalariada oriunda do sistema escravagista, essa formação econômica social não resultou em uma organização moderna como nos Estados europeus que passaram pela “via prussiana” (LENIN, 1980) de vazio de revolução, no sentido do capitalismo que abarca as relações econômicas advindas do trabalho. A conciliação entre a modernidade advinda com o capitalismo e as antigas estruturas coloniais de poder – representadas pela agricultura exportadora que desde o início esteve a serviço do capital internacional – terá continuidade ao longo do tempo. Internamente, não era possível romper com o imperialismo para fundar a autonomia capitalista (FERNANDES, 1975).

A diferença no Brasil, é que a “via colonial” (CHASIN, 1999) tornou possível um capitalismo dependente, no qual a sua burguesia deu continuidade às estruturas de poder coloniais. Essa especificidade deixa evidente que os processos históricos do Brasil e da América Latina como um todo e pode ter seus processos históricos determinados, desde a sua gênese, por influências externas (CHAGAS, 2013).

Ainda, o sistema de dominação racista que se estruturou a partir de então, proporcionou a reprodução das relações coloniais até os dias de hoje.

A pretensão do humanismo e as ideias democráticas de exercício de cidadania para todos não foram elementos que guiaram a implantação do capitalismo no Brasil (COUTINHO, 2005). A burguesia que se formou no território nacional, se desenvolveu em meio a um modelo econômico tão reacionário que as transformações ocorridas no âmbito político eram impostas pela mesma elite que escravizava, e quando havia concessões a se fazer, estas eram tratadas de

forma que a população pudesse se envolver tomando parte nas decisões e pudesse demonstrar e defender seus interesses coletivos (COUTINHO, 2005).

Dessa forma, no Brasil não ocorreu uma “revolução democrática burguesa” (CHASIN, 1999). A economia latifundiária exportadora atrasava a divisão social do trabalho para a instauração do capitalismo industrial (CHASIN, 1999). Somente com a Revolução de 1930, ocorre a finalização do ciclo agroexportador e se dá início a estrutura de produção industrial urbana (CHASIN, 1999). Este é o motivo para a caracterização de “via colonial” que se distingue de “via prussiana” do capitalismo, pois mesmo que o Brasil tenha tido a semelhança com a Alemanha e a Itália da instauração tardia do capitalismo, este não se deu em nosso país de modo a incorporar a industrialização no mesmo momento e “tal a disparidade do estágio de envolvimento do capitalismo brasileiro, em face daqueles países, que quaisquer igualizações ou identificações, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica” (CHASIN, 1999, p. 11). Havia, em nossa realidade social, “contradições vivas” que ilustravam a sociedade e que estavam muito longe dos mesmos parâmetros experienciados em países europeus (CHASIN, 1999, p. 12). Conforme o autor:

De tal forma, então, que a realidade mostrou, na sua condição própria, se comportava ou não, imediatamente, esta ou aquela questão, este ou aquele pensamento; não mimetizou ou deixou simplesmente de mimetizar, mas revelou ou não, em razão do grau de desenvolvimento em que se encontrava, e da forma pela qual aí chegara, se já objetivava ou não, e em que grau e forma, o que era o decisivo imediato para os centros hegemônicos internacionais. E tudo isto sem deixar de gerar para si, particularmente, o que era obrigada, só para si, a gerar. E, nesta produção, as ideias que se puseram não tinham como aparecer como deslocadas de seu espaço devido; com aparências semelhantes a outras, mais ou menos desenvolvidas, ou melhor conhecidas, podendo, no entanto, ser concretamente outra coisa, e, enquanto tais, ocupando perfeitamente o lugar que lhes competia. Mesmo porque a questão não é buscar o lugar certo das ideias, mas a ideia “certa”, própria dos lugares, na medida em que as ideias não são pedras subsumidas à lei da gravidade, sem que sejam, contudo, passíveis de fuga aos critérios universais do verdadeiro. (CHASIN, 1999, p.12-13)

A democracia no Brasil pode ter assumido contornos próprios no exercício da cidadania, principalmente no que tange a existência do racismo posto que era parte das relações sociais e da estrutura anterior, nunca tendo sido sepultado com o surgimento de uma nova postura econômica e política. O racismo já estava em plenas atividades no tecido social, e a sua reprodução “adota os valores de uma lógica que o transcende, e à qual, uma porção de seu tecido social, se subordina” (CHASIN, 1999, p.14).

Clóvis Moura (1977) entende que os posicionamentos e atitudes racistas se reproduzem também no plano irrefletido, não se manifestando enquanto

tal e com a certeza de suas consequências. O racismo nem sempre é algo manipulado propositalmente, não se origina por uma atitude pessoal, mas faz parte de uma estrutura de dominação. A igualdade dentro do capitalismo é forjada nesse contexto para “manter a aparência de que é o próprio negro que não tem condições, por si mesmo, de chegar aos estratos superiores e deliberantes, pois, a democracia racial que temos lhe proporciona as oportunidades necessárias para isto (MOURA, 1977, p.50).

A primeira vez que o termo “democracia racial” foi ventilado, Gilberto Freyre o fez em uma conferência em Lisboa para delimitar o que chamou de “legado mais original e significativo da civilização luso-brasileira à humanidade [...] sobre uma das soluções humanas de ordem biológica e ao mesmo tempo social, mais significativas do nosso tempo: a democracia social através da mistura de raças” (FREYRE, 1938 apud GUIMARÃES, 2002, p. 4). O processo sócio-histórico em que se passou essa concepção direcionou o “mito da democracia racial” enquanto um instrumento que articulava os “mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais ‘aristocráticos’ e da ‘raça dominante’” (FERNANDES, 1965, p. 205).

O mito da democracia racial passa então a ser encarado como instrumento “chave” de interpretação da formação da realidade brasileira, simbolizando o distanciamento entre enunciações políticas e realidade social das desigualdades entre brancos e negros, “enquanto as contradições entre discursos e práticas do preconceito racial passam a ser estudadas sob o rótulo mais adequado (ainda que altamente valorativo) de ‘racismo’” e, conseqüentemente, não será mais “a democracia que será adjetivada para explicar a especificidade brasileira, mas o racismo” (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Clóvis Moura (1977) analisará a questão da democracia racial pelo prisma da miscigenação, ao constatar que houve diminuição na quantidade de pessoas pretas e pardas no Brasil. Essa diminuição era encarada como uma prova da existência da democracia racial, os casamentos entre brancos e negros estaria embranquecendo a população. No entanto, o autor entende que esse “desaparecimento” da população negra se dá por outros motivos, como o desemprego, a miséria e a criminalidade, que tem como consequência o embranquecimento da população brasileira através da morte. Para Guimarães (2002), os marcadores das desigualdades raciais são contradições que o conhecimento científico negou por muito tempo, “são como bruxas que teimam em atemorizar, ou como o sol que, sem saber de Copérnico, continua a nascer e a se pôr?” (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Nessas condições, as relações sociais colonizadas foram capturadas pelos suportes da colonialidade do poder e tem suas concepções determinadas pelas nuances do processo de colonização, numa espécie de continuidade das relações sociais coloniais no mercado de trabalho, institucional, Estatal e na produção de conhecimento (QUIJANO, 2005).

Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável. (FANON, 2008, p. 125)

Fanon (2008) em seu livro *Peles negras máscaras brancas*, no registro de um dos ensinamentos mais importantes de sua análise, é a narração de uma situação que vivenciou em um trem, quando uma criança o avistou e disse: “Mãe, olhe o preto, estou com medo!”. Este também é o momento em seu texto em que desenvolve o conceito de “epidermização racial”. Quando pensamos no conceito elaborado anteriormente de violência embarçada, relacionamo-lo com os estudos de Fanon, no qual o corpo é entendido como território que carrega a bagagem de memórias da coletividade, que estavam aqui presentes na realidade antes mesmo dele nascer e este corpo epidermizado, sofre violência específica por ser tratado pelo “outro” como localizado em temporalidade diferente, na temporalidade colonial. Neste momento, o corpo epidermizado sofre com esta categorização do outro olhar, com a mesma violência outrora empregada, tanto simbólica quanto material, também de origens coloniais. A partir do questionamento que o autor sugere quando seu corpo emite significado, o outro interpreta esse significado e uma terceira dimensão permite que se possa imaginar o que é transmitido através daquela linguagem corporal:

Então o esquema corporal, atacado em vários pontos, desmoronou, cedendo lugar a um esquema epidérmico racial. No movimento, não se tratava mais de um conhecimento de meu corpo na terceira pessoa, mas em tripla pessoa. No trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três lugares.* Eu já não me divertia mais. Não descobria as coordenadas febris do mundo. Eu existia em triplo: ocupava determinado lugar. Ia ao encontro do outro... e o outro, evanescente, hostil mas não opaco, transparente, ausente, desaparecia. A náusea... (FANON, 2008, p. 105)

Entretanto, o mesmo corpo que é desumanizado e passível de ser temido por uma criança, que aponta a animalização do ser, é também o mesmo corpo que proporciona a reflexão através de si mesmo, descartando a cisão que a racionalidade ocidental moderna traz consigo de bem/mal, corpo/mente enquanto distintos e separados entre si. Isso se dá pela percepção da representação dicotômica que só caracteriza a existência de algo bom se for condicionada a existência de algo ruim, assim como, por exemplo, a existência de uma racialidade branca, detentora de pureza e progresso, só poderá existir se houver outra de racialidade negra, detentora de monstruosidade e irracionalidade.

Conclusão

A ocupação de espaços entre dominação e subjugação traz consigo uma imposição da divisão racial do trabalho, dos lugares em que se ocupa socialmente e os territórios de circulação. Quando o condenado pela terra pós-colonial transgride algum desses papéis, ele é realocado na zona do não ser através da violência simbólica e violência embarçada, fruto da colonialidade do poder e que persiste até os dias atuais.

Herdeiro das relações coloniais de exploração da mão de obra, o negro sempre está no limiar de ser redesignado a zona do não ser através da constante lembrança de uma memória de subjugação, localizada temporalmente em um passado no qual se ergueu o Estado de Direito e manteve as estruturas sociais de diferenciação de humanidade com a universalidade eurocentrada. A violência embarçada se criou no seio colonial, na animalização do outro, na violência justificada pela supremacia branca, e se estende até os dias atuais não só pela reestruturação social democrática que deveria ter acontecido com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre – até porque este argumento não leva em consideração que o trabalho assalariado é também uma forma perversa de expropriação do trabalho, e de maneira alguma se consegue alcançar algum tipo de liberdade; mas principalmente porque com a transição dos sistemas econômicos e de trabalho, se mantiveram as relações de desumanização e violência para com o negro.

A experiência brasileira de controle e solução de conflitos sociais é balizada pela noção de zona do não ser, desembocando na perspectiva de democracia fragilizada e ataques constantes aos direitos. Essas categorias de análise são apoiadas no arcabouço da modernidade, portanto o direito reivindicado a zona do não ser já possui em seu surgimento aportes que se localizam na temporalidade da continuidade colonial e por isso reproduz a especificidade da violência embarçada, nos colocando diante da reflexão necessária acerca da colonialidade que nos atravessa na contemporaneidade e que foi construída com a intenção de expor a desumanização com a qual certos indivíduos eram tratados.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. especial, p. 45-79, 1988.

ALVAREZ, Marcos. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil**. 306 f. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. **História das ciências sociais no Brasil**, v. 2, p. 107-232, 1995.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, 2013, n. 11, p. 89-117, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Crítica da violência**: crítica do poder. In: BOLLE, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Eds). **El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Florestan, a “revolução burguesa” e a transformação capitalista do Brasil. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 30, p. 30-43, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHASIN, José. **A via colonial de entificação do capitalismo**. Disponível em: <http://afo-iceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Chasin,%20Jose/A%20Via%20Colonial%20de%20Entifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Capitalismo.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **U. Chi. Legal f.**, p. 139, 1989.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Nandyala, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: SciELO-EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 2017.

FREGOSO, Rosa Linda. **MeXicana encounters: The making of social identities on the borderlands**. Univ. of California Press, 2003.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Alfragide: Leya, 2014.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.
- HOLLOWAY, Thomas H. O saudável terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX. **Estud. Afro-asiát**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 129-40, 1989.
- IBGE. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 29. ago. 2020.
- KAPHAR, Titus. **Space to Forget** (óleo sobre tela). Cortesia do artista e da galeria Jack Shainman, Nova Iorque, 2014.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 71-114, 2008.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.
- MIGNOLO, Walter D. Epistemic Disobedience and the decolonial option: a manifesto. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso Hispanic World**, [s.l.], 2011, v. 1, n. 2, p. 4467, 2011.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 2014, v. 32, n. 94, p. 1-17, 2017.
- MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011[1961].
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**, Clacso, Buenos Aires, p. 227-278, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ATIVISMO TRANSNACIONAL E A LUTA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS APIKA'Y (BRASIL) E SAWHOYAMAXA (PARAGUAI): A ANISTIA INTERNACIONAL E A LUTA POR DIREITOS E DEMARCAÇÃO DE TERRAS TRADICIONAIS¹

CARLA CRISTINA VRECHE²
MARCOS ANTONIO DA SILVA³

RESUMO

O presente trabalho analisa a atuação da Anistia Internacional (AI) e a prática do ativismo transnacional na luta pelo reconhecimento de terras indígenas em comunidades nas comunidades Apika'y (Brasil) e Sawhoymaxaxa (Paraguai). Para tanto, discute o papel do ativismo internacional e sua relação com as causas indígenas, a partir da tensão entre reconhecimento e subalternidade. Em seguida, analisa, de forma comparativa, a atuação da Anistia Internacional e seu apoio na luta pelo reconhecimento de direitos e demarcação de terras ancestrais desenvolvidas pelas comunidades Apika'y (Brasil) e Sawhoymaxaxa (Paraguai), discutindo as principais estratégias e atividades desenvolvidas pela entidade e seus impactos na divulgação e reconhecimento dos direitos destas comunidades.

Palavras-chave: ativismo transnacional; comunidade Sawhoymaxaxa; comunidade Apika'y.

¹ Uma versão deste trabalho foi publicada na revista *Conjuntura Global*, UFPR, vol. 6, n. 1, p. 74-93, 2017.

² Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro da Equipe Editorial do Boletim *Lua Nova* e Pesquisadora associada ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Nº do Processo FAPESP 201816992-6).

³ Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL).

Introdução

O problema da violação de direitos de comunidades indígenas (ou tradicionais) é algo intrínseco a vários espaços e países e, sobretudo, foi e é um elemento constante na história da América Latina. Tema cotidiano da vida desses povos, as dificuldades encontradas vão desde a fragilidade na representação de suas demandas à falta de interesse dos respectivos Estados, os quais dificultam o acesso e a garantia integral de seus direitos. O problema enfrentado é, muitas vezes, o do próprio reconhecimento desses indivíduos, seja em sua singularidade e, sobretudo, em sua coletividade.

Em busca de uma melhor e nova forma de articulação que ultrapasse esse reconhecimento estatal bloqueado, essas comunidades e indivíduos, passaram a se unir a outros atores, dentre os quais as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Como o cenário atual é caracterizado não somente pelo fortalecimento dos instrumentos e documentos internacionais de direitos humanos, mas também pelo próprio fortalecimento do sistema das Nações Unidas, a articulação através do ativismo transnacional destaca-se entre as alternativas. Busca-se, deste modo, pressionar os respectivos Estados através da abertura e elevação de suas pautas específicas ao debate internacional, gerando pressão política internacional sobre pautas que em suas raízes são essencialmente nacionais. Cria-se o constrangimento ou *shaming* internacional que pressiona o comportamento nacional estatal (BAEHR, 2009)⁴.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a apresentar e analisar, de forma comparativa, o ativismo transnacional desenvolvido pelas comunidades indígenas Apika'y (Brasil) e Sawhoymaxa (Paraguai) que, por meio dessa ferramenta, buscam contornar a pressão e a soberania exercidas por seus respectivos Estados e também a pautar e agir em prol de seu reconhecimento e de seus direitos coletivos. Especificamente, será destacada a interlocução e atuação da ONG Anistia Internacional na organização e construção de campanhas que potencializam o alcance internacional dessas pautas, especialmente aquela ligada ao direito às terras tradicionais.

Para tanto, a análise começa com a discussão em torno da prática do ativismo transnacional. Em seguida, será discutido o reconhecimento das comunidades indígenas no Brasil e no Paraguai, a partir de documentos nacionais e internacionais, relacionando-as segundo a perspectiva da luta pelo reconhecimento de suas terras ancestrais. Na terceira seção, será apresentada

⁴ O *shaming* apresentado por Baehr (2009) está relacionado à ideia de criar um constrangimento aos Estados, na esfera internacional, através da demonstração e evidenciação internacional de que estes têm cometido, internamente, graves violações de direitos humanos, por exemplo. Ou seja, de que algum modo estes Estados estão violando regras internacionalmente acordadas e ratificadas por eles mesmos. O que se espera desse processo é o que Estado sinta-se constrangido, através da pressão externa que lhe é imposta, e este altere seu comportamento internamente.

brevemente a história dessas comunidades e por fim, será apontada a atuação e as campanhas desenvolvidas pela Anistia Internacional em ambos os casos.

1. O ativismo transnacional

O término das tragédias que marcaram a Segunda Guerra Mundial proporcionou à humanidade o estreitamento dos laços e das relações entre os Estados, assim como o avanço da modernização tecnológica e dos meios de comunicação. Em conjunto esses elementos, relacionados também ao desenvolvimento dos transportes, geraram grandes e importantes rupturas sociais e políticas (MÖHRING, 2009; VILLA, 1999).

Nesse sentido, esse cenário também foi marcado pelo surgimento do sistema de Estados e pelas relações estabelecidas entre esses atores através da criação da ONU em 1945, bem como por meio dos tratados e outras organizações internacionais de caráter global ou regional. Além disso, é possível destacar a ampliação do leque de atores internacionais que ganham evidência, para além dos Estados, no processo de tomada de decisões, como as ONGs (AHMED; POTTER, 2006).

Segundo Villa (1999), diante deste novo contexto, as ONGs de direitos humanos passaram a atuar de maneira a buscar quebrar o monopólio exercido pelo Estado nas relações internacionais. Em conjunto, portanto, o pluralismo político ocidental e a rápida modernização, segundo o autor acima citado, “criou[ram] condições para uma maior organização societal” (VILLA, 1999, p. 22), permitindo uma maior participação e atuação das ONGs no âmbito internacional.

A intensificação da atuação destas organizações permitiu o lançamento e alcance internacional de certos problemas e demandas que antes se concentravam e se limitavam ao âmbito nacional. Esse movimento, que permitiu a elevação de problemáticas para além das esferas e fronteiras nacionais, abriu a porta à prática do ativismo transnacional. Ou seja, pode-se identificar essa prática enquanto mobilizações criadas por grupos, ONGs ou segmentos da sociedade civil organizada de diversos países que juntos conseguem criar e articular um espaço de discussão, troca de informações e contatos para o desenvolvimento político de assuntos nacionais na esfera internacional (KECK; SIKKINK, 1998).

Como aponta Santos (2010), tais ações são importantes porque promovem alianças entre grupos diversos e pautas sensíveis, como as de sociedades indígenas que decidem atuar internacionalmente e ONGs que se articulam diretamente em prol do processo de globalização das lutas sociais, pois:

A ligação de ONGs a movimentos de base assume especial importância na mobilização de formas de conhecimento que permitem a formulação de leis e de políticas alternativas de base popular, a partir de diferentes fontes e recursos. Deste modo, ONGs e movimentos sociais aparecem como

mediadores cruciais entre diferentes formas de direito e entre comunidades locais, o Estado nacional e as organizações internacionais (SANTOS, 2010, p. 57).

Assim, a mobilização criada junto às ONGs internacionais possibilita a *transnacionalização* de pautas sociais nacionais que, antes de se verem totalmente bloqueadas e pressionadas, ou como alternativa a esse cenário, buscam contornar a resistência estatal lançando tais demandas no âmbito internacional.

É o reconhecimento e o fato de os Estados estarem envolvidos no sistema internacional de Estados, o qual estabelece importantes e diferentes formas de interações estatais, que leva esses atores a reagirem quando tomam conhecimento da pauta em discussão, a qual é posta por agentes da sociedade civil.

Assim, a prática do ativismo transnacional necessita de estudos aprofundados e, embora pouco explorada na literatura (KECK; SIKKINK, 1998; DELLA PORTA; TARROW, 2004; SIKKINK, 2011), nos permite compreender o atual quadro das relações internacionais e da interação entre os diferentes atores, como nos casos que aqui serão analisados.

Segundo Keck e Sikkink (1998) as redes de ativismo transnacional correspondem aos resultados das interações entre ONGs, Estados e organizações internacionais, que por diferentes motivos passam a fazer parte de uma rede promovendo uma causa, norma ou ideia. Consideradas importantes componentes na alteração da política mundial, essas redes se caracterizam pela organização, influência e pressão das ONGs, que buscam alterar o comportamento de Estados e de organizações internacionais. Neste caso, essas entidades são os atores responsáveis por informar, organizar discussões e promover novas ideias, além de poderem participar ativamente do processo de criação de novos dispositivos como empreendedoras da norma⁵.

Baseando-se em princípios e valores comuns, os membros que compõem a rede se unem e buscam alterar padrões através do constante compartilhamento de informações que esse espaço as disponibiliza. Neste aspecto, a mídia exerce importante papel ao facilitar a transmissão e o compartilhamento de material de ação entre os diferentes atores envolvidos na mobilização e por chamar a atenção do público e de outros interlocutores às pautas em discussão. Em resumo, através de suas atividades, seu *lobby* e campanhas de pressão, tendo a mídia como importante aliado, as ONGs buscam em com sua atividade alterar o padrão de comportamento de outros atores.

No caso da luta indígena, a organização de pautas em torno do ativismo transnacional surge como um reforço ao avanço constitucional verificado em alguns

⁵ Empreendedores normativos são aqueles atores decisivos para a emergência de uma norma. São os responsáveis por chamarem a atenção a determinadas questões ou mesmo por criarem estas. Para que haja resultados buscam dramatizar a situação correspondente à norma que desejam empreender (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, 16).

países. Aos indígenas não foram garantidos apenas direitos nacionalmente reconhecidos, mas também há um conjunto de tratados e documentos internacionais que, assinados pelos Estados, apesar de marginalizados ou mesmo ignorados, passaram a pautar e a permitir a prática do ativismo transnacional. Esses diferentes dispositivos possibilitam apresentação e servem de base à reivindicação de direitos anteriormente reconhecidos também nesse espaço.

2. Os direitos dos povos indígenas em questão: reconhecimento ou subalternidade?

Os Estados latino-americanos apresentam uma história geral bastante comum, apesar de algumas especificidades em relação ao tratamento destinado às suas populações indígenas, no passado e no presente, pois como demonstra Linera;

A sociedade oficial significa, para o indígena, o mesmo que a morte representa para os aferrados à vida: ambos os casos são entendidos como negação de qualquer existência possível. Assim como a vida é a fuga permanente da morte, nos países latino-americanos o “social” é a perpétua prevenção do “índio” no ordenamento público; o progresso é o extermínio do indígena ou sua domesticação civilizatória [...] (LINERA, 2010, p. 153).

Desta forma, desde o período colonial, passando por seus respectivos processos de independência, segundo Santos (2010), o tratamento das sociedades tradicionais presentes na região foi bastante similar, pautada pela incorporação forçada e subalterna dos indígenas às suas respectivas sociedades:

A política colonialista na América pautou-se pela subjugação e integração dos povos que ia encontrando. A subjugação cultural e econômica consistia em promover uma integração forçada, religiosa e econômica. Ou isso, ou a destruição. A política variou de acordo com a violência ou ambição de seu executor (SANTOS, 2010, p. 77).

Foram desconsiderados, desde o início, os direitos coletivos e tradicionais desses povos, cujo senso de comunidade é fundamental devido, sobretudo, à inserção dos direitos individuais como categoria básica para o exercício de direitos. A história da formação e consolidação dos Estados latino-americanos foi, assim, marcada pela exclusão e marginalização das sociedades tradicionais e seus referenciais, pois:

As relações destes Estados constituídos no começo do século XIX com os povos originais de seus territórios também são similares. Eles herdaram um passado colonial comum, usaram os povos nas guerras de independência, acreditaram que poderiam integrá-los como cidadãos garantindo-

lhês direitos individuais, inclusive de propriedade da terra, desconsiderando seus usos, costumes, tradições, línguas, crenças e territorialidade; quando em conflito, enfrentaram-nos em guerras sórdidas ou por repressão direta. Os direitos dos povos indígenas, por serem coletivos, foram omitidos das legislações escritas (SANTOS, 2010, p. 92).

Este processo criou pressão sobre a cultura, costumes e tradições, assim como sobre a própria a ideia de territorialidade destes povos que é diferente daquela apresentada pelos Estados, pois, como identificado por Little (2002), ela se fundamenta numa concepção ampla, fundamentada na cosmografia. O conceito de territorialidade desses povos e, portanto, a terra seria produto histórico de processos sociais e políticos que apresenta uma multiplicidade de expressões:

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou título, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 1994, p. 11).

Ou seja, a concepção da terra para estas comunidades seria muito diferente da concepção de propriedade privada ou mesmo do conceito de propriedade estatal. Aqui a terra está envolta de um conjunto de processos históricos, sociais e, principalmente, imersa em um universo de símbolos e significados os quais não podemos identificar se seguirmos a lógica do Estado Moderno Ocidental ou da modernização capitalista. Além disto, o debate sobre a terra na luta dessas comunidades importa especialmente porque o reconhecimento do direito às suas terras ancestrais é a essência da garantia fundamental de seus direitos. Ou seja, é a partir deste que as comunidades verificariam o reconhecimento de todos seus outros direitos, já que estes estão fundamentalmente ligados à Terra Mãe, como afirma Araújo (2006, p. 49):

O direito à terra está, sem sombra de dúvidas, na essência dos direitos dos povos indígenas. Da sua garantia dependem todos os demais direitos e a própria continuidade e reprodução cultural desses povos. Por isso mesmo, em torno da sua aplicação ocorrem os maiores conflitos e aí se opera toda uma usina de fabricação de preconceitos que procuram deslegitimá-lo e desqualificá-lo.

Tal situação, presente em toda história latino-americana, foi realçada durante os regimes militares na região, principalmente na América do Sul e Central, que reprimiram intensamente os indígenas. Segundo Bovo (2002), os povos indígenas, assim como os camponeses, foram no Brasil, por exemplo, os que mais

sofreram violações de seus direitos durante o período ditatorial pelo qual passou o país.⁶

Com a redemocratização, ao longo da década de 80, pode-se destacar que a questão indígena ressurgiu como um dos componentes fundamentais para o desenvolvimento democrático. Apesar das diferenças de intensidade nos países da região, ela foi impulsionada pelos movimentos sociais e pelos tratados internacionais, adentrando o debate político, principalmente nos países em que tal população era majoritária, como no caso andino. Embora seja possível reconhecer alguns avanços desse novo quadro, é importante ressaltar que a questão – como fica evidente com os casos aqui apresentados – está longe de ser definitivamente solucionada (LINERA, 2010). Neste sentido, tais povos adentraram a arena política ao terem inseridos seus direitos nos textos constitucionais e, mais recentemente, elegendo representantes e inserindo suas concepções nas disputas políticas regionais (SANTOS, 2010).

Mesmo no caso brasileiro, pode-se considerar, segundo Little (2004, p. 14) que:

[...] os povos indígenas ganharam força política mediante um processo de organização interna de suas sociedades, alianças regionais e nacionais, entre distintas sociedades indígenas, e até presença no Congresso Nacional. Essas forças exerceram um papel importante no reconhecimento e ampliação de seus direitos na Constituição de 1998.

Essas constituições, diferente do que ocorrera na história constitucional desses países, passaram a reconhecer, em graus diferenciados, os direitos dessas comunidades tradicionais. Com isso, em tese, as sociedades tradicionais passaram a ter seus direitos legitimados pelos seus respectivos Estados nacionais; um direito que na teoria seria à diferença e não assimilacionista. Entretanto, como destacado por Santos (2010), o reconhecimento de caráter coletivo, encontra dificuldade em se realizar visto que o marco jurídico dificulta sua efetivação ou proteção.

A Constituição do Brasil (1988), por exemplo, apresenta importantes avanços em todo o seu texto, sendo que os Capítulos VII (Da Ordem Social) e VIII (Dos Índios) são especialmente importantes ao afirmarem que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

⁶ Reconhece aqui, portanto, a importância do trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade e a sua Comissão específica para casos envolvendo a violação de direitos de comunidades indígenas.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Já a Constituição paraguaia, de 1992, além do reconhecimento de uma ampla gama de direitos nos artigos 62 a 67, reconhece a importância do idioma ao apontar que:

Art. 140. El Paraguay es un país pluricultural y bilingüe.

Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní. La ley establecerá las modalidades de utilización de uno y otro.

Las lenguas indígenas, así como las de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación. (CONSTITUICIÓN DE LA REPÚBLICA DE PARAGUAI, 1992)⁷.

⁷ O processo de colonização paraguaio é considerado diferenciado por Santos (2010). Segundo este autor, o Paraguai foi uma exceção. Entretanto, todo esse processo é revertido após a Guerra do Paraguai durante o século XIX. "Fracia promoveu junto com os indígenas uma verdadeira independência, expulsando os proprietários de terra e os representantes dos interesses espanhóis e ingleses. Com a força do trabalho livre e com uma política de impedir a acumulação capitalista originária e predatória, industrializou o país, garantiu excelente qualidade de vida ao povo, alfabetizado, bem nutrido e profundamente nacionalista. Esta experiência de liberdade durou quatro décadas. Inconformada com o exemplo paraguaio, a Inglaterra incentivou e subvencionou a Argentina, o Brasil e o Uruguai a promover uma guerra de destruição, até que tombasse o último homem paraguaio. Hoje

Apesar desses e outros avanços constitucionais, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que tais direitos possam ser efetivamente desfrutados pelas comunidades a que se destinam. Ou seja, o reconhecimento não conduz necessariamente à sua efetivação. Há entre esses dois pontos o descaso político, o persistente preconceito e desconhecimento da sociedade e, ainda, o avanço das fronteiras agrícolas e o extrativismo nas regiões. Dentre os maiores problemas enfrentados por estas comunidades, como mencionado acima, está o direito à terra, já que este entra em choque diretamente com o atual modo de produção.

Para além das garantias constitucionais enfatizadas anteriormente, o contexto que emergiu após a Guerra Fria impulsionou o surgimento de um conjunto de documentos e tratados que influenciavam e influenciam, ainda hoje, a garantia de direitos das comunidades indígenas espalhadas pelo mundo. Entre eles estão a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989; a Declaração das Nações Unidas (ONU) sobre o Direito dos Povos Indígenas, de 2007; e a Declaração da Rede de Mulheres Indígenas sobre Biodiversidade (RMIB), de 2008. Novos encontros e debates no âmbito da ONU também passaram a promover discussões sobre as condições enfrentadas por essas sociedades, reforçando um posicionamento mais assertivo por parte do conjunto dos Estados, como ocorrido na II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, Rio 92.

Considerando o cenário latino-americano apresentado anteriormente, apesar das especificidades nacionais, pode-se destacar que existem diversos obstáculos comuns na efetivação e realização plena dos direitos de comunidades indígenas. Sendo assim, o que podem fazer, então, essas comunidades para que a plenitude de seus direitos seja reconhecida? O apelo à comunidade internacional defendida por Segato (2006), baseando-se em tratados ratificados pelos Estados internacionalmente, assim como na exposição da situação enfrentada nacionalmente e da publicidade de seus casos, dos seus direitos constitucionalmente garantidos, se constitui numa estratégia aliada importante, senão fundamental, para o enfrentamento de seus problemas.

Sendo assim, a seguir, serão discutidos dois casos selecionados para demonstrarmos o alcance e os limites de tal estratégia, relacionada à atuação destas comunidades com a ONG Anistia Internacional.

3. As comunidades SAWHOYAMAXA (Paraguai) e Apika'y (Brasil): situação e demandas

Os casos escolhidos para este trabalho são os das comunidades indígenas Apika'y (Brasil) e Sawhoyamaxa (Paraguai). Essa escolha se baseou em três

o Paraguai, destruído no século passado, guarda como marca da experiência libertária o fato de todos os paraguaios usarem o guarani como língua de comunicação familiar” (SANTOS, 2010, 76).

fatores: a proximidade dos territórios; a história comum de luta por suas terras ancestrais e a atuação da ONG Anistia em ambos os casos. O caso da comunidade Sawhoyamaxa será utilizado ainda como modelo de organização e atuação para o caso brasileiro, visto que essa comunidade conseguiu o reconhecimento de suas terras depois de uma longa e intensa luta.

3.1 A Comunidade Sawhoyamaxa

A luta pelo reconhecimento das terras ancestrais da comunidade Sawhoyamaxa, que pertence ao Povo EnxetSur, se inicia oficialmente em 1950. Porém, os fatos históricos que resultam nesse processo se desenvolvem anos antes. Depois da Guerra do Chaco⁸ (1933-1936), a região foi submetida a um processo de venda a especuladores estrangeiros, submetendo a comunidade à alienação de suas terras e ao trabalho forçado. O produto imediato desse processo foi, portanto, a perda das terras ancestrais e a veloz e intensa deterioração socioeconômica dessas sociedades, nas quais os indivíduos foram forçados a negar suas estruturas sociais baseadas na economia de subsistência, segundo o relatório da Anistia Internacional Paraguai (2009).

A situação a que ficaram expostas as comunidades que viviam no Chaco, e nelas a comunidade Sawhoyamaxa, não se diferencia muito das de outras sociedades indígenas. A exploração da sua força de trabalho, assim como a plena ausência de serviços públicos básicos (como saúde, educação e habitação) garantidos e fornecidos a essas comunidades, foi e continua sendo bastante expressiva.

Diante do extenso histórico de intensas violações dos seus direitos e da inalterável indisposição do Estado paraguaio de promover qualquer mudança positiva neste cenário, em 1991, a Comunidade Sawhoyamaxa iniciou um processo que exigia a restituição de suas terras. Dispersos, os membros da comunidade se uniram no assentamento “Santa Elisa”, localizado à beira da rodovia Concepción-Pozo Colorado e à frente da propriedade que requeriam por corresponder ao seu espaço ancestral. Inicialmente, não obtiveram qualquer tipo de resposta por parte do governo paraguaio⁹.

Somente em 1998¹⁰, a comunidade Sawhoyamaxa conseguiu da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) um documento e declarações que alegavam que o Estado não havia garantido seus direitos, acentuando seu estado de vulnerabilidade socioeconômica. Solicitavam ainda que o governo

⁸ A Guerra do Chaco foi um conflito envolvendo Bolívia e Paraguai pela posse da área do Chaco. Segundo Bandeira (1998), esta guerra envolvia interesses econômicos e, sobretudo, para o Paraguai, motivos estratégicos. Para a Bolívia a posse do Chaco resultaria em acesso à bacia platina e, portanto, em melhor saída para o escoamento do seu petróleo.

⁹ À esta época o presidente paraguaio era o militar Andrés Rodríguez Pedotti, responsável pelo golpe de Estado que retirou Strossner do poder.

¹⁰ Em 1998, a presidência do Paraguai estava com Raúl Cubas Grau.

paraguaio respondesse tal demanda, o que foi novamente ignorado pelo Estado. Em 2006¹¹, finalmente, a CIDH apresentou um parecer decisivo reconhecendo que esta comunidade havia sofrido um intenso processo de violação de seus direitos. Pautou ainda seu direito à vida, à propriedade e à proteção judicial. De grande importância foi, sobretudo, o reconhecimento e pressão, ordenando a restituição das suas terras ancestrais usurpadas e a condenação do Estado Paraguai. Proferida em 2006, o cumprimento da sentença ficou prevista para o período de no máximo três anos.

3.2 A Comunidade Apika'y

Entre os casos emblemáticos envolvendo comunidades indígenas e a defesa de seus direitos no Brasil, estão os Guarani-Kaiowá da comunidade Apika'y, localizada na cidade Dourados no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Essa comunidade também possui um histórico de ameaça e expulsão de suas terras tradicionais, onde reconhecem a existência do *tekohá*¹², pelo avanço das fronteiras agrícolas representadas, sobretudo, pelas plantações de *commodities* agrícolas, como soja e cana-de-açúcar, das quais o estado é um importante exportador. Segundo Santos (2010, p. 83, grifo nosso):

O povo guarani tradicionalmente manteve seu território compartilhado com outros povos, conseguindo viver em relativa harmonia. Grandes viajantes, buscavam a terra sem males que sabiam estar a leste. *A política oficial do Governo brasileiro em relação a eles foi de total omissão, por isso mesmo são os grandes invisíveis.* [...] No Mato Grosso do Sul, suas terras foram ocupadas e destinadas a imigrantes brancos no início do século, em programas de desenvolvimento.

A luta dos Guarani-Kaiowá, é marcada pela reivindicação e mobilização ao redor da questão da demarcação de suas terras. A comunidade Apika'y, integrada por 15 famílias, em 1990, foi expulsa de suas terras pela ação do agronegócio. Desde então, essas famílias passaram a viver em acampamentos de lonas pretas, assim como outras comunidades ao redor do Brasil. A vida na beira da estrada, em condições precárias, como a falta de condições básicas de sobrevivência, se completa com a constante ameaça à vida dessas famílias (PITSS, 2012). Em 2009, por exemplo, sofreram um ataque de 10 homens armados que diziam que os membros da comunidade deveriam deixar o acampamento. Desse ataque resultaram dois indígenas feridos, um homem e uma mulher (ANISTIA INTERNACIONAL, 2010).

¹¹ Em 2006, o presidente do Paraguai era Nicanor Duarte Frutos.

¹² “Seu território, o solo que se pisa, é um tekoha, o lugar físico, o espaço geográfico onde os Guarani são o que são, onde se movem e onde existem.” (AZEVEDO *et al.*, 2008, p. 10)

Em 2010, após anos de descaso governamental, confinados a pequenos pedaços de terras, a comunidade deveria ter tido suas terras demarcadas pelo governo federal, situação que, entretanto, não se concretizou. Segundo consta no Relatório produzido pela Anistia Internacional, em 2007, o Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul firmou um contrato extrajudicial - o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)¹³, que deveria regulamentar 36 terras indígenas até abril de 2010. Entretanto, o processo não se concretizou, pois foram protocolados reiterados recursos pelo governo do estado, apoiado pelo importante e forte *lobby* de fazendeiros da região.

No que diz respeito à legislação brasileira, dois significativos instrumentos a serem votados podem vir a prejudicar o processo de demarcação e reconhecimento de terras indígenas pelo Estado, processo que já avança com muita dificuldade. O primeiro, relacionado à Portaria 303, permite que sejam revistas as demarcações de terras indígenas já realizadas. O outro é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 de 2000, que transfere a autoridade de demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do poder executivo para o poder legislativo, o que dificultaria, ainda mais, o andamento de tais ações.

4. O ativismo transnacional em ação: a atuação da Anistia Internacional

A história de ligação da atuação da ONG Anistia Internacional com a pauta dos povos indígenas se dá em um contexto posterior à realização da Conferência de Viena, organizada em 1993, quando essa ONG passou a atuar de forma mais intensa no cenário internacional devido ao seu reconhecimento pela ONU, a atenção que os Estados passam a ter à sua atuação e pela própria ampliação de seu mandato¹⁴. Tal interação se aprimorou ao longo do tempo, também porque a presença do movimento indígena em espaços comuns à essa entidade começou a se aprofundar, como pôde ser observado já na II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, a Rio 92, que contou com uma importante participação dos povos indígenas nas discussões realizadas dentro e fora do encontro dos chefes de Estado na ocasião reunidos (ALVES, 2001).

O formato organizacional da Anistia Internacional, com escritórios espalhados em muitos países (mais de 150), é fundamental para a criação de uma

¹³ O TAC (Termo de Ajustamento e Conduta) partia de um compromisso assumido por organizações indigenistas, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), junto ao Ministério da Justiça, Ministério Público Federal e 23 lideranças indígenas, e exigia o restabelecimento de 36 áreas reconhecidas como terras ancestrais.

¹⁴ Foi durante a década de 1970 que, pela primeira vez, violações dos direitos humanos dos povos indígenas foi discutida em atividades internas da entidade (vide Relatório do Conselho Internacional da AI de 1977); àquele tempo ainda vinculadas à questão maior das violações no campo. Porém, somente anos depois a organização viria a elaborar sua ação em relação ao tema, se envolvendo diretamente na promoção de campanhas e ações em defesa dos povos indígenas. Esse movimento esteve relacionado à uma ampliação em seu mandato e à sua expansão organizacional.

forte rede de informações e contatos, fato esse que possibilita a ampliação do alcance de suas campanhas nacionais e permite sua transformação em temas de agenda internacional. Neste sentido, quando uma seção nacional da Anistia Internacional desenvolve uma campanha, ela se torna parte de todo o corpo das atividades produzidas pela ONG, permitindo que as temáticas nacionais sejam exploradas e reivindicadas em outros espaços, por outras seções e grupos de outros países. Tal ação é a que permite e produz o *shaming* internacional, mencionado anteriormente. Em suma, criam-se campanhas de caráter internacional, que apresentadas em diversos países, constroem os Estados a reconhecerem seu comportamento pela pressão pública internacional. Sua ação é exposta no cenário internacional e contraposta aos tratados internacionais assinados e ratificados, buscando alterar o comportamento violador (BAEHR, 2009).

Em 2009, diante o cenário de mobilização constante e depois de uma série de encontros, a ONG Anistia Internacional, em conjunto com a comunidade Sawhoyamaxa, lançou uma campanha chamada “*Visible lo Invisible*” a fim de pressionar a restituição de suas terras, articulando para isso grupos e ONGs nacionais e internacionais. Organizada pela seção paraguaia da organização, a ação contou com o apoio e adesão dos outros escritórios da AI distribuídos pelo mundo¹⁵. Tendo como alvo da ação o reconhecimento da demanda de tal comunidade pelas suas terras, a campanha foi traduzida para o inglês como “*Land is life to us*”. O cartaz abaixo apresenta a mensagem principal da ação em espanhol “*Acá estoy, necesito mis tierras*”.

Figura 1 - Cartaz da campanha pela comunidade Sawhoyamaxa.



Fonte: Site Amnistía Internacional Paraguay.

¹⁵ Quando escrevemos a primeira versão deste texto, era possível encontrar com certo destaque a campanha e petição organizada pela Anistia nas páginas dos escritórios da AI na Holanda e Inglaterra, por exemplo. Em busca recente, ainda é possível encontrar esse material de campanha nos endereços dessas seções pelo instrumento de busca. Um exemplo é o vídeo compartilhado pelo escritório holandês com a tradução do título da campanha para o inglês para “*Land is life to us*”. Disponível em: <https://www.amnesty.nl/actueel/paraguay-overwinning-voor-inheemse-gemeenschap>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Além da produção de documentos e relatórios, como o intitulado “*Estamos reclamando sólo lo que es nuestro*”¹⁶ sobre a situação dos povos indígenas em território paraguaio, a Anistia Internacional organizou eventos e também conseguiu a adesão de importantes personagens nacionais e internacionais para a mobilização da opinião pública e, conseqüentemente, pressão do Estado. Estratégia essa utilizada amplamente pela organização em suas ações transnacionais. Este é o caso do apoio do vocalista do grupo musical porto-riquenho *Calle 13*, que passou a pressionar e a levar aos seus concertos a temática do restabelecimento das terras dessa comunidade e a questão do descumprimento da decisão já tomada pela CIDH, ampliando à audiência da campanha.

Figura 2 - Residente, vocalista do grupo musical *Calle 13*.



Fonte: Site Amnistía Internacional Paraguay.

Após 20 anos de mobilização, no dia 11 de junho de 2014, depois de cinco anos do início da campanha da Anistia Internacional Paraguai, realizou-se um ato que contou com uma grande participação de defensores da comunidade em frente ao prédio no qual se daria a decisão sobre a restituição das terras ancestrais da comunidade Sawhoyamaxa. Neste dia, finalmente, o presidente paraguaio, Horácio Cartes, assinou um documento que permitiu o retorno total dos membros da comunidade às suas terras ancestrais. Apesar de não poder se estabelecer uma relação direta entre a ação pelo ativismo transnacional e os resultados obtidos pela comunidade, deve se ressaltar que a ampliação da pressão pública pelo alcance de uma maior audiência foi relevante para a pressão sob o governo e sua decisão final.

¹⁶ O relatório está disponível para download em: <http://amnistiainternacional.org/publicaciones/73-paraguay-estamos-reclamando-solo-lo-que-es-nuestro-pueblos-indigenas-de-paraguay-comunidades-yakye-axa-y-sawhoyamaxa.html>. Acesso em: 18 set. 2017.

O caso da comunidade Apika'y tem sido diferente. Durante o ano de 2010, a Anistia Internacional realizou uma série de estudos que permitiu a produção e publicação, em 2011, de um detalhado relatório intitulado “*Sabemos dos nossos direitos e vamos batalhar por eles*”¹⁷. Nesse documento ficou evidente a morosidade em reconhecer o direito sobre suas terras ancestrais e a necessidade de mobilização. Em 2013, aprofundando essa relação, o próprio Secretário Geral da entidade, na ocasião Shalil Shetty, e o diretor da seção brasileira, na ocasião Atila Roque, visitaram às comunidades indígenas em Dourados (MS)¹⁸.

Figura 3 - Visita da Anistia às comunidades indígenas em Dourados (MS)



Fonte: Site Anistia Internacional Brasil.

Após a realização de conversas e encontros, o caso da comunidade Apika'y foi adotado pelo escritório da Anistia Internacional Brasil como um dos casos da *Maratona de Cartas da Anistia Internacional: Escreva por direitos (2013)*, a maior e principal campanha da organização, a qual é realizada mundialmente todos os anos. Em sua preparação, são eleitos alguns casos que deverão ser mobilizados pelas seções da organização. O caso da Apika'y foi um dos escolhidos para o ano de 2013. Ela consiste em, basicamente, promoção do envio de cartas às autoridades competentes para a resolução e cessação das violações de direitos humanos constatadas. É importante mencionar que a visibilidade que a Anistia Internacional fornece a esses casos é propriamente a fonte geradora de

¹⁷ O relatório está disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/28000/amr190012011pt.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

¹⁸ Em entrevista dada ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Shalil Shetty reportou suas impressões sobre a visita: “Em pleno 2013, não se pode simplesmente fazer o que se quer nas terras indígenas, como se não houvesse direitos a serem respeitados”. “Aqui, conheci mães que perderam seus filhos pequenos, velhos que perderam seus filhos. Essas coisas acontecem aqui à luz do dia, e não há investigação. As pessoas que cometem esses crimes simplesmente continuam livres. Isso é uma verdadeira vergonha para o Brasil”. Disponível em: <https://cimi.org.br/2013/08/35130/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

pressão. Esta campanha foi o primeiro passo direto dado pela seção brasileira, no sentido de incorporar a pauta e influenciar a ação do Estado diante da situação dos povos indígenas no país. Abaixo o cartaz do caso.

Figura 4 - Cartaz da campanha “Escreva por direitos” de 2013



Fonte: Site Anistia Internacional Brasil.

Dentre as ferramentas utilizadas pela ONG está a produção de um vídeo, legendado em diversas línguas, o qual apresenta a história de descaso do governo brasileiro e a situação enfrentada por esta comunidade.¹⁹ Apesar da mobilização da comunidade Apika'y e da Anistia Internacional, tal caso ainda não foi solucionado. No Estado, apesar dos conflitos constantes entre fazendeiros e indígenas, o processo de demarcação de terras indígenas encontra-se paralisado. Em 2015 e 2016, novamente, a Anistia se envolveria com o caso pela apresentação de “Ações Urgentes” em defesa da comunidade e contra o despejo forçado, que acabou por ser realizado no dia 6 de julho pela Polícia Federal brasileira²⁰. A posição crítica da organização apontou que, além dos despejos forçados serem proibidos pelo direito internacional; apesar de ter sido notificada, não foi dada à comunidade qualquer alternativa de realocação.

Considerações finais

Este trabalho procurou discutir o ativismo transnacional, considerando a atuação da ONG Anistia Internacional nos casos relativos a comunidades

¹⁹ O vídeo pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=n4X9fGVD43c>. Acesso em: 28 abr. 2021.

²⁰ Ação Urgente emitida pela seção estadunidense da organização: <https://www.amnestyusa.org/files/flul6315.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

tradicionais de Paraguai e Brasil. Para tanto, elucidou a emergência dessa forma de atuação como um dos elementos importantes do cenário internacional contemporâneo, apontando o surgimento de redes que contribuíram para o aprimoramento do ordenamento jurídico internacional e a publicização de demandas de grupos marginalizados.

No caso da comunidade Sawhoyamaxa (Paraguai), demonstrou-se que, apesar do ordenamento jurídico nacional e internacional e da mobilização da comunidade, a atuação da Anistia e a campanha (nacional e internacional) por ela desenvolvida foi um elemento essencial na pressão e sensibilização do poder público que, finalmente, respondeu a demanda da comunidade. Certamente a campanha não foi o único fator responsável por tal desenlace, mas permitiu uma maior visibilidade e relevância ao demonstrar a necessidade do governo paraguaio de se submeter às petições internacionais.

No caso da Apika'y (Brasil), apesar da mobilização e inclusão do caso na principal campanha da Anistia Internacional, a demanda ainda está longe de ser atendida pelo estado brasileiro. Isto pode ser resultado tanto dos limites da própria atividade, mas também da influência desta no Estado brasileiro, como da força (econômica e política) de grupos contrários ao processo de demarcação de terras no país. De qualquer forma, a falta de resultados diretos não exclui a percepção de que o ativismo transnacional pode ser uma importante ferramenta aliada à luta de efetivação de direitos em comunidades tradicionais e marginalizadas, embora a organização e mobilização local continuem fundamentais. Com a campanha internacional, um maior número de pessoas conhece o caso da Apika'y e a possibilidade de constrangimento das ações do Estado é cada vez mais potente. Com ela, esses indivíduos igualmente conseguem acessar novos recursos de mobilização em sua luta.

Em suma, a prática do ativismo transnacional entre comunidades indígenas é importante e interessante, pois conduz ao debate sobre seus direitos e a garantia de espaços nos fóruns internacionais e, ao mesmo tempo, permite uma atuação mais abrangente e globalizada de tais demandas. Entende-se, portanto, que essa atuação se posiciona dentro dos aspectos da nossa atual sociedade que ainda, todavia, precisa superar alguns problemas e riscos. O principal deles é o da manutenção da autonomia das demandas locais e, por consequência, da necessidade de evitar a cooptação ou a utilização destas comunidades para outros fins e valores. No limiar deste século, portanto, o ativismo transnacional se transformou numa importante estratégia para as demandas ignoradas, há séculos, pelas elites tradicionais.

Referências

AHMED, Shamima.; POTTER, David, M. Potter. **NGOs in International Politics**. United States: Kumarian Press, 2006.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Report and Decisions of the 10th International Council Meeting of Amnesty International.1977**. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/204000/org100021977en.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Estamos reclamando sólo lo que es nuestro: pueblos indígenas de Paraguay- Comunidades Yanke Axa y Sawhoyamaxa**. 2009. Disponível em: <http://amnistiainternacional.org/publicaciones/73-paraguay-estamos-reclamando-solo-lo-que-es-nuestro-pueblos-indigenas-de-paraguay-comunidades-yakye-axa-y-sawhoyamaxa.html>. Acesso em: 13 set. 2017.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Acá estoy, necesito mis tierras**. [2013]. 1 cartaz. Disponível em: <https://amnesty.org.py/miembros-del-congreso-nacional-deben-mostrar-liderazgo-y-restituir-tierras-ancestrales/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Hacer visible lo invisible**. Amnistía Internacional. 2013. Disponível em: <http://www.amnesty.org.py/hacer-visible-lo-invisible/apoya.html>. Acesso em: 17 set. 2017.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Calle 13 exige la restitución de las tierras ancestrales de la comunidad indígena Sawhoyamaxa**. [2014]. 1 cartaz. Disponível em: <http://amnesty.org.py/calle-13-exige-la-restitucion-de-las-tierras-ancestrales-de-los-sawhoyamaxa/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Sabemos dos nossos direitos e vamos batalhar por eles: direitos Indígenas no Brasil- Os Guarani-Kaiowá**. 2011. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Guarani-2011.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Visita Anistia Internacional às aldeias de Dourados (MS)**. [2013] 1 fotografia. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/direitos-dos-povos-indigenas-estao-sendo-massacrados-nas-americas/>. Acesso em 18 set. 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Governos das Américas colocam o lucro à frente dos direitos dos povos indígenas**. 2012. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/governos-das-americas-colocam-o-lucro-frente-dos-direitos-dos-povos-indigenas/>. Acesso em 18 set. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Campanha Escreva por Direitos**. [2013]. 1 cartaz. Disponível em: <https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/comunidade-apikay/>. Acesso em 18 set. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Paraguai: A decisão do Senado abre possibilidade de uma nova vida para os Sawhoyamaxa**. 2014. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/paraguai-decisao-senado-abre-possibilidade-de-uma-nova-vida-para-os-sawhoyamaxa>. Acesso em: 18 set. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Paraguai sanciona lei que devolve terra ancestral de comunidade indígena após 20 anos de luta**. 2014. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/paraguai-sanciona-lei-que-devolve-terra-ancestral-de-comunidade-indigena-apos-20-anos-de-luta/>. Acesso em: 18 set. 2017.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

ARAUJO, Ana Valéria [org.]. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: MEC/UNESCO, Série Vias dos Saberes, 2006.

AZEVEDO *et al.* **Guarani Retã**. Povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. 2008. Disponível em: http://guarani.roguata.com/sites/default/files/guarani_reta_2008_caderno_em_port_0.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

BAEHR, Peter. **Non-Governmental Human Rights Organizations in International Relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

BOVO, Cassiano R. Martines. **Anistia Internacional**: roteiros da cidadania-em-construção. São Paulo: Annablume, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. **International Organization**, v. 54, n. 4, p. 887-917, 1998. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/2601361>. Acesso em: 28 abr. 2021.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders**. New York: Cornell University, 1998.

LINERA, Álvaro Garcia. **A Potência Plebéia**: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. São Paulo: Boitempo, 2010.

LITTLE, Paul. E. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília, **Série Antropologia**, 332: 2-31, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anoarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MÖHRING, Rubina. **The Impact of the Media**. In: BENEDEK, W. *et al.* Global standards, local action: 15 years Vienna World Conference. Vienna: Intersentia, 2009.

PITTS, Natasha. **Mesmo sob ameaças de pistoleiros, indígenas Guarani Kaiowá vão permanecer em seu território**. 2012. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=69627. Acesso em 18 set. 2017.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. **Transnational Protest and Global Activism: People, Passions, and Power**. New York: Rowman& Littlefield Publishers, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopía em América Latina**. Lima: Sociedad e Política Ediciones, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa [Org]. **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 abr. 2021.

SIKKINK, Kathryn. **The Justice Cascade: How Human Rights Prosecutions Are Changing World Politics**. WW Norton & Company, 2011.

TERRITORIO INDIGENA Y GOBERNANZA. **Comunidad Indígena Sawhoyamaya vs. Paraguay**. 2006. Disponível em: <http://www.territorioindigenaygobernanza.com/sawhoyamaya.html>. Acesso em: 18 set. 2017.

PARAGUAY. [Constitución (1992)] **Constitución de la República del Paraguay de 1992**. Asunción, Presidencia de la República. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/py_3054.pdf. Acesso em 28 abr. 2021.

Paraguay's Supreme Court issues 'historic' land ruling. **The Guardian**. London, 27 de outubro 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/andes-to-the-amazon/2014/oct/07/paraguay-supreme-court-historic-land-ruling>. Acesso em: 18 set. 2017.

VILLA, Rafael A. Formas de influência das ONG na política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, Curitiba, vol.12, p. 21-33, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a02.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ENSINO DE SOCIOLOGIA E DIFERENÇAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MANUAL DIDÁTICO “SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO”¹

CAMILA CAMARGO FERREIRA²

MÁRCIO MUCEDULA AGUIAR³

RESUMO

O ensino de Sociologia, desde a obrigatoriedade da inserção área do conhecimento nos currículos escolares do ensino médio, tem provocado debates sobre suas potencialidades, limitações e desafios. Esse trabalho busca compreender como o projeto curricular da disciplina pode contribuir com processos(des)construção do “outro” na Educação Básica. O “outro” refere-se aos sujeitos marcados pela hierarquização das diferenças de gênero e raça. A tentativa de compreensão será feita a partir da análise dos manuais didáticos de Sociologia, que carregam em suas páginas, de certa forma, a feição que é dada ao conhecimento sociológico escolar.

Palavras-chave: currículos; diferenças; educação básica; ensino de Sociologia; manual didático.

Introdução

Este artigo é fruto de leitura e reflexão, mas também é essencialmente das experiências proporcionadas pelo Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). O trabalho busca apresentar os resultados de uma pesquisa qualitativa baseada no emprego da técnica de análise documental. Seu objetivo foi identificar como os manuais didáticos de Sociologia adotados pelos(as) professores(as) da disciplina no ensino médio das escolas participantes do PIBID de Sociologia

¹ Os resultados deste artigo foram publicados em resumo simples no III Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão (ENEPEX) da Universidade Federal da Grande Dourados e em resumo expandido do 69º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

² Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, mestre em Sociologia e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

³ Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados, doutor, mestre e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.

da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) abordam as diferenças de gênero e raça.

As lutas pelo poder são também, e cada vez mais, lutas simbólicas, e nesse sentido, envolvem a disputa acerca dos significados e sentidos das diferentes formas e experiências de ver e estar no mundo. Entendendo que as diferenças de gênero, raça e etnia não escapam a essas lutas, envolvendo a disputa sobre os significados da diferença, e é importante investigar como essas diferenças são abordadas pelos currículos escolares. Há de se ter em vista que o currículo escolar é um espaço privilegiado de disputas, pois atua na construção e transmissão do saber e, dessa forma, contribui para a produção e reprodução dos significados e representações elaborados socialmente.

A análise se voltará para o currículo da disciplina de Sociologia, cujo projeto é contribuir com a desnaturalização da realidade social e com o questionamento das desigualdades sociais (BRASIL, 2006). Nesse sentido, partimos do pressuposto que o componente curricular, mesmo com seus desafios e limitações, pode contribuir significativamente para a desnaturalização das diferenças de gênero e de raça, através de um currículo que discuta os mecanismos culturais e sociais que operam na elaboração e hierarquização da diferença.

Diferença, binarismos e a *invenção do “outro”*

O florescimento dos chamados novos movimentos sociais, a partir da década de 1960, colocou em questão a noção de classe como única categoria explicativa das desigualdades sociais. Nesse contexto, emergem outras categorias reivindicatórias e explicativas das clivagens sociais, como raça, gênero e sexualidade. Elas produzem e questionam formas de identificação de sujeitos que não têm sido reconhecidos, que têm sido marginalizados na sociedade e mantidos fora da história (WOODWARD, 2009).

A marginalização, o não reconhecimento e o silenciamento/invisibilização da/na história dos sujeitos marcados pelas diferenças de raça, gênero e etnia passa pela produção e regulação da diferença. Há de se ter em vista que apesar de estarem em funcionamento devido a esses mecanismos, essas diferenças possuem dinâmicas próprias e não se objetiva, portanto, essencializá-las ou generalizá-las por meio de quaisquer reducionismos.

Silva (2009) aponta que a enunciação da diferença opera por meio da tentativa de construção da identidade, sendo a diferenciação entre um ou mais sujeitos e/ou grupos o processo central de sua produção. Nessa esteira, Hall (2009) sugere que a identidade se constrói por meio da delimitação do “outro”, ou seja, por meio da relação com aquilo que não é. Por isso, só pode ser lida como aquilo que é construído por meio da diferenciação, ou seja, por meio daquilo

com o que se difere, sendo as identidades constantemente desestabilizadas pelos “outros” marcados como os diferentes, como os de fora.

Desse jeito, a marcação da diferença operando por meio da diferenciação é uma relação de poder, uma vez que requer a produção de significados e representações que se impõe sobre “outro” através da hierarquização e delimitação da diferença estabelecida. Nesse processo de diferenciação, “a definição do que é considerado aceitável, desejável, natural, é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável e antinatural” (SILVA, 2009, p.84). Assim:

a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. [...] Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder (SILVA, 2009, p. 81).

Desse modo, a diferenciação é produzida pelos sistemas de significação e representação através de relações de poder que atribuem sentido e significados à diferença. A hierarquização da diferença se dá pela estruturação desses sistemas em torno de oposições binárias, homem/mulher, masculino/feminino, branco/negro, branco/índio, civilização/barbárie, bonito/feio, normal/anormal, superior/inferior, natureza/cultura, alto/baixo. Woodward (2009) nos mostra que a relação entre dois termos de uma oposição binária envolve um desequilíbrio necessário de poder entre eles. Sendo assim, os termos em oposição recebem uma importância diferencial, um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte que o outro.

Nessa perspectiva, a marcação da diferença envolve, necessariamente, hierarquização de um termo sobre o outro, a partir do que se dão os processos de subordinação e exclusão dos sujeitos definidos pelos termos menos valorizados, ou, em outras palavras, dos sujeitos definidos como o “outro”. Assim, as próprias oposições em que se fundamentam a diferenciação são parte constitutiva dos processos de exclusão, uma vez que a própria oposição baseada em modelos binários requer a hierarquização dos termos em oposição (WOODWARD, 2009).

Louro (2008) destaca que a diferença não preexiste nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida. Em vez disso, ela é atribuída a sujeitos tendo como base uma identidade referência: “Se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão diferentes todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se

afastem (LOURO, 2008, p. 22). Assim, serão marcados como “outro” os sujeitos que se diferem dessa identidade.

Continuamente, as marcas da diferença são inscritas e reinscritas pelas políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por variadas práticas sociais e pedagogias culturais. [...] Portanto, antes de simplesmente assumir noções dadas de normalidade e de diferença, parece produtivo refletir sobre os processos de inscrição dessas marcas. Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados (LOURO, 2008, p. 22).

Com relação a esse processo de construção de “outro”, Castro-Gomez (2005) oferece importantes contribuições, apontando a modernidade como *máquina geradora de alteridade*. Ele sugere que na fase de reorganização do sistema capitalista houve um deslocamento dos dispositivos de poder⁴ que atuam na elaboração e regulação das diferenças. Se na modernidade tais dispositivos de poder construíam o “outro” mediante uma lógica binária que reprimia as diferenças, em tempos de globalização esses dispositivos se apoiam na produção das diferenças.

A tentativa de criar perfis de subjetividade requeridos pelo projeto da modernidade conduziu ao fenômeno que Castro-Gomez (2005) chama de *invenção do “outro”*. A aquisição da cidadania era um funil pelo qual só passavam pessoas cujo perfil se ajustasse ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade, homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. O “outro” desse sujeito eram as mulheres, os empregados, os loucos, os analfabetos, os negros, os hereges e os escravos. A criação da identidade do cidadão moderno na América Latina implicava gerar o “outro” a partir do qual essa identidade pudesse ser medida.

O processo de *invenção do “outro”* e da repressão das diferenças foi parte do projeto da modernidade no contexto da dominação colonial. O colonialismo, estritamente relacionado à modernidade, é produto de uma sistemática repressão de crenças, ideias, símbolos e conhecimentos que não serviram para a dominação colonial, seguido da imposição dos padrões de expressões dos dominantes através do estabelecimento de diferenças incomensuráveis entre colonizador e colonizado (QUIJANO, 1992).

⁴ Para Michel Foucault (1988) o poder não parte de uma matriz geral fixa, mas de correlações de força múltiplas, ou seja, de práticas e relações de poder que operam por meio de uma rede de dispositivos de saber/poder que produzem saberes, discursos e práticas sociais. Foucault (2015) define o termo *dispositivo de poder* como um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Ele entende como *dispositivo de poder* também, a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Trata-se, dessa forma, de um fenômeno político e econômico que constitui as bases da vida moderna e só funcionou por meio da criação de discursos que, baseados em uma visão eurocêntrica, masculinista, racista e heterossexista, sustentaram certas práticas sociais marcadas pela subalternização das diferenças. Embora contestados em muitas esferas da sociedade, pode-se dizer que persistem discursos que conferem privilégio ao tipo de sujeito requerido projeto da modernidade e aloca as posições inferiores mulheres, homossexuais e as populações afrodescendentes e indígenas (BALIEIRO, 2013).

Aníbal Quijano (1992) salienta que apesar do fim do colonialismo em seu sentido explícito, os vetores de força da dominação colonial continuam a operar pelo que ele chama de *colonialidade do poder/saber*, atuando sobretudo nas formas de pensar. Assim, as disputas pelo poder são também, e essencialmente, lutas simbólicas, e nesse contexto, como aponta Woodward (2009), são os sistemas simbólicos que fornecem as novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

Voltamos, dessa maneira, à questão de como e por quais mecanismos a diferença é elaborada. A diferença deve ser pensada como uma relação social, e como tal “sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos e formações estruturadas” (BRAH, 2006, p. 263). No entanto, pensar a diferença como uma relação social ultrapassa fixá-la como uma situação de subalternização presa a uma estrutura fixa de poder.

Pensar a diferença como uma relação social implica destacar os sistemas de significação e representação que atuam na construção dos diversos modos de diferenciação e quais as relações instituídas a partir da marcação da diferença. E nesse sentido “é essencial enfrentar as questões de que matrizes ideológicas ou campos de significação e representação estão em jogo na formação de sujeitos diferentes, e quais são os processos econômicos, políticos e culturais que inscrevem experiências historicamente variáveis” (BRAH, 2006, p.263).

Dessa forma, o que está em jogo no processo de (des)construção do “outro” é a desestabilização e ressignificação dos significados atribuídos às diferenças. Desconstruir o “outro” envolve questionar a hierarquização das diferenças que fundamenta variadas formas de opressão, desigualdade e exclusão. Significa, portanto, questionar como as diferenças são percebidas, por quais meios são ensinadas e quais são os significados atribuídos aos elementos em diferenciação.

Ensino de Sociologia e a (des)construção do Outro

O currículo escolar, enquanto espaço privilegiado de transmissão, construção e legitimação do saber, pode tanto desestabilizar como reforçar a

enunciação e hierarquização da diferença. Com relação a isso, é possível verificar, de acordo com Balieiro (2013, p.27), a predominância no currículo e nas práticas escolares de um modelo baseado em discursos e práticas que privilegiam a adoção de modelos homogêneos e universais como definidores de uma humanidade em abstrato.

O universalismo carrega três características: ele é eurocêntrico, masculinista e heterossexista. Eurocêntrico porque toma como referencial privilegiado as culturas europeias, atribuindo-lhes sempre o protagonismo na história geral da humanidade, em detrimento das civilizações não europeias. Ele é masculinista porque atribui ao homem o papel de sujeito histórico, ocultando e subalternizando as mulheres. E heterossexista porque apresenta como natural as relações afetivas e sexuais heterossexuais e com fins reprodutivos, ocultando ou alocando outras manifestações à esfera da perversão, da anormalidade, da doença ou do desvio (BALIERO, 2013, p. 26).

O universalismo carrega uma quarta, e não menos importante, característica, ele é racista, ao supor a existência de raças e presumir a superioridade da “raça branca” pela ciência racialista do século XIX. A força homogeneizadora dessa identidade universal é diretamente proporcional à sua invisibilidade, uma vez que sua posição de normal é sempre presumida, o que a torna, paradoxalmente, invisível. Assim, numa sociedade em que impera a supremacia branca, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica, a sexualidade “sexualizada” não é heterossexual, mas a homossexual (SILVA, 2009; LOPES, 2008).

Tendo isso em vista, Silva (2009) aponta a ausência de uma *pedagogia da diferença* no espaço escolar que promova o questionamento do modo como as desigualdades são construídas. De acordo com ele, nos últimos anos, as questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se centrais na teoria educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais. Entretanto, essas questões têm sido alocadas numa perspectiva da diversidade, que tomam diferença e identidade como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar uma posição de respeito e tolerância. O currículo fica, assim, limitado à celebração da identidade e da diferença, sem problematizá-las (SILVA, 2009).

Apesar de ainda estar consideravelmente distante de uma pedagogia ou de um currículo da diferença, a proposta do ensino das Ciências Sociais no ensino médio, através da disciplina de Sociologia, comprometida com o questionamento das relações de poder e desigualdades, pode colocar em questão o modo como as diferenças são construídas e hierarquizadas. Esse é ainda um desafio para o Ensino de Sociologia, que tem provocado calorosos debates desde a reinserção da disciplina no currículo da Educação Básica em 2008.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei nº 9.394/96) expressa como uma das finalidades do currículo do Ensino Médio a preparação do/a

aluno/a para o *exercício da cidadania*, atribuindo tal objetivo ao ensino de Filosofia e Sociologia. O ensino das ciências sociais, incorporado no currículo através da disciplina de Sociologia, é apresentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2000) com o objetivo geral de introduzir o/a aluno/a nas questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Ciência Política e Antropologia para contribuir com sua formação para cidadania.

Em vista disso, o texto relativo à disciplina de Sociologia das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006) aponta a necessidade de concretização dessa expectativa no sentido de complementar as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Sociologia. Nesse documento é colocado que o duplo papel da Sociologia como ciência de desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais é imprescindível para a formação da cidadania na/o educanda/o. Como efeito, aponta a necessidade de que o ensino de Sociologia seja construído a partir de recortes do saber sociológico científico que contribuam para o estranhamento e desnaturalização dos fenômenos sociais para que os(as) alunos(as) compreendam e possam lidar com os desafios da sociedade contemporânea e transformá-la.

Desde sua volta ao currículo do Ensino Médio com a Lei nº 11.684/08 como disciplina obrigatória, o processo de consolidação da Sociologia é acompanhado por uma série de desafios políticos, institucionais e epistemológicos. As inquietações dos(as) cientistas sociais com relação ao ensino de Sociologia envolvem a carga horária da disciplina, a formação dos profissionais que atuam como professores da disciplina, conteúdos e temas abordados pela Sociologia na escola, as concepções e discursos dos manuais e materiais didáticos da disciplina, o espaço e papel da disciplina no currículo escolar, a sua permanência nas escolas brasileiras.

Dentre os vários trabalhos já publicados, estão o de Meucci (2007), Silva (2007), Oliveira (2011), Jinkings (2007), Sarandy (2004). Em relação aos desafios discutidos por esses autores e essas autoras está o de se pensar a Sociologia que é ensinada nas escolas, o que envolve refletir sobre os temas, teorias e conceitos propostos pelo currículo da disciplina na Educação Básica e quais os significados que eles produzem acerca da realidade social.

Pensado sobre o conhecimento sociológico que vai às salas de aula do ensino médio, Oliveira e Eras (2011, p. 124) destacam que a Sociologia como disciplina escolar parece se afastar de qualquer projeto desnaturalizador da realidade, uma vez que tem se limitado a mera transposição de saberes do meio acadêmico para o meio escolar com a repetição de categorias e conceitos. De modo semelhante, Santos e Kawakami (2015) ressaltam que os currículos da disciplina têm dado uma ênfase nos autores e teorias das obras consideradas clássicas das ciências sociais, que localizadas no contexto histórico-cultural da modernidade trazem concepções que podem contribuir para invisibilização

e/ou subalternização das diferenças de gênero, étnico-raciais e sexuais no processo da aprendizagem sociológica na escola.

É importante sublinhar, que as Ciências Sociais é um saber localizado no contexto histórico-cultural da modernidade, e como tal colocou luz sobre muitos dos fenômenos da sociedade moderna, mas, absorvendo do meio social padrões existentes de dominação, contribuiu também para a ocultação de alguns desses fenômenos como a marginalização das mulheres e de outros grupos subalternizados (MARIANO, 2000).

Tendo isso em vista, há de se refletir sobre como o conhecimento sociológico escolar tem sido construído, se a ênfase nos autores e teorias consideradas clássicas, bem como a transposição de conteúdo do meio acadêmico para o meio escolar podem contribuir para a construção de um conhecimento que favoreça a desnaturalização de fenômenos sociais que atuam na manutenção as relações de poder, como a produção e enunciação da diferença.

Com respeito a isso, pretende-se tecer algumas reflexões através da análise do manual *Sociologia em Movimento*, buscando identificar em que medida o conhecimento sociológico presente no manual contribui para a (des)construção do “outro”. Além de um importante instrumento de mediação do conhecimento sociológico no contexto escolar, os manuais didáticos, adotados no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Sociologia na educação básica, podem se constituir em um importante meio de investigação dos objetivos, conteúdos e do caráter que é dado à disciplina (SARANDY, 2004). Além disso, considerando que o livro didático é produto de elaboração cultural, é possível explorar também os discursos e representações em disputa em suas páginas.

A pesquisa com o livro didático

A circulação e distribuição de manuais didáticos nas escolas públicas brasileiras é feita pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que seleciona e apresenta os manuais das disciplinas componentes do currículo da Educação Básica que podem ser adotados nas escolas. A escolha dos manuais nas escolas é feita pelos(as) professores(as) de cada disciplina a cada três anos. Essa escolha leva em consideração vários fatores, dentre eles o Projeto Político Pedagógico da escola e o referencial curricular de cada estado. No caso da disciplina de Sociologia, os manuais da disciplina são volumes únicos, o livro escolhido pelos professores(as) é utilizado nos três anos do ensino médio.

A inclusão da disciplina de Sociologia no PNLD é recente, pois na primeira edição, de 2012, apenas dois manuais didáticos foram aprovados, enquanto que na segunda, de 2015, foram aprovados seis manuais. As obras aprovadas nessas edições estão indicadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Manuais didáticos de Sociologia selecionados pelo PNLD 2015

Obra	Autor(es(as))	Editora	Edição	Ano
Sociologia Para o Ensino Médio	Nelson Dacio Tomazi	Editora Saraiva	3°	2013
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Helena Bomeny Bianca Freire-Medeiros Raquel Balmant Emerique Julia O'Donnel	Editora do Brasil	2°	2013
Sociologia	Silvia Maria de Araújo Maria Aparecida Bridi Benilde Lenzi Motim	Editora Scipione	1°	2013
Sociologia em Movimento	Vários Autores	Editora Moderna	1°	2013
Sociologia Hoje	Silvia Maria de Araújo Maria Aparecida Bridi Benilde Lenzi Motim	Editora Ática	1°	2013
Sociologia Para Jovens do Século XXI	Luiz Fernandes de Oliveira Ricardo Cesar Rocha da Costa	Imperial Novo Milênio	3°	2013

Fonte: Guia de livros didáticos PNLD 2015 (BRASIL, 2015).

Entre 2015 e 2016, o PIBID de Sociologia da UFGD desenvolvia atividades em quatro escolas estaduais. Dessas, três adotavam o manual *Sociologia em Movimento* e uma o manual *Sociologia Hoje*. Sendo que uma delas adotava no turno matutino o livro *Sociologia em Movimento* e no turno vespertino o livro *Sociologia para o Ensino Médio* de Nelson Dácio Tomazzi, da primeira edição do PNLD, tal situação se dava em razão da falta de exemplares do livro adotado no período matutino. Essa falta se justifica pelo fato de que o número de livros solicitados estava de acordo com o número de alunos matriculados em 2014. Com o aumento de matrículas em 2015, a quantidade de livros solicitados não atendeu à demanda, ficando as turmas do período vespertino com os manuais do PNLD de 2012, que já estavam disponíveis na escola.

Devido ao fato de a maioria das escolas adotavam a obra *Sociologia em Movimento*, optou-se pela análise desse manual. A pesquisa com o livro foi desenvolvida a partir da leitura dos seus conteúdos, textos, imagens e silêncios sobre determinados temas, a partir do que buscamos identificar e analisar os conteúdos relacionados às diferenças de gênero, raça e etnia.

A (Des)construção do “outro” nos manuais didáticos de Sociologia

A Sociologia presente no manual *Sociologia em movimento* faz jus ao título em alguns momentos da obra, se tratando de um conhecimento dinâmico, atento aos pormenores da vida social, dos problemas contemporâneos e preocupado com a transformação de alguns aspectos da realidade. Entretanto, em alguns capítulos é possível encontrar uma Sociologia nada em movimento, mas presa à mera repetição de categorias e conceitos, fenômeno destacado por Oliveira e Eras (2011). Em outros momentos ainda, é possível perceber a tentativa de relacionar a categorias e conceitos das diversas teorias sociológicas com elementos do cotidiano urbano-contemporâneo. Essas nuances podem ser explicadas pelo fato do livro ter sido escrito por várias mãos: foram seis autoras e treze autores responsáveis por sua elaboração.

O manual organiza-se em torno de temas e questões consagradas pelas Ciências Sociais, como a Sociologia dos três clássicos, Marx, Weber e Durkheim, a relação entre indivíduo e sociedade, trabalho e sociedade, estratificação social e desigualdades sociais, cultura e ideologia, poder, política e Estado, processo de socialização, instituições sociais etc. Há no manual também, temas e abordagens relacionados a questões contemporâneas como globalização, mídias digitais, internet, redes sociais, meio ambiente, espaço urbano, movimentos sociais. No que tange a abordagens sobre as diferenças de raça, gênero e etnia, há dois capítulos que tratam especificamente as temáticas de raça e gênero. A temática indígena aparece em alguns capítulos através de sugestões de pesquisa e de exemplos.

O capítulo Cultura e ideologia aborda, como o próprio nome sugere, os conceitos de cultura e ideologia, mostrando que as diferenças percebidas entre as sociedades e culturas levou a explicações que em determinados períodos históricos enfatizavam os determinismos geográficos e biológicos. Nesse ponto, é citada a contribuição da antropologia evolucionista com o processo de colonização da África no século XIX. A antropologia é apontada como ciência que “tenta dar conta de todos os aspectos das sociedades humanas que não são biológicos ou naturais, mas transmitidos por meio da interação social, e que constituem seu universo simbólico” (SILVA *et al.*, 2013, p. 59). São citados nomes masculinos consagrados da antropologia norte-americana e europeia como Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss e suas contribuições para as discussões no que tange ao conceito de cultura.

Em seguida, o capítulo volta-se para uma discussão sobre o etnocentrismo e o relativismo cultural, partindo de exemplos do colonialismo e do eurocentrismo e de suas permanências. Nessa parte aparecem imagens retratando aborígenes australianos e indígenas da etnia Suruí localizada no Brasil. A imagem dos Suruí utilizando câmeras e GPS, pode contribuir para o questionamento da visão de que os indígenas “perdem a cultura”, como aponta Terence Turner

(1991), ao dominar aspectos da sociedade nacional, que vão desde a língua portuguesa, a medicina e a tecnologias de comunicação.

Por outro lado, não há nesse capítulo qualquer menção à temática indígena brasileira, antropólogos e antropólogas brasileiras ou às teorias da cosmologia contato, apenas uma rápida menção às culturas ameríndias, que reproduzimos aqui.

Ao longo da história da humanidade os contatos entre povos com diferentes práticas culturais despertaram estranheza e, muitas vezes, rejeição. As consequências, em muitos casos, foram devastadoras para as sociedades e culturas mais fracas militarmente, que tiveram seus valores culturais relegados a uma posição subalterna, quando não extintos. Foi o caso das culturas ameríndias, que viram suas manifestações culturais e seu modo de vida ser dizimados no contato com o colonizador europeu (SILVA *et al.*, 2013, p. 64).

Mais adiante, na seção *Indicações* – parte do livro que oferece sugestões de filmes, vídeos e livros relacionados ao conteúdo abordado – há a sugestão de um vídeo com a seguinte descrição “a luta dos índios guarani no Mato Grosso do Sul para manter suas tradições religiosas diante da constante proliferação das igrejas pentecostais em suas terras. Os rituais indígenas são tratados como demoníacos” (SILVA *et al.*, 2013, p. 81).

No que tange à temática indígena, pode-se dizer que há ausências significativas no manual. Essas meras menções não dão conta da complexidade da temática indígena brasileira, que não pode faltar no currículo de uma disciplina cujo projeto é o compromisso com a desnaturalização da realidade social e questionamento das desigualdades sociais.

As diferenças étnico-raciais são abordadas no capítulo *Raça, etnia e multiculturalismo*. Esse capítulo inicia-se com a questão “Por que o racismo persiste no Brasil e como podemos combatê-lo?” (SILVA *et al.*, 2013, p. 103). Esse capítulo mostra como o preconceito, discriminação e segregação ainda fundamentam a manutenção das desigualdades sociais. São explicados cada um desses conceitos, e a partir deles outros, como estereótipos, minorias, estigmas. Kebengele Munanga e Vera Maria Candau são as referências para se pensar sobre os preconceitos. Logo de início há a seguinte indicação:

Preconceitos de classe, de crença, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de etnia, de cultura, entre outros dão base para diferentes formas de discriminação e segregação. Essas práticas, que expressam estruturas hierárquicas, socialmente constituídas, valorizam certos grupos sociais em detrimento de outros. Assim, os métodos de discriminação e segregação materializam processos ideológicos fundamentados em preconceitos que refletem a hegemonia de um grupo social e a consequente subordinação dos demais (SILVA *et al.*, 2013, p. 104).

Os conceitos são explicados a partir vários exemplos, como charges, reportagem de jornal, de exemplos históricos, com o *Apartheid*, também a partir de exemplos sobre as desigualdades de gênero. Partindo do contexto histórico colonização em direção às teorias raciais, o capítulo se volta para uma discussão centrada na raça, racismo e etnia, apontando o sucesso da ideologia racial no Brasil do século XIX, a busca pelo “branqueamento” da sociedade, a teoria da democracia racial, o mito da democracia social, a partir dessa discussão são citados Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

O capítulo volta-se, então, para a problematização das desigualdades entre brancos e negros, apontando que “os pretos e pardos constituem metade da população total, mas representam a grande maioria da população pobre” (SILVA *et al.*, 2013, p.117). Mais adiante indica que “no Brasil o racismo está bastante enraizado nas práticas sociais, o que impede que a população perceba conscientemente seus efeitos destrutivos para a sociedade” (SILVA *et al.*, 2013, p. 117).

Posteriormente, é apontada a adoção do termo “etnia” como possibilidade de superação do conceito de raça:

Por não carregar sentido biológico, o termo etnia colabora para superar a ideia equivocada de que a humanidade se dividiria em “raças superiores” e “raças inferiores”. Isso porque o conceito de etnia enfatiza a cultura. Quando usado, faz supor que o indivíduo pode pertencer a um grupo e aprender as características desse grupo, ou mesmo contribuir, criando novas práticas ou inovando as já existentes (SILVA *et al.*, 2013, p. 119).

A esse respeito, Nilma Lino Gomes (2012) sugere que substituir o termo raça por etnia não resolve na prática, o racismo que existe no Brasil e nem altera totalmente a compreensão intelectual que se tem desse fenômeno. Por isso, pesquisadores e militantes ao falar sobre a população negra brasileira ainda adotam o termo raça, entretanto, não o adotam no sentido biológico, mas no sentido social. Compreendida nesse sentido, a ideia de raça é uma construção social, política e cultural produzida por meio das relações sociais e de poder ao longo da história. E entendendo que a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social, os militantes do Movimento Negro do Brasil, acreditam ser politicamente mais conveniente tentar manter o termo raça, sem negar evidentemente, a necessidade de utilização do termo etnia, mas diferenciando-o do termo raça (GOMES, 2012).

Assim, essa problematização em torno do termo raça poderia contribuir muito com o debate sobre o racismo nas páginas desse capítulo, ao mostrar que as diferenças raciais são construídas e percebidas socialmente. A sugestão da etnia como superação da raça no sentido biológico, leva o debate para o caminho da evocação da diversidade cultural, correndo o risco de ficar no plano do

respeito e da tolerância e não promovendo o questionamento de como as diferenças são construídas e percebidas.

A partir de uma discussão sobre o multiculturalismo e a interculturalidade, que traz nomes como Aníbal Quijano e Ahyas Assis, o capítulo promove um debate sobre as ações afirmativas apontando como exemplo os EUA e as cotas no Brasil. Além do acesso à internet e redes sociais, o manual didático se constitui como uma ferramenta de acesso à informação na vida dos jovens que o utilizam. Assim, seria muito relevante que o manual didático explicasse como funcionam os sistemas de cotas, haja visto que é voltado para jovens prestes a concluir a Educação Básica e a tentar o ingresso no Ensino Superior. Entretanto, o manual aborda as cotas a título de ilustração das ações afirmativas, nota-se, assim, a ausência de um debate mais aprofundado sobre o sistema de cotas.

Como se pode ver, esse capítulo mobiliza importantes elementos para pensar as relações étnico-raciais. Pode-se dizer que responde à pergunta inicial que questiona sobre o porquê de o racismo permanecer no Brasil. Todavia, seria importante enfatizar alguns dos elementos que aparecem, como o sistema de cotas e o conceito de raça. De modo geral, esse capítulo se estrutura em torno da tentativa de explicar as origens e permanências do racismo, atrelada à perspectiva do “respeito e aceitação da diversidade”. As desigualdades étnico-raciais aparecem em outros momentos da obra, como no capítulo Estratificação e desigualdades sociais, que traz um debate sobre as desigualdades na sociedade brasileira e dentre estas, as de gênero.

As diferenças de gênero são o tema do capítulo Gênero e sexualidade. Esse capítulo parte de uma diferenciação entre gênero, sexo e sexualidade. O sexo é relacionado a aspectos biológicos, é de acordo com as diferenças biológicas que uma pessoa será definida como homem, mulher ou, “em raros casos, como intersexual” (SILVA *et al.*, 2013, p. 338). A identidade de gênero é explicada como construção cultural, como “o conjunto de características que orienta nossa relação com o masculino ou o feminino, e revela a diferença cultural entre os sexos em uma dada sociedade” (SILVA *et al.*, 2013, p. 338).

É importante essa diferenciação entre identidade de gênero, sexo e sexualidade para mostrar que ambas são produzidas socialmente. Todavia é necessário pensar sexo e gênero para além da dicotomia que aparece no capítulo. Machado (2005) questiona a ideia gênero culturalmente construído e do sexo naturalmente dado. Assim, gênero e sexo são construídos socialmente, o gênero não é construído a partir da diferença sexual, mas constrói a diferença sexual. As diferenças sexuais são percebidas a partir do “olhar generificado sobre a anatomia” (MACHADO, 2005, p. 253).

Como nos outros capítulos do livro, é por meio de explicações conceituais que vai sendo construída a discussão do tema. Assim, a subalternização feminina, a homofobia e a transfobia são explicadas ao longo de suas páginas a

partir de conceitos como androcentrismo e patriarcado. Esse capítulo aborda a divisão sexual do trabalho e retoma alguns conceitos do capítulo *Socialização e controle social* para explicar como padrões culturais são construídos através de relações de poder baseadas no gênero e na sexualidade.

Nesse ponto, é possível observar algumas contradições, o capítulo *Socialização e controle social* faz uso de alguns exemplos estereotipados para ilustrar os papéis sociais, como no caso de duas imagens que buscam representar mulheres em diferentes papéis sociais, uma aparece grávida, associada, portanto, à maternidade, e a outra está representada como professora, reforçando o papel feminino construído socialmente. Estudos sobre a divisão sexual do trabalho mostram que as mulheres, apesar de conquistarem espaço no mercado de trabalho, continuam ocupando funções relacionadas ao papel feminino, como cuidado ou transmissão da educação.

No capítulo é apontada a questão da divisão sexual do trabalho, o lugar da mulher no mercado de trabalho com a *feminização* do trabalho no contexto da globalização e a reprodução das desigualdades por meio desse processo. Além disso, partindo das contribuições dos estudos feministas, é mobilizado um debate sobre o sujeito identitário do movimento feminista e as várias formas de ser mulher. Aparece então o nome de Angela Davis e Patrícia Hill Collins como representantes das orientações do feminismo pós-colonial e do feminismo negro. É destacado também, mesmo que brevemente, a introdução da crítica feminista no Brasil.

É abordada a teoria *queer*, a partir das contribuições de Michel Foucault e a teoria da *performatividade* de Judith Butler. Nesse momento, há a ausência de um questionamento em torno da categoria mulher que parta das contribuições da teoria *queer*, dada a possibilidade de se pensar sobre o sujeito identitário do feminismo a partir dos estudos *queer*.

O capítulo sublinha o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersex e outros(as) (LGBTQI+) na luta pela desconstrução da homossexualidade como anormalidade, mostrando o papel da igreja e da família como instituições importantes na definição da sexualidade e dos papéis de gênero. Aparece, nesse sentido, a crítica do padrão de normalidade da família nuclear mostrando possibilidades de arranjos familiares variados, a partir da antropologia.

O fim do capítulo dedica-se a abordar a violência contra a mulher e a conquista de direitos femininos. São citadas referências históricas como Olympe de Gouges, o movimento das *sufrajettes*, dia 8 de março de 1857. Também mostra a luta dos movimentos LGBTQI+ por direitos e igualdade, as permanências de quadros de violência contra as mulheres e a homofobia.

Esse capítulo mobiliza uma rica discussão sobre as relações de gênero, mostrando como os padrões de sexualidade e gênero são elaborados socialmente e permeados por relações específicas de poder. O capítulo discute dados

sobre as desigualdades salariais no mundo do trabalho entre mulheres e homens, sobre a participação feminina na política, sobre a violência doméstica, abordando homofobia e a transfobia, os movimentos de luta por direitos e igualdade das mulheres e dos coletivos LGBTQI+.

É interessante destacar que quase não aparecem referências brasileiras ou latino-americanas nesse capítulo, no geral, as questões de gênero são abordadas através do debate feminista e *queer* euro-norte-americano, com a clara separação entre teoria feminista e teoria *queer*, mulheres para um lado, homossexuais e transexuais para outro. Faltam informações sobre os vários movimentos feministas contemporâneos, que não são citados nesse capítulo e nem no capítulo *Movimentos Sociais*, que possui uma abordagem mais teórica-conceitual dos movimentos sociais.

Por vezes, é possível perceber no manual a concentração de conteúdos em capítulos específicos o que é importante porque permite um maior aprofundamento de determinados temas, como as relações de gênero e étnico-raciais. No entanto, pode produzir um conhecimento sociológico fragmentado. Tendo em vista que o manual é utilizado nos três anos do ensino médio, e nem sempre é trabalhado de acordo com a sequência dos capítulos, se faz necessário um maior diálogo entre os conteúdos e temas apresentados.

A relação entre os temas e conteúdos é dada por menção a conceitos já trabalhados ou a serem trabalhados nos capítulos. Seria totalmente possível ir introduzindo alguns temas em determinados capítulos mais centrados em escolas de pensamento ou na discussão de conceitos sociológicos e antropológicos. O que se percebe é o contrário, a concentração de explicações sistemáticas de conceitos e autores e autoras em determinados capítulos e a discussão de temas e fenômenos sociais em outros. Ainda assim, não dá para negar que os conteúdos e temas estão relacionados no manual, mesmo que de maneira fragmentada. Talvez seja um recurso didático-pedagógico encontrado pelos vários autores e autoras para produzir um conhecimento sociológico voltado para as salas de aula da Educação Básica

Desse modo, nota-se que as diferenças de gênero e raça são abordadas em capítulos específicos e explicadas a partir de conceitos específicos ligados ao tema e através de conceitos sociológicos consagrados das ciências sociais. Esses capítulos trazem elementos importantes para a discussão de como as diferenças de gênero e raça são elaboradas e construídas socialmente. O mesmo não se pode dizer com relação à temática indígena, que não aparece no manual, a não ser a título de exemplos ou sugestões de trabalho e pesquisa. Ao fim da análise, somam-se mais questionamentos do que respostas. Como pensar e construir um currículo voltado para a diferença que ultrapasse a perspectiva da diversidade e coloque em questão o modo pelo qual as diferenças são produzidas?

A análise do manual mostrou que o ensino de Sociologia, mesmo que com suas limitações, tem muito a contribuir a esse respeito. Os conteúdos e temas trabalhados pelo manual mobilizam uma Sociologia preocupada com a compreensão dos fenômenos da vida social, ainda que mais voltada à vida e questões urbanas. Em alguns momentos uma Sociologia mais preocupada com a explicação de conceitos, em outros uma Sociologia preocupada com a mudança e transformação social. Mas, no geral, uma Sociologia que procura explicar como se dá a construção e elaboração da realidade social, buscando romper com as naturalizações dos fenômenos e desigualdades sociais.

Considerações finais

A partir da análise do manual *Sociologia em movimento*, podemos perceber que a disciplina de Sociologia na escola se mostra um campo fértil para desconstruir e desestabilizar a hierarquização da diferença. Deste modo, sua potencialidade de preparar os alunos e alunas para o exercício da cidadania se realiza justamente a partir da sua contribuição para compreensão da vida social e do modo como são construídas as opressões e desigualdades. Essa ênfase no questionamento e desnaturalização da realidade social é dada pela possibilidade de mudança que a compreensão dos fenômenos sociais pode oportunizar para a ampliação da cidadania no Brasil.

Gayle Rubin (2003), em uma entrevista à Judith Butler, sugere que a compreensão de que a realidade é construída socialmente não conduz necessariamente à mudança social. No caso do ensino de Sociologia é possível pensar que, de fato, a mera compreensão dos fenômenos não conduz à transformação alguma. Ainda mais se tratando de uma compreensão elaborada a partir de um saber localizado no espaço-tempo euro-norte-americano, como é possível perceber nas páginas do manual.

É nesse sentido, que Larissa Pelúcio (2012) destaca que para pensar nossa realidade peculiar é necessário construirmos nossas próprias ferramentas conceituais e teóricas. O desafio da Sociologia escolar parece ser abordar a nossa realidade social através de nossas próprias categorias, teorias e conceitos – e não só da Sociologia escolar, como da ciência social acadêmica também. Há tentativas no manual analisado de apresentar teorias e conceitos mais voltados à nossa realidade específica, citando autores e autoras brasileiras e em alguns casos até latino-americanos(as), mas são esporádicas ou à título de exemplos, alocadas na sessão *Saiba mais* do manual, parte que busca introduzir informações complementares ao tema dos capítulos.

Mesmo diante disso, tratando especificamente de como são abordadas no manual as diferenças de raça e de gênero, é difícil acreditar que a compreensão de como variadas formas de opressão e desigualdades são produzidas em

torno dessas diferenças não produza pelo menos inquietações nos(as) alunos(as). Dentre as potencialidades do conhecimento sociológico escolar está o de produzir estranhamento e inquietação frente a realidade social, é nessas potencialidades que reside as possibilidades de compreensão de fenômenos sociais. Essa compreensão, ainda que não conduza necessariamente à transformação social, pode, entretanto, tornar consciente a reprodução de mecanismos específicos que contribuem para a manutenção de assimetrias específicas de poder.

A análise do manual didático lança, assim, importantes elementos para pensar como o ensino de Sociologia tem sido construído e seus desafios. O livro didático não esgota em si as possibilidades e potencialidades do ensino de Sociologia na educação básica, o consideramos como um instrumento do processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Sociologia. Como tal, não é um elemento fixo, fechado em si mesmo, estando sujeito às formas como é utilizado em sala de aula pelos professores e professoras, alunas e alunos, a questionamentos e interpretações diversas. É importante, assim, investigar a relação professor(a)-aluno(a)-livro e pensar as possibilidades e desafios dos materiais didáticos a partir do olhar dos alunos(as) e professores(as).

Tendo isso em vista, não se objetiva uma análise dicotômica que aponte se o manual contribui ou não contribui para a desconstrução do “outro”. Mas ao contrário, buscamos perceber em suas páginas os possíveis diálogos e reflexões que o conhecimento sociológico escolar pode proporcionar para o questionamento e desnaturalização das relações baseadas nas diferenças de raça, etnia e gênero.

Diante disso, restam algumas inquietações quanto ao futuro da disciplina no Brasil, dado que é recente sua reinserção no currículo e que ainda se encontra na fase de institucionalização. A reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº13.415/2017, que tirou a obrigatoriedade da disciplina na educação básica, também oferece um horizonte de muitas incertezas e aflições para a disciplina e para os(as) cientistas sociais. Cabe um intenso diálogo e mobilização política entre os professores da disciplina, entre escola e universidade, que promova reflexões sobre os desafios da disciplina nessa fase. Nesse ponto, o Programa Institucional de Iniciação à Docência tem muito a contribuir, uma vez que, pode proporcionar esse diálogo e se constituir não só como um espaço de iniciação à docência, como preparação para a sala de aula, mas como um espaço de reflexão sobre o campo disciplinar do conhecimento sociológico na Educação Básica.

Referências

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Diferenças, sociedade e a escola. In: SILVÉRIO, V. R. et al. (org.). **Relações étnico-raciais**: um percurso para educadores. São Carlos: EDUFScar, 2013. p. 17-56.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Conhecimentos de Sociologia. **Orientações curriculares para o Ensino Médio - Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos – PNLD 2015: Sociologia**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu** [online], n. 26, p. 329-376, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais– Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOMES, Nilma Limino. Movimento negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

JINKINGS, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. **Mediações**, Londrina, v.12, n.1, p. 113-130, jan./jun.2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Rev. Pro-Posições** [online], v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cad. Pagu**[online], n. 24, 2005, pp. 249-281.

MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cad. Pagu**[online], n. 30, p. 345-372, jan./jun., 2000.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, pp. 31-66, jan./jun., 2007.

OLIVEIRA, Amurabi. Ensino de Sociologia: desafios epistemológicos para o Ensino Médio. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 119, p. 115-121, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi. ERAS, Lígia Wilhelms. Por um Ensino de Sociologia descolonizado. **Realis**, v. 01, n. 01, p. 123-133, 2011.

RUBIN, Gayle. BUTLER, Judith. *Tráfico sexual – entrevista*. **Cad. Pagu** [online], n. 21, p.157-209, 2003.

SANTOS, Bruno Silva Santos; KAWAKAMI, Erica Aparecida. Uma leitura do ensino de Sociologia na educação básica: contribuições da crítica pós-colonial. **Em Tese**, v. 12, n. 2, 2015.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A Sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de Sociologia para o ensino médio no Brasil. 142 f. Dissertação (mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA Afrânio *et al.* **Sociologia em movimento**. Componente curricular: Sociologia. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos**, Natal, v.8, n.2, pp.403-427, 2007.

SILVA, Thomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Thomaz T. da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TURNER, Terence. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. Tradução de David Soares. **Rev. Cadernos de Campo** [online] v.1, n. 1, p. 68-85, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, H. (org.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER NA PRODUÇÃO CULTURAL BRASILEIRA: A PERSPECTIVA DAS PRODUTORAS CULTURAIS ¹

THAYS NOGUEIRA DA SILVA²

ANDRÉ LUIZ FAISTING³

RESUMO

O presente capítulo tem como objetivo compreender como as produtoras culturais no Brasil manifestam-se sobre as dificuldades e restrições no cotidiano de seu trabalho e a satisfação que o exercício da profissão é capaz de proporcionar. Partindo, portanto, das narrativas das próprias produtoras, buscou-se desvendar como as colaboradoras da pesquisa entendem a produção cultural e como avaliam o trabalho que realizam. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, presenciais e à distância, com produtoras culturais que atuam em diferentes áreas da produção cultural e em diferentes regiões do país. Além da questão relativa ao mercado de trabalho para as produtoras culturais, caracterizado pela presença da informalidade e da precarização, concluiu-se que o campo da produção cultural é marcado, também, por relações assimétricas de gênero e de poder.

Palavras-chave: mulheres; produção cultural; relações de gênero e poder.

Introdução

A função de produção cultural é parte fundamental do momento organizativo da cultura, exigindo de profissionais que atuam na área habilidades técnicas e práticas de diversas áreas do conhecimento, sendo capazes de “tornar viável e dar concretude aos produtos e eventos decorrentes dos processos de imaginação e invenção desenvolvidos pelos criadores culturais” (RUBIM, 2005,

¹ Texto baseado em parte da dissertação de mestrado, defendida em 2020, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD e intitulada *Produtoras Culturais: estudo sobre a participação das mulheres na Produção Cultural brasileira*. A pesquisa analisou a participação das mulheres na produção cultural brasileira, partindo, sobretudo da narrativa das produtoras culturais

² Produtora cultural, servidora pública e mestra em Sociologia pela UFGD.

³ Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar e Professor de Sociologia dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da UFGD.

p. 21). Contudo, a figura da(o) produtora(or) cultural permanece, em geral, desconhecida e não valorizada. Além do fato da produção cultural ser uma área de atuação relativamente nova, é no contexto de um modelo de institucionalidade cultural em que o investimento na cultura se dá, sobretudo, por meio de leis de incentivo fiscal, que nasce a demanda por profissionais atuarem em todas as etapas de um projeto, desde sua formulação, captação de recursos até sua execução e prestação de contas. É em resposta a essa demanda que surgem as(os) produtores culturais.

Ciente das contradições imbricadas no fazer da produção cultural e partindo das definições e características previamente estabelecidas sobre ela, buscamos compreender a rotina do trabalho da produção cultural exercido por mulheres, evidenciando a percepção que estas profissionais têm a partir das funções que realizam, dos problemas e restrições que encontram no cotidiano e, ainda, das alegrias que o exercício da profissão é capaz de proporcionar. É, sobretudo, a partir deste olhar, da narrativa das mulheres produtoras, que este trabalho se constrói, na tentativa de desvendar como as colaboradoras da pesquisa entendem a produção cultural, suas fases e etapas, e como avaliam o trabalho que realizam.

Para alcançar esse objetivo a pesquisa se desenvolveu por meio de entrevistas semiestruturadas, presenciais e à distância, com produtoras culturais. No total foram realizadas 17 entrevistas, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, durante a Semana Internacional da Música,⁴ e durante a Women's Music Event.⁵ Além disso, foram realizadas entrevistas presenciais com produtoras culturais que atuam em Dourados (MS) e entrevistas à distância com produtoras culturais que atuam em outras regiões do país.

Partindo, portanto, das vozes dessas mulheres, de seus discursos, percepções, angústias e dificuldades, foi possível compreender melhor como se dá a participação das mulheres nessa complexa atividade que é a produção cultural. Não se pode negar o quanto as mulheres têm sido fundamentais na produção cultural brasileira e como historicamente a produção cultural tem sido realizada por mulheres, mesmo que na maioria das vezes esse protagonismo não fique evidente ou esteja encoberto por figuras masculinas que são, em geral, as detentoras de poder nas estruturas dos projetos e trabalhos artísticos. E é por esse motivo que esta pesquisa esteve profundamente comprometida com o objetivo

⁴ A Semana Internacional da Música de São Paulo, realizada anualmente, é uma das mais importantes feiras de negócios de música da América Latina. O evento tem como objetivo discutir novas ideias e conceitos sobre o mercado da música, e conta com palestras, oficinas, mesas de debate e shows em sua programação.

⁵ O Women's Music Event é uma plataforma de música, negócios e tecnologia vista através da perspectiva feminina que se propõe realizar, entre outros, um evento anual de discussão da indústria da música através do olhar das mulheres, com uma programação composta por palestras, oficinas, mesas de debate e shows.

de evidenciar o papel fundamental que as mulheres exercem na produção cultural brasileira.

O que é ser produtora cultural a partir da narrativa das entrevistadas

É um trabalho que te escolhe

Empresária, 34 anos, São Paulo-SP, colaboradora da pesquisa

Os aspectos que envolvem a decisão de ingressar na carreira de produtores culturais são diversos e se apresentam de forma diferente para cada área da produtora cultural. Segundo Costa (2007), existem diferentes formas de entrada de profissionais neste mercado de trabalho, quais sejam: sujeitos que aprendem e refletem sobre o ofício da produção cultural no cotidiano exercício de seu trabalho; sujeitos que já estão incluídos em mercados de trabalho mais complexos e estruturados, fazendo com que sintam a necessidade de adquirir formação mais específica na área da produção cultural; e sujeitos que desejam uma formação específica na área pela via acadêmica, mesmo não tendo experiências práticas com produção cultural anteriormente. Como veremos a seguir, a realidade das produtoras culturais ouvidas na pesquisa difere, de certa forma, das razões apresentadas pelo autor.

Não é fácil estabelecer as razões objetivas que influenciaram no desejo e na entrada de profissionais neste mercado de trabalho. Entre as entrevistadas pôde-se evidenciar que a escolha em ingressar nessa profissão, apesar de diferente para cada uma delas, possui contornos semelhantes no sentido de indicarem que a produção cultural não seria uma “carreira dos sonhos”, talvez por ainda não ser uma profissão consolidada no mercado de trabalho brasileiro ou pelo fato de se configurar como um campo profissional ainda em formação e, por isso, ainda com muitas contradições, dificuldades e instabilidades. Diferente de outras carreiras, a produção cultural não está presente no imaginário da maioria da população, sequer como uma possibilidade, menos ainda como um trabalho idealizado, uma carreira desejada. A partir da questão “como decidiu se tornar produtora cultural”, as mulheres entrevistadas, em geral, iniciavam respondendo que não escolheram, mas foram escolhidas. Conforme relatado por uma das entrevistadas:

Foi acontecendo, é um trabalho que te escolhe, e pra você ver como também é tão difícil encontrar profissionais pra esse mercado mesmo que eles tenham passado por uma formação, porque é empírico, é ter muitas vezes esse *feeling* sabe, puta a casa vai cair, e agora o que eu faço? (Empresária, 34 anos, São Paulo-SP).

Assim, ressalta-se que muitas vezes o acaso acaba por direcionar essas mulheres para o caminho da produção cultural. É importante refletir, portanto, em que medida essa decisão motivada pelo acaso das circunstâncias da vida dessas mulheres se reflete na estruturação do mercado de trabalho em produção cultural, bem como em suas características, e até mesmo na falta de reconhecimento destas profissionais. Seria precipitado afirmar que este é um elemento fundamental para o entendimento no que tange a invisibilização do trabalho das produtoras culturais. Todavia, o fato de a decisão por seguir essa carreira se constituir a partir de acontecimentos da vida dessas mulheres e não pelos caminhos que foram socialmente construídos como habituais (formação acadêmica, por exemplo), é um componente que precisa ser considerado.

Podemos observar também que muitas vezes o trabalho com produção cultural acaba ocorrendo por haver uma relação anterior das produtoras culturais com expressões artísticas ou com o fazer cultural propriamente. O envolvimento com a arte desde a infância e/ou adolescência, mesmo que indiretamente, se reflete na definição dos caminhos a serem seguidos por elas e acabam influenciando na escolha de qual carreira seguir:

Eu não decidi né? Decidiram por mim. Na verdade eu tenho uma relação muito passional e intensa com a música desde criança, não sei te explicar de onde veio, foi uma coisa... todo mundo adora dizer uma história romântica que meu pai era músico e... não, na minha casa nada aconteceu assim, mas eu sempre fui muito ligada a música (Produtora cultural, 33 anos, São Caetano-SP).

Outro viés que se desenha a partir da narrativa das entrevistadas é o do exercício da produção cultural na medida em que suas características pessoais fossem vantajosas para a realização desse trabalho. Ainda, a tomada de decisão também se apresenta de maneira que, seja no ensejo de sua formação universitária, seja no início de suas carreiras profissionais, a produção cultural se apresentasse quase que como um caminho bastante óbvio a se seguir:

Não tive um tempo de pensar “ah, eu quero ser isso”, as coisas foram acontecendo, eu fui vendo que eu era boa para lidar com problemas, para resolvê-los e fui ficando, foi indo. (Produtora Cultural, 34 anos, São Paulo - SP)
Foi um processo muito empírico. Sentia que coisas precisavam ser feitas para fomentar a cultura no meu nicho e fui lá e fiz. Não consigo apontar um ponto de virada (Produtora executiva, 23 anos, São Paulo-SP).

Sobre este aspecto, ressalta-se o quanto o exercício da produção cultural para estas mulheres se baseia, sobretudo, no que é por elas experienciado, na percepção de que possuem características pessoais que seriam vantajosas para o exercício da profissão, bem como a partir da observação do ambiente em que estão

inseridas, enxergando nestes espaços possibilidades de atuação que ainda não haviam sido experimentadas. Fica evidente, assim, o quanto há no exercício da produção cultural uma demanda por esta sensibilidade em perceber o que pode ser feito e de que maneira pode ser feito, sensibilidade essa que acaba por se constituir em um sentimento quase que onipresente em todas as esferas e etapas da produção cultural realizada por mulheres.

Ainda sobre a tomada de decisão, observamos que muitas vezes mulheres as artistas acabam atuar como produtoras culturais, por essa ser a única forma de promover seu trabalho, tendo em vista a escassez de recursos. Assim, a necessidade é o fator crucial para que essas mulheres passem a atuar como produtoras culturais:

Eu me decidi tornar produtora, na verdade, não foi uma decisão, foi uma obrigação, eu precisava fazer isso para vender meus shows, pra fazer rodar minha música, então foi mais por uma necessidade (Articuladora cultural, 29 anos, São Paulo-SP).

[...] no momento que eu como atriz queria fazer um projeto de criação meu eu senti essa necessidade, então a produção veio nesse lugar, foi uma necessidade, necessidade que surgiu na prática, como eu ia fazer? Eu não poderia contratar, não tava numa realidade que eu iria contratar uma produtora né, então era eu mesmo que tinha que fazer (Produtora cultural, 36 anos, Dourados-MS).

A realidade no Brasil para o campo das artes contribui para compreender as razões da existência de “artistas/produtoras”. Deixando de lado a produção no *mainstream*⁶, a maioria das pequenas e médias produções carece, principalmente, de recursos financeiros para contratar uma equipe de profissionais, onde cada um exerceria uma função específica dentro de cada um desses projetos. Na realidade, o que vemos é que, diante desta escassez, as funções acabam por se sobrepor, pois muitas vezes essa é a única maneira para realizar o projeto. Assim, as artistas acabam exercendo elas mesmas o papel de sua produtora cultural.

Há, ainda, uma última explicação por parte de algumas entrevistadas, e que difere das anteriores, para justificar a decisão de se tornarem produtoras culturais, qual seja, a de que essa escolha seria a única maneira de se manterem envolvidas com o campo artístico:

Estava num emprego corporativo, infeliz. Arte me faz feliz. Produzir é minha forma de participar da arte (Produtora cultural, 39 anos, Salvador-BA).
Sempre me interessei por arte em geral, e como não tenho nenhum dom, parti para a produção cultural (Produtora cultural, 29 anos, Toledo-PR).

⁶ Sobre o termo *mainstream*, Frédéric Martel (2013, p. 16) esclarece: “A palavra, de difícil tradução, significa literalmente “dominante” ou “grande público”, sendo usada em geral para se referir a um meio de comunicação, um programa de televisão ou um produto cultural que vise um público amplo. *Mainstream* é o inverso da contracultura, da subcultura, dos nichos”

O que se pode deduzir a partir dos relatos é que, apesar dos diferentes caminhos que estas mulheres traçaram para iniciar suas carreiras como produtoras culturais, há semelhança entre eles no sentido de que os caminhos foram trilhados aleatoriamente. A trajetória dessas mulheres, portanto, é o elemento fundamental nessa escolha. Os relatos destacados também nos levam a concluir que a decisão em ingressar na carreira de produtora cultural acaba sendo resultado de múltiplos acontecimentos na vida dessas mulheres, tanto pessoal como profissionalmente. Assim, estes relatos nos ajudam a entender também de que maneira o mercado de trabalho em produção cultural se configura e se estrutura no Brasil.

A partir da indagação sobre quais seriam as características necessárias para ser uma “boa” produtora cultural, novamente as respostas demonstraram semelhanças entre si. Características como paciência, organização e responsabilidade foram citadas pela grande maioria das produtoras culturais entrevistadas:

[...] paciência, equilíbrio emocional, organização né? Uma outra coisa que eu não consigo nem encontrar uma palavra mas, assim, o produtor, ele precisa, ele não pode ficar preso em nada, é uma pessoa que tem que se permitir ser flexível a tudo, desde uma situação que você queria que acontecesse que dá errado, que é o que mais ocorre no nosso dia-a-dia, mas até ideias mesmo. Estar sempre disposto a repensar o que você tinha, enfim, como certo, sabe, e como modelo, como padrão, isso não existe. (Produtora Cultural, 33 anos, São Caetano – SP)

Paciência, muita paciência, e ter pelo menos um senso de organização assim, e conhecer da sua área. Se é do cinema, tem que conhecer todo mundo, tem que ver filme, tem que ir em mostra, tem que entender o que está se passando. Em música a mesma coisa, tem que estar antenado, tem que conhecer pessoas, tem que ir em show quando você está de saco cheio mesmo, tem que ir lá conhecer a pessoa (Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP).

Se considerarmos que a produção cultural é uma atividade que exige das(os) profissionais nela envolvidos uma série de habilidades nas mais diversas áreas, é curioso constatar que habilidades como paciência e organização sejam as mais citadas pelas colaboradoras da pesquisa. Deduz-se, assim, que as produtoras culturais são profissionais com forte capacidade de planejamento e grande potencial de organização. Tal afirmação não significa, contudo, que essas seriam características essenciais para atuar como produtora cultural, ou que a ausência dessas características significa que a pessoa não seja uma “boa” profissional. Ao contrário, o que se empreende aqui é a tentativa de caracterizar elementos definidores em relação ao trabalho exercido pelas mulheres ouvidas nesta pesquisa.

Além disso, a partir do relato das entrevistadas podemos constatar que as produtoras culturais precisam apresentar grande capacidade de adaptabilidade, tendo em vista que comumente seu trabalho é atravessado por imprevistos e acontecimentos que fogem ao controle, demandando aptidão para agir com

destreza e agilidade. Especificamente em relação à paciência, podemos analisá-la a partir da necessidade de desempenhar todas estas funções complexas, acrescido do fato de também serem as produtoras culturais as responsáveis pela gestão e coordenação de pessoas, de sua equipe, de prestadores de serviço ou de outros profissionais.

Toda essa complexidade precisa ser conduzida de maneira a evitar desgastes desnecessários, procurando atender aos anseios não só do projeto ou evento, bem como dos artistas, da equipe técnica, do público e de outros agentes envolvidos nesse processo. E sem paciência para lidar com todo esse emaranhado de demandas o exercício da produção cultural tende a se tornar mais árduo e exaustivo, por vezes sobrecarregando estas mulheres. Para além destas demandas, não se pode ignorar que existem outras questões que fazem com que a paciência seja elemento primordial para as produtoras culturais, das quais podemos citar, entre outras, a baixa remuneração, jornadas de trabalho extenuantes e instabilidade da carreira. O que se observa a partir desses relatos é a complexidade do trabalho que desenvolvem, pois além do conhecimento técnico inerente ao exercício das funções, há a exigência de atuação ágil e tranquila diante de circunstâncias inesperadas e imprevisíveis. Assim, além da sobrecarga de funções técnicas, recai sobre essas profissionais a sobrecarga emocional, o que provavelmente é marcado, também, pela relação de gênero.

Por outro lado, quando questionadas sobre como é ser mulher e produtora cultural, muitos relatos apontam que, apesar dos desafios e dificuldades, elas encontram no trabalho como produtoras culturais uma fonte de satisfação e realização profissional. Ou seja, ser produtora cultural é motivo de orgulho para elas, possibilitando certo grau de independência e de oportunidade para concretização de seus desejos e metas pessoais, além de ferramenta de luta e espaço de acolhimento delas próprias e de outras mulheres. Com efeito, de acordo com pesquisa do DataSim (2019), 59,6% das participantes relataram que para reverter a situação atual do mercado de trabalho procuram contratar mais mulheres. Como argumenta uma das entrevistadas:

[...] eu tenho como política agregar outras mulheres nas coisas que eu faço. É óbvio que eu trabalho com homens, gosto de homens, mas sempre que eu posso chamar uma mulher para operar uma mesa de som eu chamo, uma iluminadora eu prefiro que seja uma mulher, eu tenho esse respeito mesmo assim, porque eu acho que a gente precisa se unir (Produtora cultural, 33 anos, São Caetano-SP).

Apoiado no relato acima nota-se que a presença de mulheres na produção cultural interfere diretamente na organização e na estruturação das equipes de trabalho para executar as funções dentro de um projeto, evento ou obra artística, quando há condições humanas e materiais para que essa interferência ocorra.

Assim, algumas produtoras culturais procuram contratar preferencialmente mulheres quando existe essa possibilidade, acreditando ser essa uma forma de fortalecer e incentivar o trabalho de outras mulheres que atuam em atividades da produção cultural e de áreas correlatas. Infelizmente as produtoras culturais nem sempre dispõem de meios para contratar outras mulheres, tendo em vista o cenário de recursos financeiros escassos, a ausência de mulheres ocupando posições de direção e coordenação de projetos, bem como a dificuldade de encontrar mulheres que exerçam funções técnicas da cadeia produtiva da cultura. Isso não significa, contudo, que essas profissionais não existam, mas que são profissionais invisibilizadas.

No que se refere aos papéis sociais atribuídos às mulheres, ressalta-se, inicialmente, que a identidade social de homens e mulheres é constituída a partir da incumbência de diferentes papéis, da atribuição de diferentes funções e responsabilidades para mulheres e homens. Baseada nessa diferença de papéis é que se convencionou, por muito tempo, que as responsabilidades domésticas e de cuidado com os filhos seriam atribuições da mulher, visão que até hoje recai sobre elas. Ao naturalizar esse papel atribuído às mulheres, deixa-se de lado que essas características são socialmente construídas e passa-se a crer que elas têm origem em uma essência ou natureza feminina, ignorando-se os processos socioculturais que desencadearam essa construção (SAFFIOTI, 1987). Ao contrário, o trabalho doméstico tem sido historicamente imposto às mulheres, as quais têm sido treinadas e socializadas para atenderem de maneira satisfatória estas demandas (FEDERICI, 2019). Ou seja, esse papel foi sistematicamente atribuído a elas de maneira compulsória. Ao relatar as dificuldades que enfrenta em seu trabalho por ser mulher, a produtora cultural abaixo explicita:

É difícil, assim, um dos motivos que me fez inclusive, a princípio, escolher a docência em vez da produção foi justamente essa questão de ser mulher, mãe de família né? Eu tinha dois filhos e eu sempre escutei que eu não parava em casa, que eu não dava atenção, que eu viajava demais, que eu tava sempre talvez até em festas, porque a gente produz, e produz evento e espetáculos, enfim, todo esse meio né? Então tem todo esse entorno machista de que você tá lidando com um bando de homem porque a maioria dos técnicos são homens, e aí você tá no meio. E eu acho que assim que tem, rola um preconceito grande assim em cima desse papel de eu ser mulher e eu produtora. E aí eu não tenho tempo para a minha família, não tenho tempo para os meus filhos, que se fosse ao contrário, se fosse o trabalho do meu marido, eu falo assim da minha situação dentro de casa mesmo, eu tenho certeza que não seria tão cobrado inclusive por mim talvez, porque isso também tá dentro de mim, dentro da forma que eu fui criada, que a mãe é que tem que ter a maior atenção. (Produtora cultural, 37 anos, Dourados-MS).

Por ser a produção cultural uma profissão que demanda, entre outras coisas, disponibilidade para trabalhar em horários bastante flexíveis, demandas que quase sempre são realizadas em espaços que não constituem os ambientes clássicos de trabalho (empresa, escritório, entre outros), as mulheres acabam sendo cobradas por deixarem de atender aos papéis de gênero que lhe foram atribuídos. Sendo assim, não é surpresa o que foi relatado pela produtora cultural acima. As expectativas que nela recaem como “mãe de família” se confrontam com as expectativas exigidas no exercício do trabalho que realiza, ou seja, “que eu não parava em casa”, “que eu viajava demais”, “não tenho tempo para os meus filhos”. Constatou-se que muitas vezes, para a família e para as pessoas em geral, o fato de atuar como produtora cultural afeta o papel exercido de “mulher e mãe de família”.

Concluímos, assim, que as produtoras culturais ainda enfrentam a tarefa árdua de conciliar sua profissão com os cuidados com a família e o trabalho doméstico. Assim como observado por Segnini (2014) em sua pesquisa com trabalhadores da música, as relações de gênero observadas entre o grupo das mulheres que atuam como produtoras culturais se articulam com as relações de classe social, evidenciando o quanto o trabalho em sua esfera reprodutiva acaba por influenciar no exercício da produção cultural realizado por elas.

O trabalho das mulheres como produtoras culturais: informalidade e precarização

Produção é lidar com o caos

Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP, colaboradora da pesquisa

Como já afirmado, o campo da produção cultural como carreira consolidada no Brasil ainda não é uma realidade. A ausência de órgãos e entidades que regulamentem a profissão, a desvalorização e a baixa remuneração do/as profissionais, a instabilidade profissional já que quase sempre atuam na esfera informal, e a desestruturação do mercado de trabalho na área cultural são características que fazem parte do cotidiano de trabalho de grande parte das(os) produtora/es culturais no Brasil. Diante do cenário que atualmente se configuram as políticas públicas de cultura, aliado ao histórico de contradições e rupturas democráticas no país, não surpreende que o mercado de trabalho da área da produção cultural careça de regulamentação e valorização.

Ressalta-se que quando há ausência do Estado em promover acesso e disseminação da cultura, a iniciativa privada assume essa função, financiando, contudo, as produções que atendam às demandas de mercado. Assim, iniciativas culturais com apelo comercial acabam sendo patrocinadas em detrimento de outras iniciativas. Conforme relatado pela entrevistada abaixo, sem o aporte de

recursos públicos a maior parte dos projetos e iniciativas culturais que não atendem as expectativas da iniciativa privada fica impossibilitada de acontecer:

[...] está cada vez mais limitado, porque o aparelho público não funciona, a gente tem leis de incentivo e um fundo de cultura que paga mal ou não paga certo e você fica muito dependente do dinheiro desses mecanismos para realizar coisas porque a iniciativa privada, principalmente no estado está se lixando, não tem interesse nisso ou tem interesse em coisas muito grandes, *mainstream*, que são coisas pontuais, são feitas uma vez por ano e que não são necessariamente uma coisa de criação de público, de interação [...] falta de patrocínio, falta de aporte, falta de entendimento do Estado do que a gente está fazendo, poder público se lixando, achando que cultura não é prioridade, é isso eu acho (Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP).

Para além das instabilidades e contradições que marcam o campo das políticas culturais no Brasil (SILVA, 2020), há ainda o imaginário popular de que a cultura não é necessária, de que não é dever do Estado investir em políticas públicas de cultura, o que acaba por reforçar uma narrativa negativa de que artistas e trabalhadores envolvidos com a cultura são descartáveis. Assim, é importante ressaltar que este processo de desvalorização da cultura não é recente, e que se relaciona intrinsecamente com a configuração da sociedade brasileira, sobretudo se analisarmos a conformação das políticas públicas no país em paralelo à ineficiência do Estado brasileiro em garantir o acesso à cultura e aos bens culturais, o que impossibilita que o acesso à cultura seja entendido como um direito fundamental.

Todos estes fatores acabam por influenciar, ainda que indiretamente, no reconhecimento da profissão de produtora/produtor cultural, tornando essa profissão bastante invisibilizada. Como argumentaram duas entrevistadas:

Não, ninguém nem sabe que a produção existe. Tipo assim, as pessoas acham que a gente organiza festas. [...] Até hoje não sabem o que eu faço, só sabem que eu trabalho muito, que eu trabalho à noite (Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP).

[...] por muito tempo a profissão do produtor era vista pela sociedade como assim, o cara vai lá, vai numa festa, vai no espetáculo de música, vai tipo, ele vai se divertir só, as pessoas não têm noção do que é preciso, de todo o trabalho que é preciso para fazer um evento que seja pequenininho acontecer, de todo mundo que está atrás, todo mundo que está envolvido. Você só vê o resultado, então eu vou assistir um espetáculo, vou assistir um espetáculo de uma banda de rock e aí eu vejo, produtor fez isso aí, mas o produtor tá fazendo o que na hora do show? Tá assistindo o show? Não, ele tá ligado em tudo, resolvendo um monte de coisa mas assim ele tá ali, para o público ele não é a pessoa que tá se apresentando, ele não é da banda. [...] e o público não vê o produtor no palco, na cena, no filme, na TV, em cima do palco do teatro ou de um palco de música. Então acho que por

isso assim que também, que as pessoas não sabem qual é a função desse produtor, o que ele faz, e aí por isso que fica também uma coisa assim né? Uma coisa de segundo escalão, porque ele não é o artista, ele não apareceu ali e aí então, ah, o que ele faz então? (Produtora Cultural, 37 anos, Dourados-MS).

Podemos dizer que até mesmo profissionais diretamente envolvidos na área cultural por vezes têm dificuldade de entender a importância da atuação da(o) produtor/a cultural, reflexo do desconhecimento das particularidades que integram a profissão. Tal dificuldade e falta de reconhecimento também se explica pelo fato de que, na maioria das vezes, as(os) produtoras(os) culturais exercem seu trabalho nos bastidores, atrás do palco, em funções logísticas, de administração de pessoas e equipes, portanto, distante dos holofotes. Como observado por uma das produtoras entrevistadas:

Acredito que é um trabalho muito necessário, mas nem sempre tão cativante quanto estar no palco ou mesmo no nome de uma tela; muitas vezes vamos a uma determinada ação cultural que teve um produtor envolvido, mas na maioria das vezes não sabemos quem está por traz disso. É uma profissão desvalorizada no âmbito artístico e cultural. A minha participação nesse lugar vem pela necessidade ou falta do mesmo (Produtora cultural, 22 anos, Dourados-MS).

A ausência de regulamentação da profissão é outro fator que contribui para a falta de reconhecimento. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), produzida pelo Ministério do Trabalho com objetivo de retratar, identificar e reconhecer as profissões do mercado de trabalho brasileiro, a profissão de Produtor Cultural foi incluída em 05 de janeiro de 2010, a partir de uma alteração do título da profissão Empresário de Espetáculo, que havia sido incluída na classificação em 30 de dezembro de 2008. Segundo a CBO, dentre as atividades do produtor cultural destacam-se as seguintes: implementar projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia. Para tanto, criam propostas, realizam a pré-produção e finalização dos projetos, gerindo os recursos financeiros disponíveis para o mesmo. Assim, a inclusão da profissão na CBO é recente, e pouco contribuiu para sua regulamentação e regularização. Convém mencionar, ainda, que o projeto de lei que trata da regulamentação da profissão de Produtor Cultural, proposto em 2014 na Câmara dos Deputados, segue em tramitação.

Ainda não existem sindicatos e/ou órgãos que regulamentem ou representem especificamente as/os produtoras/produtores culturais. Também não há regulamentação sobre a formação acadêmica na área, e tal formação também não inclui todos os aspectos necessários à formação teórica e prática da produção

cultural. Assim, conforme relatado pela entrevistada abaixo, a falta de regulamentação, de profissionais com uma formação sólida e condizente com o trabalho prático que precisa ser realizado, e a falta de organização do mercado profissional em produção cultural, se traduzem também em dificuldades enfrentadas pelas produtoras culturais no exercício de sua profissão:

[...] porque é um mercado que, a nossa função mesmo é muito maltratada no sentido de que, primeiro, ela não tem uma instituição formadora ou instituições que formam né? Existem faculdades, cursos superiores de produção, mas eles estão, eles passam muito raspando com relação ao que a gente da música faz na prática. Então, é uma profissão que não é regulamentada, ela não é sindicalizada, é uma profissão que você pode, qualquer pessoa pode se autointitular produtor né? E é uma das coisas mais complicadas, do mercado pra mim, em todos os sentidos, tanto entre contratantes, donos de casa, produtores de casa, produtores locais, é um mercado que ainda tem muitos mal profissionais, eu acho que... ah, mas todo mercado tem! Beleza, mas acho que no mercado da produção isso é muito mais crônico por conta disso que seu estou te falando, tudo é muito informal, tudo é muito empírico, os produtores se tornam produtores fazendo e não estudando, não vão atrás. Então é muito difícil mesmo você encontrar pessoas que são realmente profissionais nas funções que elas desempenham (Produtora cultural, 33 anos, São Caetano-SP).

Como consequência da falta de regulamentação e regularização, a questão da informalidade também assola o trabalho das(os) produtoras(os) culturais, no sentido de que se não há órgãos e instituições fiscalizadoras responsáveis pelo controle e garantia da aplicação de direitos trabalhistas, o trabalho formal acaba por ser uma exceção. Aliado a estes fatores, é necessário ressaltar, ainda, que grande parte das pequenas e médias produções contrata profissionais de maneira temporária, muitas vezes sem contrato de trabalho ou de prestação de serviços. Segundo Hirata (2009), entre os indicadores que caracterizam o trabalho precário pode-se citar a inexistência de direitos sociais e proteções sociais, a ausência de direitos sindicais e horas reduzidas de trabalho que derivam em baixos salários, resultando quase sempre na precariedade e baixos níveis de qualificação. Podemos afirmar, assim, que o trabalho das produtoras culturais é, em certa medida, caracterizado pela informalidade e pela precarização, pois ainda que extremamente escolarizadas, as produtoras culturais padecem das ausências de direitos e da intermitência de seu trabalho.

Há, ainda, produtoras culturais que trabalham em seus próprios projetos de maneira independente. O trabalho de forma independente, conforme relatado pela produtora cultural abaixo, permite alto grau de liberdade, tanto da carga horária quanto da criação e concepção dos projetos, podendo colocar em prática seu potencial criativo, produzir e gestar seus projetos e/ou trabalhos artísticos de maneira emancipada:

Queria trabalhar de forma independente (principalmente sem horários fixos) para que pudesse ter tempo para estudar, pois sempre realizei pesquisas dentro da universidade (no momento, estou no segundo ano do mestrado). Assim optei pela produção cultural, área na qual realizo atividades que gosto, na maioria das vezes em projetos que eu mesma elaboro, escrevo e coordeno (Produtora cultural, 27 anos, Maringá-PR).

Vemos, assim, que o trabalho independente se mostra satisfatório. Contudo, também se caracteriza por ser instável e sem garantias, na medida em que a informalidade pode acarretar uma série de problemas, dentro os quais o fato de que por não haver uma estrutura rígida de carga horária de trabalho, muitas mulheres acabam sendo expostas a jornadas exaustivas que ultrapassam os limites legais estabelecidos para a jornada de trabalho, prejudicando sua saúde física e psicológica. Assim, além da rotina exaustiva, de sazonalidade e de intermitência do trabalho como produtoras culturais, grande parte dessas mulheres não possuem vínculo empregatício e são contratadas para atuar isoladamente em projetos e/ou eventos, não gozando, portanto, de direitos trabalhistas e de garantias sociais.

[...] acho que o trabalho de produção vem carregado de uma rotina muito louca e eu acho que a gente também tem que lutar para mudar isso, que a gente não precisa ter a vida tão corrida, mas o *modus operandi* da produção cultural é esse (Produtora cultural, programadora e curadora, 33 anos, São Paulo-SP).

Associada às longas jornadas de trabalho, a sobreposição de funções é mais um dos reflexos da informalidade e da precariedade. Se pensarmos na realidade das pequenas e médias produções, a maior parte delas não dispõe de recursos financeiros para contratar profissionais. E a ausência de profissionais específicos exercendo funções pré-determinadas dentro das produções dá origem à sobreposição de funções que, na maioria das vezes, acabam sendo exercidas pelas produtoras culturais que compõem essas produções.

Eu sou produtora cultural e eu faço várias coisas dentro da produção. Então eu não faço exatamente produção executiva porque eu faço montagem também, eu não faço só montagem, porque eu faço financeiro, então eu sou produtora e faço qualquer coisa mesmo. [risos], o que cair no meu colo eu vou descascando esse pepininho (Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP).

Há, também, associada às dificuldades relatadas acima, a questão da remuneração, já que muitas mulheres relataram que recebem salários menores quando comparados com os salários recebidos por homens. Conforme afirmado por Hirata (2018), ainda hoje há desigualdades entre mulheres e homens no

mercado de trabalho, tendo em vista que as posições ocupadas por homens e mulheres na hierarquia social, na hierarquia profissional, na divisão e atribuição de trabalhos domésticos ou na representação política ainda não são as mesmas. Portanto, não causa surpresa que os salários recebidos por homens e mulheres que atuam na produção cultural também não sejam equânimes.

Sobre as dificuldades, é a dificuldade que a mulher encontra em todas as áreas né? É, por ganhar menos, então eu acho que ganhar menos em produção cultural para mulheres ainda acontece. (Articuladora Cultural, 29 anos, São Paulo – SP)

E questão de salário também, assim, eu acho que a gente está atrás porque a gente começou depois, porque se tivesse todo mundo começado a treta junto sabe, era nosso já, era nosso, porque é mais, na minha cabeça a gente é muito mais multitarefa do que homem, a gente consegue lidar mais com caos e, que é o caos, produção é lidar com o caos (Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP).

Em relação às diferenças salariais percebidas por mulheres e homens no mercado de trabalho em geral, observa-se que no ano de 2016, na França, as mulheres ganhavam em média entre 9 e 15% menos que os homens (SILVERA, 2016). No Brasil, a remuneração média feminina no ano de 2011 correspondia a 82,5% da remuneração média masculina (LAVINAS *et al.*, 2016). O que podemos concluir, portanto, é que as diferenças salariais entre mulheres e homens que existem no mercado de trabalho em geral também são reproduzidas no campo da produção cultural. Importante ressaltar que, segundo um dos depoimentos acima, mesmo sendo “mais multitarefa” que os homens, ou seja, mesmo que as mulheres envolvidas na área da produção cultural possuam, na opinião da entrevistada, maior capacidade de realização de várias atividades simultâneas e mais habilidade para lidar com o “caos”, ainda assim são afetadas pelas assimetrias salariais. Ou seja, mesmo que estas profissionais desenvolvam inúmeras atividades, muitas vezes concomitantes, e que sejam capazes de administrar e dirimir os problemas que invariavelmente acontecem no âmbito da realização de seu trabalho, por vezes as produtoras culturais acabam sendo remuneradas de maneira inferior se comparado ao mesmo trabalho exercido por homens.

Outro aspecto que se convém ressaltar é que diante das dificuldades e barreiras a que estão expostas, para grande parte das mulheres que atuam na produção cultural existe a necessidade de demonstrar e desenvolver habilidades variadas, para evitar que sua atuação seja questionada com base no argumento de que elas não são competentes. Assim, se para produtores culturais há a exigência do domínio de inúmeras atribuições e aptidões, para as produtoras culturais essa cobrança se traduz de forma ainda mais profunda e rigorosa.

[...] eu aprendi porque eu percebi que passei a ser mais respeitada e até pra poder mandar eu tenho que saber mandar. É uma coisa que eu tenho falado nos meus cursos. Eu falo, olha, produtor tem que entender de parte técnica, se for mulher tem que entender mais, porque você vai ter que lidar com cara e o cara já vai falar: lá vem aquela mina que não sabe o que é um botão. E quando você chega já em um discurso manjando muda na hora a relação. Agora a mina tem que ir em uma relação afetiva, porque geralmente o produtor homem não vai em uma relação afetiva com o técnico. Então eu percebi que quando eu passei a entender da parte técnica e quebrei o gelo com aquele técnico na afetividade mudou completamente o tesão que esse cara passou a empenhar na função dele. E mudou totalmente o atendimento do próprio som, então é super importante porque é um dos momentos inclusive onde a mulher produtora mais sofre machismo, na relação com o técnico (Produtora cultural, 45 anos, São Paulo).

Observamos, ainda, a partir do relato acima, que mesmo com conhecimento técnico a produtora cultural precisa estabelecer uma relação afetiva com os outros profissionais que estão sob o seu comando, no intuito de minimizar condutas machistas e que desqualifiquem sua atuação. Mais uma vez, portanto, recai sobre as profissionais a cobrança exacerbada que faz parte da rotina de grande parte das mulheres que trabalham na área da produção cultural.

As produtoras culturais estão, portanto, sempre sendo colocadas à prova, e as dificuldades, nesse sentido, precisam ser analisadas sob a perspectiva do gênero. Para além de todas as obrigações e responsabilidades que o exercício da produção cultural exige destas mulheres, há ainda demandas que fogem de seu campo profissional e que surgem a partir de lógicas sexistas, baseadas nos estereótipos construídos socialmente como “características femininas”. As produtoras culturais precisam provar que sabem mais, que fazem melhor, que fazem com afeto e amor, que são capazes de cuidar de tudo e de todos, para assim serem reconhecidas como “boas” profissionais. A atuação como produtora cultural é, portanto, a partir da opinião das mulheres ouvidas na pesquisa, um trabalho exaustivo:

Ser mulher e trabalhar com produção cultural é exaustivo. É uma sensação de que você tem que o tempo todo provar para as pessoas que você é capaz, provar que você não é louca, provar que você não está desequilibrada, provar que você vai conseguir, provar né? Então além de todo o trabalho você tem esse extra, que é você ser o tempo todo testada. As pessoas o tempo todo vão duvidar de você já de cara pelo seu gênero né? E tem ainda esse estereótipo da mulher assim, relacionado à loucura, ao descontrole. E se um homem que tá à frente de um projeto, se ele tá preocupado, triste, depressivo, todo mundo fica preocupado com ele. Mas se uma mulher está à frente de um projeto e ela fica depressiva, triste, preocupada, todo mundo fica preocupado com projeto né? Então eu acho que é extremamente injusto (Produtora cultural, 36 anos, Dourados-MS).

Se para as mulheres em geral a atividade da produção cultural se caracteriza pelo enfrentamento de diversas dificuldades, é preciso refletir que as mulheres negras estão expostas não só a essas dificuldades, mas também às dinâmicas sociais excludentes perpetradas pelo racismo. Conforme observado por Carneiro (2003), o racismo superlativa os gêneros, ou seja, institui para as mulheres negras padrões dos gêneros dominantes que são bastante difíceis de serem alcançados. Observamos, então, que para as mulheres negras só o fato de atuar como produtora cultural já precede de uma disputa pelo direito de ocupar espaços que lhes foram historicamente negados.

E como mulher negra, daí eu acho que são esses acessos né? Porque é quase um atrevimento estar aqui e conversar com essas pessoas de igual pra igual, e falar sobre as pautas, e não ter essa rede de contatos estabelecida, e isso porque eu tenho consciência que por ser misturada eu tenho uma mobilidade social que é muito maior do que uma preta retinta (Empresária, 34 anos, São Paulo-SP).

Como explicitado pela entrevistada, mulheres negras precisam romper as barreiras e adentrar em espaços que ainda não haviam sido ocupados por elas. A produção cultural, apesar de todas as características que a constituem como uma área de trabalho e de atuação bastante diversa, é também uma esfera de reprodução de uma sociedade que historicamente dedicou e dedica às mulheres negras espaços subalternos, que nega sistematicamente a elas o direito de ocupar posições de poder e de destaque nas mais variadas áreas de trabalho e da vida social. Quando se pensa sobre a garantia de igualdade e oportunidades para mulheres no mercado de trabalho, Carneiro (2011, p. 1) questiona sobre a quais mulheres essa garantia se refere, pois as mulheres negras ainda são retratadas como “antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca”.

Partindo do imaginário socialmente construído de que os padrões estéticos são os das mulheres brancas, e tendo em vista que os espaços de poder são quase sempre ocupados também por pessoas brancas, em sua maioria homens, há outro viés a respeito da dificuldade enfrentada pelas produtoras culturais negras, qual seja, para que um artista ou uma obra artística serem reconhecidos, esse reconhecimento depende da atuação de uma pessoa branca que, em geral, é a detentora do poder. Como a mesma entrevistada negra argumenta:

Tem uma coisa que é muito sintomática dentro desse mercado, que é pegar um artista de baixo desde o começo, trabalhar, conseguir público, e quando ele começa, quando ele atinge um nível um pouco melhor ele precisa frequentar outras rodas e outras redes, e aí quem é a pessoa que pode levar ele pra esse lugar? São os brancos (Empresária, 34 anos, São Paulo-SP).

Segundo Crenshaw (2002, p. 173), todas as mulheres estão, em alguma medida, sujeitas a sofrerem discriminação de gênero. Porém, a existência de outros marcadores associados às suas identidades sociais, entre os quais raça, classe, etnia e religião são, nas palavras da autora, “diferenças que fazem diferença”. Daí a importância em considerarmos que se para as produtoras culturais o exercício de seu trabalho é por si só um desafio, para as mulheres negras que atuam na área existem ainda mais obstáculos.

O que se pode concluir desse tópico é que, se por um lado o exercício da produção cultural se mostra como uma carreira que é capaz de garantir liberdade e favorecer o potencial criativo dessas mulheres, oportunizando-lhes satisfação profissional, por outro lado grande parte delas atua na informalidade, sem direitos ou garantias, sem órgãos que regulamentem e fiscalizem sua atuação, com jornadas de trabalho extenuantes e com salários não condizentes com as atividades que realizam. A produção cultural se caracteriza, portanto, como uma atividade em si mesma contraditória, que demanda esforços para assegurar aos profissionais da área os mesmos direitos e garantias de outras profissões.

Ausência de mulheres na ocupação de posições de liderança na produção cultural

Esse lugar é nosso

Produtora cultural, programadora e curadora, 33 anos, São Paulo-SP, colaboradora da pesquisa

A indagação sobre se há mais mulheres ou mais homens trabalhando na produção cultural foi, durante muito tempo, uma das questões centrais que buscávamos responder com a pesquisa. A partir da realização das primeiras entrevistas, contudo, ficou evidente que a questão central não era essa, e sim em que condições as mulheres atuam e quais posições elas ocupam nesse campo profissional. Ou seja, mulheres ocupam posições de chefia e comando no mercado de trabalho na produção cultural? Se sim, elas são invisibilizadas e/ou desacreditadas? Assim, as análises a seguir permearão as imbricações entre as relações de gênero e as relações de poder ⁷ no âmbito da produção cultural brasileira.

Entendemos que não se deve cair na armadilha que o feminismo liberal sugere, a chamada “quebra do telhado de vidro” (ARRUZZA *et al.*, 2019, p. 37),

⁷ A respeito da conceituação de poder, recorremos a Riot-Sarcey (2009, p. 184-188), que, apoiada nas definições de Foucault, o define como um modo de ação, sendo um elemento constitutivo das sociedades, e para quem as relações de poder são um modo de ação que atua sobre suas próprias ações. Para a autora, “o poder, sua conquista ou sua conservação estão desde sempre no coração de todas as lutas que tecem a trama das crises de todas as sociedades humanas”, e o feminismo é para as mulheres uma ferramenta, o “meio de chegar tanto ao poder da palavra como ao poder da ação”.

ou seja, a ideia de que se apenas algumas mulheres ocuparem espaços em detrimento de outras mulheres, perpetuando a lógica do mercado capitalista, responderia à questão das desigualdades entre homens e mulheres. Partimos de outra perspectiva feminista, a de um feminismo que se preocupe em combater todas as formas de opressão, racismo e homofobia, e atento para a crise do capitalismo, acreditando que uma nova configuração de sociedade é possível. Porém, é inegável que a produção cultural se organiza a partir da organização do mercado capitalista. Daí, as lógicas relativas à ocupação de posições de poder e as questões de gênero também se reproduzem na esfera da produção cultural.

É certo que, conforme explicitado pelas entrevistadas abaixo, as mulheres ocupam inúmeras posições e funções na cadeia produtiva da cultura. Mas apesar de realizarem diversas atividades, sejam elas de áreas técnicas, de áreas de criação e concepção, de áreas artísticas ou de áreas da organização da cultura, essas profissionais nem sempre são vistas. Em outras palavras, se as mulheres estão presentes em todas as áreas da produção cultural, precisamos analisar em que medida se dá a distribuição das posições ocupadas por elas e entender como as relações de gênero e de poder interferem nessa distribuição.

Eu acho que, dependendo das subáreas da produção cultural, você vai ter uma divisão aí. Na música, talvez mais mulheres, mais será que essas mulheres estão em cargos de comando? Elas são diretoras de palco? Nas artes plásticas, você tem uma exposição, quem são os curadores que vão influenciar a escolha desses produtores? Eu acho que depende muito de quem está na direção do projeto (Produtora Cultural, Curadora e Pesquisadora, 42 anos, São Paulo-SP).

Em sua pesquisa sobre os salários das mulheres na França no século XXI, Silvera (2016) enfatiza que mesmo apresentando maiores índices de qualificação, as mulheres continuam apresentando maior dificuldade em obter acesso aos cargos de chefia e decisão. Para a autora, apesar de haver reconhecido progresso nessa questão, as mulheres ocupam apenas 10% das posições de lideranças empresariais e 39% dos cargos gerenciais no mercado de trabalho francês. Assim, além de ocuparem poucas posições de comando e de liderança dentro da área organizativa da cultura, as produtoras culturais se deparam com uma configuração de mercado de trabalho em que a maioria dos profissionais com os quais se relacionam são homens, fato que, segundo algumas entrevistadas, reverbera na realização de seu trabalho tendo em vista que muitas vezes essas relações de trabalho são marcadas pela ocorrência de assédio e de condutas machistas.

[...] a gente lida com *roadie*, com técnico de som, com *stage manager*, todos sempre homens, às vezes contratantes que são homens, então todo mundo, se você for entrevistar 100 produtoras, todas têm histórias com

relação ao machismo para contar, assédio, é super comum. Só que a diferença é que obviamente agora a gente está se empoderando, falando, se posicionando (Produtora cultural, 33 anos, São Caetano-SP).
[...] tanto empresário lidando comigo como se eu fosse uma menina de 13 anos e não soubesse o que eu estou fazendo, tanto quanto fornecedor me despachando equipamento ruim porque eu sou mulher e estou fazendo direção de palco, isso acontece (Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP).

Os relatos acima demonstram o quanto as relações de gênero atravessam a atividade profissional das produtoras culturais, assim como a de outras profissionais. Se existe um grande número de mulheres atuando como produtoras culturais, mas sem ocupar posições de comando e de decisão, podemos afirmar que há uma assimetria em relação às posições ocupadas por mulheres e homens na área. Além disso, as condições em que se dão as relações entre homens e mulheres no contexto da produção cultural também evidenciam as tensões que essa assimetria tende a provocar, muitas vezes expondo as produtoras culturais a situações de violência, bem como de descrédito de seu trabalho.

Outrossim, ainda há escassez de mulheres atuando em posições de criação, papéis esses que, de acordo com o relato das entrevistadas, são mais comumente ocupados por homens. Historicamente, os chamados “ofícios de mulher” eram definidos a partir da existência de “qualidades naturais” presentes em todas as mulheres. Tal distinção entre ofícios masculinos e femininos criada no decorrer da história envolve a cisão entre as qualidades tidas como femininas, “que seriam inatas, não adquiridas, e, por conseguinte, não reconhecidas como verdadeiras qualificações”, e qualidades tidas como masculinas, “consagradas por diplomas e, portanto, reconhecidas como tais” (KERGOAT *et al.*, 2009, p. 161). Ainda hoje podemos perceber que, mesmo com a entrada das mulheres nos mais diversos mercados de trabalho, essa lógica tende a se repetir no campo da produção cultural.

Em muitos lugares, as mulheres são chamadas para serem produtoras executivas, porque são mais “organizadas”, enquanto os homens assumem papéis nas áreas de construção do pensamento, da criação de políticas públicas, etc. (Produtora e gestora cultural, 34 anos, Belo Horizonte-MG).

Dentro do cenário dos grupos eu vejo que sim, existem mais mulheres que homens trabalhando com a produção. Porém, a maioria delas não é a responsável pela concepção do projeto, ela tá ali como uma administradora, uma executora, alguém que vai ficar com a parte burocrática e a parte executiva do projeto né?. Dificilmente você vai ter uma mulher realmente, na realidade dos grupos de teatro, como proponente de projetos (Produtora cultural, 36 anos, Dourados-MS).

[...] minha impressão é que as posições de comando na indústria dura, porque a indústria do ao vivo eu acho que até tem bastante mulher porque é mais informal. Mas essa indústria formal, de empregos formais,

atividade econômica do mundo corporativo na área da música, as gravadoras, o *mainstream*, ele ainda é predominantemente masculino, mas eu não tenho uma estatística, não gosto de falar em nome de impressão, eu prefiro dar uma estatística, mas infelizmente não tenho (Socióloga e pesquisadora da área da cultura, 42 anos, São Paulo-SP).

Partindo desses relatos observamos que, em geral, as mulheres atuam nas áreas da produção cultural que demandam características socialmente construídas como “femininas”, excluindo-as de atividades de criação, concepção e liderança de projetos. Essa ideia de que mulheres são mais organizadas limita, de certa forma, as possibilidades de atuação em outras atividades, pois aos homens são reservados espaços que às mulheres são negados, sobretudo nos postos de trabalho em que direitos trabalhistas são mais garantidos. Ressaltamos que, apesar de não ocuparem posições de poder e destaque, muitas mulheres acabam realizando atividades que, em condições ideais, deveria ser realizado por quem ocupa essas posições. O que se observa, portanto, é que essas mulheres são responsáveis não apenas pela organização e produção, mas também pelo sucesso desses projetos. Ao mesmo tempo, os méritos em geral são destinados aos “donos dos projetos”, em sua maioria formado por homens.

Majoritariamente as posições de mais destaque e de maior poder são masculinas. Mas acho que também está mudando, em um ritmo muito mais lento do que o geral, mas também está mudando [...] se você pegar os festivais, a maioria deles são chefiados por homens (Produtora cultural, 34 anos, São Paulo-SP).

[...] uma coisa que eu sempre falo é que não importa a época, a produção cultural sempre foi feita por mulheres. Então, assim, tem os homens, os curadores, os donos de evento, não sei o quê, mas quem bota, quem sempre botou a coisa para funcionar, historicamente, sempre foram as mulheres. Então, assim, esse lugar é nosso. Então é só a gente se posicionar (Produtora cultural, programadora e curadora, 33 anos, São Paulo-SP).

Os depoimentos acima nos levam a constatar que o trabalho das mulheres na produção cultural tende a se definir como uma atividade muitas vezes invisível, tanto para o público como para os profissionais que compõem as equipes dos projetos em que estão inseridas. Mesmo realizando suas funções com competência, além de executarem atividades que em certa medida extrapolam suas atribuições nos projetos e/ou eventos dos quais fazem parte, as produtoras culturais nem sempre são reconhecidas. Essa falta de reconhecimento tende a agravar ainda mais o exercício de sua profissão, pois a ela somam-se todas as inúmeras dificuldades que foram retratadas e discutidas até aqui. Com sua atuação ocultada, essas mulheres têm também suas vivências, suas particularidades e seu potencial ocultados, fato que contribui para que elas ocupem em menor número posições de comando, de liderança e do mercado de trabalho formal de

posições na área da produção cultural. Os reflexos sobre essa premissa da desvalorização do trabalho das produtoras culturais são sentidos, em especial, no interior das equipes com as quais trabalham.

A produtora, ela está ali cuidando de todo o escopo do evento e não só do detalhe de como uma mesa vai ser montada, ou da água, ou de receber alguém, então em primeiro lugar é talvez os times masculinos acreditem que o papel da mulher produtora é menor do que realmente é. (Produtora cultural, curadora e pesquisadora, 42 anos, São Paulo – SP).

Conclui-se, portanto, pela existência de lógicas engendradas nas relações de gênero e poder nesse processo de invisibilização e desvalorização das produtoras culturais, pois fica evidente que muitas situações e dificuldades a que estão expostas tem origem a partir de práticas e comportamentos que consistem na reprodução de estereótipos e expectativas que foram e são, histórica e socialmente, associados às mulheres. Como explicitado no início desse tópico, não se trata de reivindicar apenas que algumas mulheres estejam em posição de destaque em detrimento de outras mulheres, mas de empenhar esforços para garantir que as produtoras culturais não sejam medidas pela régua desigual da disparidade de gênero, e que não sofram as consequências injustamente estabelecidas e baseadas nos papéis ditos “naturais” destinados às mulheres na configuração da sociedade.

A relação entre os papéis socialmente construídos e o trabalho de produtora cultural

Aquela que cuida, aquela que serve o café, aquela que é a mãe

Produtora cultural, 28 anos, Dourados-MS, colaboradora da pesquisa

Um dos objetivos da pesquisa foi compreender o quanto estereótipos e padrões de gênero socialmente atribuídos às mulheres poderiam permear o trabalho realizado pelas produtoras culturais, ou seja, o quanto a expectativa por exercer esses papéis atravessa o cotidiano profissional dessas mulheres. Para Saffioti (1987, p. 37), ao se estabelecer modelos de comportamento para homens e mulheres produz-se “uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada um”.

Algumas entrevistadas mencionaram em seus relatos o afeto e o cuidado como presentes em suas atuações como produtoras culturais. Pensando na dimensão do cuidado no trabalho das produtoras culturais, recorremos a Hirata (2016), para quem o trabalho de cuidado se caracteriza pelo conjunto de práticas psicológicas e materiais que visem a suprir as necessidades de outras pessoas, sejam elas idosas ou crianças. Tal cuidado tem sido historicamente realizado por

mulheres e provavelmente seguirá sendo realizado por uma maioria de mulheres tendo em vista que se caracteriza como um trabalho precarizado, mal remunerado e pouco valorizado. A autora também aponta que não há meios de se obter mais igualdade profissional entre homens e mulheres enquanto esse trabalho de cuidado for uma responsabilidade única e exclusiva das mulheres, perpetuando uma assimetria que impede que o mercado de trabalho seja mais equânime entre mulheres e homens. Apoiado nessas constatações, é útil que se reflita sobre em que medida o trabalho das produtoras culturais de certa forma se aproxima do trabalho de cuidado, tendo em vista que alguns dos relatos obtidos por esta pesquisa nos direcionam para este fato.

Eu acho que a gente tem que olhar para quais são os papéis que uma mulher ocupa na sociedade e quais os papéis que ela sempre ocupou e que ela vem ocupando agora. É muito recente os espaços de destaque da mulher na sociedade como um todo, nos empregos, nos vários anos porque o trabalho da mulher ao longo da história foi o trabalho doméstico né? Um trabalho muito maçante e não reconhecido. [...] mas às vezes a mulher, ela tá lá para servir cafézinho, para ser mãe, para limpar um espaço, para organizar um produto e o homem é aquele que gerencia, que não deveria ser assim, aquele que é mais reconhecido né? Então se a gente pegar e transpor essas questões históricas de quais são os lugares que a mulher ocupou no mercado de trabalho ou no lar, talvez a gente possa reproduzir isso no âmbito da produção cultural, aquela que cuida, aquela que serve o café, aquela que é a mãe (Produtora Cultural, 28 anos, Dourados-MS).

Essa demanda pelo cuidado parece atingir muitas produtoras culturais. Para além das funções organizativas e administrativas, exige-se que essas mulheres sejam cuidadoras dos projetos. Em que pese o trabalho de cuidado ter sido historicamente realizado por mulheres, essa cobrança pelo cuidado com o outro também atinge os produtores culturais? A entrevistada abaixo respondeu essa questão:

Porque é um pouco do papel que você coloca nas costas da mulher, você tem que cuidar da equipe, aquilo que a gente estava falando antes de ter esse cuidado, ler as pessoas Eu ouvi isso de um jornalista de uma geração anterior a minha uma vez também em uma entrevista: ai, vocês cuidam melhor. Não cara, tipo vocês têm que aprender a cuidar igual a gente porque isso aqui é trabalho, eu não saio da minha casa pra cuidar de criança grande, é trabalho né? E vocês também são capazes de fazer. (Produtora Cultural e Curadora, 38 anos, São Paulo – SP)

O relato da entrevistada sugere que a cobrança do cuidado recai principalmente sobre as mulheres, do que se deduz que esse estereótipo socialmente construído afeta o trabalho das produtoras culturais, e que muitas vezes extrapola o limite de suas atuações, adentrando em esferas não

necessariamente vinculadas à sua profissão. Outro dado que se relaciona com a construção social de características femininas na produção cultural é o fato de que mulheres possuem capacidade para realizar um grande número de atividades, com potencial para efetivar e garantir que inúmeros procedimentos sejam realizados de maneira satisfatória e concomitante. Quando questionadas sobre o fato de haver mais mulheres do que homens atuando na produção cultural, parte das entrevistadas sugere que isso seria resultado dessa habilidade das mulheres de cuidar de tudo e de todos ao mesmo tempo.

Também é de se pensar, não sei, porque a gente consegue fazer mais coisas ao mesmo tempo e apaziguar os ânimos? Pode ser, eu acho que é uma característica feminina, não sei, posso tá sendo meio preconceituosa, mas eu acho que a mulher tem capacidade de fazer mais coisas ao mesmo tempo (Produtora Cultural, 37 anos, Dourados-MS).

Bom, a gente sabe que mulher é muito mais multitask que homem né? E que a gente consegue fazer mais coisas ao mesmo tempo, nós somos mais organizadas, e eu acho que isso se reflete no trabalho, onde a gente tem que ser mais sistemática, planilhar, organizar, *checklist*. A gente consegue fazer melhor e a gente entrega muito melhor o trabalho (Produtora cultural, programadora e curadora, 33 anos, São Paulo-SP).

Observamos, portanto, o quanto a construção destas características ditas femininas está intrincada no exercício da produção cultural realizada pelas mulheres, sendo percebida inclusive por elas, que algumas vezes acabam por reproduzir essas construções sociais. Se as mulheres foram e são cobradas para atender padrões de comportamento que se apoiam no que foi socialmente construído como características femininas, tal cobrança também se estende às mulheres que atuam como produtoras culturais. Há, ainda, como citado pela entrevistada abaixo, o fato de que mulheres são mais demandadas emocionalmente do que os homens no campo da produção cultural. Nesse sentido, essas profissionais precisam demonstrar uma disposição emocional para administrar os conflitos que envolvem seu trabalho, disposição que, segundo a entrevistada, em geral não é requerida para os homens.

[...] via de regra existe uma demanda emocional da mulher no trabalho de produção que é maior do que a demanda de um homem, enxergo isso claramente inclusive em posições de chefia (Produtora cultural e curadora, 38 anos, São Paulo-SP).

Como afirma Saffioti (1987, p. 36), aos homens e as mulheres são ensinadas uma série de condutas que constituem modelos a respeito das funções que cada um precisa desempenhar na sociedade. Aos homens cabe a necessidade da tomada de iniciativa, de assumir posições ofensivas, ser duro e firme,

além de estimulados a competirem permanentemente e da “agressividade como componente básico da personalidade competitiva” (p. 36). Às mulheres, por outro lado, é imposta “a necessidade de inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois deve ser dócil, cordata, passiva” (SAFFIOTI, 1987, p. 37). Assim, às mulheres são atribuídos valores tidos como negativos, como “emoção, fragilidade, resignação” (SAFFIOTI, 1987, p. 34). Em relação a esses modelos de condutas para mulheres e homens, a entrevistada abaixo explicita.

É difícil, um exercício específico em ser mulher e ser produtora que é doar a braveza, porque a gente tende a masculinizar o nosso comportamento pra ser respeitada [...] então aí se você é brava, tipo tem que ter esse cuidado de você conseguir continuar sendo uma mulher e ser firme. Sabe, eu tenho essa dificuldade específica, de dar bronca de um jeito que não é agressivo, porque a agressividade tem um lado muito masculino (Produtora cultural e curadora, 38 anos, São Paulo-SP).

Nota-se, assim, uma tendência de algumas produtoras culturais de masculinizar seu comportamento para serem respeitadas. Contudo, devem fazê-lo de maneira cuidadosa para evitar que essas ações soem agressivas. Ainda sobre os estereótipos de gênero, algumas entrevistadas evidenciam o quanto a configuração familiar interfere na distribuição de funções. Para atividades que exigem deslocamentos mais longos, tende-se a dar preferência aos homens, argumentando-se que estes teriam menos atribuições familiares.

Afeta em termos de oportunidades. Por exemplo, se eu quiser viajar com uma banda e se tiver um produtor profissional capacitado tanto quanto eu, eu já passei por situação de preferirem um homem, porque um homem não vai ter laços familiares com o que se preocupar na estrada. Então nesse sentido (Produtora cultural, curadora e pesquisadora, 42 anos, São Paulo-SP).

Reforça-se, assim, o estereótipo da mulher frágil, emotiva e responsável pelo cuidado familiar, em contraste ao estereótipo do homem racional e que pode se distanciar da família e do lar. Segundo Saffioti (1987, p. 8), mulheres e homens tem sua identidade social construída de forma que lhe são atribuídos papéis diferentes, e a sociedade espera que estes papéis sejam devidamente cumpridos. Assim, delimita-se “os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem”. Ainda segundo a autora, a sociedade se empenha na tarefa de se fazer crer que essa atribuição do espaço doméstico às mulheres se origina de sua capacidade de ser mãe. Assim, naturalizam-se esses papéis e ignoram-se os processos históricos que resultaram em suas atribuições. No âmbito da produção cultural, em

certa medida, essa atribuição de papéis construída social e historicamente também tende a ser reproduzida.

[...] o produtor faz tudo, e eu tenho muitas amigas mulheres produtoras inclusive, que são muitas, se a gente fala de representatividade da mulher no meio, a mulher não está nos palcos, mas a produção cultural, aquilo que faz a arte se tornar um produto, é muito feita por mulheres porque é uma carreira invisibilizada, e as mulheres produtoras me reclamam, vejo muitas falando o seguinte: eu sou produtora, não sou babá, não sou mãe (Socióloga e pesquisadora da área da cultura, 42 anos, São Paulo-SP).

[...] até coisas que não são tão óbvias como você ver músicos homens que tenham um posicionamento de achar que você está ali para servir eles, de que você é a mãe, tudo isso é fruto de uma visão patriarcalista também, a gente tem que enfrentar, mas muitas vezes a gente não se liga, mas é entendeu? (Produtora cultural, 33 anos, São Caetano-SP).

Constatamos, assim, que as produtoras culturais têm suas funções definidas a partir de uma visão de que o trabalho que desenvolvem é permeado por características geralmente associadas à maternidade, gerando a expectativa de que se comportem como mães. Ao mesmo tempo, os projetos, eventos e equipes são vistos como filhas e filhos, o que nos leva a concluir que grande parte dos padrões de gênero construídos socialmente e atribuídos às mulheres também são reproduzidos no âmbito da produção cultural. A partir do relato das entrevistadas foi possível identificar quais estereótipos são mais comumente associados às produtoras culturais, e em que medida e contextos eles lhes são demandados, possibilitando-nos afirmar que há assimetria de gênero no contexto profissional da produção cultural, tendo em vista que as mulheres envolvidas na área são expostas a cobranças por atuarem em funções e atividades que muitas vezes extrapolam a esfera profissional, recaindo sobre elas características que são socialmente construídas como “femininas”.

Em síntese, concluímos que as produtoras culturais, assim como ocorre com as mulheres em geral, têm sua atuação profissional marcada pela atribuição de papéis que são associados às mulheres, e que essa atribuição interfere diretamente nas atividades por elas realizadas. Daí a urgência em se aprofundara discussão sobre como transformar essa relação estrutural da opressão de gênero a que estão submetidas as mulheres.

Considerações finais

As análises e reflexões desenvolvidas nesse texto foram motivadas pelo que foi explicitado pelas mulheres que contribuíram com a pesquisa. Com a contribuição dessas mulheres foi possível discorrer sobre os principais problemas e dificuldades que estão presentes no cotidiano do trabalho das

produtoras culturais, sem ignorar, contudo, o prazer e a satisfação demonstrados pelas participantes no bojo de sua atuação profissional.

Pelos relatos dessas profissionais foi possível compreender em que termos se dá a escolha por ingressar no mercado de trabalho da produção cultural, evidenciando os acontecimentos que conformam a decisão por se tornar uma produtora cultural. Foi possível especificar as características que as participantes da pesquisa julgam como necessárias para a realização do trabalho em produção cultural, bem como as dificuldades que precisam enfrentar no cotidiano de sua atuação profissional. Compreendeu-se que o mercado de trabalho para as produtoras culturais se caracteriza em parte pela presença da informalidade e da ausência de direitos trabalhistas e garantias sociais, evidenciando a precarização de suas funções e do trabalho por elas realizado.

Pôde-se evidenciar, enfim, que apesar de haver no âmbito da produção cultural brasileira posições ocupadas em sua maioria por mulheres, a ocupação de funções em posições de chefia e liderança ainda é majoritariamente ocupada por homens. Por fim, foi possível entender em que medida os papéis socialmente construídos e atribuídos às mulheres em geral também se reproduzem na esfera da produção cultural, afetando diretamente as participantes da pesquisa e revelando, com isso, a existência de diferentes expectativas em se tratando do trabalho realizado por mulheres e homens no contexto da produção cultural, o que resulta em relações assimétricas de gênero e poder entre as e os profissionais que atuam como produtoras/produtores culturais.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi, FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Publicado no Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Precedentes para uma análise sobre a formação e a atuação dos Produtores Culturais. **III Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Anais, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LeonardoCosta.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Unifem, 2004. Disponível em: <http://gestao.nesp.unb.br/popnegra/index.php/bibliote>

ca/2-genero-raca-e-saude/5-a-interseccionalidade-na-discriminacao-de-raca-e-genero. Acesso em: 20 jun. 2020.

DATASIM. **Mulheres na Indústria da Música no Brasil**: obstáculos, oportunidades e perspectivas. 2019. Disponível em: <<https://datasim.info/pesquisas/>>. Acesso em: abr. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. A precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, ano 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13, n. 24, p. 53-64, 2016.

KERGOAT, Prisca; PICOTE, Geneviève; LADA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Feitas da. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. online.

MARTEL, Frédéric. **Mainstream**: a guerra global das mídias e das culturas. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RUBIM, Linda. Produção cultural. In: RUBIM, L, (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Os músicos e seu trabalho: diferença de gênero e classe. **Tempo Social, revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 75-86, 2014.

SILVA, Thays Nogueira. **Produtoras Culturais**: um estudo sobre a participação das mulheres na produção cultural brasileira. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Grande Dourados. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3932>. Acesso em: abr. 2021.

SILVERA, Rachel. O salário das mulheres na França no século XXI. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Org.) **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.